UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

LUCAS JANNONI SOARES

ENTRE A MISSÃO POLÍTICA E A CIÊNCIA HISTÓRICA:
Francisco Adolfo de Varnhagen e a colonização portuguesa do Brasil
(1854-1877)

(versão corrigida)

São Paulo
2011

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Entre a missão política e a ciência histórica:

Francisco Adolfo de Varnhagen e a colonização portuguesa do Brasil
(1854-1877)

LUCAS JANNONI SOARES

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Ciências, Área de Concentração História Econômica.

Orientadora: Profa. Dra. Vera Lucia Amaral Ferlini

São Paulo
2011

Autorizo a reprodução e a divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Soares, Lucas Jannoni

Entre a missão política e a ciência histórica: Francisco Adolfo de Varnhagen e a colonização portuguesa no Brasil – (1854-1877). / orientadora Profa. Dra. Vera Lucia Amaral Ferlini. – São Paulo, 2011.

Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2011.

1. Historiografia Brasileira. 2. Francisco Adolfo Varnhagen. 3 Império do Brasil. 4. Colonização. II. Título. III. Título: CDD

Catálogo da Publicação

Serviço de Documentação Biblioteca Florestan Fernandes
Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo

A
Edison de Campos Soares
e
Marisa de Souza Jannoni (*In memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas contribuíram para que essa tese de doutorado pudesse ser concluída. Por isso agradeço:

Em primeiro lugar, à paciência e à dedicação de minha orientadora, prof. dra. Vera Lucia Amaral Ferlini. Seu conhecimento profundo do debate da historiografia colonial foi decisivo para o desenvolvimento de meus estudos.

Aos amigos Paulo Gonçalves, Pablo Mont Serrath e Rosângela Leite pelo companheirismo e pela franqueza nas discussões e debates. Ao agora prof. dr. Rodrigo Ricupero pelas conversas sobre livros e sobre a esquerda contemporânea.

Ao Bruno Vilagra e a Natália Tammone pelos cafés e conversas na Cátedra Jaime Cortesão, além do interesse em acompanhar e discutir o andamento da escrita da tese. Aos amigos da Cátedra: Luís Otávio, Patrícia, Tati, Mikhail, Ana, Edu e Ronaldo. E à Ana Luíza Marques pelas dicas de leitura sobre o historicismo.

À profa. dra. Raquel Glazer pelas observações, críticas e comentários no exame de qualificação, apontando caminhos e possibilidades de pesquisa.

Aos funcionários do IEB-USP, do Arquivo do Itamaraty no Rio de Janeiro e do Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis. Em especial a Neibe Cristina Machado da Costa, responsável pelo Arquivo do Museu Imperial, não apenas pelo suporte ao trabalho de pesquisa, como também pelo levantamento dos documentos relativos ao Visconde de Porto Seguro.

Aos amigos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, cujas discussões sobre a política contemporânea ajudaram a enriquecer a minha visão de mundo, em especial: José César Magalhães, Tatiana Maranhão, Júlio Miranda, Laura Penna, Marina Yajima, Bruno Nadai, Francisco Prata Gaspar, Gilberto Tedéia e Anderson Gonçalves. Ao Sílvio Rosa, pelas alentadas conversas nos fins de tarde em Barão Geraldo. E ao Paulo Arantes que insiste em pensar que a história tem sentido.

Aos professores João Manuel Cardoso de Mello, Liana Aureliano e Luiz Gonzaga Belluzzo pela licença concedida pela Facamp para que eu pudesse encerrar a escrita de minha tese. Além disso, tive o prazer de ouvir

deles histórias e análises sobre as obras de Florestan Fernandes e de Celso Furtado, entre outros, que aumentaram ainda mais minha admiração por aqueles grandes intelectuais.

A todos os colegas e amigos da Facamp.

Aos meus alunos do curso de História da FESB, em Bragança, pois com eles pude desenvolver ideias que, se não estavam diretamente relacionadas à minha pesquisa, permitiram o aprofundamento de questões gerais tanto para a política do século XIX brasileiro quanto para os debates gerais de historiografia.

Ao Márcio que conhece como poucos as regras da amizade. Em um tempo no qual as relações são cada vez mais inconsequentes, ele mantém o firme compromisso entre as suas ideias e aquilo que pratica: se você cativar alguém, já dizia a velha raposa, você é responsável por ele.

Aos meus irmãos, Paulo e Marina, e ao meu pai, Edison, pois juntos enfrentamos a perda de Marisa (mãe e companheira) e conseguimos sobreviver como indivíduos e como família.

Ao olhar para o meu trajeto, não posso deixar de pensar que estou envolvido em discussões sobre história colonial brasileira desde a graduação. E isso graças à intervenção generosa e comprometida de Ilana Blaj, cuja saudosa memória me acompanhou em todos os passos de minha pesquisa.

Esta tese foi financiada por dois anos e seis meses por meio de bolsa da CAPES.

“Em suma, nunca se explica plenamente um fenômeno histórico fora do estudo de seu momento. Isso é verdade para todas as etapas da evolução. Tanto daquela em que vivemos como das outras. O provérbio árabe disse antes de nós: “Os homens se parecem mais com sua época do que com seus pais.” Por não ter meditado sobre essa sabedoria oriental, o estudo do passado às vezes caiu em descrédito.”

Marc Bloch, Apologia da História ou o ofício do historiador

Resumo

A tese tem por ponto de partida o conceito de “colonização portuguesa na América” na construção da historiografia brasileira. Após a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, inicia-se um esforço continuado e sistemático de dotar o novo país de um passado histórico coerente com as perspectivas civilizacionais dos construtores do Império brasileiro. Dentro deste esforço, o uso do patrimônio comum com Portugal – o passado colonial do Império – foi um elemento fundamental. A questão permanecia conflitiva, contudo, na necessidade de se equacionar a relação contraditória entre a ruptura do estatuto colonial e as permanências político-econômicas do país, de resto mais visíveis aqui do que no restante do continente americano. Intenta-se nesta pesquisa analisar, na obra *História Geral do Brasil* de Varnhagen as soluções dadas para este impasse entre ruptura e continuidade na elaboração de um discurso científico sobre o passado brasileiro. Destacamos o uso das noções de civilização e desenvolvimento do Estado, fundamentais para o trabalho do Visconde de Porto Seguro, na escrita da *História Geral do Brasil*. Essa foi a primeira obra a dar conta, de modo bem peculiar, do projeto para uma história nacional proposta pelo IHGB. Assim, objetiva-se compreender esse esforço para transformar o passado colonial em discurso capaz de fundamentar a história da nação, tornando o Império Brasileiro resultado direto da colonização portuguesa.

Palavras-chave: Historiografia, Varnhagen, Império do Brasil, Colonização, História Geral do Brasil

ABSTRACT

This thesis analyses the concept of “colonisation” in the construction of brazilian historiography of the 19th Century. I argue that after the foundation of the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), in 1838, the efforts to elaborate a coherent social memory to the new country gained consistence and a scientific shade, placing the shared past between Portugal and Brazil, the colonial times, at the center of the modern brazilian historiography. The new country was born from the rupture of the bonds with its metropolis, so to keep that connection as the basis of the national history was problematic. I aim to demonstrate that the “*História Geral do Brasil*”, work of the Visconde of Porto Seguro, successfully gave form to this paradox: a national history that is at the same time colonial history. Varnhagen answered the question “How to write Brazil’s history” by telling in his book the process of implantation of, at least, two fundamentals of modern society: Civilization and Development of the State in the territory of the Portuguese America. Furthermore, I intent to comprehend this effort to transform the colonial past into a historical discourse able to give a ground basis to the national history, and to make the brazilian nation a direct result of the portuguese colonization.

Keywords: Historiography, Varnhagen, Brazilian Empire, Colonization.

Lista de Abreviaturas

Museu Imperial de Petrópolis (MI)

Arquivo do Itamaraty (AI)

Biblioteca Florestan Fernandes da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (BFF/FFLCH)

Instituto de Estudos Brasileiros (IEB)

Abreviaturas de obras:

1ª edição da História Geral do Brasil:

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Historia Geral do Brazil isto é do descobrimento, colonisação, legislação e desenvolvimento deste Estado, hoje imperio independente, escripta em presença de muitos documentos autenticos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda. Por Um socio do Instituto Historico do Brazil Natural de Sorocaba*. Rio de Janeiro: E e H Laemmert.

Vol. 1 – HGB, 1854.

Vol. 2 – HGB, 1857.

2ª edição da História Geral do Brasil:

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil – Antes de sua separação e independência de Portugal pelo Visconde de Porto Seguro*, 2ª ed. Rio de Janeiro: E & H Laemmert, 1877.

Vol. 1 – HGB, 1877.

Vol. 2 – HGB, 1877^a.

SUMÁRIO

Introdução	12
Capítulo 1	
Francisco Adolfo de Varnhagen: um historiador do século XIX	19
A escrita da História no Brasil oitocentista: Varnhagen e sua visão da nacionalidade brasileira	25
Varnhagen e a história da civilização no Brasil	39
Capítulo 2	
A escrita da História Geral do Brasil: nexo entre política e história.	66
Impasses entre o projeto de uma história para o Brasil e a sua realização	72
A posição política de Varnhagen e sua escrita de história	78
As alterações realizadas na segunda edição da História Geral do Brasil: questões de foco	88
Colonização e vetores civilizacionais	97
A questão nacional	109
Capítulo 3	
Continuidade e descontinuidade na obra de Varnhagen: o fim dos “grilhões coloniais” e o Império do Brasil.	114
Ameaças à unidade do Império do Brasil: História e Política	123
A problematização da independência do Brasil	129
A monarquia portuguesa: manutenção do Estado e construção da Nação	133
A reconstituição dos eventos da constituinte de 1823: um caso exemplar	144
José Bonifácio e D. Pedro I: pares opostos e complementares	156
Considerações finais	162
Fontes e bibliografia	167
Anexo	
“Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil”	191

Introdução

A primeira edição da *História Geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen foi publicada entre os anos de 1854 e 1857. Apesar da frieza da recepção de sua obra por parte do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), logo seria reconhecida – inclusive entre sábios europeus como Alexander von Humboldt e Ferdinand Denis – como a mais bem acabada reconstituição dos acontecimentos relativos à história do Império do Brasil. Em 1877, quando da publicação da segunda edição, Varnhagen continuava sendo relativamente ignorado pelo IHGB¹. Contudo, o mesmo não se dava com seu protetor – D. Pedro II. Em 1872, Varnhagen foi agraciado com o título de Barão de Porto Seguro e, em 1874, foi elevado à Visconde de Porto Seguro, com grandeza² em virtude dos serviços prestados à história pátria.

Depois de sua morte, em 1878, o reconhecimento da relevância de seus trabalhos começaria a crescer entre seus pares nacionais³. Capistrano de Abreu, em *Necrológio* dedicado a Varnhagen, pontuava a grande qualidade do historiador: sua capacidade de levantar e organizar verdadeira “massa ciclópica de materiais”⁴, com a qual foi escrita sua história nacional, verdadeira ideia fixa. O destaque dado ao embasamento documental das obras de Varnhagen tornou-se constante nas análises posteriores e nas suas biografias⁵. Se Capistrano de Abreu posteriormente mudou seu juízo sobre Varnhagen,

¹ Cf. Nilo Odalia. *As formas do mesmo. Ensaio sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Lima*. São Paulo: Editora Unesp, 1997. pp. 67-68. E cf. Lucia Maria Paschoal Guimarães. *Debaixo da imediata proteção de sua majestade Imperial. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. (1838-1889)*. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1994, 388 fls. pp. 240-241.

² Nilo Odalia (Org.). *Varnhagen*. São Paulo: Editora Ática, 1972. (Coleção Grandes Cientistas Sociais), p. 8.

³ Cf. Temístocles César. *Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência*. In: Topoi, v. 8, n. 15, jul.-dez. 2007, p. 159-207. p. 190.

⁴ Capistrano de Abreu. *Necrológio*. In: *Ensaio e Estudos. (Crítica e História)*. 2ª ed. Rio de Janeiro/Brasília: Civilização Brasileira/Instituto Nacional do Livro, 1975. p. 87. Para uma análise da leitura de Varnhagen por Capistrano de Abreu conferir: Fernando José. *Atravessar o oceano para verificar uma vírgula: Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) lido por João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2007, 220f.

⁵ Cf. Oliveira Lima. *Francisco Adolfo de Varnhagen*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), São Paulo: IHGSP, Typographia do Diário Oficial, vol. 13, 1908. pp. 61-91.

criticando-o duramente⁶, isso não alteraria sua constatação de que a sua obra era o grande trabalho histórico do século XIX brasileiro.

Varnhagen, contudo, nunca se considerou mero “cronista” ou “compilador de documentos”, ansiava ser reconhecido como historiador nos moldes estabelecidos pelas transformações do “ofício” em curso na Europa. O “gosto pelos arquivos” era apenas uma das características definidoras do seu trabalho. A compreensão dos dilemas e impasses políticos da construção do Império do Brasil devia integrar a sua reflexão sobre a História. Era preciso definir com clareza o ponto de chegada de sua reconstituição do passado, estabelecendo os critérios para a seleção e ordenamento dos acontecimentos. A língua portuguesa, a religião católica, o Estado (a monarquia e os valores constitucionais) e a estrutura econômica produtiva não eram os fundamentos da sociedade brasileira do XIX? Se assim o fosse, o historiador deveria buscar as origens daquelas instituições. A nação livre estava continuamente pressuposta no pensamento de Varnhagen.⁷

Desse modo, a sensibilidade diante das questões do presente e a abertura de perspectivas de futuro vinculavam-se na sua obra. Jose Honório Rodrigues, comentando as contribuições de Varnhagen, percebia nele a primeira configuração de uma consciência histórica no Brasil. Sua obra apoiada em estudos que conectavam a história geral e a particular à capacidade de partir do tempo presente para construir suas problemáticas, exerceria influência decisiva na inspiração e estímulo de uma consciência nacional.⁸

O sentimento nacional daí decorrente, contudo, era bem determinado. Varnhagen, membro do IHGB e da burocracia monárquica “central”, tratava a Nação sempre em confluência com o Estado, pois a primeira

⁶ Capistrano de Abreu, infatigável no trabalho de anotar a obra de Varnhagen, considerava que no futuro ela seria lida apenas por profissionais como um “dicionário de arcaísmos”. Sérgio Buarque, que ressalta a ambiguidade, atribui essa irritação de Capistrano a uma reação exagerada às opiniões de Varnhagen dirigidas ao trabalho de Southey. Sérgio Buarque de Holanda. *Prefácio*. In: Maria Odila da Silva Dias. *O fardo do homem branco. Southey (um estudo dos valores ideológicos do império do comércio livre)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974. p. XIII.

⁷ Cf. Varnhagen. *Como se deve entender a nacionalidade na história do Brasil*. MI, Maço 180, Doc. 8222.

⁸ José Honório Rodrigues. *Varnhagen, mestre da História Geral do Brasil*. In: *História e historiografia*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1970. pp. 123-124.

era vista como resultado da ação do segundo.⁹ Do ponto de vista pessoal, a sua relação próxima ao Imperador D. Pedro II simbolizava o seu engajamento na defesa dos valores monárquicos.

Francisco Adolfo de Varnhagen dedicou sua vida a dotar o Brasil de uma história geral. A ideia de nacionalidade que pautou a sua visão do passado era baseada na firme crença do papel positivo da colonização portuguesa na constituição daquela história. A tal ponto que, e aqui seguimos a sugestão de José Honório Rodrigues, “a colonização portuguesa no Brasil era o grande tema de sua obra”¹⁰. O empreendimento português de ocupar e colonizar suas descobertas americanas permitira, ao mesmo tempo, a fecundação do Império do Brasil.

A ausência de oposição entre a ideia de Brasil e a ação do colonizador permeava o pensamento histórico brasileiro do XIX. Manoel Salgado Guimarães chamou a atenção para esta particularidade, enfatizando a unidade entre as ideias de “Nação, Estado e Coroa” na realização da tarefa civilizadora a ser continuada no Império.¹¹ Em carta de julho de 1857, Varnhagen afirmava ao Imperador D. Pedro II sua intenção de evitar o ódio ao português ou à “estrangeira Europa” na produção da sua ideia de nacionalidade brasileira. Deixava para os discípulos de um “subversivo *cabloclismo*” o ônus de considerar o “Brasil ainda intelectualmente [...] escravo de Portugal”.¹² Varnhagen transformou essa relação estreita entre colonização e formação da nação em eixo central de sua obra.

⁹ Arno Wehling. *Estado, história, memória: Varnhagen e a Construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. pp. 110-111.

¹⁰ José Honório, contudo, associa essa continuidade ao caráter conservador da obra de Varnhagen. José Honório Rodrigues. *Varnhagen, mestre ... op. cit.* p. 128.

¹¹ Cf. Manoel Salgado Guimarães. *Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional* in: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 1, 1988. p.5-27. p. 6.

¹² Varnhagen. *Correspondência ativa*. Clado Ribeiro Lessa (org.). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961. pp. 245-247. O patriotismo de Varnhagen era resultado de uma escolha intelectual profunda. “Não se deve supor, contudo, que sua opção tenha sido puramente formal, pois como toda escolha de origem romântica ela engajava e compromissava a vida por inteiro. Seu patriotismo – em geral, compreendido de maneira tão canhestra – não era postiço, mas seu fundamento, sua razão de ser, está em ter sido uma opção intelectual.” Nilo Odalia (org.). *Varnhagen op. cit.*, p. 9. Para uma discussão das contradições do patriotismo de Varnhagen conferir: Temístocles César. *Varnhagen em movimento... op. cit.*, pp. 187 e ss.

A ação da metrópole portuguesa desempenhava na obra de Varnhagen função articuladora, servindo como critério para a reconstituição dos acontecimentos do período colonial. Arno Wehling leva esse argumento ao extremo quando afirma que para o historiador o processo colonial foi desejado, planejado e executado pelo Estado português, agente forjador das relações sociais.¹³ Procuramos demonstrar que o cerne da questão era menos a ação estatal e mais os efeitos civilizadores da presença dos colonizadores. Por isso a importância para Varnhagen das lutas contra os holandeses, primeiro momento de afirmação de nacionalidade “crioula” nas partes do Brasil.¹⁴

A visão de Brasil nutrida pelo Visconde de Porto Seguro foi decisiva na concepção e na realização da escrita de sua história. As condições que deveriam nortear a sedimentação da Nação brasileira no século XIX desempenhavam o papel de parâmetros ordenadores de seu trabalho. Partimos da ideia de que era preciso dar consistência e legitimidade para os vetores civilizacionais (a monarquia, a língua portuguesa, a religião cristã e a propriedade) sem os quais a nação seria incapaz de continuar evoluindo. O Brasil, colonizado pelos portugueses, era tratado como uma unidade transformando-se ao longo do tempo. Por conta disso, a Independência representou desafio decisivo para a construção da obra de Varnhagen, pois as linhas de continuidade precisavam ser conciliadas com a autonomia conquistada pelo país. A origem portuguesa era fundamental para definir o caráter e a história nacionais, mas não deveria resumi-los.

Gostaríamos de destacar dois trabalhos cuja leitura permitiu enquadrar de modo mais preciso o objeto de nossa pesquisa. Temístocles Cezar que, sob orientação de François Hartog, procurou compreender a produção historiográfica do século XIX sob o ponto de vista da construção de uma “retórica da nacionalidade”, realizada pelos membros do IHGB, cujo caso mais exemplar seria Varnhagen. O desafio central dessa operação era encetar soluções para os impasses gerados pela influência de uma “poética da história”. Essa reminiscência subjetiva, oriunda dos viajantes e dos relatos de viagem, problematizava a objetivação do texto histórico. O esforço dos

¹³ Arno Wehling. *Estado, história, memória...* op. cit., p. 186.

¹⁴ Varnhagen. *Como se deve entender...* op. cit.

membros do Instituto para distanciar o conceito de história das formas ficcionais ou ligadas às impressões subjetivas constituiu-se em eixo mediador na constituição da historiografia brasileira. O historiador Varnhagen, apesar de não dar solução definitiva para o impasse entre retórica e ciência, escreveu a obra mais próxima de transformar a “retórica da nacionalidade” em conceito organizador e recurso narrativo de sua obra¹⁵.

Renilson Rosa Riberio procura, a partir da biografia de Varnhagen e sua problemática relação com o IHGB, estabelecer o lugar de escrita de história de Varnhagen na formação dos grandes temas da historiografia colonial brasileira. Trata-se de rastrear e identificar tais temas que, como Ribeiro observa, tornar-se-iam paradigmáticos não só na historiografia ligada ao IHGB como também no material didático escrito no XIX e no início do XX. A passagem entre o distanciamento inicial que o IHGB impôs à obra de Varnhagen e a transformação deste em “patrono da história do Brasil” serve de parâmetro para estabelecer a criação das bases para uma identidade nacional que repercutiria, via educação, na sociedade brasileira do XIX e do início do XX.¹⁶

Esses trabalhos privilegiam a relação entre Varnhagen e o IHGB para analisar a *História Geral do Brasil*. A leitura que nos propomos a seguir enfatiza menos a relação com o IHGB e mais a inserção de Varnhagen no movimento mais amplo de renovação historiográfica que procuramos discernir no primeiro capítulo. Obviamente não se trata de desconsiderar aquela relação, de fundamental importância para Varnhagen, porém procuramos ter como ponto de partida o fato de que a incompreensão que os membros do IHGB nutriram inicialmente pela sua obra ligava-se à dificuldade de compreensão dos seus fundamentos. Pois, embora esses fossem teoricamente aceitos pelos membros do IHGB, na prática iam de encontro com os seus interesses acadêmicos e políticos. A sugestão desse descompasso encontra-se, por exemplo, em José Veríssimo que atribuía a dificuldade de se aceitar naquele

¹⁵ Temístocles Américo Corrêa César. *L'écriture de l'histoire au Brésil au XIXe siècle. Essai sur une rhétorique de la nationalité. Le cas Varnhagen*. Tese de doutorado. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, EHESS, 2002. pp. 574-577.

¹⁶ Renilson Rosa Ribdeiro. *O destemido bandeirante à busca da mina de ouro da verdade: Francisco Adolfo De Varnhagen, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a invenção da idéia de Brasil colônia no Brasil império*. Tese de doutorado. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2009. pp. 347-349.

momento um trabalho de erudição daquela magnitude.¹⁷ Procuramos ler tal descompasso como indício de que havia na escrita de Varnhagen novidades que ainda não tinham lugar determinado na vida intelectual brasileira: a ênfase totalizadora na colonização portuguesa – em detrimento do passado indígena – e a base documental da história apareciam como combinação rara e de difícil localização em meados do XIX. Além disso, a relação fundante entre colonização, civilização e nacionalidade ligava-se diretamente à elaboração do trabalho de Varnhagen no sentido de fornecer os eixos que orientaram a escrita do seu texto histórico. E esse formaria os “quadros de ferro” que desafiariam a historiografia brasileira até meados do século XX.

No primeiro capítulo, discutimos a inserção da visão de história de Varnhagen no âmbito das transformações da produção histórica do século XIX. A valorização da base documental foi posta efetivamente em prática na sua escrita e, ao mesmo tempo, as questões atinentes à compreensão da nacionalidade como objeto de estudo também estariam presentes. Tanto a crônica quanto a história filosófica – imbuída de razões externas aos fatos – foram evitadas em seus trabalhos. Através de sua correspondência, do *Memorial Orgânico* e da memória *Como se deve entender a nacionalidade na história do Brasil* buscamos mostrar que tal ausência de preceitos filosóficos explícitos não significava a falta de articulação na sua obra. A ideia de civilizar progressivamente o Brasil, processo em curso desde a sua origem, permitiria o estabelecimento de um núcleo a partir do qual os acontecimentos podiam ser reconstituídos e carregados de significado histórico.

No segundo capítulo, partimos da discussão sobre a historiografia do século XIX brasileiro para compreender o clima intelectual no qual Varnhagen estava imerso. Analisamos sua *História Geral do Brasil* procurando demonstrar como a colonização era interpretada por Varnhagen a partir do movimento ao mesmo tempo de ocupação territorial e de implantação do Estado e da civilização europeia. As modificações realizadas pelo autor na segunda edição da obra, para além de atender às exigências de uma introdução geográfica, visavam demarcar de modo mais preciso o papel da colonização portuguesa na construção do Brasil. Os limites para a crítica daquele processo, que

¹⁷ José Veríssimo. *História da literatura brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. 5ª ed., Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1969. p. 200.

configuram momentos de afirmação da fidelidade de Varnhagen ao projeto unitário e monárquico representado pelo Imperador D. Pedro II, permitem avaliar as dificuldades enfrentadas pelo historiador para manter a objetividade de sua reconstituição. Além disso, procuramos pontuar a presença permanente da nação livre no horizonte de sua obra.

No último capítulo, tratamos dos problemas ligados à questão da continuidade/descontinuidade no processo de emancipação do país na *História Geral do Brasil* e na *História da Independência do Brasil*, de Varnhagen. A passagem de colônia à nação aparece na sua obra sob a marca da continuidade dada pela permanência de um membro da casa de Bragança como “cabeça” do Estado. Contudo, essa solução apresentava dificuldades para o historiador na medida em que se objetivava definir a emergência de uma nova entidade política: o Império do Brasil. Procuramos demonstrar que a “crise” nas relações entre Brasil e Portugal aparecia para o autor como resultado do amadurecimento das instituições implantadas no território colonial pela metrópole. A revolução de 1817, em Pernambuco, e a Constituinte de 1823 foram enfocadas como momentos nos quais o autor teve de enfrentar as ameaças de descontinuidade na sua obra.

Capítulo 1

Francisco Adolfo de Varnhagen: um historiador do século XIX

No século XIX constatamos, afirma George Lefebvre, o nascimento da historiografia moderna¹⁸. A Revolução Francesa, o Império Napoleônico e o rearranjo político interno e externo dos poderes europeus marcaram profundamente o imaginário teórico e político dos pensadores europeus do período. Os historiadores foram, gradativamente, obrigados a articular a reconstituição dos eventos ou dos acontecimentos históricos de modo a integrá-los em uma narrativa que deveria observar novas regras de escrita e novos padrões de exigência – que logo viriam a ser chamados científicos –, se quisessem exercer de fato o seu ofício. A produção historiográfica do continente Europeu, pelo menos em sua porção ocidental, sofreu um movimento geral de transformação que colocou em pauta as tradições de pensamento, aquelas vinculadas ao Iluminismo, que passaram a ser consideradas incapazes de dar conta dos novos problemas, notadamente aqueles ligados à questão nacional, que assolavam os Estados Europeus no início do XIX¹⁹.

Fernand Braudel, tratando da história do século XX, observa que cada época tende a ter a história adequada aos seus pontos de vista e aos dilemas que encontra diante de si²⁰. A observação do historiador francês tem

¹⁸ Cf. Apesar de ter por eixo uma problemática ideia de progresso da historiografia, ainda assim esse curso do historiador da Revolução francesa aponta de modo direto para algumas das questões que buscamos levar em consideração nas mudanças sofridas pela historiografia no século XIX, como, por exemplo, o aperfeiçoamento das técnicas de pesquisa. George Lefebvre. *La naissance de l'historiographie moderne*. Paris: Flammarion, 1971.

¹⁹ Estevão Rezende Martins. *Historicismo: o útil e o desagradável*. In: Valdeci Lopes Araujo...[et alii] (orgs). *A dinâmica do Historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008, pp. 26-27. Além disso, a interpretação, que Reinhardt Koselleck articula sobre as transformações da historiografia moderna, sugere também dar especial atenção às modificações de sentido que o corte realizado pela Revolução Francesa operou no conceito de História. Cf. *O futuro passado dos tempos modernos* e também *Crêterios históricos do conceito moderno de Revolução*. In: *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora Puc-Rio/Contraponto, 2006.

²⁰ Fernand Braudel, *Les ambitions de l'histoire*. Paris: Éditions Fallois, 1997, p. 28. Não levamos em consideração aqui os amplos debates sobre o papel da escola dos Annales na crítica e superação do historicismo, pois no sentido aqui apontado o vínculo necessário entre o

como fundamento a existência de um vínculo estreito entre história – entendida como processo social que se movimenta do passado para o presente – e a historiografia, relato do passado ou ciência histórica que se orienta do presente para o passado. Ora, no século XIX, século da história e mais além, como lembram Novais e Forastieri, retomando e ampliando o velho adágio, o século da ciência, podemos perceber intensa transformação do fazer do historiador²¹.

Escrever história não podia mais se resumir à narrativa dos fatos passados, o que obrigava os historiadores a observar novas exigências para a escrita da História. O historiador deveria ser capaz de apreender o enlace destas duas dimensões temporais, o presente e o passado, pois disto dependia o estabelecimento de uma perspectiva de futuro, sem a qual a reconstituição do passado perdia sentido. Esta mudança na dinâmica do conhecimento histórico tinha, em si mesma, a sua historicidade. E podemos datar o início do problema da relação entre o passado e o presente na escrita da história na emergência do historicismo no século XIX²².

Temos em vista uma mudança fundamental, pois a escrita da história não mais poderia ser compreendida como relato neutro do passado ou mero levantamento de fatos interessantes para a preservação da memória social. Assim, fazer da história uma ciência, no sentido moderno da palavra, passou a constituir parte importante do trabalho dos historiadores.

presente e o passado na escrita da história continuou tendo parte decisiva na reflexão histórica do movimento francês, pois as ideias de história problema, de combates pela história ou do papel das transformações sociais na constituição da visão de mundo dos historiadores representavam esforço continuado de reflexão sobre o papel e o fazer da história.

²¹ A distinção feita pelos autores entre uma “historiografia moderna”, resultante do diálogo com as Ciências Sociais e a Filosofia do século XIX, e uma “historiografia” tradicional, ligada à narrativa cronológica e linear dos fatos históricos parece-nos interessante para questionar o movimento geral de transformação da historiografia do período. Fernando Novais e Rogério Forastieri da Silva. *Introdução: para a historiografia da Nova História*. In: *Nova história em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011. pp. 09-13.

²² Aqui seguimos algumas sugestões de interpretação de Fernando Nicolazzi e Valdei de Araújo, principalmente quando eles, retomando Wilhelm Humboldt, afirmam: “[...] o historiador encontra um lugar como realizador de história e não simplesmente como colecionador de fatos, é porque a utilidade da sua tarefa estaria na capacidade que ela possui de avivar o senso da realidade atual, nesse efeito interior que ela permite causar.”. *A história da historiografia e a atualidade do historicismo: perspectivas sobre a formação de um campo*. In: Valdei Lopes Araújo...[et alli] (orgs). *A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008. p. 09.

Tendo como ponto de partida o embate entre as visões de história oriundas da Ilustração, os historiadores do XIX europeu buscaram estabelecer o caráter próprio e particular da história como uma ciência autônoma em relação à filosofia e às ciências naturais. O historicismo e o romantismo foram os grandes movimentos a reordenar a escrita da história do período. Duas variáveis tornaram-se fundamentais para esse processo: a nação como objeto e o caráter científico ou positivo da história. Em primeiro lugar, enfatiza-se a nação como foco da nova história, cujo sentido seria o de reconstituir o passado a partir dos parâmetros particulares de cada povo, transformando a ação dos homens do passado em um movimento de construção da nação. E, em segundo lugar, emerge o caráter científico da prática do historiador como único critério de verdade possível de ser aplicado ao conhecimento histórico²³.

A transformação da história, de preservação da memória, em método de conhecimento do passado, sujeito a regras e princípios lógicos, foi processo tortuoso, cujo momento de sedimentação data do século XIX. A ideia de estabelecer a crítica documental como esteio do conhecimento – obrigando a separação entre as fontes que se supunham confiáveis daquelas que não permitiam reconstituição fiel do passado foi sua pedra angular. Isso implicou na desmistificação nos dados manifestos na documentação e não exercício da dúvida sobre as informações ali presentes²⁴.

O avanço da crítica textual e a separação entre documentos “falsos” e “autênticos”, para a crítica documental no sentido contemporâneo, permitiu a ampliação do uso da documentação disponível ao historiador, dotando-o de instrumentos para datar, localizar e precisar as informações disponíveis nos arquivos. Para além da oposição verdade/falsidade, ainda outra questão surgiria nesse desenvolvimento do pensamento histórico: a oposição entre, nos

²³ Para citar apenas um exemplo: Fustel de Coulanges e seu esforço de compreender os descaminhos da nação francesa em virtude dos impactos da Revolução Francesa. Conferir: François Hartog. *O século XIX e a história – o caso de Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003. E a apresentação de Manoel Luiz Salgado Guimarães, *Um historiador à margem – Fustel de Coulanges e a escrita da história francesa no século XIX*. pp. 10-11

²⁴ José Mattoso. *Escrita da história*. In: José Tengarrinha (coordenador). *A historiografia portuguesa hoje*. São Paulo: HUCITEC, 1999. pp. 34-35.

termos de Marc Bloch, os “documentos que visavam alguma posteridade” daqueles “voltados para outros fins”²⁵.

A afirmação de Ranke, de que o passado deveria ser reconstituído tal qual o que nele se passou – o famoso *wie es eigentlich gewesen* (tal como efetivamente aconteceu) – pedia claramente uma posição nova do historiador, colocando, acima de seus interesses pessoais e acima dos da tradição, aquilo que mais deveria importar: a reconstituição do passado. Sérgio Buarque caminhou nessa direção ao lembrar as críticas que Ranke sofria pela aparente falta de “convicção moral”, que norteava, não só o seu pensamento, como também a sua vida: resultado dos esforços do historiador prussiano para isolar seu trabalho de fatores que pudessem desviar a sua análise do seu foco objetivo. A história deveria ser uma ciência capaz de compreender o passado de modo integral. Ranke, em meados do século XIX, afirmava que o saber histórico, para alcançar seus objetivos, deveria ser capaz de, por meio da pesquisa e de considerações gerais, estabelecer as conexões objetivas ativas nos acontecimentos do passado.²⁶

Os historiadores passariam a se aproximar de certa ideia de ciência. Isso era significativo, pois até o século XVIII, a História não possuía outro fundo além do que era narrado, não sendo com isso, capaz de estabelecer relações de causa e efeito ou, como diria Wilhelm Humboldt, “conexões causais profundas”²⁷ que sustentassem uma racionalidade para além dos fatos. Com Ranke, uma lenta história, a da própria História, deu um passo decisivo a fim de se tornar disciplina ou ciência histórica; e essa adquire historicidade, nos termos definidos por Koselleck.²⁸

²⁵ Marc Bloch. *Apologia da história – ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editores, 2001. pp. 76-78. A convergência de testemunhos somava-se à crítica documental para ampliar as possibilidades da reconstituição histórica. O estudo da política de expansão das monarquias ibéricas, por exemplo, ganharia em profundidade quando o historiador fosse capaz de cotejar relatos de viagens, que colocavam em relevo certas informações pertinentes para descobertas auríferas, com ofícios e cartas de administradores coloniais, visando informar sua majestade sobre a necessidade de fixar pessoas em novos territórios.

²⁶ Sérgio Buarque de Hollanda. *O atual e o inatual em Leopold von Ranke*. In: *Leopoldo von Ranke*. São Paulo: Editora Ática, 1977. (coleção Grandes Cientistas Sociais) pp. 22-23.

²⁷ Wilhelm Humboldt. *Sobre a tarefa do historiador*. Valdeci Lopes Araujo...[et alli] (orgs). *A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008, p. 84.

²⁸ Cf. Reinhard Koselleck. *L'expérience de l'histoire*. Paris: Gallimard, Seuil, 1997. p. 15.

A construção do passado como forma de conhecimento demandava, no século XIX, mudança na relação com a documentação e da forma como se pensavam os dados relatados pelos testemunhos. Não era mais possível empreender a simples reprodução do conteúdo presente na documentação, pois a história deveria sair do nível da crônica dos eventos para o da sua análise. E, para tanto, a confiabilidade das informações disponibilizadas era fundamental. Fazia-se necessário perscrutar os fatos históricos e buscar nesses os ordenamentos que lhes emprestavam sentido.

Os antigos cronistas tendiam, segundo Sérgio Buarque, a descrever os acontecimentos como uma “sucessão inumerável e mal articulada entre si” Ora, Ranke objetivava escrever sua história tendo em vista “grandes unidades de sentido”, pois só assim poder-se-ia extrair daquela sucessão a sua verdadeira significação histórica”.²⁹

Quando afirmamos o caráter decisivo da contribuição do historiador prussiano, de modo algum queremos dar a entender uma inovação repentina e descolada da linha do tempo da própria história. Pois se Ranke afirmava ser necessário narrar a história “tal como foi”, o “pai de nossa disciplina”, Heródoto, iniciava seu trabalho com o dito “contar o que foi”³⁰. E não nos esqueçamos de que Lourenço Valla, no início do XVI, já observava as complexidades do trabalho do historiador a partir de constatações simples como a de que um mesmo evento podia ser descrito de formas diferentes, mesmo por pessoas que o tivessem visto *in loco*. Contudo, no século XIX, no esforço de construção da disciplina chamada História, uma distinção em relação aos momentos anteriores permanece fundamental: a transformação da história em mecanismo de entendimento do mundo com fins, inclusive, de melhor organizá-lo. Não é

²⁹ Sérgio Buarque avança ainda que “Acontece, diz, que as grandes unidades de sentido não se apresentam diretamente, ao primeiro relance, em contraste com o que se pode dar nas criações artísticas, como Fausto, de Goethe, ou a Paixão Segundo São Mateus, de Bach, ou os Apóstolos, de Dürer, mas patenteiam-se verdadeiramente e adequadamente organizadas por um historiador”. *O atual e...* op. cit., p. 15.

³⁰ Dizia Heródoto “Sinto o dever de relatar o que se conta, mas não estou no dever de acreditar em tudo e por tudo (e que esta declaração seja considerada válida para toda a minha história” apud: Carlo Ginzburg. *Paris, 1647: um diálogo sobre ficção e história*. In: *O fio e os rastros: verdadeiro, falso e fictício*. São Paulo: Cia das Letras, 2007, p. 88

por acaso que a grande história do século XIX tende irresistivelmente para a “história nacional”, para o suporte da construção da nação³¹.

Tal salto na elaboração do discurso historiográfico não poderia deixar de ser acompanhado de uma nova visão sobre a função da história na cultura ocidental³². A necessidade de trazer à tona, não uma sucessão cronológica de fatos exemplares, mas sim os motivos ocultos na formação das sociedades, passou a nortear a elaboração do discurso histórico.³³ A história, gradativamente, desempenharia papel fundamental na consolidação de um novo tipo de memória social, a de tipo “nacional”. O objetivo último era dotar os países de um passado que correspondesse ao presente vivido.

No final do século XIX, a ideia de uma “historiografia científica” e oposta tanto aos cronistas de tempos passados como aos filósofos e cientistas sociais contemporâneos dos historiadores oitocentistas, estava bem consolidada a ponto de tal definição estar presente em manuais e tratados sobre o conhecimento histórico. Huizinga observou inclusive que a definição do conceito de história, apoiado na ideia de ciência moderna, implicava em dificuldades insuperáveis para o estabelecimento de um conceito geral de história, pois definir a história – narrativa sobre o passado – como ciência levava à exclusão de toda a produção historiográfica anterior.³⁴

O historiador holandês partia da constatação de que o processo de afirmação da história como ciência alcançara seu objetivo e, no balanço feito por ele, era necessário recuar alguns passos para se preservar os elementos

³¹ Auguste Thierry escrevia em 1842 sobre a função da história nacional na construção e funcionamento da nação: “A história nacional é para todos os homens de um mesmo país uma espécie de propriedade comum; é uma porção do patrimônio moral que cada geração que desaparece lega àquela que a substitui; nenhuma deve transmiti-la da mesma maneira que recebeu, mas todas têm por dever acrescentar algo a este patrimônio em termos de certeza e em clareza... De onde viemos, para onde vamos? Estas duas grandes interrogações: o passado e o futuro político preocupam-nos agora.” Auguste Thierry. *Récits des temps mérovingiens précédés de considérations sur l'histoire de France*. Paris: Just Tessier, Libraire-Éditeur, 1842, pp. 29-30. *Apud*. Manuel Luiz Salgado Guimarães. *Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX*. Rio de Janeiro, Topoi, dez. 2002, p. 189.

³² Reinhart Koselleck. *Futuro Passado... op. cit.* pp. 21-41.

³³ Idem, pp. 50-51.

³⁴ Johan Huizinga. *En torno de la definicion del concepto de historia*. In: *El concepto de la historia y otros ensayos*. 3ª reimpressão. Cidade do México: Fondo de Cultura Economica, 1992, p. 88.

próprios à história como patrimônio comum no ocidente. De forma geral, o termo história abrigava três sentidos, diversos, porém relacionados: o “acontecido”, a “narrativa do acontecido” e a “ciência” que relata o acontecido. No século XIX houve um esforço por parte dos historiadores para restringir o conceito de história ao último dos três sentidos, definindo-a como uma ciência ocupada em buscar as conexões causais na evolução humana ao longo do tempo e do espaço. Além disso, fazia-se necessário observar um conjunto de regras que visavam garantir a objetividade da escrita da história, pois o resultado da reconstituição deveria ser “autêntico” e “verdadeiro” e, para tanto, o aporte fornecido por documentação – de origem e conteúdo verificados com os recursos das ciências auxiliares da história (como paleografia, filologia, crítica textual etc.) – era imprescindível.³⁵

Esse movimento geral ligava-se ao anseio de permitir a reconstituição dos fatos passados de modo seguro e em consonância com os princípios gerais das ciências em desenvolvimento. A história reagia ao contato com as ciências do homem de modo geral obrigando-se a ter padrões similares capazes de permitir a reconstituição mais precisa possível do passado.

A escrita da História no Brasil oitocentista: Varnhagen e sua visão da nacionalidade brasileira

No Brasil não seria diferente. A necessidade de dotar o país de uma história parecia evidente para os homens de saber do XIX. Não foi por outra razão que Varnhagen colocou como epígrafe à sua *História Geral do Brasil* a afirmação de Cairu que rezava: “A importância de uma História Geral de qualquer Estado independente é reconhecida em todo o país culto.”³⁶ Escrever a história do país era também dotá-lo de condições de fazer parte das nações civilizadas.

Contudo, para que tal evento ocorresse era necessário que a história estivesse escrita de acordo com os “modernos parâmetros” estabelecidos no

³⁵ . Idem, pp. 89 e ss.

³⁶ Varnhagen, HGB, 1857. Epígrafe.

continente Europeu. Além da “mera crônica” dos eventos do passado brasileiro, era preciso dar conta dos dilemas que permitiram o desenvolvimento do país e o progressivo avanço da civilização em seu território. Ou, como afirmou Varnhagen no prólogo à segunda edição de sua *História Geral do Brasil*: mais do que narrar os acontecimentos políticos e as biografias dos mandatários locais, era preciso ater-se aos “fatos históricos” na sua relação com o “verdadeiro desenvolvimento e civilização do país”, pois somente daí poderia advir o que ele buscava: a “verdade” da História do Brasil.³⁷

Em 1878, no “Necrológio sobre o Visconde de Porto Seguro”, Capistrano de Abreu observava que Varnhagen, apesar das grandes contribuições dadas a construção da história nacional brasileira, pecava em dois aspectos: em primeiro lugar na sua “falta de espírito plástico e simpático”, que fazia o historiador ser insensível ao todo da história do Brasil, transformando momentos contrários à afirmação do poder português, ou melhor, da monarquia portuguesa, em elementos externos à nossa história, em ameaças. Além disso, a insensibilidade que Varnhagen aparentava ter em relação às “doutrinas criadoras” de sentido da época, resultava em sua incapacidade de compreender a ligação entre os fatos singulares e aqueles mais amplos e profundos, tornando-o, com isso, incapaz de operar a generalização daqueles fatos em “teorias” ou em “leis basilares”³⁸.

Varnhagen parecia não corresponder a certo modelo de história, uma história capaz de fornecer “teorias gerais” sobre o Brasil. Capistrano tinha em mente os trabalhos de sociólogos como Comte e Spencer, que pautaram as discussões filosóficas e históricas no Brasil do fim dos oitocentos, e tiveram adeptos como Silvio Romero, entre outros, que defendiam tenazmente o papel

³⁷ Varnhagen, HGB, 1877. pp. XI-XII. *Prólogo*.

³⁸ Capistrano de Abreu. *Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro*. In: *Ensaio e Estudos (crítica e história)*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975, pp. 89-90. Fernando José Amed observa que, uma vez instalado no Rio de Janeiro e amadurecido intelectualmente, Capistrano recuaria dessa posição, inclusive criticando duramente os autores sociológicos (Comte e Spencer) que lhe serviam então de base para criticar Varnhagen. *Atravessar o oceano para verificar uma vírgula: Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) lido por João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. Tese de doutoramento. Universidade de São Paulo/FFLCH, 2007, 220f., p. 128.

da teoria na produção intelectual – quer do crítico quer do historiador³⁹. A insensibilidade de Varnhagen, apontada por Capistrano, merece ser posta em perspectiva. A escrita da história no XIX foi marcada pela sua crescente vinculação com a construção do Estado-nacional e pela necessidade de dar rigor científico aos trabalhos dos historiadores no esforço de reconstituição do passado.

O papel central da história na cena política do século XIX era perceptível na medida em que, como afirma François Dosse, ao historiador seria atribuída a função de “enunciar o tempo laicizado, de narrar o telos, de afirmar a direção para a qual se dirige a humanidade”⁴⁰, de ter com isso a missão de articular simbolicamente as mudanças operadas pela ascensão liberal decorrente da queda do Antigo Regime face os impactos da Revolução Francesa. Os historiadores teriam posição privilegiada junto ao Estado, quer como membros do corpo político, como Guizot e Thierry na França, quer como formuladores das ideias centrais para a articulação do Estado, como Herculano, em Portugal, e Ranke, na Prússia. O dever desses historiadores era narrar os fatos de modo apurado, além de compreender o movimento geral das sociedades, sem fazer uso de teorias generalizadoras.⁴¹

O que pretendemos demonstrar é como esta aparente limitação de Varnhagen pode ser lida menos como um traço de seu caráter e mais como esforço próprio de transformação da história em ciência autônoma, capaz de funcionar sem se remeter às, como Capistrano de Abreu denominava-as, “doutrinas criadoras” de sentido para os fatos históricos então em pleno processo de nascimento ou às filosofias da história que faziam uso do particular apenas como momentos de determinação do universal.

³⁹ “Nesta formação [a de Sílvio Romero em Recife] nota-se, desde logo, o predomínio das influências de ordem científica. Na segunda metade do século XIX, o advento, no Brasil, do positivismo e do evolucionismo, exigia de quem se aventurasse pela filosofia uma fundamentação científica do pensamento”. Antonio Candido. *O método crítico de Sílvio Romero*. São Paulo: EDUSP, 1988, p. 30.

⁴⁰ François Dosse. *História e historiadores do século XIX*. In: Jurandir Malerba. *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, pp. 15-16.

⁴¹ Idem, p. 20.

Alexander von Humboldt, naturalista prussiano e autor de *Cosmos*, irmão de Wilhelm von Humboldt, escrevendo a Francisco Adolfo de Varnhagen em 1855, parabenizava o autor brasileiro pela publicação de sua *História Geral do Brasil*. Destacava, a partir da leitura das primeiras folhas a que tivera acesso, três qualidades centrais na obra: 1) o fato dela ser fundada em “penosa e séria pesquisa em arquivos”; 2) a inspiração na impressão pessoal da fisionomia do país e 3) as qualidades artísticas presentes.⁴²

Apesar de não ser possível determinar a opinião do sábio prussiano para o conjunto da obra, as intenções do trabalho de Varnhagen lhe pareciam bastante evidentes. Além disso, outros se manifestaram de modo semelhante, como Friedrich von Martius e Ferdinand Denis, afirmando o caráter moderno ou atualizado da escrita da História de Varnhagen. Muito embora o otimismo inicial da recepção da obra de Varnhagen fosse pouco a pouco se diluindo em meio a críticas e ressalvas, como veremos mais adiante, ou mesmo na falta de interesse real, para além das especulações, de se realizarem traduções para as línguas europeias, critério decisivo para a inserção da obra no debate intelectual mais amplo, com o tempo o Visconde de Porto Seguro viria a ser reconhecido como o primeiro a dotar o Brasil de uma história no sentido moderno do termo – nacional e científica.

Entre tais qualidades, a primeira seria a mais associada ao trabalho de Varnhagen. Sérgio Buarque de Holanda, em artigo publicado no *Correio da Manhã*, no qual fazia um levantamento do pensamento historiográfico brasileiro na primeira metade do século XX, afirmou que a “busca documental” realizada pelo Visconde de Porto Seguro era o grande trabalho historiográfico dos oitocentos⁴³. De modo geral, já era consenso entre os membros do IHGB o reconhecimento do uso da documentação como elemento indispensável para se escrever uma história que fosse considerada científica⁴⁴. A reunião exaustiva

⁴² Varnhagen, HGB, 1857. p. 485.

⁴³ Cf. Lucia Maria Paschoal Guimarães. *Sobre a história da historiografia brasileira como campo de estudos e reflexões*. In Lucia Maria Bastos Pereira das Neves [... et alli]. *Estudos de Historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 23.

⁴⁴ “A ideia de formar esse gigantesco estoque material, de que nos fala Nora, fomos encontrá-la num ensaio, denominado “Lembranças do que devem procurar os sócios (...) para remeterem à sociedade central”, publicado por Januário da Cunha Barbosa, já no primeiro volume da Revista. Dentre as fontes a serem levantadas, Januário dava destaque especial aos seguintes testemunhos: biografias de brasileiros ilustres; cópias autênticas de

buscava garantir a constituição do arquivo necessário para manter a memória nacional. Varnhagen foi, entre os membros do IHGB, aquele que levou mais longe tal esforço. Inicialmente levado por “vocação natural” e depois, aproveitando-se de seu trabalho como membro do corpo diplomático do Império, procurou e levantou imensa quantidade de documentos.⁴⁵

Para estabelecer um padrão de medida para a posição de Varnhagen entre os historiadores do século XIX, precisamos ter em vista os problemas formulados pela historiografia geral no período e o modo pelo qual o historiador brasileiro respondeu a tais dilemas. Apesar da dificuldade em se mapear, como afirma Temístocles Cézar, de modo preciso o jogo de influências que esteve presente na vida intelectual de Varnhagen, ainda assim podemos perceber de modo difuso algumas características comuns entre o seu trabalho e o clima geral da historiografia oitocentista.⁴⁶

Varnhagen, ao planejar a escrita de sua *História Geral do Brasil*, pensava em fazer uso do, assim ele o chamava, “novo methodo de escrever a

documentos e extratos de notas pesquisadas em secretarias, arquivos, cartórios civis e eclesiásticos; notícias de costumes indígenas, lendas, sua catequese e civilização; descrições do comércio interno e externo das Províncias, seus principais produtos, rios, montanhas, campos, portos, navegação e estradas; fundação, prosperidade e ou decadência de vilas, arraiais e suas populações”, cf. Lucia Maria Paschoal Guimarães. *Debaixo da Imediata proteção de sua majestade imperial o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1994, 388 fls., p. 120.

⁴⁵ Oliveira Lima salienta esta vinculação entre a carreira diplomática e o trabalho em arquivos, observando que a paixão dominante em Varnhagen era a “investigação histórica”: “foi um ardente investigador, um infatigável ressuscitador de chronicas esquecidas nas bibliothecas e de documentos soterrados nos archivos, um valioso corrector de falsidades e illustrado collecionador de factos.” Apesar de declarar-se um admirador do trabalho de Varnhagen, Lima reconhecia que era problemática a incapacidade de elaborar “sínteses luminosas”, atribuindo-a, contudo, à imaturidade da vida intelectual no país principalmente se comparada a da Europa. Os grandes historiadores europeus contavam com bases de apoio em termos de tradição e de instituições bem maiores do que aquelas disponíveis para Varnhagen, que se tornou ele mesmo uma base para a historiografia brasileira posterior.” *Francisco Adolfo Varnhagen*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), São Paulo: IHGSP, Typographia do Diario Official, vol. 13, 1908, pp. 61-91.

⁴⁶ “Sem pretender situá-lo em uma difícil e duvidosa história das influências podemos, ao menos, afirmar que Varnhagen compartilha uma série de noções gerais e difusas da moderna historiografia oitocentista que surge um pouco por todos os lugares à revelia da identificação com uma corrente teórica determinada: ou seja, aquela do estabelecimento da verdade histórica por meio do trabalho nos arquivos, da busca de documentos originais, da objetividade narrativa e da imparcialidade do historiador.” Temístocles Cézar. *Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência*. Topoi, v. 8, n. 15, jul.-dez. 2007. pp. 159-207. p. 161.

história”.⁴⁷ No esforço de erguer o monumento da história do país, era preciso especial atenção aos recursos que deveriam ser utilizados no processo de construção. O historiador deveria exercer seu ofício segundo parâmetros que permitissem o acesso à verdade histórica, sem ser levado pelos erros e distorções oriundas das antigas práticas de cronistas ou memorialistas. Na polêmica travada com José Inácio Abreu e Lima, que se arrastou entre os anos de 1843 e 1846, autor de um *Compêndio da História do Brasil*⁴⁸, Varnhagen explicitou suas ideias sobre a escrita de história. Diferentemente do que pensava Abreu e Lima – que todo historiador, por trabalhar a partir de documentos e autores, é sempre um compilador – era possível discernir os lugares distintos ocupados por historiadores e por compiladores:

“Escrever uma história, encarar nela devidamente os fatos, e contá-los com algum interêsse para o leitor, e com proveito para o país, não é ser mero compilador. Para escrever uma história é necessário ter fé viva no que se escreve, e um entusiástico amor pela verdade: é necessário que a alma do historiador tenha erudição no assunto, na crítica histórica, independência de caráter, luzes gerais dos conhecimentos humanos e consciência: é necessário que seja grave, urbano, e que tenha miras de bom estadista. Para ser compilador, ainda melhor, plagiário, basta ter ido à escola e saber copiar

⁴⁷ Francisco Adolfo de Varnhagen, carta (s/d), lida em reunião do IHGB em janeiro de 1843. In: *Correspondência Ativa*. Clado Ribeiro de Lessa (org.). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/Ministério da Educação e Cultura, 1961. p. 92. Alertados pelos comentários de Gisele Cristina Cipriani de Almeida sobre os problemas de transcrição presentes na edição das cartas, procuramos ter como procedimento padrão cotejar as cartas impressas com os originais guardados no Museu Imperial de Petrópolis; sempre que houver alguma discrepância anotaremos o problema, indicando a localização da carta original no Arquivo do Museu Imperial. Cf. *“Correspondência Ativa” de Varnhagen - Análise da edição*. Texto integrante dos Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Cd-Rom.

⁴⁸ O *Compêndio* de Abreu e Lima, publicado em 1843, pela E H Laemmert, pretendia ser um livro didático, sem pretensões de originalidade ou profundidade da escrita de história, seu autor levou-o ao IHGB para obter recomendação e reconhecimento. O parecer da obra, dado por Varnhagen, foi duro, ressaltando principalmente o fato de o livro ser decalcado da obra de Alphonse de Beauchamp – que por sua vez realizara plágio da obra de Southey – resultado em prejuízos para a “verdade histórica”, mesmo considerando-se o caráter de manual da obra. Para uma descrição avultada da polêmica. Cf. Clado Ribeiro de Lessa. *Vida e obra de Varnhagen*. In: RIHGB, vol. 226, jan-mar 1955, pp. 20-39.

traslados, e ter muito atrevimento, – como têm sempre os mais ignorantes.”⁴⁹

No fecho da polêmica, podemos perceber a separação que Varnhagen realizava entre quem escreve história e quem não a escreve. Não bastava apenas fazer a crônica dos eventos ou reunir as informações disponíveis. Diante do historiador, colocavam-se uma série de questões cuja solução era fundamental para se equacionar o ofício e tornar a obra que se escrevia passível de reconhecimento, pelos seus pares e pelos seus leitores. Varnhagen participava, a seu modo, da disputa pelo passado e por determinar quem tinha a legitimidade de reconstituir o acontecido⁵⁰.

Este novo método de escrever a história era para Varnhagen peça fundamental de sua história geral, pois garantir ao país de adoção uma história “verdadeira” e cujas bases pudessem ser compartilhadas com os sábios da Europa significava dar mais um passo na obra de construção da nação. Neste sentido, o autor da história geral inseria-se no amplo processo de transformação pelo qual passava o Ocidente. A escrita da história no século XIX, pautava-se na exaustiva pesquisa documental e no movimento de dar resposta aos problemas oriundos da formação dos Estados Nacionais.

A preocupação de Varnhagen em escrever uma história fundamentada em princípios modernos é bem perceptível na viagem de pesquisa e reconhecimento de quase um ano que fez, entre os anos de 1840 e 1841, pelo Brasil e que podemos acompanhar por uma série de cartas que enviou ao Cônego Januário da Cunha Barbosa, secretário do IHGB. Sua viagem foi dedicada em grande parte às obrigações que se lhe impunham “a qualidade de ser membro” do Instituto⁵¹, ou seja, de examinar arquivos, bibliotecas e monumentos com o fito de apurar informações pertinentes à escrita da história e ampliar a base documental disponível para os outros

⁴⁹ Francisco Adolfo de Varnhagen. *Réplica apologética de um escriptor calumniado e juízo final de um plagiário que se intitula general*. Madrid: Imprensa de J. R. Dominguez, 1846, p. 24.

⁵⁰ Cf. Manoel Luiz Salgado Guimarães. *Entre amadorismo...* op. cit., pp. 184-200.

⁵¹ Francisco Adolfo de Varnhagen. *Correspondência...* op. cit., p. 53.

membros⁵². A viagem, ademais, colocava-o em contato com as paisagens do país, possibilitando o confronto entre as informações fornecidas pelos autores de referência até então, como Manuel Ayres Cazal⁵³, e os dados disponíveis em locais muitas vezes de difícil acesso. É o caso, por exemplo, do Padrão de Cananéia:

“Na Cananéia fui examinar o Padrão de que fallo à pag. 90 do Diário de Pero Lopes. – É falso o que diz Cazal de se ler alli certo anno, do que elle tira um argumento. Não teve nem tem anno algum especificado. Eu fiz disso lavrar um auto com testemunhas que algum dia apresentarei.”⁵⁴

Aqui podemos observar os procedimentos de Varnhagen no trato com suas fontes. As referências de outros autores são tomadas como orientações de pesquisa, não mais como fatos históricos. A simples afirmação não bastava mais para transformar aquilo que os predecessores imaginavam ser um dado em uma fonte histórica confiável para fundamentar o trabalho do historiador, era preciso apurar as informações autênticas, separando-as daquelas que eram falsas no novo registro de escrita histórica⁵⁵.

⁵² Idem, p. 59.

⁵³ Na primeira edição de sua *Corografia Brazilica, ou Relação histórico-geografica*, escrevia o Padre Manuel Ayres de Cazal, no capítulo dedicado à Capitania de São Paulo, na nota 42, pp. 227-8: “Na entrada da barra da Cannanea da banda do Continente, sobre umas pedras está um padrão de marmore Europeu, com quatro palmos de comprimento, dois de largo, um de grossura, e as Armas Reaes de Portugal sem castellos; posto que mais deteriorado do que muitos o pensariam, bem se conhece que foi collocado em mil quinhentos e tres. Este MONUMENTO prova com toda a evidencia que a armada, que neste anno sahio do Tejo para examinar a Terra Vera-Cruz, não retrocedeu do paralelo de dezoito gráus de latitude Austral, como pretende o fabuloso Americo Vespucio; e mostra tambem não ter sido collocado em mil quinhentos trinta e um, como quer o modernissimo Benedictino Fr. Gaspar, que não duvidou asseverar por conjectura que fora posto por Martim Affonso: depondo finalmente a nosso favor contra A. Vespucio que a armada de quinhentos e hum ou não tomou a costa Oriental, ou não chegou a estas paragens; porque ella devia levar padrões para authenticar a posse, que da Terra se tomava”.

⁵⁴ Francisco Adolfo de Varnhagen. *Correspondência... op. cit.*, p. 61.

⁵⁵ Nesse sentido, acompanhamos a análise de Ricouer sobre o papel do Arquivo na formação do fazer histórico: “Aqui a ênfase será dada aos traços por meio dos quais o arquivo promove a ruptura com o ouvir-dizer do testemunho oral. Assume o primeiro plano a iniciativa de uma pessoa física ou jurídica que visa a preservar os rastros de sua própria atividade; essa iniciativa inaugura o ato de fazer história”. Paul Ricouer. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 178.

O acesso à documentação marcava não só o desejo de escrever a História do Brasil, mas era também, para Varnhagen, um movimento de aproximação do país que decidira adotar. Realizar pesquisas na Torre do Tombo, levantar e fazer anotações de documentos referentes ao passado do Império do Brasil era, ao mesmo tempo, um modo de ir ao encontro da nação a cujo destino decidirá vincular o seu⁵⁶. Tratava-se de uma relação viva com o Arquivo; esse não era o depositário de documentos desprovidos de significado presente, era o local de encontro do historiador com a sua “missão” científica e política.

Obviamente não temos aqui a relação que Paul Ricouer definia como a busca pelo rastro efetuada pelo historiador a partir de perguntas norteadoras de seu fazer, resultado da revolução historiográfica operada pela Escola dos Annales. Mas estamos no passo anterior, que Marc Bloch definia como “ingenuidade epistemológica”, ou seja, “que poderia existir uma fase número um, em que o historiador reuniria os documentos, os leria e ponderaria sua autenticidade e veracidade, após a qual viria a fase dois, em que os utilizaria”⁵⁷. Varnhagen trabalhava tendo em vista a necessidade de reunir o máximo possível de informações a serem transformadas em fontes históricas viáveis para a elaboração de sua história. Tal ingenuidade, contudo, não deve ser tomada no sentido literal, ou seja, de ignorância do papel decisivo da reflexão na escrita da história. Varnhagen não acreditava ser possível escrever uma história geral do Brasil apenas compilando fatos. Pelo contrário, a condição *sine qua non* para viabilizar seu projeto, para torná-lo mais do que, em suas palavras, mera crônica, era ter ciência do papel dessa história no presente e ser capaz de orientar a reconstituição do passado em direção a esse presente.

Assim, Varnhagen estaria mais perto daquilo que Wilhelm Von Humboldt definia como “fatos históricos” resultantes da pesquisa e da tradição, que davam substância à primeira exigência da tarefa do historiador, a mais “pura e completa exposição do acontecimento”. O passo seguinte, a segunda exigência, era a capacidade criadora de dar forma ao acontecido, indo além da

⁵⁶ Francisco Adolfo de Varnhagen. *Correspondência... op. cit.*, p. 71.

⁵⁷ Paul Ricouer. *A memória... op. cit.*, p. 188.

superfície fornecida pelos fatos, compondo um todo a partir “de um conjunto de fragmentos”.⁵⁸ Apesar de não fazer referência a Humboldt, não deixa de ser curiosa a semelhança entre as reflexões do alemão e as ideias de Varnhagen sobre o necessário para se alcançar o título de historiador: erudição, dotes filosóficos e literário-poéticos, requeridos em igual medida para sustentar a escrita de história na qual a verdade e a sua função política fossem alcançadas⁵⁹.

A erudição não era apenas entendida como a ampliação continuada dos dados disponíveis para o historiador, era antes o levantamento de “fatos averiguados” sem os quais a escrita da história seria considerada, principalmente para um estrangeiro, como mera “novela” ou “romance provável”. Por isso, o historiador deveria estar atento continuamente às fontes e pautar-se nelas para guiá-lo nos meandros do assunto tratado⁶⁰. A preocupação com a opinião de estrangeiros, que aqui podemos resumir na figura do Europeu ocidental, não é um dado irrelevante, pois evidencia o lugar de inserção da história brasileira. Sem aceitação na Europa, a obra da história do Brasil não atingiria a sua plena realização.

A integração do Brasil à civilização – entendida como Ocidental e Cristã – passava não só por manter internamente no país os vetores civilizados – Estado, Lei e a Religião – como também ligar a vida espiritual nacional ao

⁵⁸ Wilhelm von Humboldt. *Sobre a tarefa do historiador*. In: Estevão de Rezende Martins (org.). *História Pensada – Teoria e Método na historiografia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 83. Escrito em 1821, este texto do filólogo prussiano é considerado o marco inaugural do que viria a ser conhecido como historicismo alemão. Não afirmamos aqui que Varnhagen tenha tido contato direto com os trabalhos de Humboldt ou Ranke, procuramos apenas, como afirmava Arno Wehling, buscar indícios de sua inserção na *Culture Savante* da época. *Estado, História, Memória: Varnhagen e a construção da Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. Pp 136-137. Muito embora, dados os contatos intelectuais de Varnhagen com Herculano e posteriormente Ferdinand Denis, Alexander von Humboldt entre outros não é inverossímil cogitar aproximações, ainda que de segunda mão, entre Varnhagen e aqueles autores que estavam modificando a escrita da história na Europa.

⁵⁹ Francisco Adolfo Varnhagen. *Como se deve entender a nacionalidade na historia do Brasil*. Mss, MI, Maço 180 – Doc. 8222. Essa memória tem uma trajetória peculiar, pois escrita em 1852 e enviada ao Imperador D. Pedro II, com um pedido para publicá-la na Revista Guanabara e depois na revista do IHGB, seria abandonada pelo autor. Alguns anos depois Varnhagen retomaria algumas partes para escrever o “Discurso Preliminar” do tomo II de sua *História Geral do Brasil*. Em 1948, foi finalmente publicado no Anuário do Museu Imperial, tomo IX, p. 229-236. Cf. Hans Horch. *Francisco Adolfo de Varnhagen: subsídios para uma bibliografia*. São Paulo: Editoras Unidas, 1982, p. 78.

⁶⁰ Francisco Adolfo de Varnhagen. *Como se deve... op. cit.*

processo cultural Europeu. Antonio Candido descrevia a Literatura brasileira como “galho secundário da portuguesa, por sua vez arbusto de segunda ordem no jardim das Musas”⁶¹. Tal afirmação, que não deve ser compreendida como juízo moral, aponta para o vínculo continuamente buscado pelos intelectuais brasileiros, quer escritores quer historiadores, com a matriz europeia, estabelecendo a qualidade de seu trabalho a partir da relação – positiva ou negativa – com o centro europeu. A recepção de Varnhagen e sua obra na Europa compunha parcela considerável do juízo que o historiador fazia do Velho Continente. Por isso, fez questão de publicar os comentários de sábios europeus no segundo volume de sua *História Geral do Brasil*, procurando demonstrar que a história particular do Império ecoava no lugar de produção da grande história da civilização⁶².

Contudo, não bastava levantar os fatos históricos, tendo-os fundamentado em pesquisa apurada em arquivos os mais diversos. Varnhagen percebe a necessidade de articular tais fatos com elementos aparentemente externos à reconstituição histórica. O “discernimento crítico” permitiria ao historiador elevar-se acima da “mera crônica” dos fatos para a escrita da história no sentido estrito da palavra. O historiador deveria ser capaz de articular os conhecimentos gerais humanos e, a partir do domínio de noções científicas e políticas, tornar-se “testemunha do passado” e “luz e guia da nação”⁶³. Nesse ponto podemos observar uma diferença entre a visão de história de Varnhagen e a professada por Wilhelm von Humboldt, pois esse afirmava que apenas o erro e a ausência de aprendizado poderiam resultar das tentativas de fazer a história fornecer exemplos que deveriam ser seguidos⁶⁴.

A construção da nação e a escrita da história possuíam relação diferente na Europa, muito embora pudessem ocorrer semelhanças. O jovem Ranke não escreveu em 1832 a seus compatriotas chamando-os a “resolver nossa própria e grande tarefa: temos de construir o verdadeiro Estado alemão,

⁶¹ Antonio Candido. *Formação da Literatura Brasileira – Momentos decisivos*. 8ª ed. 2 vols. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1997. *Prefácio*, p. 9.

⁶² Varnhagen. HGB, 1857. p. 485 e ss.

⁶³ Francisco Adolfo de Varnhagen. *Como se deve... op. cit.*

⁶⁴ Wilhelm von Humboldt. *Sobre a ... op. cit..* p. 86.

que corresponda ao gênio da nação”⁶⁵. Naquele momento de sua vida, Ranke, assim como Varnhagen, preocupava-se com a organização do Estado, objetivo que os alemães alcançariam apenas em 1871. Posteriormente, contudo, acabou tomando distância desta posição, pois passou a considerar o vínculo entre a ciência e a política, danoso aos estudos em geral e aos estudos históricos em particular. O estudioso não deveria ser nem a favor nem contra os partidos, mas compreender o movimento geral da época. Este afastamento dar-se-ia principalmente em nome da objetividade do conhecimento científico, ideal maior do historiador prussiano. A sua *objetividade*, contudo, tendia a ser lida pelos contemporâneos como *imoral* e para os que vieram depois seria tida como *impossível*.⁶⁶

Para Varnhagen, tal posição jamais poderia sustentar a sua escrita de história. Caminhou em direção oposta, afirmando mesmo ser a missão maior do historiador fornecer exemplos de boas práticas governativas e apontar os erros e descaminhos dos antepassados da nação, permitindo às gerações do futuro evitar as faltas que marcaram os seus antepassados.⁶⁷ Ou seja, Varnhagen inseria sua escrita de história no âmbito da função exemplar que deveria ser exercida pelos historiadores, a *Historia Magistra Vitae*, a história mestra da vida.

Na Europa, como afirma Koselleck, a história entendida como escola, cuja função era permitir aos homens assimilar os acertos dos antepassados bem como evitar os seus erros, passaria a sofrer pesadas críticas ao longo do XIX, até ser reduzida a uma questão não-científica⁶⁸. No Brasil, país em plena formação de seu Estado e de sua nacionalidade, parecia evidente que olhar para o passado como meio de garantir o futuro era o cerne mesmo do trabalho do historiador comprometido com o país e com sua história. A questão do engajamento permitiu a Varnhagen estabelecer um critério de

⁶⁵ Leopoldo von Ranke. *França e Alemanha*. Apud Sérgio da Mata. *Leopoldo von Ranke (1795-1886)*. In: Estevão de Rezende Martins (org.). *História pensada... op. cit.*, p. 195.

⁶⁶ Sérgio da Mata. *Leopold von... op. cit.*, pp. 197-198. Além disso, Sérgio Buarque de Holanda, retomando Marc Bloch, lembra que o esforço de ater-se apenas aos fatos – ainda que ordenados em função de um sentido – pode ser lido tanto como conselho de probidade como também convite à passividade. *O atual e o inatual em Leopold von Ranke*, p. 20.

⁶⁷ Francisco Adolfo de Varnhagen. *Como se deve... op. cit.*

⁶⁸ Reinhart Koselleck. *Historia Magistra Vitae... op. cit.*, p. 51.

seleção dos fatos e, com isso, manter o controle sobre aquilo que participa de sua história e aquilo que deve ser excluído:

“Há verdades ácerca das quaes o historiador deve proceder como dramaturgo, que esconde de traz dos bastidores o que julga conveniente à melhoria da sua produção. Sem faltar à verdade poderá algumas vezes o historiador calar acções (boas ou más) desnecessárias, segundo seu modo de ver. – E muitas vezes mostrará elle mais merito em saber calar, que tera tido em escrever uma das suas melhores páginas.”⁶⁹

O papel do historiador no Brasil não poderia se resumir ao do estudioso isolado e dedicado apenas ao seu estudo: o Estado precisava ser defendido, e a nação precisava ser erguida em bases sólidas. Como preservar a objetividade científica em meio a tais demandas políticas? Varnhagen avançou sobre tal questão ao afirmar que a defesa do interesse nacional era ela mesma a base que permitiria transformar a história em conhecimento objetivo do país. No prefácio do II volume da *História Geral do Brasil*, temos a afirmação desta relação quando Varnhagen compara sua obra, que deveria integrar o país nas “histórias das nações”, e a Monarquia, que havia integrado política e territorialmente o Brasil, levando-o a fazer parte do concerto geral das nações civilizadas. Ambas cumpriam, em lugares diferentes, o papel de dar substância à nacionalidade brasileira⁷⁰.

E, por último, há em Varnhagen a preocupação estética, tão presente nos românticos e nos historiadores historicistas de modo geral. A

⁶⁹ Francisco Adolfo de Varnhagen. *Como se deve entender... op. cit.*

⁷⁰ Manuel Salgado Guimarães tratando do espírito geral da historiografia oitocentista brasileira, buscando enfatizar a presença de influências ilustradas no romantismo brasileiro, coloca esse impasse nos seguintes termos: “Uma articulação entre conhecimento e exercício do poder, entre demandas fundadas num conhecimento da história e do território e a implantação de um projeto de construção nacional. Um conhecimento que oscila entre duas possibilidades para a sua fundamentação: a tradição das Luzes com seu projeto de formular uma razão explicativa para o devir próprio às sociedades americanas, incluída aí evidentemente o Brasil, e a necessidade da observação do que lhe é próprio, aquilo que na formulação de Barante seria a condição de pensar a cor local.” *Entre as luzes e o romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista*. In: Manoel Luiz Salgado Guimarães (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p. 71.

forma de se escrever a história era tão importante quanto o seu conteúdo, pois a escrita histórica estava estreitamente ligada a sua forma narrativa, submetida por isso aos “preceitos da unidade e da verossimilhança”. Apenas a fundamentação documental e a orientação correta do sentido da escrita não eram suficientes, era necessária também precisão no uso da linguagem ou, do contrário, verdades históricas tornar-se-iam, na pena do historiador, inverossímeis ao leitor, inviabilizando a apreensão tanto dos fatos desta história quanto de suas lições morais e políticas⁷¹.

A questão estética marcou Varnhagen desde a juventude. Quando ainda morava em Portugal, podemos perceber esta inclinação em carta escrita a Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, diretor da biblioteca de Évora, em setembro de 1839, quando contava Varnhagen com 22 anos, e na qual transmitia ao amigo as informações sobre a formatação dos artigos a serem publicados no *Panorama*, periódico dirigido por Herculano. Dizia:

“Convêm ainda dizer outra reflexão: que convirá ser effectiva para todos os artigos que se escreverem em periódicos como o Panorama. É necessário que em todos elles trabalhe a imaginação, quero dizer, que com a verdade haja imagens e poesia que deleite. V. S^a bem saberá – É necessário que quem escreve incuta as suas ideias e é nisto que consiste a maior *originalidade* que de V. S^a pedem os Directores do Panorama.”⁷²

Continuaria anos depois a seguir essa orientação. A relação entre a História e a Poesia pareceria a ele ainda mais necessária. A comparação se dava no sentido de haver, no trabalho de historiador, dimensões criativas, necessárias para entabular a verdade dentro de referências imagéticas comuns às dos seus leitores. Varnhagen não caminhava no sentido de apontar a criação da forma como elemento comum à poesia, como o faria Humboldt, e depois também Ranke, antes a sua perspectiva orientava-se no sentido de

⁷¹ Francisco Adolfo de Varnhagen. *Como se deve... op. cit.*

⁷² Francisco Adolfo de Varnhagen. *Correspondência... op. cit.*, p. 34. Varnhagen tratava aqui dos artigos em geral que deveriam compor o periódico, aí incluídos os de história.

estabelecer semelhanças no campo dos temas afins das duas formas de escrita:

“Factos há tão sublimes na historia de todos os povos, paragens tão encantadoras em alguns paizes, como o nosso, acções tão bellas e generosas de alguns heroes, que o historiador que os não descrevesse poeticamente não interessaria o leitor, de modo conveniente à própria verdade.”⁷³

Os temas sugeriam um tratamento poético, obrigando o historiador a trabalhar sua escrita para pô-la em ressonância com os assuntos tratados. Contudo, era preciso ter em vista as distinções entre a escrita poética e a histórica. Para Varnhagen, o fazer poético buscava sempre – quer por meio de palavras, imagens, sons etc. – conceber e definir o belo e o sublime, permitindo-se ao poeta inclusive a improvisação. Além disso, como afirmava Ranke, a arte basta-se a si mesma e a obra poética, uma vez escrita, atesta sua própria validade⁷⁴. Já o historiador precisava prestar contas à sua erudição histórica ou, em outras palavras, a aridez da dedicação aos estudos de política e legislação tendia a minar a espontaneidade ou “impaciência” necessárias, na visão de Varnhagen, aos grandes gênios criadores da arte poética. Portanto, o historiador deveria ter cuidado extremo no uso de recursos poéticos em sua escrita, pois se usados de modo inconsequente punham em xeque a particularidade e a objetividade da História como forma de apreensão da realidade pautada em critérios objetivos. Por outro lado, se ignorados, inviabilizava-se o fim último da história: ser lida e compreendida pelas gerações presentes e futuras.

Varnhagen e a história da civilização no Brasil

Em seu *Memorial Orgânico*, Varnhagen tomava por epígrafe a seguinte frase de Guizot: “On ne guérie pas les maux qu'on n'ose regarder en

⁷³ Francisco Adolfo de Varnhagen. *Como se deve...* op. cit.

⁷⁴ Leopold von Ranke. *O conceito...* op. cit., p. 203.

face.”⁷⁵ Apesar do caráter de plataforma política que o texto possui também é, como veremos na parte seguinte, uma exposição da visão de Varnhagen sobre o caráter que deveria marcar o funcionamento do país e o papel que o conhecimento histórico deveria cumprir nessa “missão civilizatória”. A ideia de olhar de frente os problemas ou males que afligiam a nação, ou seja, que a impedissem de alcançar sua plena realização como entidade nacional, comporia parte fundamental da reflexão histórica de Varnhagen.

Francisco Adolfo de Varnhagen almejava, ao escrever a sua *História Geral do Brasil*, contribuir no processo de construção da identidade nacional brasileira, ao dar uma “alma” ao corpo territorial do Império. Encontrar solução para o impasse estabelecido pelas continuidades políticas, econômicas e sociais que marcaram a passagem de colônia a nação era o problema a ser enfrentado. Fiel à casa de Bragança e imbuído da certeza do papel fundamental desta na manutenção da unidade territorial e política do país, buscou no processo de colonização portuguesa na América as raízes, ou origens, da civilização brasileira. Tal escolha resultou em equilíbrio precário, pois, entre a consolidação da identidade nacional brasileira e a raiz portuguesa do Império brasileiro deveria haver estreita proximidade, mas sem comprometer a organização de uma entidade distinta da do Império português.

A contribuição decisiva de Portugal, na escrita da História de Varnhagen, foi ter permitido o transplante da civilização ocidental e cristã no território da América e garantir com isso que a “barbárie” indígena perdesse espaço e as imensas potencialidades da terra pudessem ser adequadamente exploradas. Ao mesmo tempo, conforme o Estado português deitou suas raízes, serviu de suporte para a criação de uma nova identidade política, cuja primeira manifestação, para o autor, pode ser encontrada na resistência contra o holandês, ainda no século XVII. Com isso, Varnhagen oscilava entre a sua

⁷⁵ “Não se curam os males que não ousamos olhar de frente.” Francisco Adolfo de Varnhagen. *Memorial Orgânico – Offerecido á nação* In: Guanabara – Revista mensal, artística, científica e litteraria Tomo I. Dirigida por: Joaquim Manoel de Macedo, Antonio Gonçalves Dias e Manoel de Araujo Porto-Alegre. Rio de Janeiro: Paula Brito, impressor da casa Imperial. Dez/1851, p. 357. Varnhagen afirmava que esse trabalho fora escrito, espaçadamente, desde 1839, e publicado em Madri em 1849. Hans Horch. *Varnhagen...op. cit.* pp. 160-161. A versão que utilizamos aqui é a versão parcial de sua 2ª edição presente na Guanabara. No prefácio, Varnhagen afirmava que, contra a vontade, havia assinado o trabalho: temia que seu nome causasse resistência às suas ideias, que sabia polêmicas.

fidelidade à História como ciência do passado e a História como elemento político fundante da legitimidade política do Imperador D. Pedro II e sua Casa⁷⁶.

A inserção social do Visconde de Porto Seguro, membro do corpo diplomático do Império e sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), permitiu-lhe entranhar na escrita de sua obra a dimensão de memória histórica compatível com a construção do Estado, levada a cabo pelas elites imperiais ligadas ao projeto centralista e monárquico para o Brasil. Nesse sentido, partimos da hipótese de que o autor da *História Geral do Brasil* elaborou historiograficamente a “colonização portuguesa na América”⁷⁷ como o grande objeto da historiografia brasileira, garantindo que a continuidade no plano político de formação da nação encontrasse ressonância no plano da construção da memória social do novo país. Ao enfatizar o papel do português e ao afirmar a identidade entre nacionalidade, colonização e civilização Varnhagen encontrou o ponto de equilíbrio entre a ruptura e a continuidade no processo histórico brasileiro.

A “civilização” e suas variantes – civilizar, civilizado etc. – eram conceitos centrais para Varnhagen. O uso desses conceitos, contudo, era flexível: no geral, havia a ideia de oposição entre a herança europeia e a presença indígena no Brasil. Entretanto, ao longo da sua obra, outros matizes aparecem, associando seu pensamento às tradições europeias de defesa da “civilização”.

Definir de modo preciso o significado do conceito de “civilização” não é matéria simples; Braudel, em sua *Gramática das civilizações*, observava que o sentido moderno – passagem ao estado civilizado – da própria palavra tinha história recente, datando de 1752, e que Voltaire – geralmente associado à

⁷⁶ Sérgio Buarque de Holanda observa que Leopold von Ranke enfrentou dilema parecido, mas no caso do historiador prussiano a sua fidelidade, para surpresa de seus contemporâneos, tendia para a ciência histórica em detrimento à que ele devia a Casa de Brandeburgo. *O atual e o inatual em Leopold von Ranke*. Introdução ao Volume *Ranke... op. cit.*, p. 11.

⁷⁷ A centralidade da colonização na obra de Varnhagen já era apontada por José Honório Rodrigues, contudo, ele centra sua análise no caráter político das escolhas de Varnhagen. Por ser defensor da monarquia e do elemento português Varnhagen teria “parcelado” as “mazelas” do colonialismo português. *Varnhagen, mestre da História Geral do Brasil*. in: *História e historiografia*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1970, pp. 128-129.

defesa dos princípios civilizados – não fazia uso do termo⁷⁸. Avançado para o século XIX, contudo, podemos perceber que conceito de civilização, segundo Norbert Elias, podia referir-se ao modo como era compreendido o processo de desenvolvimento da sociedade europeia. Era possível circunscrever o seu sentido ao conjunto de ideias, hábitos e práticas associados à defesa da superioridade europeia face aos outros povos, como também a “civilização” era considerada expressão do caráter nacional dos povos da Europa no processo final de sua expansão pelo globo terrestre.⁷⁹

Mas, para além da dimensão prática, do estabelecimento de condições objetivas para a expansão do poderio europeu no século XIX, a ideia de “civilização” abarcaria importantes transformações nos quadros de pensamento dos europeus – e de seus herdeiros no continente americano – colocando-se junto ao cristianismo como elemento formador da consciência nacional dos povos ocidentais. A relação com as sociedades do passado ou com as sociedades contemporâneas “primitivas” passava a ser marcada pela certeza da superioridade tecnológica, política e econômica nutrida pelos povos europeus.⁸⁰

Varnhagen tinha como horizonte político e historiográfico o vínculo do desenvolvimento nacional à contínua integração do Brasil ao movimento geral da civilização europeia. Nesse sentido civilizar o império era ação de

⁷⁸ Fernand Braudel. *Gramática das civilizações*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2004, pp. 25-30.

⁷⁹ “O conceito de “civilização” refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, as ideias religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitações ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, a forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, nada há que não possa ser feito de forma “civilizada” ou “incivilizada”. Daí ser sempre difícil sumariar em algumas palavras tudo a que se pode descrever como civilização.” Norbert Elias, *O processo civilizador – uma história dos costumes* (1º Vol.). 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994, p. 23.

⁸⁰ “Mas se examinamos o que realmente constitui a função geral do conceito de civilização, e que qualidade comum leva todas essas várias atitudes e atividades humanas a serem descritas como civilizadas, partimos de uma descoberta muito simples: este conceito expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo. Poderíamos até dizer: a consciência nacional. Ele resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas “mais primitivas”. Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão do mundo, e muito mais.” Idem, *ibidem*.

duplo impacto, pois implicava tanto a imposição dos valores civilizados ao conjunto do território brasileiro – do litoral para os sertões – como também permitir ao Império participar em igualdade de condições do concerto das nações civilizadas da Europa.

Em 1842, escrevendo para o Cônego Januário da Cunha Barbosa – 1º secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) – Francisco Adolfo de Varnhagen anunciava os primeiros passos na composição de sua “História da Civilização do Brasil”. Aproveitava seu tempo livre do trabalho - adido à legação diplomática em Lisboa - para frequentar a Torre do Tombo, em busca de documentos que subsidiassem o novo “methodo de escrever a história” capaz de iluminar o passado do Império do Brasil. A primeira aproximação do autor, diante da “riqueza dos documentos disponíveis”, era fazer apontamentos no lugar de copiar os documentos, resumia-se à produção de “Memórias” sobre momentos ou eventos significativos do período colonial⁸¹. A produção de uma história nacional brasileira, “vocação mais antiga e espontânea” do autor, demandava a reunião de imensa quantidade de informações sobre pessoas, lugares, instituições e fronteiras do território da América portuguesa, a fim de aferir a relação entre aquilo que se supunha saber sobre essa história e a documentação existente nos arquivos portugueses.

Varnhagen não duvidava que o fundamental na história da civilização brasileira era a sua vinculação, através da ação colonizadora de Portugal, com a herança oriunda da Civilização na Europa. Em 1840, após o seu fatídico encontro com os “bugres” no interior da província de São Paulo, havia abandonado o seu indianismo juvenil e adotado com veemência o ponto de vista contrário, tornando-se um combatente da “ilusão indianista”⁸², pois essa, na sua visão, pretendia assentar a história da nação brasileira nas tribos indígenas que aqui estavam antes da chegada do colonizador europeu, nos “habitantes originais” do Brasil. A anterioridade dos índios, para Varnhagen,

⁸¹ Francisco Adolfo de Varnhagen, *Correspondência... op. cit.*, p. 92.

⁸² Pedro Puntoni. *O Sr. Varnhagen e o patriotismo caboclo*. In: István Jancsó. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo/Ijuí: Editora HUCITEC e FAPESP/ Editora Unijuí, 2003, pp. 641-643. Cf também Laura Nogueira Oliveira. *Os índios bravos e o sr. Visconde: os indígenas brasileiros na obra de Francisco Adolfo de Varnhagen*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2000, 186 fls.

não significava primazia no processo de formação da civilização brasileira, antes seria “indecoroso” sacrificar aos “botocudos” o princípio civilizador que “organizou a actual nação brasileira”, rebaixando-a a barbárie⁸³.

Esse afastamento do ideário indianista ganharia ares de programa em 1852, quando em carta escrita ao Imperador D. Pedro II, definia, no texto intitulado “Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil”, a “verdadeira história do Brasil”, em outras palavras, como a história da “colonização, civilização, organização e desenvolvimento” levada a cabo pelos portugueses no território de suas descobertas na América⁸⁴. Esse esforço de ocupação das descobertas portuguesas foi fundamental para estabelecer as bases da nacionalidade brasileira, nos termos considerados adequados pelo autor, ou seja, garantindo a inserção da história brasileira no concerto das histórias das nações civilizadas europeias.

A história nacional brasileira começava com a ocupação efetiva do território da América. Varnhagen marcava o início dessa história entre os anos de 1534 e 1536, quando D. João III dividiu as conquistas em Capitânicas e as distribuiu entre os Capitães-Donatários. Partia do momento no qual a ação do Estado português passava a ser sentida de modo inquestionável no território, levando com isso a ordem necessária para organizar a religião e as instituições fundantes do poderio português na América. Essa baliza orientava-se pelo papel que, segundo ele, a escrita da história deveria desempenhar junto ao Estado Imperial, pois era parte do *ethos* do historiador oitocentista confeccionar “uma identidade coletiva” e uma “reflexão” sobre os modelos de governo que dessem amparo à organização do Estado Independente.⁸⁵

A manutenção do vínculo civilizatório com Portugal não era preocupação exclusiva de Varnhagen, que apenas encaminhava e dava forma a uma preocupação de uma parcela da elite ligada à monarquia e envolvida na

⁸³ Francisco Adolfo de Varnhagen. *Como se deve entender... op. cit.*

⁸⁴ Idem, *ibidem*.

⁸⁵ A discussão sobre o papel geral dos intelectuais junto ao Estado Imperial é desenvolvida por Rodrigo Turim. *Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista*. In: História da historiografia. N. 02. Março de 2009. O texto, focado em Sílvia Romero, trata principalmente da ação dos intelectuais junto ao IHGB e da relação desta instituição junto ao Imperador Pedro II.

construção da nação brasileira. Manuel Salgado Guimarães observa que, diferentemente da Europa, no Brasil nação e Estado seriam pensados como uma unidade, cujo nexos era a Coroa imperial. A colonização portuguesa tendia a ser compreendida como missão civilizatória que engendrou o passado brasileiro e, também, como herança legada ao Brasil independente, cujo abandono implicaria na perda da identidade do jovem império⁸⁶. Obviamente o conflito com os indianistas problematizava essa solução historiográfica, levando Varnhagen a atacar esse “brasileirismo caboclo”, que ocupava espaços importantes na imprensa, na literatura e inclusive dentro do próprio IHGB⁸⁷. Contudo, apesar da fria acolhida dada a primeira edição de sua obra – atribuída por Varnhagen aos defensores dos Índios ou “philo-tapuias” – a *História Geral do Brasil* ganharia com o tempo o lugar de primeira história – no sentido moderno – do país.

Um projeto de história para o nascente Império do Brasil precisava equilibrar a continuidade do *status quo* colonial, exigido pela manutenção da estrutura econômica (monocultura e escravista) e da estrutura política (uma monarquia assentada na dinastia portuguesa de Bragança), com a necessidade de se afirmar identidade da nova nação. O cerne desse equilíbrio realizou-se exatamente no papel desempenhado pela colonização portuguesa da América.

No concurso realizado pelo IHGB em 1847, com o objetivo de definir o modo de escrita desta história, o vencedor, o viajante-naturalista bávaro Karl Friedrich von Martius, percebeu as linhas mestras da nova memória social – o papel central do português e na sua interação com os elementos índio e negro. Sugeriu, contudo, a miscigenação das três “raças” como ponto central e, inclusive, o que diferenciava o novo país de sua metrópole⁸⁸. Ora, a ideia de

⁸⁶ Manuel Salgado Guimarães. *Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 5-27, pp. 06-07.

⁸⁷ Pedro Puntoni. *O sr. Varnhagen... op. cit.*, pp. 652-653.

⁸⁸ Karl Friedrich Martius, *Como se deve escrever a história do Brasil*. Originalmente publicado na “Revista Trimensal de História e Geografia” ou “Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, n. 24. Janeiro de 1845. A edição utilizada foi a presente na publicação conjunta com o texto sobre os direitos dos autóctones do Brasil Karl Friedrich Philipp von Martius, (1794-1868). *O estado de direito entre os autóctones do Brasil*. São Paulo/Belo Horizonte: Editora Itatiaia/EDUSP, 1982. pp. 87-89.

um “império mestiço” afigurava-se intolerável para os arquitetos políticos do país⁸⁹. Varnhagen conseguiu retirar este entrave, ao estabelecer uma relação íntima entre dois processos distintos: por um lado o de colonização portuguesa e por outro o de implantação da civilização europeia no Brasil. Essa era entendida como singular e universal ao mesmo tempo, pois sua história nacional ressaltava o esforço português de implantar no território de sua grande colônia os fundamentos civilizacionais – a lei, a fé e o poder real – necessários para sustentar o projeto de nação da elite imperial. Reduziu, assim, os elementos índio e negro a meros suportes desse processo.

Varnhagen considerava indiscutível a superioridade da civilização europeia em todos os sentidos, ao afirmar a incompatibilidade entre o passado que desejado para a nação brasileira e o os índios, que não serviriam para cunhar a história nacional:

“[...] porque a Historia nacional deve ser a imagem da verdade historica apresentada da forma que, segundo a consciência do historiador, interessa e convem à nação. Por ventura aspiramos nós a ser selvagens? Ou a render culto e vassalagem aos asquerosos sacrificios da anthropophagia? Só em tal caso se desculparia ao historiador o rehabilitar tal estado.”⁹⁰

Se não havia problema em ter nos índios o cerne de certa “poesia brasileira”, lugar no qual a “verdade” não era uma necessidade premente, na história brasileira, por outro lado, tal hipótese seria insustentável em virtude do estatuto do discurso histórico, da necessidade de se descrever o percurso que possibilitou a maturação da civilização no Brasil. Ora, afirma Varnhagen, o “termos códigos, o termos cidades, o termos governos [...] o sermos cidadãos, o vermo-nos considerados na comunhão das nações mais civilizadas do globo [...] o possuir um Throno ocupado por uma das mais illustres dynastias do seculo” não pode ser atribuído, sem faltar à verdade da História, aos índios. A

⁸⁹ Cf. Lucia Maria Paschoal Magalhães. *Debaixo da proteção... op. cit.* p. 248.

⁹⁰ Francisco Adolfo de Varnhagen. *Como se deve entender... op. cit.*

única possibilidade de inclui-los na reflexão sobre a História Nacional era reconhecer o esforço daqueles que aceitaram ser absorvidos nos “núcleos de cristalização” formados pela mão do europeu. Estava imbuído da certeza de ser a escrita da história possível apenas quando construída do ponto de vista de uma civilização, por isso dos índios não se poderia afirmar que tivessem sequer história e sim, apenas, “noções ethnographicas”⁹¹.

Desse modo, colonização e formação nacional deveriam, para o autor, caminhar juntas, não devido a uma escolha entre duas possibilidades para se compreender o passado da nação, mas em virtude da própria dinâmica do Império brasileiro do XIX. Sua essência era de “raça latina” – como os EUA o eram da “raça anglo-saxã”. O bom historiador, nesses termos, deveria ser capaz de apreender a relação específica entre o passado e o presente, de demonstrar como evoluiu a nacionalidade brasileira desde a sua formação até a sua consolidação com a independência e o Império. Varnhagen marcava a primeira afirmação desta nacionalidade na resistência imposta aos holandeses:

“A verdadeira nacionalidade brasileira de hoje nasceu antes da independencia, já existia no Arraial do Bom Jesus em Pernambuco, em frente do poder dos Hollandezes, e não era india; era crioula e christã, era por tanto, já há mais de dous seculos, brasileira.”⁹²

Se a civilização ou o Estado inicia-se com a ação da Coroa portuguesa no ordenamento territorial de suas conquistas, a nacionalidade brasileira, tendo como base aquela estrutura montada pelo colonizador lusitano, afirma-se no combate ao estrangeiro que almeja tomar as terras já habitadas por brasileiros. A partir dessa marca, Varnhagen começou a estabelecer o primeiro princípio de unificação entre o fundamento português da história do Brasil e a identidade nacional brasileira. Sedimentada tal ideia, o autor não temeu reconhecer o papel dos índios na formação desta identidade, mas o faz apenas com a condição destes índios terem sido “absorvidos pela

⁹¹ Idem, ibidem.

⁹² Idem, ibidem.

raça colonizadora”, contribuindo com isso para a defesa do Brasil como membros subalternos dessa nacionalidade. A origem e as “glórias” do país não poderiam ser confundidas com a presença indígena no território; pois, fundar a nacionalidade brasileira naqueles povos, para fornecer-lhe um passado mais remoto, ameaçaria o esforço feito no presente para construir um estado e uma nação brasileira que já eram de “raça latina”, o dever do historiador nacional era garantir que a história do país correspondesse a essa verdade⁹³.

No seu *Memorial Orgânico*, escrito em 1849, Varnhagen coerente com a ideia geral de valorizar a herança civilizacional europeia em detrimento da presença indígena, debatia-se com os defensores dos índios – que alcunhava de “philo-tapuais”, pois via, nas suas propostas a defesa de “meios brandos” para integrar o índio a nação brasileira, claras ameaças ao processo civilizador em curso no Brasil:

“Precisamos civilisar o Imperio, fazer todos em toda a sua extensão obedecer ao pacto proclamado, e a experiencia de mais de meio seculo tem provado a insufficiencia dos meios brandos que são justamente os mais gravosos para o estado.”⁹⁴

Palavras duras que fariam Varnhagen ser acusado de ter em mente a ideia de extermínio dos índios.⁹⁵ Muito embora tal leitura seja verossímil, não corresponde ao intento do autor. Para ele, o índio não era um bárbaro em si mesmo; uma vez livre da barbárie na qual estava imerso, passando pela evangelização, pelo aprendizado da língua portuguesa e das regras e costumes civilizados, nada impediria sua integração, subalterna, na sociedade brasileira. A violência do processo, que não é negada em nenhum momento

⁹³ Neste sentido, Varnhagen caminhava em direção oposta a da proposta de Martius no seu famoso artigo sobre a escrita da história do Brasil. Como veremos mais adiante, apesar de reconhecer o fato da existência dos índios e dos negros como parte incontornável da história do Brasil, Varnhagen buscou por todos os meios anular os efeitos desta presença na escrita da sua história de modo a enfatizar apenas o papel do português na construção da nação.

⁹⁴ Francisco Adolfo de Varnhagen. *Memorial... op. cit.* p. 394.

⁹⁵ A crítica de autores vinculados às ideias indianistas enfatizava o caráter violento e assassino das propostas de Varnhagen, chegando mesmo a afirmar que a proposta de criar “bandeiras” para lidar com os índios era o equivalente a estabelecer “comissões de sangue” para garantir o extermínio dos índios brasileiros. Pedro Puntoni. *O sr. Varnhagen... op. cit.*, p. 653.

por Varnhagen, era a condição de conquista do indígena “selvagem”. Os meios violentos, com isso, garantiriam o fim superior de eliminar do seio do Império os últimos resquícios da barbárie sobrevivente nas matas brasileiras.

“Desenganemo-nos: as raças bravias, que se declararam inimigas de morte de nossos antepassados, serão até os ultimos descendentes bravios, nossas inimigas de morte: e tomarão por cobardia e medo delles quanto se faça com humanidade para os trazer à civilização.”⁹⁶

A posição de Varnhagen era delicada, pois não era preciso ser um “philo-tapuia” para defender a posição de “brandura” no trato com os índios. José Bonifácio, que não era indianista, em seus projetos elaborados para a Constituinte de 1823, tinha visão oposta na questão indígena, uma vez que para ele o fundamental para garantir a integração do índio era a ação branda e educativa, pois esse seria o melhor meio de demonstrar aos índios a superioridade da civilização a ser implantada no Brasil. Os meios de força deveriam ser usados apenas em condições excepcionais diante de ameaça de guerra por parte dos índios.⁹⁷

Obviamente isso não significava ausência de crítica ao processo de ocupação europeia do território. Varnhagen percebia que aquilo que dava sentido à história do Brasil, ou melhor, aquilo que configura a unidade particular do percurso da nação ao longo de três séculos e meio, era a sobreposição do interesse mercantil ou “cobiça” ao princípio religioso, que deveria ter sido o cerne direcionador da ocupação do Brasil. Na mudança de nome das descobertas portuguesas na América, de Santa Cruz para Brasil, ficava evidenciado que o aumento de rendas, para o Estado e para os particulares, era a preocupação central dos colonizadores, que esses legaram aos seus descendentes brasileiros. Varnhagen observava, além disso, que tal móbil não se restringia ao português, estendendo-se ao conjunto da expansão europeia

⁹⁶ Idem, *ibidem*.

⁹⁷ José Bonifácio de Andrade e Silva. *Projetos para o Brasil*, organização Miriam Dolhnikoff. São Paulo: Cia. das Letras, 1998 (coleção Retratos do Brasil, n. 13). pp. 122-125.

para o Novo Mundo, sendo a base da prosperidade e riqueza, por exemplo, dos EUA⁹⁸. Nesse sentido, parecia ecoar as críticas de Frei Vicente do Salvador da relação utilitarista mantida com a terra pelos portugueses na América, pois queriam apenas enriquecer e partir de volta a Portugal:

“E dêste mesmo modo se hão os povoadores, os quais, por mais arraigados que na terra estejam e mais ricos que sejam, tudo pertendem levar a Portugal e, se as fazendas e bens que possuem souberam falar, também lhe houveram de ensinar a dizer como aos papagaios, aos quais a primeira coisa que ensinam é: papagaio real pera Portugal, porque tudo querem para lá. E isto não têm só os que de lá vieram, mas ainda os que cá nasceram, que uns e outros usam da terra, não como senhores, mas como usufrutuários, só para a desfrutarem e a deixarem destruída.”⁹⁹.

Mas enquanto Frei Vicente contrapõe a ideia de religião (e deste modo, em última instância, a de civilização) ao ímpeto mercantil que marcava a ação colonizadora, Varnhagen recuava um passo para admitir que, apesar de não constituir o ideal do ponto de vista de montagem de uma nação, aquela era a natureza do passado brasileiro e, se quisesse prosperar, o país teria que agir com consequência em relação àquele passado. Portanto, a denúncia do fato deveria estar na consciência do historiador e poderia mesmo ser escrita, já sua condenação não deveria entrar na escrita da história do país, pois se poria em risco a sua própria preservação. A questão central era como reduzir por meios “lentos, cautelosos e políticos” o impacto deletério que a centralidade mercantil infligia ao país: era preciso educar e moralizar o povo para incutir-lhe a verdade

⁹⁸ Francisco Adolfo de Varnhagen. *Como se deve entender... op. cit.*

⁹⁹ Frei Vicente do Salvador. *História do Brasil – 1500-1627*. 5ª ed. (revista por Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia e Frei Venâncio Willeke, OFM). São Paulo: Edições Melhoramentos, 1965. pp. 58-59. Capistrano aponta o conhecimento de Varnhagen sobre a obra de Frei Vicente pelo menos desde 1872, e fez uso dela na *História das Lutas* – sem explicitar a fonte – e na revisão da II edição de sua *História Geral do Brasil*. Capistrano de Abreu. *Nota Preliminar*. In: idem, pp. 29-30.

da civilização europeia, seus valores religiosos e morais, sem os quais não haveria possibilidade de real progresso da nação¹⁰⁰.

Assim, o nexo de sentido da história brasileira era contraditório, pois a cobiça produziu efeitos deletérios na organização social brasileira, devido ao rebaixamento dos valores morais e religiosos a meros suportes para o esforço de expansão comercial¹⁰¹. Não obstante, ao mesmo tempo, a contínua presença do Estado português e de seus súditos na América permitiu a elaboração dos vetores necessários à constituição no território da América portuguesa dos fundamentos da civilização; por isso, atacar duramente a “cobiça” do empreendimento comercial português na América era, para o autor, inseparável do ataque aos pilares que sustentavam o Império do Brasil.

A história do Brasil, com isso, é fruto da expansão da civilização europeia, cristã e ocidental, e por isso deve ser reconstituída ou escrita tendo esse pressuposto como base. A nacionalidade brasileira era um resultado da ação conjunta da civilização e do cristianismo no ultramar, “inoculados nesta terra por uma das nações mais heroicas da Europa de há tres seculos e meio, cuja língua fallamos, e cujos appellidos têm talvez, e não guaranis, os próprios que mais exaltão a selvageria [...]”. Ao criticar os defensores do indianismo, Varnhagen procura ressaltar que, do ponto de vista da escrita da história, o efeito concreto de se negar os fundamentos cristãos e ocidentais do passado brasileiro, opondo-lhe uma identidade “guarani”, seria o de estabelecer uma nacionalidade ideal sem substância, e os criadores de tal nacionalidade teriam de assistir, ainda que vitoriosos, o cristianismo “reclamar sua partilha na vossa ideada nacionalidade...”¹⁰².

A defesa da manutenção da civilização europeia como esteio da identidade nacional brasileira não se limitou à história do país. No debate sobre

¹⁰⁰ Francisco Adolfo de Varnhagen. *Como se deve entender... op. cit.*

¹⁰¹ Esse tema foi recorrente no pensamento social brasileiro, principalmente na questão da escravidão, considerada o efeito mais danoso daquela cobiça. José Bonifácio já tecia críticas aos efeitos deletérios da escravidão na vida dos senhores e na constituição da nação brasileira. Ainda no XIX, Joaquim Nabuco, no *Abolicionismo*, vincula à escravidão a série de problemas que dificultam o progresso da sociedade brasileira. Já no século XX, Caio Prado Jr., na *Formação do Brasil Contemporâneo* retoma essa ideia ao defender que a escravidão era a razão para a inorganicidade da população livre e da ausência de valores políticos e morais bem assentados na sociedade brasileira.

¹⁰² Francisco Adolfo de Varnhagen. *Como se deve entender... op. cit.*

o caráter e a definição da nascente literatura nacional, Varnhagen mantinha posição semelhante, pois procurava enfatizar o elemento europeu em geral e o luso em partilhar como centrais para a nova literatura. Os escritores brasileiros deveriam dedicar-se ao estudo aprofundado da literatura e da gramática portuguesas como meio de garantir a produção de obras capazes de “agradar” o público leitor do Império¹⁰³. No seu *Florilégio da poesia brasileira*, Varnhagen¹⁰⁴ selecionava um conjunto de obras capazes de apelar tanto à sensibilidade nacional, como também ao gosto europeu. Neste sentido, ele também constitui uma visão crítica ao posterior posicionamento dos escritores e intelectuais românticos, que orientariam a sua escrita e reflexão para buscar a cor local brasileira – no índio e na terra – opondo-se, ao menos programaticamente, à estrita permanência das raízes lusas como fiadores de uma literatura capaz de ressoar a essência brasileira.

Desse modo, a nacionalidade brasileira não era apenas questão interna e vinculada à formação nacional no território. Sua construção precisava estar em acordo com os parâmetros definidos no núcleo da civilização ocidental, e, mais ainda, obter o reconhecimento da Europa. Varnhagen tinha em conta os problemas desse duplo movimento, pois a defesa desta posição o levava a entrar em conflito com os que refutavam a herança portuguesa e buscavam elaborar a nacionalidade brasileira em termos estritamente locais. Qual seria o interesse de franceses e ingleses em ler as obras da literatura brasileira, para além do sentimento do exótico, se essas fossem estritamente baseadas nas experiências locais, em selvas, matas, índios ou outros temas da predileção dos escritores românticos do XIX? Não bastaria satisfazer o desejo interno de constituir literatura, de estabelecer parâmetros e critérios autônomos de escrita.¹⁰⁵

¹⁰³ Liviston Frank Gonçalves. *Varnhagen: idealizador de um projeto de nação*. São Paulo, 2008. 147 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, p. 63.

¹⁰⁴ O caráter fundador dessa obra no âmbito da crítica literária brasileira é destacado por Antonio Candido, que, além disso, chama a atenção para a presença de elementos tipicamente românticos na visão de história da literatura de Varnhagen. “A sua cultura europeia e as longas estadas no Velho Continente familiarizaram-no, certamente, com o sentido histórico da crítica romântica dos alemães, ou de Villemain.” Antonio Candido. *O método... op. cit.*, p. 20.

¹⁰⁵ Idem. pp. 64 e ss.

A constatação inicial de Varnhagen apontava para o Brasil como um projeto a ser feito:

“Assim o Brasil declarou-se independente; proclamou o Imperio; e depois de um quarto de seculo acha-se quasi na mesma; e com mais ar de colonia, ou antes de muitas colonias juntas que de nação compacta. Como colonia vende seus productos à porta de casa; e como colonia se sustenta, e vive quasi exclusivamente do commercio exterior. Com tanto territorio fertilissimo de sertão continua a descuidar este, e a esquecer-se de que só d'ahi lhe pódem vir solidos recursos, e legitima segurança e energia.”¹⁰⁶.

A obra colonizadora por si só não bastaria para instituir a plenitude do processo civilizador. Fazia-se necessário articular o passado, corretamente lido, e o presente, administrado em acordo com as vertentes adequadas daquele passado, para que o país pudesse ser transformado de fato em nação civilizada. Assim, a questão indígena era também pertinente na afirmação do modelo de civilização que se queria fazer valer no país. Varnhagen encontrou nas palavras do Senador Vergueiro, proferidas em 30 de julho de 1851, no Senado, uma síntese das razões impeditivas para a aceitação do índio “bravo” na nação brasileira:

“A raça india não tem a capacidade necessaria para reger-se. Ou porque por sua natureza tenha menos aptidão para a civilisação, ou porque está ainda muito longe disso, o que observo é que netos e bisnetos dos indios aldeados não dão de si cousa alguma, não adiantam nada. Portanto em consequencia desta incapacidade ou difficuldade para chegarem à civilisação, resulta a necessidade de uma tutela: não pódem reger-se por si, não tem sufficiencia para isso, não pódem estar independentes, e essa tutela tinham-na as aldêas nos seus directores... Foi o governo de Lisboa que acabou com

¹⁰⁶ Francisco Adolfo de Varnhagen. *Memorial... op. cit.* p. 358.

isso, pela consideração de que os índios eram homens como nós, que deviam gozar de iguaes direitos, sem reflectir que não tinham igual capacidade” ¹⁰⁷

A história do Brasil deveria corresponder tanto aos fatos passados, que permitiram a formação do país, como também à ação presente de construção do Império brasileiro. Tal concepção de história entronca-se na tendência geral do século XIX de articular a prosa da história com a ideia de construção da nação, permitindo que as tradições oriundas da sociedade pudessem ser centralizadas na escrita da história geral do país e, no caso brasileiro, do Estado.¹⁰⁸

Para Varnhagen, a ideia de continuidade existente entre a colônia e a nação, era entendida como a preservação da civilização no Brasil. Ou, noutras palavras, todo o esforço de colonização dos portugueses, de evangelização dos gentios, de criação de estruturas econômicas, de integração hierarquizada das diferentes raças, de organização de um aparelho administrativo e de ocupação do território, em suma, todo o esforço da coroa portuguesa criou as condições para o surgimento da nação brasileira. Nesse sentido, o vínculo à tradição representado na figura do Imperador D. Pedro I e depois na de seu filho, Pedro II, apontava para a manutenção das linhas mestras do ordenamento social formuladas no processo de colonização¹⁰⁹. Deste modo, a colônia surgia como elemento duplo: de um lado era base da construção da identidade nacional e sedimentava o passado da jovem nação,

¹⁰⁷ Idem, p. 396. “Jornal do Commercio”, n. 211.

¹⁰⁸ “Num processo muito próprio ao caso brasileiro, a construção da ideia de Nação não se assenta sobre uma oposição à antiga metrópole portuguesa; muito ao contrário, a nova Nação brasileira se reconhece enquanto continuadora de uma certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa. Nação, Estado e Coroa aparecem enquanto uma unidade no interior da discussão historiográfica relativa ao problema nacional. Quadro bastante diverso, portanto, do exemplo europeu, em que Nação e Estado são pensados em esferas distintas. Manuel Salgado Guimarães. *Nação e Civilização... op. cit.* p. 6.

¹⁰⁹ Nilo Odalia observa que a chave para esta passagem encontra-se na vinda da família real em 1808, pois o processo de independência do país foi marcado pelo fato do Brasil, à época, ser cabeça do Império português. Esta circunstância frustrou, por um lado, os projetos de se criar no país um república nos moldes norte-americanos, mas, por outro lado, possibilitou a conciliação dos interesses dos grandes senhores de terras e escravos com o nascente aparelho de estado. *As formas do mesmo – Ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. pp. 27 e ss.

de outro a saída do estatuto colonial representava o amadurecimento da sociedade brasileira. A permanência do vínculo junto àquele passado era o porto seguro para garantir a continuação da obra iniciada pelos portugueses, de implementação da civilização europeia e, ademais, a mudança era o ganho inquestionável da autonomia. Nessa visão de história, o Brasil deveria ser necessariamente português, civilizado e, além de tudo, independente¹¹⁰.

Quando dos processos da emancipação brasileira, da criação de uma nova unidade territorial e nacional, uma série de problemas simultâneos tiveram que ser enfrentados: organização do Estado, estabelecimento das relações internacionais, garantia das fronteiras, manter o controle da população entre outros. Paralelamente, surgia a tarefa de dar uma alma ao corpo que se organizava. A história e a literatura cumpriram esse papel. Era preciso então organizar essas duas áreas do espírito brasileiro, que deveriam definir o caráter desse novo país¹¹¹. Escrever a história do país, portanto, requeria, para além dos dotes próprios exigidos pela ciência histórica, conhecimento apurado dos dilemas da realidade presente do país¹¹². Ou nas palavras de Varnhagen:

“Eis uma questão, d’alta transcendência [a nacionalidade], preliminar à nossa História, e que desejáramos ver tratada sem prevenções, e discutida e esclarecida com o animo tão

¹¹⁰ Havia divergências entre os membros do Instituto Histórico – a polêmica sobre o indianismo sobressaindo – porém de modo geral a questão para os membros do IHGB era que a nação real a ser construída continuasse a ser pautada pelos ditames oriundos da civilização europeia. Cf. Lúcia Maria Paschoal Guimarães. *Debaixo da proteção... op. cit.*. Varnhagen, em seu *Memorial Orgânico*, ironizava os indianistas exatamente por crer que estes não levavam até o fim a sua defesa dos índios, pois, em última instância, o direito da civilização sobre o Brasil estava assentado no direito de conquista, ora, como Varnhagen considerava os Tapuias invasores e não habitantes originais do Brasil, se eles tinham conquistado antes, agora perdiam para uma força superior na forma da civilização europeia. *Memorial Orgânico... op. cit.*, pp. 393-394.

¹¹¹ Nelson Schapochnik discute o papel da história e da literatura na formação nacional a partir das ideias de História como biografia da nação e da literatura como expressão da sociedade, o autor destaca que a principal preocupação dos homens de letras do período era “recolher e conservar” de modo a garantir subsídios para se escrever uma história nacional e fornecer assuntos e temas para a literatura. *Letras de Fundação – Varnhagen e Alencar*, Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 1992. pp. 10 e ss.

¹¹² Tal movimento de compreensão do próprio presente aparece como mais um sinal da modernidade da escrita de história de Varnhagen. “Mas o erudito que não tem gosto de olhar ao seu redor nem os homens, nem as coisas, nem os acontecimentos, [ele] merecerá talvez, como dizia Pirenne, o título de um útil antiquário. E agirá sensatamente renunciando ao de historiador”. Marc Bloch. *Apologia... op. cit.* p. 66.

tranquillo e despreocupado, como temos o no ao inspirar-nos as ideias que passaremos a transcrever, depois de assentarmos bem quaes sejam reconhecidamente os dotes necessarios ao historiador.”¹¹³

Antes de definir o objeto do conhecimento histórico, forçoso determinar os pressupostos “transcendentes” ou teóricos necessários à construção do eixo explicativo ao redor do qual seria possível encadear o fluxo de eventos do passado. Isso era fundamental para garantir que o trabalho do historiador não fosse considerado mera crônica de eventos. A história do país garantia que os princípios políticos que orientavam a ação do Estado, fossem os mais adequados possíveis à constituição da nação. O historiador deveria ser:

“[...] luz e guia para a marcha da nação à qual a historia deve não só ministrar exemplos de patriotismo e de governo, como apontar e censurar os erros e faltas commettidas no passado a fim de poupar ás gerações futuras o cair nos que já custarão tristes experiencias a outros.”¹¹⁴

Entre esses “erros”, o tráfico negreiro e a escravidão dos africanos decisivamente não podiam ser deixados de lado. A escravidão, muito embora não condenada por Varnhagen de modo geral, interpunha sério obstáculo ao processo de civilização do Império. Em primeiro lugar, devido à contínua entrada de africanos (escreveu em 1849, antes da promulgação da lei Eusébio de Queiroz), que comprometia a população do Império pela presença do negro, já que o modelo de civilização em vista tinha como pressuposto o aumento da população branca formada na lógica do trabalho e nos valores cristãos e ocidentais. O tráfico defendido, por aqueles que dele se beneficiavam, apenas por argumentos econômicos, não era, em sua visão, um problema econômico ou moral, mas uma questão vital para a articulação dos padrões europeus no

¹¹³ Francisco Adolfo de Varnhagen. *Como se deve entender...* op. cit.

¹¹⁴ Idem.

país. Varnhagen aceitava o argumento da inadaptabilidade do branco europeu ao trabalho agrícola pesado no clima tropical. Isso certamente limitava a capacidade produtiva dos colonos do velho continente, mas de modo algum, afirmava, tornava-a nula. Tratar-se-ia somente de ajustar os horários e a carga de trabalho de modo a não exaurir os trabalhadores. Sua preocupação principal era proteger o que de mais valioso aqueles trabalhadores estrangeiros tinham: o patrimônio cultural comum europeu. Neste sentido, sua eficácia econômica deveria ficar em segundo plano. Além disso, esses colonos, uma vez aclimatados e sendo homens livres, tenderiam no final a produzir bem mais do que os cativos africanos.¹¹⁵

Já a escravidão em si mesma apresentava outro problema: a desqualificação do trabalho braçal. Varnhagen afirmava que:

“Estamos convencidos que a emigração espontanea para o Brasil não será efficaz enquanto não offerecermos, como os Estados-Unidos, aos emigrantes pobres e trabalhadores, alguns districtos sem escravatura. O trabalhador europeu não se atreve sem vexame a pegar na enxada ao lado do escravo. Ao Brasil tem ido até colonos engajados para lacaios, mas ao vestirem farda, não podendo ser superiores à risota dos moleques, pedem aos seus amos para voltar à Europa.”¹¹⁶

O trabalho braçal ou “servil” fora crucial para viabilizar o funcionamento da sociedade brasileira e, por conta disso, relacioná-lo à condição do escravo, punha em risco um dos fundamentos da sociedade. Varnhagen não era contrário, em princípio, à escravidão, pois reconhecia nela certas funções pertinentes à garantia e segurança do Estado. Obrigar, por exemplo, povos considerados bárbaros a se submeterem à lógica superior da civilização conquistadora. Contudo, perdendo a sua função de integração forçada no processo civilizatório, como no caso dos filhos dos escravos nascidos no país e, com isso, cristãos e brasileiros, passava a ser ilegítima.

¹¹⁵ Francisco Adolfo de Varnhagen. *Memorial... op. cit.*, pp. 391-392.

¹¹⁶ Idem, p. 392.

Trabalhar deveria ser visto não como submissão a um senhor, mas como meio digno de integração à sociedade. Bonifácio, em seus projetos à Assembleia Constituinte de 1823, tratava do assunto pelo mesmo viés, ao lembrar que o único resultado possível em uma sociedade escravista seria estimular a “indolência” da população livre.¹¹⁷

Ora, por isso Varnhagen defendia a vinda de famílias europeias inteiras para o país, de preferência católicas, pois o objetivo era permitir a constituição de núcleos de colonização capazes de afirmar o modelo de civilização que almejava. Essas trabalhariam não porque obrigadas, mas porque reconheceriam no trabalho um meio de produção de riqueza e de melhorias para o conjunto da sociedade. O europeu, contudo, não se oporia, em essência, ao índio na questão da civilização, e aqui residia o ponto crucial na posição de Varnhagen. A capacidade de manter e expandir os caracteres civilizados não era inata no europeu, mas dependia de condições adequadas para ser mantida. A primeira, evitar a todo custo a vinda isolada de imigrantes, famílias deveriam ter a preferência. Além disso, garantir a colonização organizada e a partir de núcleos de imigrantes europeus. Ou, do contrário, o resultado seria o oposto do desejado, pois a experiência de colonização “disseminada” e “sem núcleos”:

“[...] produziu nos nossos sertões uma população semi-barbara, entre a qual a acção da autoridade é quase nulla, e o respeito à lei e todos os laços sociaes que prendem o homem ou estão frouxos, ou não existem.”¹¹⁸

“Civilizar” os sertões demandava não apenas a presença de europeus, mas sim garantir que estes atuassem como vetores civilizados no interior do país, ademais de não permitir sua absorção pela lógica “bárbara”. E o Estado teria papel central nesse processo, não como “agência de colonização”, mas como criador das condições legislativas e de estrutura viária

¹¹⁷ José Bonifácio de Andrade e Silva. *Projetos para... op. cit.* p. 54.

¹¹⁸ Francisco Adolfo de Varnhagen. *Memorial... op. cit.*, p. 398.

para fomentar a colonização. Ao fazer isso, a própria entrada dos colonos nos sertões já significaria a expansão econômica e política do Estado pelo interior, pois as leis e a autoridade do Estado central poderiam atuar de forma mais eficaz em regiões que, apesar de formalmente pertencerem ao Império, jaziam abandonadas. A ação estatal deveria visar o projeto político mais amplo de se estabelecer uma cultura comum (católica, europeia e ocidental) no conjunto da nação e não se confundir com o papel menor de agente dos colonos. Caso contrário, corria-se o risco de rebaixar o governo do país frente às nações estrangeiras, bem como abrir frentes para “muita imoralidade tolerada”.¹¹⁹

Há claramente aqui uma separação entre a concepção política do projeto e a condução das “empresas colonizadoras”. Estas deveriam ser conduzidas por indivíduos particulares que tivessem interesses na colonização, voltados a garantir os melhores resultados possíveis dentro da lógica econômica de se maximizar os ganhos. Ao Estado caberia proteger tais interesses, dando instrumentos adequados ao colonizador, tais como absoluto controle, durante alguns anos, do poder dentro das colônias. O objetivo era conciliar o esforço de ocupação do território com a transformação política daquelas terras, em parte efetivas, do Império Brasileiro. O movimento de colonização não terminara com a independência, a mudança era menos da essência do movimento do que da definição do responsável por conduzir esse processo: antes a Coroa portuguesa, agora o Estado brasileiro. E, como veremos no capítulo seguinte, Varnhagen usa os mesmos termos para definir o início da efetiva colonização portuguesa na América, e daí a sua admiração por Martim Afonso de Souza que para ele seria exemplar na execução dos ditames de sedimentação dos interesses portugueses no território.

A ação dos agentes privados seria decisiva no cumprimento dos objetivos da política de colonização do interior brasileiro, mas somente se estivessem em sincronia com o fim maior de criar bases sólidas para a expansão da civilização brasileira para o sertão do país¹²⁰. Para isso, deveriam ser criadas unidades quase autônomas, nas quais os administradores tivessem poderes limitados, cobrindo as três esferas de ação estatal: legislativa,

¹¹⁹ Idem, p. 399.

¹²⁰ Idem, p. 399.

executiva e mesmo judiciária. Varnhagen reconhecia que tais poderes eram amplos e, adiantando-se aos seus possíveis críticos, não negava o caráter “feudal” que marcava o seu projeto de colonização:

“São os meios de colonização da idade media, direi vós... Não o negamos: são esses meios poderosos que no fim de cinco séculos de barbaria anarchica foram os únicos capazes de organizar a sociedade de grande parte da Europa, quando até ahi todas as instituições haviam sido precárias e fluctuantes: por meios analogos os reis christãos da Hespanha se livraram das invasões dos Arabes, enquanto não adquiriram forças para os ir rechassando; por iguais meios os Normandos firmaram o seu dominio na Ingalterra, e a França deixou de ser invadida por barbaros estranhos, como o fôra até o seculo VIII.”¹²¹

Isso não implicava, de modo algum, elogio ao “feudalismo” mas, para o autor, o reconhecimento tácito do caráter atrasado da sociedade brasileira. Pois, a estrutura senhorial escravista brasileira não era ela mesma “archi-feudal”? Não estávamos ainda em um estágio anterior de organização de sociedade? Dada esta situação, era forçoso admitir um recuo estratégico na aplicação de leis consideradas ultrapassadas na civilizada Europa, porém ainda eficazes no Brasil. Apesar das intenções constitucionais, faróis da monarquia imperial, a prática política brasileira ainda era marcada pela atuação de “suseranos” e oligarcas, senhores que agiam em função de seus interesses particulares e cujo único freio era o Imperador¹²². Enquanto perdurasse tal situação, temporariamente, não haveria razões para não utilizar métodos considerados antiquados para a fixação de populações no interior; além do mais, considerava-se que tais métodos tinham sido a base do processo civilizador na Europa e, por isso, se o objetivo era construir no país uma civilização nos moldes europeus, era preciso esquecer o presente e olhar para

¹²¹ Idem, p. 400.

¹²² Idem, p. 401.

o passado, em busca de modelos e políticas adequadas à situação real da sociedade brasileira¹²³.

E esse recuo tinha como alvo transformar a população heterogênea do país em um “povo brasileiro”, condição *sine qua non* para civilizar o país. Varnhagen observava que a diversidade de culturas e origens da população brasileira representava um desafio para os esforços de centralização política e afirmação do poder do Estado. Sem um interesse socialmente partilhado entre os cidadãos não haveria pacto social: índios bravos, escravos e imigrantes isolados jamais constituiriam, na visão do autor, um povo de fato, seriam apenas populações dispersas e desprovidas de interesse pelo destino da nação, não cidadãos, portanto. Ou como ele resume:

“Em poucas palavras. Para civilisarmos o Brasil, e fazermos que haja povo brasileiro, necessitamos ir paulatinamente acabando com a escravidão dos africanos, necessitamos prender e avassallar (não escravizar) temporariamente os índios bravos; e necessitamos, enfim, admitir no país gente branca voluntariamente arregimentada em grupos. Se adoptamos já tal systema cujas disposições se poderão consignar em um código especial, fiquemos descansados que havemos de vir a ter uma população compacta logo que possamos sahir dessa situação forçada.”¹²⁴

Varnhagen, nesse ponto, parece ecoar as dúvidas de José Bonifácio na Constituinte de 1823, quando este perguntava: “Mas como poderá haver uma Constituição liberal e duradoura em um país continuamente habitado por uma multidão imensa de escravos brutais e inimigos?”.¹²⁵ Bonifácio também

¹²³ Podemos perceber aqui, claramente, o *antifederalismo* de Varnhagen. Ele defendia de modo estrito o modelo de Estado centralizador, sediado no Rio de Janeiro, como o único capaz de garantir o desenvolvimento do país, restringindo os interesses locais e impondo o processo civilizador ao conjunto da nação, tanto aos pobres quanto aos mandatários locais. Cf. Arno Wehling. *Estado, história... op. cit.* p. 33. Para análise dos projetos federalistas presente na construção do Estado Brasileiro, cf. Miriam Dolnikoff. *O pacto imperial – origens do federalismo no Brasil*. 1ª reimpressão. São Paulo: Editora Globo, 2007.

¹²⁴ Francisco Adolfo de Varnhagen. *Memorial... op. cit.*, p. 401.

¹²⁵ José Bonifácio de Andrade e Silva. *Projetos para... op. cit.* pp. 47-48.

receava que a heterogeneidade da população brasileira colocasse em risco a formação da nação e do povo brasileiros. Em 1823, a existência de escravos e de índios bravos não civilizados aparecia como o entrave mais urgente a ser resolvido, pois da sorte daqueles grupos dependeria o sucesso da criação do novo país: requalificar o trabalho e permitir a ocupação dos sertões eram, além da questão religiosa, as duas grandes metas a serem perseguidas na montagem do aparelho de Estado do Brasil. E conclui:

“É da maior necessidade ir acabando tanta heterogeneidade física e civil; cuidemos pois desde já em combinar sabiamente tantos elementos discordes e contrários, e em amalgamar tantos metais diversos, para que saia um todo homogêneo e compacto, que se não esfarele ao pequeno toque de qualquer nova convulsão política.”¹²⁶

Também para o Patriarca da Independência a ideia de civilização deveria combinar liberdade e unidade dentro do país, dando substância à condição de se preservar o referencial europeu do projeto de nação projetado para o Brasil. Assim como Varnhagen, Bonifácio defendia a integração de negros e índios à sociedade brasileira, diferindo nos métodos – no caso dos índios defendia a “brandura” como primeira opção ao contrário de Varnhagen –; para ambos o Brasil era fruto da expansão europeia pelo Novo Mundo e como tal deveria se desenvolver; apesar de críticos dos dilemas herdados devido ao estatuto colonial, não tinham dúvidas quanto ao fato de considerar os problemas desvios a serem corrigidos e não problemas sistêmicos que colocassem em jogo a própria ideia de desenvolvimento da civilização europeia no país¹²⁷.

¹²⁶ Idem, pp. 48-49.

¹²⁷ Manuel Salgado Guimarães discute este movimento do pensamento historiográfico oitocentista, principalmente aquele produzido no e ao redor do IHGB, ressaltando o caráter iluminista da ideia de homogeneização e unificação do projeto de nação. “Ao definir a Nação brasileira enquanto representante da ideia de civilização no Novo Mundo, esta mesma historiografia estará definindo aqueles que internamente ficarão excluídos deste projeto por não serem portadores da noção de civilização: índios e negros. O conceito de Nação operado é eminentemente restrito aos brancos, sem ter, portanto, aquela abrangência a que o conceito se propunha no espaço europeu. Construída no campo limitado da academia de

A preocupação com o conhecimento efetivo ou “verdadeiro” da história do Brasil estava estreitamente ligada, para Varnhagen, à correta apreciação dos problemas no presente da sociedade brasileira. O historiador criava, ao determinar tais problemas, um referencial a partir do qual podia orientar a interpretação do passado em direção ao presente. Não se tratava de criticar o presente no sentido de desqualificá-lo e, com isso, sugerir modificações profundas na ordem social; antes, pelo contrário, objetivava-se tornar visíveis os limites para as mudanças no ordenamento social do Império, para permitir à história realizar a sua dupla missão: em primeiro lugar, guiar a ação do Estado e de sua elite na configuração civilizada que se desejava para o país e em segundo lugar, tornar compreensível para os homens do presente a evolução de sua sociedade desde os primórdios desta até a sua configuração mais atual¹²⁸.

Para Varnhagen, o problema do desconhecimento do passado aparecia claramente na postura dos líderes políticos do país que tendiam, imersos no “espírito de imitação e rotina”, a formular leis e medidas pouco adequadas ao funcionamento do aparelho de Estado em acordo com as necessidades da sociedade brasileira. O preço a ser pago era continuar preso ao passado ao invés de ter neste um guia. A influência estrangeira precisava ser filtrada, do contrário apenas teríamos leis, cujos princípios eram universais, porém sem a necessária adaptação às características regionais do país:

“Em geral os nossos políticos demasiado embebidos no estudo dos livros estrangeiros, e no habito de adoptar ás vezes com nimia promptidão os seus preceitos, distraem-se de estudar as

letrados, a Nação brasileira traz consigo forte marca excludente, carregada de imagens depreciativas do “outro”, cujo poder de reprodução e ação extrapola o momento histórico preciso de sua construção.” Manuel Salgado Guimarães. *Nação e civilização... op. cit.*, p. 7.

¹²⁸ José Carlos Reis chama a atenção para o fato de Varnhagen ser um historiador engajado na construção da identidade do Brasil. A nação brasileira precisava de um passado no qual se apoiar para poder prosseguir rumo ao futuro, contudo a elaboração desse passado seria foco de intensa disputa, o legado português para a nação brasileira poderia tanto constituir a base de seu desenvolvimento quanto significar o bloqueio a ser superado para a sua evolução. Se Southey, na sua História do Brasil, traçava quadro sombrio para o país, Varnhagen trataria de se opor e estabelecer uma visão daquele passado mais em acordo com os anseios da elite imperial sediada no Rio de Janeiro e do Imperador Pedro II. *As identidades do Brasil I – De Varnhagen a FHC*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, pp. 25-27.

necessidades do Brasil pelo próprio Brasil. D'aqui procedem tantas leis que temos, umas inuteis e sem applicação e outras em contradicção com o que necessitamos. Se de muitas dellas buscarmos o fundo, acharemos os originaes nos Estados – Unidos ou em França ou em algum livro; – geradas pela necessidade esta ou aquella.”¹²⁹

Daí a sua preocupação em discernir nos modelos europeus os elementos em acordo com a evolução histórica particular do Brasil. Pois, apesar de membros da mesma civilização, não seria possível comparar os momentos históricos distintos da América (com exceção dos EUA) e da Europa, sem graves prejuízos para a primeira. A tarefa de aclimatar a civilização nos trópicos, no sentido que lhe atribui Luís Salgado Guimarães, demandava continuado esforço no sentido de perscrutar os meandros da história brasileira¹³⁰ e, com isso, compreender os limites reais que deveriam ser superados para gerar uma nação civilizada, um povo homogêneo e um poder político comprometido com os interesses gerais do país. Estar em acordo sobre o projeto geral era o mínimo que se esperava das elites do país, que deveriam deixar de ater-se apenas ao “mando” e passar a exercer de fato o poder de “governo” ou, noutras palavras, a capacidade de dirigir a sociedade rumo à sua realização.

O processo civilizador, introduzido no país pela colonização portuguesa, permitiu a Varnhagen estabelecer as bases teóricas e políticas necessárias para escrever a sua história geral do Brasil. A compreensão que Varnhagen tinha dos processos políticos em curso na construção do Império desempenhava papel central na sua concepção de história, dado que ao Império Brasileiro caberia continuar a missão de integração aos padrões civilizados europeus. A objetividade do conhecimento histórico, centrada na relação com o passado e mediada pela documentação, teria de encontrar ressonâncias na visão de mundo que orientava o historiador Varnhagen. A dimensão política da escrita da história era fundamental para a efetiva

¹²⁹ Francisco Adolfo de Varnhagen. *Memorial Orgânico...* op. cit., p. 358.

¹³⁰ Luis Salgado Guimarães. *Nação e civilização....* op. cit. pp. 10-12.

capacidade de formulação de um discurso histórico capaz de abarcar as demandas do presente, pois, uma vez que se tratava, nos termos de Nelson Schapochnik¹³¹, de se reordenar o passado em função do presente era difícil escapar do imperativo político que se impunha na escrita da história nacional.

¹³¹ Nelson Schapochnik. *Letras de fundação: Varnhagen e Alencar – projetos de narrativa instituinte*. Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 1992, 244 f., p. 24.

Capítulo 2

A escrita da *História Geral do Brasil*: o nexó entre política e história

No primeiro quartel do século XIX iniciou-se no Brasil o esforço de construção do Estado e da nação brasileiros. O processo de independência, iniciado com a chegada da família real em 1808, levou ao rompimento com a metrópole portuguesa e à necessidade de erguer na antiga América portuguesa, agora império do Brasil, um aparelho de estado capaz de manter a unidade territorial do novo país, bem como o ordenamento social herdado do colonizador português¹³². Conjuntamente à ação política de fundação do Estado, iniciou-se, no plano simbólico, a busca por elementos passíveis de constituir a memória social da nova nação, permitindo a transformação do passado em um tipo peculiar de memória: a história nacional.¹³³ Tal modo de

¹³² A continuidade política no processo de independência do país teve importância decisiva para a formação da historiografia brasileira, na medida em que estabeleceu como necessidade, conforme o Império sedimentava-se na sua forma monárquica centralizada, a integração da colonização como ponto central na articulação dessa escrita. A preocupação com o entroncamento entre escrita da história e unidade do país já aparecem, por exemplo, no primeiro “Discurso” do Cônego Januário da Cunha Barbosa na fundação do IHGB, no qual escrever a história do país e defender a glória da pátria eram entendidos como movimentos simultâneos. Temístocles César. *Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. A historiografia brasileira entre os antigos e os modernos*. In: Lucia Maria Bastos Pereira das Neves et alii. *Estudos de Historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. pp. 95-96. Tal circunstância permite-nos começar a determinar o lugar a partir do qual se realiza a produção do fazer do historiador do Império do Brasil, pois o seu lugar na sociedade participa da construção de sua obra. Cf. Michel de Certeau. *A escrita da história*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. Principalmente o capítulo *A operação historiográfica*, pp. 65-122.

¹³³ O debate acerca da relação entre história e memória prioriza principalmente a distinção entre conhecimento científico e produção social ou coletiva da memória de uma sociedade ou povo. O papel exercido pela memória na escrita da história determina em grande medida as formas pelas quais o passado é apreendido, quais registros do passado devem ser lembrados. A partir do século XIX a produção da memória social ganhou cada vez mais amplitude: a criação de arquivos, o estímulo às comemorações dos fatos passados – estimulados pela Revolução Francesa –, a impulso na publicação de periódicos, enciclopédias, dicionários etc. permitiram dar consistência científica às lembranças compartilhadas pelas sociedades ocidentais. Cf. Jacques Le Goff. *História e Memória*. 5ª ed. Campinas: Editora Unicamp, 2003, pp. 457-459. A questão nacional ocuparia lugar central nessa evolução, pois ela estava vinculada à ação do Estado, principalmente nas regiões retardatárias do ponto de vista da centralização de Estado no Continente Europeu ou em regiões recém-independentes como os novos Estados americanos. Os alemães, início do XIX, por exemplo, um povo fragmentado em diversos estados, produziram pensadores que tinham na relação Estado, nação e escrita a chave para o estabelecimento de uma prosa da história. Para Hegel, sociedades históricas – diferentemente daquelas sem história ou primitivas – precisavam conciliar a “fundação do Estado e organização do poder político, introdução da escrita (sobretudo a escrita fonética do tipo alfabético) e instituição da prosa,

manejar o passado não era aberto a todos. A escrita da história nacional demandaria, necessariamente, o surgimento de uma nova figura no cenário intelectual brasileiro, qual seja a do historiador profissional, capaz de seguir certos procedimentos e atender a determinadas exigências – analisadas no capítulo anterior – capazes de habilitá-lo a receber o reconhecimento dos pares e a atenção dos leitores¹³⁴. Como veremos adiante, a obra maior de Varnhagen, em face da descrição acima, apresenta uma série de dificuldades para o trabalho de análise das condições de sua escrita e de sua recepção. Contudo, e, aí reside a questão central deste capítulo, a sua *História Geral do Brasil* viria, ao longo do tempo, a ocupar o lugar de obra fundadora da historiografia brasileira no sentido moderno deste termo, ou seja, uma obra escrita a partir de vasta documentação e pautada pela preocupação de dotar o país de um passado organizado, cujo sentido permitisse ao jovem império estabelecer a sua perspectiva de futuro¹³⁵.

Com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, surgiu no cenário intelectual brasileiro uma instituição capaz de abrigar a disputa pela definição dos quadros gerais que deveriam nortear a escrita da história nacional brasileira¹³⁶. A ausência de ambiência universitária levou o Instituto a ocupar lugar central na elaboração da nossa história e é a partir da atuação de seus membros – aí incluído o Visconde de Porto Seguro – que

atada às funções da memória.” Paulo Arantes. *Hegel e a ordem do tempo*. São Paulo: Editora Polis, 1981. p. 151. Para o caso particular brasileiro, Rogério Forastieri da Silva elabora tais questões articulando a ideia da história como “biografia da nação”, dando ênfase principalmente no esforço de reconstituição dos elementos da colonização que deveriam estar presentes na construção da história do Brasil. *Colônia e nativismo – a história como “biografia da nação”*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

¹³⁴ “É preciso que, transformado em história, [o passado] se torne objeto de interrogação e investigação de um profissional, o historiador. Dessa maneira, a historiografia interroga-se de maneira sistemática sobre as diferentes formas e maneiras de transformar-se o passado nesse objeto de investigação, materializado num conjunto de textos dados à leitura de uma coletividade como parte da construção identitária.” Manuel Luiz Salgado Guimarães. *A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil*. In: José Murilo de Carvalho. *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 97.

¹³⁵ Apenas a imparcialidade estaria ausente do trabalho de Varnhagen, como aponta Temístocles Cézar, pois este manteria contínua mistura entre o subjetivo e o objetivo; contudo cremos ser possível pensar esta parcialidade como necessária ao sucesso da escrita de história do Brasil. Voltaremos a este assunto na análise da *História Geral*. *Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência*. Topoi, v. 8, n. 15, jul.-dez. 2007, p. 159-207.

¹³⁶ Cf. Temístocles Cézar. *Lições sobre a escrita*, op. cit. pp. 93-94.

podemos mapear o esforço de transformação do passado colonial em história nacional brasileira. Desse modo, nos termos de Arno Wehling, passou a ser posta em prática uma “política da memória nacional”¹³⁷, premida pelas demandas de estabilização do Estado-nacional brasileiro, no movimento regressista pós-regência, cujo ápice foi a ascensão ao trono do jovem D. Pedro II em 1840. Em alguns anos, esse mesmo imperador passaria a ter grande influência sobre o IHGB, tornando-se seu grande patrono. Tal relação foi elemento vital na constituição do projeto de história da nação, pois a defesa da monarquia tornou-se ponto pacífico entre os membros do IHGB, o que traria como consequência o vínculo estreito entre o discurso histórico e as questões políticas do Segundo Reinado.¹³⁸

Como observa Temístocles Cezar, comentando o Discurso Inaugural do Cônego Januário da Cunha Barbosa, os fundadores do IHGB tinham clareza da necessidade de uma história geral do país, que articulasse os eventos passados e auxiliasse na organização presente da nação brasileira. A história geral deveria cumprir o papel de fornecer, tanto aos brasileiros quanto aos estrangeiros, nas palavras de Januário da Cunha Barbosa, o sentimento patriótico necessário para sustentar a “glória da pátria” brasileira. Além disso, havia claro esforço, ao menos no plano das intenções, de nacionalizar a produção historiográfica sobre o país, iniciando, desse modo, o processo de “purificação” dos erros e inexatidões presentes nas obras até então existentes.¹³⁹

Varnhagen ecoaria tais preocupações, em carta ao imperador D. Pedro II, escrita em Madri em julho de 1857, quando afirmava não ter dúvidas que a adoção da *História Geral do Brasil* nas academias do país serviria para estimular o “patriotismo” e a “harmonia do espírito nacional fomentada pela igualdade de educação de todos os subditos”. O conjunto de sua obra poderia, no caso, ser lido como a busca de estimular o sentimento nacional no conjunto

¹³⁷ Arno Wehling. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 139.

¹³⁸ Cf. Lucia Maria Paschoal Guimarães. *Debaixo da Imediata proteção de sua majestade imperial o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1994.

¹³⁹ Temístocles Cezar. *Lições sobre... op. cit.* p. 96.

das províncias, como fez no *Florilégio da Literatura Brasileira*.¹⁴⁰ Nesse livro, as biografias de brasileiros ilustres de todas as províncias tinham por função elidir diferenças e afirmar a unidade das províncias, partes do Império brasileiro, afastando o risco de fragmentação devido ao “provincianismo excessivo” ainda latente na sociedade brasileira¹⁴¹.

A necessidade de conhecer de modo confiável e retificar os antigos escritores que trataram do Brasil antes de sua independência, preocupação recorrente no século XIX, tinha em Varnhagen um firme defensor. Escrevendo ao Cônego Januário da Cunha Barbosa,¹⁴² em 1839, dizia que terminara uma memória sobre a obra de Gabriel Soares de Souza, com a qual buscava “restaurar o nome e a obra do principal escritor antigo do Brasil”¹⁴³. Para tanto, arriscava-se mesmo a atrair certo ressentimento dos leitores brasileiros¹⁴⁴, mal maior, contudo, seria abster-se de noticiar a existência nos arquivos europeus – em especial os portugueses – de tantos escritos e memórias sem os quais não seria possível conhecer de fato a história e a geografia do Brasil.¹⁴⁵

¹⁴⁰ O estudo do papel do *Florilégio da Literatura Brasileira* na obra de Varnhagen encontra-se aprofundado em Livinston Frank Golçalves. *Varnhagen: idealizador de um projeto de nação*. Dissertação de mestrado. FFLCH/USP. 147 f. 2008. Principalmente o capítulo 3. *Francisco Adolfo de Varnhagen: A busca de uma literatura condizente com a “Grandeza” do Império*.

¹⁴¹ Francisco Adolfo de Varnhagen. *Correspondência Ativa*. Clado Riberio de Lessa (org.) Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961, p. 246.

¹⁴² A relação entre Varnhagen e o Cônego Januário já datava de alguns anos. O segundo tratara de introduzir e apresentar Varnhagen ao IHGB em 1840: “O auctor offerece os mencionados dous exemplares ao nosso Instituto Historico, que achará nelles, quanto a mim, apurada a verdade Historica da primeira época da Historia do Brasil, e são por isso de muita valia e estimação. O Sr. Varnhagen occupa-se ainda em procurar outros documentos da mesma natureza, igualmente interessantes á nossa Historia. Devemos esperar de seu talento e grande actividade que continue a prestar ao Paiz do seu nascimento importantes serviços deste gênero. (...) Cabe aqui referir a V. S.^a que o Sr. Varnhagen descobriu, o anno passado, na sachristia do Convento da Graça, em Santarem, o jazigo de Pedro Álvares Cabral, de que não havia memória escripta, nem tradicional. Está em sepultura raza com uma loisa simples de treze palmos de comprido, com meia largura, e o seguinte epitaphio em gothico florido (vulgarmente assim dito). Apud: Renilson Rosa Ribeiro. *O destemido Bandeirante... op. cit.*, p. 132.

¹⁴³ Cf. Temístocles Cézar. *Quando um manuscrito torna-se fonte histórica: as marcas de verdade no relato de Gabriel Soares de Sousa (1587). Ensaio sobre uma operação historiográfica*. História em Revista, Dossiê Historiografia, UFPel, 6, dez. 2000, pp. 37-58.

¹⁴⁴ “Para Varnhagen, o relato de Gabriel Soares confirmava aquilo que considerava ser o caráter covarde de todos os povos indígenas, o que justificava as represálias violentas por parte de colonos e de autoridades, política essa sancionada pelo historiador em várias ocasiões.” John Manuel Monteiro. *Unidade, diversidade e a invenção dos índios: entre Gabriel Soares de Sousa e Francisco Adolfo de Varnhagen*. Revista de História 149 (2º - 2003), 109-137, p. 128.

¹⁴⁵ Francisco Adolfo de Varnhagen, *Correspondência ... op. cit.*, p. 39.

Recomendava Varnhagen que o Instituto mobilizasse pessoas e recursos para, nos moldes realizados em Portugal, garantir cópias dos textos e documentos disponíveis nos arquivos. Constatava que a dimensão do trabalho de pesquisa era ampla demais para um indivíduo. Mesmo assim procurava, sem esperar o apoio do IHGB, avançar o levantamento documental necessário para dar a público uma versão confiável do Tratado de Gabriel Soares. Em carta ao amigo Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, Diretor da Biblioteca de Évora, relatava seus progressos:

“Cá vou continuando a confrontar o Gabriel Soares, com o códice da Bibliotheca das Necessidades – e tenho encontrado ainda mais coisinhas e verificado quasi todas as de V. Sa: Já vou na 2ª parte.”¹⁴⁶.

Varnhagen, apesar da dedicação aplicada na averiguação de fontes históricas, estava mais propenso naquele momento a escrever uma “Geographia Physica do Brasil”. Somente após incentivos do Cônego Januário da Cunha Barbosa, impressionado pela capacidade de trabalho do jovem pesquisador, passaria a considerar a possibilidade de redigir uma História do Brasil¹⁴⁷.

A autenticidade, veracidade e correção dos textos antigos e dos documentos não eram as únicas questões presentes nas preocupações dos membros do IHGB. A escrita da história do país demandava o estabelecimento dos quadros gerais de reflexão sobre o passado, por isso determinar o *status quo* das condições de produção da ciência no país eram considerados decisivos para o sucesso da empreitada historiográfica nacional.

¹⁴⁶ Idem, p. 42.

¹⁴⁷ “Seus colegas do Instituto Histórico, principalmente o Visconde de São Leopoldo, Ataíde Montocorvo e o Cônego Januário, grande amigo e entusiasta do sorocabano, incitavam-no também à historiografia, dirigindo-lhe o rumo da inteligência investigadora para os estudos que vieram a constituir a ocupação predileta de sua fecunda existência.” Clado Ribeiro de Lessa. *Vida e obra de Varnhagen*. In: RIHGB, vol. 224, jul-set, 1954, p. 117. Capistrano, apesar da admiração inicial por Varnhagen, acusaria mais tarde este estímulo pelo desvio da trajetória do historiador: “A culpa é do Instituto. Ele pretendia escrever, não uma história, mas uma geografia do Brasil. Começou a mandar cópias de documentos para a nova associação, e acharam tal apreço, que começaram a dizer-lhe que só ele seria capaz da obra, e ele deixou-se levar, mas nunca se lavou inteiramente do pecado original seu espírito formado em outras disciplinas.” Apud idem, p. 144.

O Marechal Raimundo José da Cunha Matos, autor de dois textos importantes para a compreensão desse primeiro momento da escrita da história nacional, ilustra bem os dilemas enfrentados pelos primeiros historiadores brasileiros.

Em 1824, portanto antes da fundação do Instituto, publica *Verdades oferecidas aos brasileiros por um verdadeiro amigo do Brasil*. Nessa memória o marechal destacava os problemas que pesavam sobre o país devido ao domínio colonial português. Analisando a situação cultural do Brasil, constatava que duas instituições básicas para a formação nacional – a instrução e a educação – encontravam-se em situação precária. Portugal, país inculto, segundo o autor, não só legou tal condição ao Brasil, como também não engendrou esforços no sentido de estimular o progresso das luzes na sua grande colônia¹⁴⁸. Isso teve como resultado, no ponto concernente à nossa discussão, o predomínio da imaginação em detrimento da ciência, ou seja, apesar do talento e a instrução de alguns brasileiros para os assuntos e ideias, seus voos tendiam a ficar desorientados sem o “farol da ciência”.¹⁴⁹

Cunha Mattos, que era português de origem e formação, tinha em mente a produção científica realizada na Europa, cujo patamar em muito se distanciava da situação no Brasil. Escrever uma história na periferia do sistema europeu significava ter de dar conta de duas séries distintas de dificuldades¹⁵⁰. Além das limitações impostas pelo ambiente cultural rebaixado, como ele apontava acima, o “viver em colônia” teria ainda outro empecilho, a ausência da “liberdade de escrever”, ou seja, a ausência de espaços públicos para o debate de ideias. As condições para produção de ciência não eram adequadas à formação de historiadores com consistência para escrever uma história geral

¹⁴⁸ Raymundo José da Cunha Mattos. *Verdades oferecidas aos brasileiros por hum verdadeiro amigo do Brasil*. Paris: Impremerie A. Boucher, 1825, p. 8. Neste sentido, ele não foge à tópica tão recorrente de crítica à estagnação da vida cultural portuguesa, no âmbito da ideia geral de decadência tão marcante entre os intelectuais portugueses, e que seria retomada ao longo de todo o século XIX.

¹⁴⁹ Temístocles Cézar. *Lições sobre... op. cit.* p. 111.

¹⁵⁰ Esse era um tópico nas discussões sobre a situação cultural do Brasil no XIX. Em sua biografia sobre Varnhagen, Celso Vieira, ao defender Varnhagen da acusação de ser mero descobridor de documentos, procura ligar os limites da obra de Varnhagen não aos dotes do historiador e sim ao fato de no Brasil haver “cultura incipiente, e sem os muitos séculos de evolução que têm atrás de si a França, a Alemanha e a Inglaterra.” Cf. Celso Vieira. *Varnhagen. O homem e a obra*. Rio de Janeiro: Alvaro Pinto, 1923, p. 25.

do Brasil. Em 1839, respondendo a questão elaborada pelo Cônego Januário da Cunha Barbosa, aprofundando suas críticas, ele observava que, até 1822, havia sérias restrições à liberdade de escrever, por isso, o debate de idéias tendia a ficar comprometido. Dada tal condição, observava o autor, nada mais natural do que a ausência de histórias sobre o Brasil escritas por historiadores brasileiros, cabendo aos estrangeiros, como Southey, escrever sobre o país¹⁵¹.

Varnhagen debater-se-ia com essas limitações ao escrever a sua História Geral do Brasil, pois ele teria em mente que as continuidades coloniais, apesar de problemáticas, não significavam a inviabilização da escrita de uma história geral.¹⁵²

Impasses entre o projeto de uma história para o Brasil e a sua realização

A produção do conhecimento histórico, afirmava Lucien Febvre, não podia ser entendida a partir de uma divisão de trabalho entre “pedreiros benévolos” e “arquitetos responsáveis”. O estabelecimento dos fatos históricos, por meio do tratamento das fontes, e a reflexão necessária para atribuir-lhes significado histórico deveriam caminhar juntos¹⁵³. A divisão, entre as duas operações, além de não corresponder à realidade, tem por base uma

¹⁵¹ Raymundo José da Cunha Mattos. *Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil*. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, n. 26, p. 121-143, 1863. pp. 127-129.

¹⁵² Valdeí Lopes de Araújo observa que Cunha Mattos acabou preso a uma *concepção tradicional* da definição do período histórico que reduzia a cronologia a mera divisão de marcos temporais, tal concepção opunha-se a uma *concepção moderna* que vinculava a definição do período histórico a partir de lógicas internas e do estabelecimento de uma identidade. Cf. *A experiência do tempo – conceitos e narrativas na formação nacional brasileira*. São Paulo: Editora Hucitec, 2008, pp. 172 e ss. Este obstáculo não impediria Varnhagen, que havia estabelecido como questão central para a sua história geral não a evolução particular de cada uma das partes do Império e muito menos a superação dos resquícios coloniais e sim a “progressiva civilização” das partes do Brasil pela ação colonizadora portuguesa.

¹⁵³ A concepção de separação entre o trabalho de levantamento documental e a elaboração da exposição da história pairava sobre os historiadores do XIX, principalmente nas regiões nas quais o avanço da cultura dos arquivos e da organização da memória social em geral apareciam para seus historiadores como atrasada. Herculano, na *Advertência* de sua *História de Portugal* dizia que, adiantando-se a possíveis críticas aos problemas de seu trabalho, que o historiador da história de Portugal deveria ser tudo: paleógrafo, viajante, bibliógrafo etc. e se houver necessidade de responsabilizar alguém pelos problemas: “a culpa é de quem pretende que o arquiteto dê a traça do edifício e carregue para ele a pedra e o cimento.”. Alexandre Herculano. *História de Portugal*. 1846, *Advertência*.

concepção de história incapaz de alçar-se à compreensão dos processos históricos postos pela modernidade¹⁵⁴.

As observações do historiador francês – visando criticar certa concepção histórica do fim do XIX – parecem ecoar as preocupações dos fundadores da historiografia brasileira. Como vimos, o Cônego Januário e o Marechal Cunha Mattos preocupavam-se em garantir que a escrita de história do Império fosse mais do que, como então eles se referiam, mera crônica do passado. Era preciso garantir que os historiadores realizassem o esforço de escrever uma “história filosófica”, ou seja, orientada em função dos desafios de construção da pátria. Podemos perceber, embutida na concepção de história desses homens, a existência de questionamento sobre a essência do país que devia ser historiado.

Na historiografia do século XIX, Varnhagen tendia a ser considerado como o “pedreiro benévolo” da história do Brasil, cujo grande mérito era o levantamento de imenso corpo documental. Karl Friedrich Martius, por sua vez, ocuparia o lugar de seu “arquiteto”. Mas, o diálogo entre os dois extrapolava essa divisão. A aplicação das orientações do naturalista bávaro de modo unilateral não é o que encontramos na obra de Varnhagen¹⁵⁵. As distinções entre os autores apareciam, por exemplo, na avaliação do papel que deveriam cumprir índios e negros na história pátria.

A resposta dada por Martius à pergunta “Como se deve escrever a história do Brasil?”¹⁵⁶ fornecia linhas gerais para a compreensão da lógica de funcionamento da sociedade brasileira. As três raças (branca, índia e a negra), de modo hierarquizado, constituíam o seu motor:

“Cada uma das particularidades físicas e morais, que distinguem as diversas raças, oferece a este respeito um motor

¹⁵⁴ Lucien Febvre. *Combates pela história*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1985, pp. 19-20.

¹⁵⁵ Cf. Arno Wehling. *A concepção da história de von Martius*. RIHGB. Rio de Janeiro, 385, out-dez., 1994.

¹⁵⁶ Redação oferecida ao IHGB para o concurso: “Plano de se escrever a História Antiga e Moderna do Brasil, abrangendo as suas partes política, civil, eclesiástica e literária”. Escrita em Munique (direto em Português) e datada de 10 janeiro de 1843, foi publicada na Revista n. 24 do Instituto em janeiro de 1845. No dia 20 de maio de 1847 foi declarada vencedora. O concorrente Júlio de Wallenstein propunha uma divisão de história em décadas nos moldes de Títo Lívio ou João de Barros.

especial; e tanto maior será a sua influência para o desenvolvimento comum, quanto maior for a energia, o número e a dignidade da sociedade de cada uma dessas raças. Disso necessariamente se segue o português, que, como descobridor, conquistador e senhor, poderosamente influenciou naquele desenvolvimento; o português, que deu as condições e garantias morais e físicas para um reino independente; que o português se apresenta como o mais poderoso e essencial motor. Mas também decerto seria um grande erro para todos os princípios da historiografia pragmática, se se desprezassem as forças dos indígenas e dos negros importados, forças estas que igualmente concorreram para o desenvolvimento físico, moral e civil da totalidade da população.”¹⁵⁷.

Com isso, Martius propunha o reconhecimento de um papel próprio, ainda que subalterno, para os indígenas e os negros na história do Brasil, uma vez que, para o olhar estrangeiro, sua influência parecia evidente. O estudo das tribos indígenas, além do mais, permitiria ao historiador brasileiro perscrutar o passado remoto da nação, pois eram consideradas verdadeiras ruínas de antigas civilizações¹⁵⁸. Assim, os “primitivos” contavam um tipo particular de história, necessária para a elucidação das condições da formação nacional. Varnhagen afastar-se-ia dessa visão, recusando a existência mesma de historicidade própria aos índios: seu estudo deveria ser feito por meio apenas de noções de etnografia.¹⁵⁹

No caso dos negros, o historiador brasileiro precisaria, sempre segundo Martius, ficar atento a dois pontos:

“De si mesmo oferecem-se então muitas comparações sobre a índole, os costumes e usos entre os negros e os índios, que sem dúvida contribuirão para o aumento do interesse que nos oferecerá a obra. Enfim será conveniente indicar qual a

¹⁵⁷ Karl Friedrich Philipp von Martius. *Como se deve escrever a história do Brasil*. In: *O estado do direito entre os autóctones do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Ed. Itatiaia/EDUSP, 1982, p. 87.

¹⁵⁸ Idem, p. 94.

¹⁵⁹ Francisco Adolfo de Varnhagen. *Como se deve entender... op. cit.*

influência exercida pelo tráfico de negros e suas diferentes fases sobre o caráter português no próprio Portugal”¹⁶⁰

Martius percebia certas semelhanças entre os índios e os negros que abriam campo para o historiador realizar trabalhos comparativos entre as duas “raças”, garantindo com isso o aprofundamento da compreensão do papel de ambas na formação da sociedade brasileira. Os negros entravam também na história brasileira devido ao impacto do tráfico e da escravidão no ordenamento social português, como vimos anteriormente, este era um assunto delicado para Varnhagen, pois se o tráfico e a escravidão eram criticáveis, a ênfase na crítica sempre trazia embutido o risco de se por em causa a legitimidade da ordem social do Império. Além disso, a escravidão não era essencialmente um problema para Varnhagen, pois a questão repousava sobre as razões para se escravizar e não sobre a instituição nela mesma. Assim como meios violentos eram necessários para integrar o índio à civilização, a escravidão cumpria esse papel no caso do negro, sendo criticável apenas quando não o cumpria, como no caso dos descendentes dos escravos nascidos no Brasil¹⁶¹. Contudo, a escravidão tinha papel ambíguo na história do Brasil, ao mesmo tempo garantia o aumento da riqueza na colônia e levava à perversão dos costumes sociais entre os colonizadores.¹⁶²

Nesse sentido, a sua discussão sobre a sociedade brasileira abandona em parte as propostas de Martius, pois o viajante e naturalista bávaro, escrevendo de Munique, propunha um modelo de escrita de história que, mantendo a primazia do elemento português, buscava harmonizar as contribuições de índios e negros na construção da sociedade brasileira. A determinação das particularidades de cada uma das raças tornaria visível o movimento de fusão das raças, parte dinâmica do processo histórico de formação da ideia de humanidade.¹⁶³ Tal argumentação poderia soar plausível

¹⁶⁰ Idem, p. 103.

¹⁶¹ Clado Ribeiro de Lessa. *Varnhagen: vida e obra*. RIHGB. Vol. 225. pp. 121-293, 1954. p. 216. Além disso, em capítulo dedicado à escravidão, Varnhagen refere-se aos escravos como *colonos africanos*, marcando o papel de composição dos escravos na população brasileira. Francisco Adolfo de Varnhagen. HGB, 1854, pp. 181-191.

¹⁶² Idem, p. 185.

¹⁶³ Arno Wehling. *A concepção histórica de von Martius*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 155(385): pp. 721-731, out./dez. 1994. p. 725.

no campo da História Universal de cunho iluminista ou mesmo em certas perspectivas românticas de um ideal de povo homogêneo, porém, para os responsáveis pela articulação da história particular do Império brasileiro, surgia nitidamente o problema do comprometimento com uma parcela da população cuja própria existência, em última instância, contrariava a sua visão de mundo. Lúcia Guimarães aponta este problema ao discutir a impossibilidade dos membros do IHGB aceitarem o “cruzamento das raças” como o fundamento de um “império mestiço” ¹⁶⁴.

Varnhagen, no prefácio do II volume da sua primeira edição, ressaltava que parte substancial do seu trabalho era estabelecer uma “verdadeira apreciação comparativa” entre a civilização dos colonizadores europeus e a barbárie dos “colonos africanos” trazidos à força para a colônia e a selvageria dos povos nômades que habitavam o território.¹⁶⁵ Essa comparação foi fundamental para o eixo da narrativa da *História Geral Brasil*. A partir dela o autor pode cunhar o critério de seleção e avaliação dos fatos disponíveis, ou seja, fixada a ideia de “progressiva civilização do Brasil” o historiador reconstituiu o passado, dando aos “bárbaros” e aos “selvagens” o crédito quando contribuíam para a realização daquele desígnio superior.¹⁶⁶

Outro ponto central para a construção da história do Império era a definição da relação entre o centro e as províncias. Martius defendia o caráter multifacetado da nação brasileira e que, para ser efetiva, a história do país deveria dar conta dessa diversidade. O conhecimento da história das províncias deveria constituir elemento central na narrativa da história brasileira, articulando-se o particular e o geral. Entre os obstáculos que o Marechal Cunha

¹⁶⁴ Lúcia Paschoal Guimarães, *Debaixo da Imediata... op cit.*, p. 248.

¹⁶⁵ Manuel Salgado Guimarães enfatiza o caráter excludente que a ideia de civilização teria entre aqueles que pretendiam pensar a história do Brasil. Diferentemente do que ocorria na Europa – onde a ideia de civilização estava carregada de um universalismo integrador – no Brasil ela tinha a função de definir quem participava do conjunto da nação brasileira e quem deveria ser o outro ou o excluído. *Nação e civilização... op. cit.* p. 07

¹⁶⁶ Varnhagen. HGB, 1857. p. IX. Não se trata nesse caso da “História da Civilização” no sentido de um trabalho filológico para desvendar a relação de palavras ou de situações passadas com a situação econômica ou espiritual de um dado momento, mas sim da busca de elementos materiais que correspondam à sedimentação do Estado e dos elementos constitutivos das sociedades europeias que seriam a base do que Varnhagen imaginava ser o “caráter nacional” brasileiro. Para maiores informações sobre a história da civilização naquele primeiro sentido. Cf. Ed. Fueter. *Historia de la historiografia moderna*. 2º vol. Buenos Aires: Editorial Nova, s/d., pp. 139-140.

Mattos anotava para a escrita de uma história geral para o Brasil não era menor o desconhecimento das histórias locais das províncias do Império¹⁶⁷. Como solução para tal impasse, Martius recomendava vivamente que o historiador brasileiro viajasse pelo país para conhecer *in loco* as diferenças tão marcantes entre as regiões brasileiras. Dada a dimensão do país, era muito fácil para o historiador apagar suas particularidades em nome de generalizações feitas a partir de um ponto só.¹⁶⁸

Varnhagen, grande viajante, discordava frontalmente desse ponto de vista, pois a recomendação de destacar as particularidades de cada província iria de encontro à possibilidade de se escrever uma história geral da nação. Desse modo, o objetivo de suas viagens era angariar fontes e informações capazes de sedimentar a visão do todo da história do Brasil, definindo em primeira mão o caráter da unidade nacional pela ação dos portugueses ao colonizar o território da América¹⁶⁹.

A história geral proposta por Martius estava embebida da ideia de relacionar três diferentes tipos de história: História Pragmática – que deveria orientar os rumos da sociedade; História Filosófica – que deveria interpretar os acontecimentos à luz das grandes tendências filosóficas; e, por último, História Crítica – que deveria fazer a crítica da documentação de modo a atingir a sua verdade objetiva livre das opiniões e interferências subjetivas, políticas ou religiosas além dos excessos literários¹⁷⁰. O caráter moderno dessas sugestões¹⁷¹, colocando a escrita da história do Brasil dentro da renovação geral da historiografia europeia, agradou os membros do Instituto, que não tardaram em declará-la a mais adequada para servir de norte para os futuros

¹⁶⁷ Marechal Cunha Mattos. *Verdades acerca...* op. cit., p. 122.

¹⁶⁸ Karl Martius. *Como se deve...* op. cit., pp. 104-105.

¹⁶⁹ Varnhagen em sua correspondência procurava marcar a distância que o separava de Martius, apesar de reconhecer-lhe os méritos, dizia-se menos influenciado por ele do que haveria a tendência de se pensar. *Correspondência...* op. cit., p. 172.

¹⁷⁰ A conjunção dessas diversas formas de se pensar a história lastreava-se em uma visão do mundo ainda herdeira do pensamento iluminista. A questão dos impactos do racionalismo oriunda das transformações engendradas no pós-Revolução Francesa na Europa ainda estava presente para os membros fundadores do IHGB. Arno Wehling. *Estado, história...* op. cit., p. 42.

¹⁷¹ Não deixa de ser curiosa a observação de Martius sobre o caráter da vida intelectual brasileira: “Uma tarefa de sumo interesse para o historiador pragmático do Brasil será mostrar como aí se estabeleceram e desenvolveram as ciências e artes com o reflexo da vida Europeia.”, p. 99.

historiadores do Brasil. Contudo, entre o plano de escrita e a realização do projeto, certas mudanças deveriam ser levadas em conta para adequar o modelo à realidade do Império do Brasil¹⁷².

A posição política de Varnhagen e sua escrita de história

A primeira edição da *História Geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro, cujo primeiro volume fora impresso em 1854¹⁷³, não teve a acolhida esperada por seu autor. Em carta enviada a D. Pedro II, ele reclamou da falta de consideração e até mesmo da “miséria” com que seu livro era tratado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Esperava do mecenas imperial algum tipo de intervenção de modo a garantir que sua obra não “fosse lançada à fogueira inquisitorial do juízo público”, sem que antes o Instituto desse “algumas palavras autênticas” sobre seu trabalho. Esse quadro não sofreria alterações no lançamento do 2º volume da 1ª edição, em 1857 e muito menos ao tempo no qual veio a lume a 2ª edição da obra, em 1877¹⁷⁴. Fernando Amed chama a atenção para a posição deslocada do historiador, apontando para a questão mais geral do lugar do intelectual ou do estudioso numa sociedade sem público – afora os próprios pares – que travasse contato com seus textos, dando-lhes repercussão e consequência¹⁷⁵. A indiferença ou frieza com que o IHGB tratou Varnhagen contrastava com o reconhecimento que sua obra obteve junto ao Imperador. Este outorgou-lhe os

¹⁷² Como salienta Arno Wehling, este quadro metodológico sinaliza claramente as influências iluministas e, portanto, universalistas, de von Martius. *A concepção... op. cit.*, pp. 725-726. Varnhagen representou a passagem entre esse ideário transcendental e universalista para uma abordagem propriamente histórica, portanto particular e objetiva, da história brasileira.

¹⁷³ O primeiro volume sofreu uma série de atrasos na sua impressão e depois sofreria maiores atrasos para sua distribuição, João Francisco de Lisboa data o seu no início no ano de 1856. Cf. Hans Horsch. *Francisco Adolfo de Varnhagen – subsídios para uma bibliografia*. São Paulo: Editoras Unidas, 1982, p. 117.

¹⁷⁴ Na sua *História da Literatura Brasileira*, José Veríssimo levantava como hipóteses para o despreço com que Varnhagen era tratado por seus contemporâneos, tanto o tipo de trabalho feito por Varnhagen – imenso esforço de erudição quanto a defesa da colonização portuguesa e o distanciamento em relação ao romantismo de seus confrades no IHGB. Veríssimo percebia a incompreensão da obra como parte da restrição de público na qual estavam imersos os intelectuais brasileiros do II Império. Cf. José Veríssimo. *História da literatura brasileira*, p. 223 apud: Fernando Amed. *Atravessar o oceano para verificar uma vírgula... op. cit.*, pp. 122 e ss.

¹⁷⁵ Fernando Amed. *Ser historiador no Brasil*. in: Lucia Maria Bastos Pereira et alii (orgs.). *Estudos de Historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. pp. 128-129.

títulos de barão e, posteriormente, de visconde de Porto Seguro¹⁷⁶. Na historiografia, o reconhecimento iniciou-se com a apreciação de Capistrano de Abreu, do caráter incontornável da obra de Varnhagen para todos aqueles que, depois dele, tivessem por objetivo escrever uma história do Brasil¹⁷⁷.

Esse descompasso, entre as expectativas de reconhecimento nutridas por Varnhagen e a acolhida fria dada a sua obra pela principal instituição voltada para a criação de uma memória histórica para o país, aponta para o problema da posição do historiador brasileiro no campo de pensamento do século XIX brasileiro. Para Varnhagen, a forma de governo a ser defendida era a monárquica, sustentada pelo parlamento, que não deveria, contudo, ser uma barreira para o monarca. Na estrutura social, as aristocracias cumpririam o papel fundamental de fornecer o equilíbrio político para a sociedade brasileira; enquanto ao restante da população, “povo e classes médias”, caberia a função de sustentar materialmente a sociedade dada a sua capacidade produtiva¹⁷⁸. A história do país deveria acompanhar a formação dessa estrutura social e política, que tinha como contraponto exemplar as repúblicas da América do Sul, dominadas pelo despotismo e desrespeito aos direitos mais básicos dos seus cidadãos¹⁷⁹. Portanto, se fazia necessário realizar mais do que mera crônica dos eventos e das figuras importantes do passado brasileiro, era preciso orientar o passado no sentido da evolução das bases do Império Brasileiro.

¹⁷⁶ Em 14 de agosto de 1872 recebeu o título de Barão de Porto Seguro e em 16 de maio de 1874 era elevado a Visconde de Porto Seguro com grandeza. Cf. Clado Ribeiro de Lessa, *Vida e obra de Varnhagen* In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 223. pp. 82-227. Rio de Janeiro: IHGB, 1954, p. 255 e p. 265.

¹⁷⁷ Cf. Capistrano de Abreu. *Sobre o Visconde de Porto Seguro*. In: *Ensaio e Estudos – (Crítica e História)*. 2ª ed. Rio de Janeiro/Brasília: Civilização Brasileira/INL, 1975, p. 147.

¹⁷⁸ Clado Ribeiro de Lessa. *Vida e obra de Varnhagen* In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 225. pp. 120-293. Rio de Janeiro: IHGB, out-dez– 1954, p. 205.

¹⁷⁹ Varnhagen nutria desconfianças quanto à capacidade dos povos americanos – exceção feita aos norte-americanos – de serem capazes de lidar com a forma de governo republicana. Sua estadia de quase dez anos como representante diplomático nas repúblicas latino-americanas – de 1859 a 1868 aprofundaria estas desconfianças. Cf. Clado Ribeiro de Lessa. *Vida e obra de Varnhagen* In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 223. pp. 88-297. Rio de Janeiro: IHGB, abri/jun – 1954, pp 181 e ss. O Chile, a exceção entre as repúblicas da América espanhola, foi a única que ele admirou. Curiosamente lá ele conheceu sua futura esposa e lá seria enterrado, até o traslado de seus ossos para a cidade de Sorocaba, em 1978, no centenário de sua morte.

Uma visão centralista e liberal, ou como diziam à época, constitucionalista¹⁸⁰, marcou a formação e a visão de mundo de Varnhagen. Quando da sua juventude lutou ao lado das tropas de D. Pedro IV, D. Pedro I no Brasil, herói liberal para os portugueses, contra as forças miguelistas nitidamente vinculadas ao retorno do absolutismo português¹⁸¹. Varnhagen não hesitou em tomar partido na luta contra a ação de D. Miguel, pois se evidenciava nela claro desrespeito ao pacto político estabelecido na sociedade portuguesa, retirando, com isso, qualquer possibilidade de legitimidade no exercício de poder. O poder do rei precisava estar em ressonância com as instituições fundamentais do reino, do contrário deixaria de ser rei para se tornar tirano.

A formação do futuro historiador foi realizada em Portugal. foi marcada pelo contato com intelectuais, como Herculano, preocupados em escrever a história de Portugal em acordo com as novas ideias liberais fomentadas pela Revolução do Porto em Portugal, no plano interno. No plano externo, ecoava ainda a Revolução Francesa, que tornou o ideário iluminista parte ativa do cenário político europeu¹⁸². Havia um problema, contudo, na

¹⁸⁰ Em carta enviada ao general Francisco José de Sousa Soares de Andréa (futuro Barão de Caçapava), em 1843, ao escrever um pequeno relato dos seus estudos e vínculos militares até então, Varnhagen dizia que quando da “restauração de Lisboa pelas armas do Imortal e Augusto Fundador do nosso Imperio, e eu levado com muitos outros brasileiros pelos entusiasmo de uma lucta tão justa contra um tyramno usurpador em pró de uma princieza e umas instituições emanadas do nosso solo, julguei dever empunhar as armas [...] fiz o resto da Campanha a favor da causa Constitucional [...]”. Francisco Adolfo de Varnhagen, *Correspondência ativa*. Clado Ribeiro de Lessa (org.). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro (Ministério da Educação e Cultura), 1961, p. 99.

¹⁸¹ Nilo Odalia. (Org.). *Varnhagen*. São Paulo: Ática, 1979. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 9), p. 10.

¹⁸² O debate sobre o papel de Herculano na historiografia portuguesa é vasto. A título de exemplificar o ponto de vista de Herculano como um dos construtores da moderna historiografia portuguesa, marcada pela influência liberal, retomamos a análise de Torgal na História da História de Portugal em citação que, apesar de longa, apresenta de forma sumária a posição política de Herculano na historiografia portuguesa: “Devemos recordar, com efeito, que, antes de Herculano e preparando o aparecimento de Herculano, se deve considerar a existência de um importante movimento historiográfico, o qual, se teve o seu apogeu “científico” com homens que antecederam a revolução liberal, embora alguns a acompanhassem, teve nesse processo uma notória justificação de ordem social que não pode ser esquecida. As mudanças socioculturais operadas no fim do século XVIII e princípios do século XIX foram, sem dúvida, imprescindíveis para que se verificassem alterações na forma de ver a história, alterações essas que foram ampliadas pelo modo liberal de encarar a sociedade. E insistimos neste ponto porque, se Herculano foi em todos os momentos considerado o grande obreiro da nossa historiografia, não se procurou analisar, por outro lado, o que ela deveu aos movimentos iluminista e liberal, dado que eram entendidos ‘oficialmente’, quase até 1974, como realidades espúrias na nossa cultura e na nossa política. Estas sofriam as pressões do racionalismo recente do século XVIII, da ‘monstruosa’

forma como Varnhagen absorveu essas influências. Se, naquele momento, ele antevia os “perigos democráticos” oriundos da radicalização do liberalismo português, não hesitaria, posteriormente, em desqualificar Herculano pelas recusas em servir em cargos públicos e, portanto, auxiliar na ação do Estado sobre a sociedade. O Estado deveria ser o fiador da liberdade e, por isso, deveria contar com o apoio incondicional de seus intelectuais¹⁸³.

A “ameaça democrática” deveria ser combatida, pois significaria por em risco a afirmação de um poder central forte capaz de manter a nação brasileira unida, mas, ao mesmo tempo, era necessária a defesa de valores constitucionalistas, para afastar o perigo de rompimento da relação legítima entre o monarca e os seus súditos. Varnhagen tinha como ideal político a ideia de monarquia constitucionalista ou representativa, que não se confundia nem com a democracia, nem com a monarquia em seu estado puro. Era nas palavras do Marques de Caravelas “um governo misto, que se combina umas vezes com elementos democráticos, outras vezes com aristocracia e democracia conjuntamente”¹⁸⁴. Os problemas levantados pela Revolução Francesa, de todo desprezada por Varnhagen, não poderiam deixar de influenciar a formação política daqueles envolvidos com o fim do Império português na América e com a construção da nação brasileira, como forma de continuar a civilização na América.

Na Europa, a divisão político-ideológica pós-revolução francesa se deu entre os que defendiam a mudança realizada pela revolução e viam nela a ascensão do povo à condição de sujeito histórico – como Michelet – e aqueles que olhavam com desconfiança os feitos revolucionários e suas consequências

Revolução Francesa e do seu ‘liberalismo desnacionalizador’ e do ‘estúpido século XIX’, noção que historiadores católicos, como Gonçalves Cerejeira (1888-1977), para não falar dos integralistas e dos salazaristas, acalentavam (Cerejeira, 1924)”. Luís Reis Torgal, José Maria Amado Mendes e Fernando Catroga, *História da História em Portugal (sécs. XIX e XX). A história através da história*. 2ª ed. Lisboa: Temas e Debates e Autores, 1998, p. 24.

¹⁸³ Em carta ao Imperador D. Pedro II, de 14 de julho de 1857, Varnhagen deixa explícita a relação entre ser historiador e estar a serviço do Estado, comparando-se a Herculano ele não deixa de frisar aquilo que entendia como falta de compromisso para com o Estado – recusar ter emprego junto ao governo – como índice de suspeição a pairar sobre a pessoa de Herculano. Francisco Adolfo de Varnhagen. *Correspondência Ativa*. Clado Ribeiro de Lessa (org.). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961, p. 244.

¹⁸⁴ Atas do Senado Imperial, sessão de 27 de junho de 1832. Apud: Christian Edward Cyril Lynch. *O conceito de liberalismo no Brasil (1750-1850)*. Araucária. Revista Iberoamericana de Filosofia, Política e humanidades, n. 17, mayo de 2007, pp 212-234, p. 222.

consideradas nefastas para o conjunto da sociedade – como Tocqueville. Entre os dois extremos, (progressistas e conservadores) oscilava variada nuance de posições políticas¹⁸⁵.

No Brasil, por sua vez, o evento que realizou esse corte na vida política foi a Independência, o fim do jugo metropolitano, que teve como resultado o embaralhamento das referências europeias aqui aplicadas. Pois, diferentemente do que ocorreu na Europa, não haveria nenhum defensor do retorno ao estatuto colonial ou mesmo disposto ao elogio puro e simples daquele passado: os resquícios coloniais, como a escravidão, dividiam os políticos e os intelectuais no tocante à velocidade em que deveriam ser superados e não quanto a sua manutenção. Daí o ar de indiferenciação partidária que parece marcar o cenário político imperial e dar-lhe, nas palavras de Roberto Schwarz, o tom de comédia ideológica, sintetizada no dito de Honório Cavalcanti : “nada mais parecido com um saquarema do que um luzia no poder.”¹⁸⁶ A complexidade que assume o debate de ideias no século XIX brasileiro fica evidente quando enfocamos o conceito de liberalismo. João Camilo Castelo Branco, na sua *A Democracia coroada (teoria política do Império do Brasil)*, ressaltava o caráter plurívoco que o liberalismo constitucional viria a assumir no país, premido pelas particularidades da sociedade brasileira. Com isso, definir quem era liberal ou quem era

¹⁸⁵ François Furet não deixa de observar isso ao afirmar que não era possível evitar o impacto político da revolução francesa, pois um evento tão impactante e estranho como aquele demandava contínuo posicionamento político e reflexão sobre as novas condições impostas na relação entre Estado e sociedade. Cf. François Furet. *Pensando a revolução francesa*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989. Principalmente os capítulos: *O catecismo revolucionário e Tocqueville e o problema da revolução francesa*.

¹⁸⁶ O debate sobre o papel da vida política do Império foi retomado com vigor nos últimos anos, a tese das “ideias fora do lugar” de Roberto Schwarz. *As ideias fora do lugar*. In: _____. *Ao vencedor as batatas*. 5ª ed. São Paulo: Editora 34, 2000. tem sido duramente criticada, por exemplo, pelos trabalhos de Alfredo Bosi que buscam mostrar a não-contradição entre liberalismo e escravidão. Contudo, cremos que o interessante nas formulações de Schwarz é exatamente a constatação da dificuldade na recepção das ideias liberais ou constitucionais em uma sociedade como a brasileira, cujas soluções para os impasses políticos buscavam todo tempo a conciliação em detrimento da ruptura ou do conflito. O problema não eram as ideias liberais ou a sociedade brasileira e sim a relação entre ambas, o que não passava despercebido pelos contemporâneos. Cf. Alfredo Bosi. *A escravidão entre dois liberalismos*. In: _____. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia das Letras, 1994 e Alfredo Bosi. *Liberalismo ou escravidão: um falso problema? e O novo liberalismo. Êxitos e malogros de uma contra ideologia no fim do segundo reinado*. In: _____. *Ideologia e contra ideologia – temas e variações*. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

conservador implicava em esmiuçar o conjunto das variadas e multiformes significações desses conceitos.¹⁸⁷

Varnhagen mantinha-se informado sobre a situação política do Império, buscando sempre defender seu ponto de vista favorável à centralidade do Império e à figura do Imperador. Ilmar Mattos enfatiza a visão centralista que o historiador tinha da formação da nação brasileira. Suas críticas aos movimentos que ameaçavam a unidade do Império, como a Revolução Pernambucana de 1817, qualificavam Varnhagen como o “historiador do tempo Saquarema”.¹⁸⁸ Por outros termos, Capistrano de Abreu marcava, em 1882, a tendência do Visconde de Porto Seguro a “homogeneizar” a história da pátria de tal modo que se “uniformiza e esplandece; os relevos arrasam-se, os característicos misturam-se e as cores desbotam. Vê-se uma extensão, mas plana, sempre igual, que lembra as páginas de um livro que o brochador descuidadoso repete.”¹⁸⁹ Estas observações apontam para uma crítica recorrente feita ao autor da *História Geral*: o fato de ele elaborar uma história muito ligada ao ponto de vista da organização do Estado central no Rio de Janeiro. Mais ainda, indicam um projeto definido sobre os moldes nos quais deveriam ser construído tal Estado.

Para esses autores, a visão de mundo, centralista e monarquista, de Varnhagen ligava-se necessariamente ao seu modo de escrever história. Ele não podia deixar de pensar a sua *História Geral do Brasil* como a afirmação do progresso da monarquia, único vetor capaz de garantir a unidade do território da colônia portuguesa na América e, depois, do império do Brasil. O título original da primeira edição já apontaria para isso “*Historia Geral do Brazil, isto é, do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste Estado, hoje império independente*”¹⁹⁰ Tratava-se de perseguir a consolidação no país do Estado brasileiro, cuja história deveria ser vista como uma linha de continuidade entre a ação do Estado, primeiro português e depois brasileiro, e

¹⁸⁷ João Camilo Castelo Branco. *A democracia coroada (Teoria política do Império do Brasil)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1957. p. 21.

¹⁸⁸ Ilmar Mattos. *O tempo Saquarema – a formação do Estado Imperial*. 5ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2004. (coleção Estudos Históricos), pp. 298-299.

¹⁸⁹ Capistrano de Abreu. *Sobre o Visconde...* op. cit.. p. 140. Originalmente publicado na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro de 21, 22 e 23 de novembro de 1882.

¹⁹⁰ Varnhagen, HGB, 1854.

as necessidades de conquista e manutenção da união das partes do Brasil. Varnhagen escrevia no seu prefácio em sua *História da Independência do Brasil*:

“Quanto ao método adotado na exposição, foi a própria experiência que no-lo aconselhou. Não escrevemos anais, escrevemos uma *História*, e os saltos continuados a uma e outra província, deixando interrompido o fio dos sucessos importante e capitais, produzia confusão e não permitia que os próprios das províncias fôssem convenientemente explicados. Além de que, na época da Independência, a unidade não existia: Bahia e Pernambuco algum tempo marcharam sobre si, e o Maranhão e o Pará obedeciam a Portugal, e a própria província de Minas chegou a estar por meses emancipada. A mesma experiência convencerá os leitores da vantagem do método adotado, quando notem que por meio dêle se lhe gravam melhor os fatos narrados.”¹⁹¹

A visão política e a questão do método do historiador aparecem visivelmente vinculadas. Pensar a história da independência do Brasil passava necessariamente pela descrição geral do processo – “método adotado” – em detrimento da análise detida de cada uma das futuras províncias. A unidade não estava posta em cada uma delas, mas apenas esboçada no centro, pois no restante da colônia, ao contrário, avultavam as ameaças à unidade do território. Se a independência era para o autor inevitável, pois é da natureza das colônias amadurecerem e se emanciparem de suas metrópoles, distinta era a questão quanto à unidade do território, pois excluída a figura do príncipe D. Pedro I, não havia muito a unir o conjunto das províncias do “Amazonas até o Rio Grande do Sul”.

Diante de tal fato, o dever do historiador, comprometido com a segurança e o desenvolvimento de sua “pátria” era o de registrar a história do país, ao mesmo tempo, que a própria nação encontrava-se em construção.

¹⁹¹ Francisco Adolfo de Varnhagen. *História da Independência do Brasil – Até ao reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data*. 4ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, s/d. pp. 14-15.

Como dizer todas as verdades quando o povo ainda não está constituído? Era preciso aguardar a passagem de algumas gerações, até que educação e a moralização da população, feitas de modo “lento, cauteloso e político” transformassem o conjunto heterogêneo de livres, “servos e bugres” em cidadãos da pátria brasileira¹⁹². Desse modo, como vimos no primeiro capítulo, Varnhagen distanciava-se da noção de imparcialidade que marcou historiadores como Ranke.¹⁹³ Sua obra problematiza de modo distinto a relação entre escrita da história, moral e política: o seu entrecruzamento seria recorrente em seus trabalhos.

A *História Geral do Brasil* foi escrita tendo por base a ideia de objetividade e verdade, assentadas ambas no apego à referência documental como critério de verdade¹⁹⁴. A lealdade devida tanto à casa de Bragança quanto à unidade do território que ela representava, não eram, para Varnhagen, da ordem do obstáculo para o caráter científico, portanto objetivo, de sua obra. Pelo contrário, escrever a história do país significava compreender o caminho que levava do passado colonial à autonomia imperial. Varnhagen estabelecia claramente o vínculo entre a sua história e a monarquia ao afirmar que: “Assim a integridade do Brazil, ja representada magestosamente no Estado e no Universo pela monarchia, vai agora, bem que mui humildemente, ser representada entre as historias das nações por uma historia nacional.”¹⁹⁵ A correlação entre História e Estado no presente era decisiva para o encaminhamento da narrativa que Varnhagen propunha-se a fazer.

Qual o peso para sua escrita de história de uma escolha política tão marcada? José Honório Rodrigues afirmava que o conservadorismo de Varnhagen era um de seus limites como historiador. O “horror ao inconformismo” produziria muitas distorções na reconstituição dos fatos, quando não pedisse a pura e simples omissão deles¹⁹⁶. Como destacamos acima, Ilmar Mattos também não deixa de ressaltar o fato de o Visconde

¹⁹² Francisco Adolfo de Varnhagen. *Como entender a nacionalidade...* op. cit.

¹⁹³ Cf. Sérgio Buarque de Holanda. *O atual e o inatual em Leopold von Ranke*. In: _____(org.). L. von Ranke. São Paulo: Editora Ática, 1979. (Coleção Cientistas Sociais, vol. 8).

¹⁹⁴ Varnhagen, HGB, 1877, p. XII

¹⁹⁵ Idem, p. VI.

¹⁹⁶ José Honório Rodrigues, *Varnhagen, mestre da...* op. cit., p. 130 e ss.

representar o pensamento “saquarema” de unidade imperial, levava-o a reduzir os elementos que escapavam à produção dessa realidade a meros obstáculos ou contratempos¹⁹⁷. Contudo, a crítica ideológico-política ainda deixa em campo o problema de se compreender como um “historiador oficial”, voltado para a defesa da ordem, pode escrever uma história do Brasil, que mesmo para seus críticos, estava distante de mero panfleto ou defesa institucional aberta do regime centrado no Rio Janeiro, e que, além do mais, serviria de parâmetro fundante de uma historiografia propriamente brasileira¹⁹⁸.

No plano político, a questão era a de estabelecer a história do Império do Brasil. Quando ao da construção da obra, o que estava em jogo era a aplicação de um “novo método de se escrever história”, cuja marca decisiva foi o apreço à documentação, não só como fonte, mas como alvo de análise, crítica, catalogação e arquivamento. Alice Canabrava retomou esta questão, buscando associá-la a influência dos trabalhos produzidos por Leopoldo von Ranke na Alemanha¹⁹⁹. A questão da influência direta permanece obscura, mas a ideia de dar consistência científica ao conhecimento histórico, abandonando as crônicas, memórias e narrativas de viagem, de fato aproxima os dois autores a certo clima mental de época. O “gosto pelos arquivos”, na expressão de Arlette Farge²⁰⁰, marcaria profundamente Varnhagen. Na primeira edição de seu livro, o título da obra era apenas *História Geral do Brasil*, acompanhada de uma explicação:

¹⁹⁷ Ilmar Mattos, *Tempo Saquarema – A formação do Estado Imperial*. 5ª ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 2004, p. 298.

¹⁹⁸ A dimensão conservadora da História Romântica marcou também a primeira História do Brasil de Robert Southey. Neste sentido, podemos observar que, apesar das ressalvas de Varnhagen a Southey, ambos os autores compartilhavam o ponto de vista romântico sobre o papel superior dos europeus e dentre estes dos homens encarregados – estatistas e intelectuais – de implantar a civilização nos territórios coloniais. Cf. Maria Odila da Silva Dias, *O fardo do homem branco – Southey, historiador do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974. (Brasiliana, vol. 344), pp. 2 e ss.

¹⁹⁹ Carta ao Cônego Januário da Cunha Barbosa. Apud: Alice Canabrava, *Varnhagen, Martius e Capistrano*, in: *História econômica: estudos e pesquisas*. São Paulo: Editora Hucitec/ Editora UNESP/ABPHE, 2005. p. 249.

²⁰⁰ Arlette Farge. *Le goût de l'archive*. Paris: Seuil, 1989.

“[...]escripta em presença de muitos documentos autenticos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Holanda.” ²⁰¹

A narrativa de seu livro deveria possuir tal objetividade que não pudesse ser alvo de restrições ao caráter científico. Desse modo, o próprio autor reconhecia o traço específico da construção histórica, ou seja, que a sua relação com a realidade, ou melhor, com os fatos, só poderia acontecer através dos documentos transformados, pela crítica, em fontes confiáveis. Essa ênfase documental, novamente o distancia do plano de Martius, que previa um historiador capaz de lidar diretamente com as, nas palavras de Alice Canabrava, “condicionantes sociológicas, antropológicas e culturais na formação histórica” ²⁰². A insensibilidade de Varnhagen a tais condicionantes privou sua obra de uma base teórica explícita ²⁰³, mas permitiu demarcar com bastante acuidade o lugar específico da História, entendida então como Ciência, nos quadros da formação dos mecanismos espirituais e de conhecimento do Brasil. Outro efeito foi deixar de lado, ainda que de modo superficial, a condenação que a ciência europeia tendia sempre a lançar sobre as possibilidades de se transpor uma civilização para os trópicos ²⁰⁴.

Varnhagen estabeleceu, na sua *História Geral do Brasil*, um modelo de reconstituição histórica nacional no qual o papel do período colonial seria central. O livro percorre o processo de colonização portuguesa, buscando constantemente dados que justificavam e afirmavam a empresa colonizadora como elemento de instauração, no território americano, da civilização, entendida aqui como universal. Portanto, como constatava Honório Rodrigues,

²⁰¹ Varnhagen, HGB, 1854.

²⁰² Cf. Alice Piffer Canabrava, *Varnhagen, Marti... op. cit.* p. 254.

²⁰³ Varnhagen neste ponto se aproxima do sentimento de “Horror a hipótese”, noutras palavras, na obediência irrestrita à ordem cronológica que Lucien Febvre detecta nos historiadores franceses do final do XIX. Cf. Lucien Febvre, *Combates pela História*. 2ª Edição. Lisboa: Editorial Presença. p. 20.

²⁰⁴ Nilo Odalia, *As formas do... op. cit.*, pp. 20-21. Além disso, a tendência racista do pensamento científico europeu não tardaria a influenciar pensadores brasileiros. Sílvio Romero foi dos primeiros intelectuais brasileiros a considerar a mestiçagem como o inevitável preço a ser pago para a adaptação do branco “superior” ao clima e à terra dos trópicos; e isso apenas a partir de 1880. Cf. Antonio Candido, *O método crítico de Sílvio Romero*. São Paulo: EDUSP, 1988. (Série Passado & Presente Teses). pp. 43-44.

o grande tema da obra é a colonização portuguesa no Novo Mundo²⁰⁵. O problema surgia na medida em que a noção de colonização deveria ser ampla o bastante para proporcionar as bases da construção de uma nação independente, fornecendo-lhe uma “alma” civilizada.²⁰⁶

As alterações realizadas na segunda edição da *História Geral do Brasil*: questões de foco

A articulação do objeto “colonização portuguesa no Brasil” na obra de Varnhagen aparece nas modificações feitas pelo autor na segunda edição publicada em 1877. Os vinte anos que separam as edições serviram para Varnhagen ampliar sua base documental e também para absorver as críticas ao seu livro. A ordem dos primeiros capítulos sofreu profunda alteração. Originalmente, os descobrimentos, a ocupação e a colonização das terras do Novo Mundo, ressaltando o papel dos interesses comerciais envolvidos no avanço português, ocupavam as sete primeiras secções. Na segunda edição, os temas acima foram deslocados, e a descrição geográfica e a descrição dos povos indígenas e de seus costumes, ou sua etnografia, foram colocadas antes da colonização²⁰⁷.

²⁰⁵ José Honório Rodrigues, *História e Historiografia*. Petrópolis: Ed Vozes, 1970. p. 128

²⁰⁶ O processo de independência do Brasil e a formação do Estado-Nacional brasileiro no século XIX têm sido alvos de discussões nos últimos anos, adensando-se o debate sobre os problemas políticos, econômicos, sociais e culturais do Império brasileiro. De modo geral, procuramos acompanhar tais discussões, pois elas aumentam a complexidade da análise dos textos de Varnhagen, ao permitirem maior compreensão do contexto em meio ao qual o autor buscava construir sua história nacional. Os dois seminários internacionais realizados por István Jancsó em 2001 e 2003 resultaram na publicação de dois livros fundamentais para mapear tais debates: István Jancsó (org.), *Brasil: formação do estado e da nação*. São Paulo/Ijuí - RS: Ed. Hucitec/FAPESP/Editora UNIJUÍ, 2003, e *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Ed. Hucitec/FAPESP, 2005..

²⁰⁷ A primeira edição da *História Geral do Brasil* tinha por título: *Historia Geral do Brasil isto é do descobrimento, colonisação, legislação e desenvolvimento deste Estado, hoje imperio independente, escripta em presença de muitos documentos autenticos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda*. Por Um socio do Instituto Historico do Brazil Natural de Sorocaba. Já a segunda edição: *História Geral do Brasil Antes de sua separação e independencia de Portugal* pelo Visconde de Porto Seguro.

Varnhagen não assinou a primeira edição do livro, pois tinha receio que seu nome estrangeiro desse a impressão do livro não ter sido escrito por um brasileiro, escondeu-se por isso na sua condição de nascido na cidade paulista de Sorocaba. Já na segunda edição tinha sido agraciado com o título de Visconde de Porto Seguro (com grandeza), escolhendo este para por na capa de seu livro. Cf. Varnhagen, *Correspondência Ativa* op. Cit., pp. 212-214. Falta

Em carta enviada em 1857, ao primeiro secretário do IHGB, Manuel de Araújo Porto Alegre, Varnhagen adiantava suas impressões sobre as críticas feitas por D’Avezac, membro da Sociedade Geográfica de Paris, ao seu livro²⁰⁸. Entre as observações feitas pelo francês, a ordem dos primeiros capítulos foi alvo de severas ressalvas devido à ênfase, considerada excessiva, do ponto de vista do colonizador. D’Avezac sugeria começar pela descrição da geografia do Brasil e dos hábitos de seus antigos habitantes. Varnhagen não discordava, porém procurava demonstrar que havia cogitado tal possibilidade antes de seu crítico. Em sua defesa citava a nota 44 do 1º volume da primeira edição:

“A secção 7ª, bem como as trez seguintes poderiam passar ao princípio da obra sem prejudicar o arranjo total dela. Pareceu-nos, porém, que com o methodo que nesta edição, pelo menos adoptamos, a ligamos melhor a historia da humanidade em geral, etc.”²⁰⁹

Desse modo, considerava mais importante destacar o vínculo com o colonizador por considerá-lo o agente responsável por integrar as terras descobertas ao ritmo geral dos povos civilizados.

Na primeira edição, Varnhagen principiava o texto rastreando as origens da civilização que seria implantada no Brasil:

“Quando a Gréca, herdeira da antiga civilisação fenicia, babylonica e egypcia, era o foco da illustração da parte occidental e central do chamado Antigo Continente, levava o seu commercio e semeava as suas colonias desde as costas do Bósforo até os portos do Atlantico, anciava ella por ver-se directamente em contacto com a civilisação da Asia meridional

uma sentença nesta carta. Original: Carta ao Imperador Pedro II, fevereiro de 1854. Maço 120 – doc. 6036. Museu Imperial de Petrópolis.

²⁰⁸ Francisco Adolfo de Varnhagen. *Correspondência... op. cit.* pp. 248-254.

²⁰⁹ Idem, p. 251.

e oriental, até que, com o poder das armas, lhe satisfizes, em parte, essa anciedade o grande Alexandre.”²¹⁰

O texto segue destacando algumas passagens do desenvolvimento do mundo ocidental, passando pela Idade Média e pela organização das navegações portuguesas até chegar ao descobrimento do Brasil. A partir daí as descobertas passavam a fazer parte da marcha geral da civilização. Tal forma de registrar a história do período contrasta, por exemplo, com a solução que encontramos na *História do Brasil*, de Francisco Solano Constancio, publicada em 1839. Essa, seguindo o procedimento mais usual, começava pela introdução geográfica, para depois tratar das questões propriamente históricas. O momento chave para aquele autor era a intervenção do Papa Alexandre VI na definição das fronteiras entre as descobertas espanholas e as portuguesas. Após definir o quadro geral das relações internacionais, passava a reconstituir os acontecimentos ligados à colonização portuguesa, à independência e encerrava com a abdicação de D. Pedro I.²¹¹ Solano define o lugar ou cenário no qual a história deveria ocorrer, o recorte de tempo, dos descobrimentos portugueses na América até a abdicação de D. Pedro I – e por último define o objeto de sua história: os acontecimentos naquele lugar durante aquele tempo. Tal ordenamento, como afirmava o parecer do IHGB sobre a redação de Júlio Wallerstein, poderia facilitar o trabalho de historiador, reduzindo-se esse a seguir a cronologia dos eventos. Contudo, apresentava a limitação de não permitir a escrita de história vinculada às modernas concepções do período.²¹²

²¹⁰Varnhagen, HGB, 1854, p. 01.

²¹¹Francisco Solano Constancio. *História do Brasil. Desde o seu descobrimento por Pedro Alvarez Cabral até a abdicação do Imperador D. Pedro I*. Paris: Livraria J. P. Aillaud, 1839. Principalmente a *Introdução geográfica e o primeiro capítulo*.

²¹²No primeiro volume da revista do IHGB, publicado em 1839, encontra-se parecer sobre a obra de Francisco Solano Constancio. A comissão responsável teceu severas críticas ao livro de Solano, principalmente por entender que o autor desmerecia a relevância do processo de independência do Império e, no afã de defender a causa da ordem, teria rebaixado a criação do Império brasileiro a ato de pessoas e líderes desprovidos de habilidade ou caráter o suficiente para conduzir o processo, não poupando nem a figura de D. Pedro I. *Juízo sobre a história do Brasil*. RIHGB. Rio de Janeiro, Tomo I, abr/1839, pp 91-96. p. 94. É de se notar que o lugar de Solano Constancio na historiografia brasileira ainda causa certo desconforto; em obra recente, Carlos Guilherme Mota e Adriana Lopez apresentam outra visão sobre o médico historiador, defendendo o ponto de vista que, ao contrário de Varnhagen – *reacionário e bragantino*, ele articulava a sua história exatamente pela perspectiva da descolonização e da expulsão do Imperador. *História do Brasil – uma interpretação*. 2ª ed. São Paulo: Editora Senac, 2009. p. 449.

Varnhagen, por sua vez, objetivava dotar o país de uma história que era, simultaneamente, um projeto de civilização. No *Memorial Orgânico*, ao descrever a situação dos índios, o autor frisava em tons de urgência a necessidade de por um fim às continuidades, no seu entender bárbaras, que ainda prendiam o Império àquilo que havia de atrasado na sua história²¹³. Tal espírito de combate permeava também a sua obra histórica, pois essa participaria dos esforços para civilizar o país.

A organização de uma história pátria deveria tornar visível o caminho da origem da nação até o seu amadurecimento como Império autônomo. Constituir-se-ia, desse modo, o eixo de articulação do passado, possibilitando o estabelecimento do horizonte de futuro que se almeja construir.²¹⁴ Contudo, conectar a história do Brasil à história da civilização ocidental de modo direto era desafio complexo. Nilo Odalia chama a atenção para essa dificuldade ao lembrar as críticas que a primeira edição recebeu: por iniciar sua história do Brasil na Europa, Varnhagen seria acusado de estar mais interessado na História de Portugal do que propriamente na história pátria²¹⁵. Sensível às críticas ele, na segunda edição, modificou a ordem dos capítulos, iniciando com uma introdução geográfica e seguindo com a reconstituição do papel dos índios e de sua ocupação do continente americano.

O índice da primeira edição sugere o sentido da escrita de história articulada na obra, pois lá se afirmava que a obra trataria: *Das doutrinas deste tomo – que compreende a historia do Brasil-Colônia, ou do Brasil antes de ser principado*²¹⁶. A história da nação não se iniciava com a independência, antes era construída ao longo do processo de colonização, mas tal sentido apenas tornou-se visível em virtude da transformação no *status* político realizada pelo

²¹³ Conforme discutimos no capítulo anterior, a visão de Varnhagen sobre o papel dos índios contrastava com as posições formais de escritores, do IHGB e até mesmo do Imperador D. Pedro II, que nutria indisfarçada simpatia pelo ideário indianista.

²¹⁴ Era preciso dar “espessura histórico-cultural” tanto à ideia de nação quanto à de civilização. Varnhagen preocupa-se em compreender os impasses objetivos para o progresso do Império brasileiro e a relação entre esses impasses e o passado brasileiro. As discussões de Valdeci Lopes de Araújo apontam para essa necessidade de montagem de novos “aparatos epistemológicos” capazes de sustentar o desenvolvimento teórico e histórico destes conceitos. *A experiência do tempo – conceitos e narrativas na formação nacional brasileira*. São Paulo: Editora Hucitec, 2008, pp. 103-105.

²¹⁵ Nilo Odalia, *Varnhagen... op. cit.*, p. 25.

²¹⁶ Varnhagen, HGB, 1854.

processo de independência²¹⁷. Não se tratava apenas da declaração de um princípio, mas de afirmação do lugar específico da nacionalidade brasileira em sincronia com a criação do Estado-nacional.

As sete primeiras seções na primeira edição da *História Geral* dividiam-se em: 1) *Introdução: origem do descobrimento da América central*; 2) *Descobrimento do Brasil e exploração de sua costa*; 3) *Atende-se mais ao Brasil. Pensamento de colonizá-lo*; 4) *Resultados da expedição de Martim Affonso*; 5) *Sucessos imediatos á expedição de Martim Affonso*; 6) *Direitos dos donatários e colonos. Portugal nesta época*; 7) *Descrição do Brasil, com sua extensão atual*. A escrita partia das primeiras expansões ligadas aos primórdios da civilização ocidental, o movimento dos gregos, passando pelos romanos e cristãos na Idade Média, até chegar finalmente ao esforço de expansão do reino português após a ascensão ao trono de D. João de Aviz²¹⁸.

Para Varnhagen, como observamos no primeiro capítulo, o período inicial dos descobrimentos não correspondia ao início do processo de colonização. A simples descoberta não bastava para afirmar a transformação daquele território em gérmen da nação brasileira, era preciso que o desejo de explorar economicamente as terras fosse acompanhado de práticas efetivas de povoamento e de internalização de instrumentos estatais capazes de garantir a manutenção dos vetores civilizacionais em território americano.

Se para Southey, conforme Maria Odila, a colonização portuguesa era criticável por conta da dispersão que gerava, das guerras de conquista, da agricultura comercial e da escravidão²¹⁹, para Varnhagen esse processo marcava o início da integração do Brasil, ainda colônia, nos moldes civilizacionais europeus. Nesse sentido, entende-se o movimento de descrever sistematicamente os primeiros atos de Martim Afonso, espécie de modelo de povoador e de administrador colonial. Suas ações não só permitiram o funcionamento de sua capitania, como também, forneciam ao historiador as

²¹⁷ A descrição que Wilma Perez Costa faz desta inversão da narrativa histórica de Varnhagen permite-nos aprofundar a ideia de que a escrita da história de Varnhagen obedece ao problema presente de criar o fundamento para uma memória social nacional compartilhada. *A independência na historiografia brasileira*. In: István Jancsó (org.). *Independência... op. cit.* pp. 56-57.

²¹⁸ Varnhagen, HGB, 1854, p. 02

²¹⁹ Maria Odila da Silva Dias. *O fardo do homem... op. cit.*, p. 106.

bases para reconstituir aquele processo. Ou como afirmava no início da secção IV:

“Deixemos porêem por algum tempo a nascente colonia brasileira, e vejamos o que entretanto se passa no resto do Brazil, ou se decide a seu respeito no alem-mar, isto é, na metrópole.”²²⁰

O território, que viria a ser o Brasil, configurava o espaço da colonização, e só ganharia significado histórico conforme se fazia sentir a ação do colonizador português. Por isso, Martim Afonso era tão decisivo, pois, suas intervenções representavam o primeiro marco da implantação do aparelho de estado português na América²²¹.

Na segunda edição a alteração mais notável é a ordem dos primeiros capítulos: 1) *Descrição Geral do Brasil*; 2) *Dos índios do Brasil em geral*; 3) *Língua, usos, armas e indústria dos tupis*; 4) *Ideias religiosas e organização social dos tupis: sua procedência.*; 5) *descobrimento da América e do Brasil*; 6) *Explorações primitivas da costa brasílica*; 7) *Atende-se mais ao Brasil. Pensamento de colonizá-lo em maior escala.* A colonização, antes precedida apenas pelos movimentos de expansão da civilização ocidental, agora é antecederida pela descrição geográfica do território e pelas descrições das populações indígenas que o ocupavam. A terra e os ocupantes originais foram, contudo, analisados como obstáculos a serem superados pelos colonos no seu esforço de integração da colônia aos ditames civilizacionais. A ênfase na descrição da terra recaía no “abandono” e no fato de estar cheia de feras selvagens. Demandar-se-ia grandes trabalhos e ação decidida do homem civilizado para gerar ali as condições para produzir riqueza e meios de vida²²².

²²⁰ Varnhagen, HGB, 1854, p. 58.

²²¹ A noção de Estado em Varnhagen articula-se em torno da naturalidade dessa instituição entre povos civilizados, e liga-se às ideias de lei e escrita. Cf. Arno Wehling. *Estado, história... op. cit.* p. 167. Com isso podemos compreender a importância que Varnhagen dará à ação estatal como mecanismo de garantia da introdução da lei, e com isso, da ordem civilizada no território das possessões portuguesas na América.

²²² A ideia do encontro entre o civilizado europeu e a terra bárbara continuou presente na historiografia brasileira até o século XX. Caio Prado, na *Formação do Brasil Contemporâneo*,

Tomemos como exemplo a seção I do tomo I da segunda edição que começava pela geografia – pelo palco dos eventos históricos a serem reconstituídos ²²³. O esforço de Varnhagen, contudo, não se aterá apenas ao teor físico da geografia das novas terras. Após apresentar as razões para o nome atribuído às descobertas portuguesas e descrever a topologia e a hidrografia delas, apresentava a oposição entre a natureza exuberante e os potenciais civilizatórios da terra:

“Apesar de tanta vida e variedade das matas-virgens, apresentam elas um aspecto sombrio, ante o qual o homem se contrista sentindo que o coração se lhe aperta, como no meio dos mares, ante a imensidade do oceano. [...] [o homem] só chega a habitá-las satisfatoriamente depois de abrir nelas extensas clareiras, onde possa cultivar os frutos alimentícios ou preparar os prados e pastos, que dêem sustento aos animais companheiros inseparáveis da actual civilização” ²²⁴

assim descreve o encontro entre o europeu e a América: “São os trópicos brutos e indevassados que se apresentam, uma natureza hostil e amesquinhadora do Homem, semeada de obstáculos imprevisíveis sem conta para que o colono europeu não estava preparado e contra que não contava com nenhuma defesa. Aliás a dificuldade do estabelecimento de europeus civilizados nestas terras americanas, entregues ainda ao livre jogo da natureza, é comum também à zona temperada.” Caio Prado Jr. *Formação do Brasil Contemporâneo – colônia*. 24ª reimpressão. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996. p. 27.

²²³ Helena Miranda Mollo observa que a “introdução geográfica” respondia também à necessidade de vincular a História Geral do Brasil à perspectiva tradicional na qual a síntese histórica deveria ser precedida pela geografia, pois “a localização do território, a dimensão, para que, então, se elabore o discurso da passagem do passado imemorial para a história, com a transformação do espaço em território”. *História Geral do Brasil: entre o espaço e o tempo*. In: Wilma Perez Costa e Cecília Helena de Salles (orgs). *De um império a outro: formação do Brasil: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2007. pp. 99-118. p. 108. Para uma visão geral do papel da geografia no Brasil oitocentista, conferir Temístocles César. *A geografia servia, antes de tudo, para unificar o Império. Escrita da História e saber geográfico no Brasil oitocentista*. Ágora (UNISC), Santa Cruz do Sul - RS, v. 11, n. 1, p. 79-99, 2005. A questão geográfica permaneceria fundamental para a historiografia brasileira na primeira metade do século XX, Caio Prado Jr., por exemplo, pensava as rotas das boiadas que cortavam o território colonial no século XVIII como o primeiro elemento de entrelaçamento da “população brasileira que doutra forma permaneceria segmentada em núcleos estanques, e que por isso tem um papel de primeira ordem na unidade do país e na sua formação e evolução.” Caio Prado Jr. *Formação do... op. cit.* p. 234.

²²⁴ Varnhagen, HGB, 1877, p. 15.

O espírito civilizador deveria vir acompanhado do machado, ou seja, a reconstituição dos primeiros passos da colonização buscava os fatos que justificassem a transformação do território selvagem em campos próprios ao transplante civilizacional necessário para estabelecer as raízes da nação brasileira²²⁵.

Ao referir-se à “atual civilização”, Varnhagen retomava a afirmação, de resto recorrente após o Iluminismo, da necessidade de opor a civilização à natureza, como meio de garantir o progresso humano. Deixada por si a natureza não produziria nada a não ser selvageria e barbárie²²⁶. Além disso, a condição atual daquela implicava que o império do Brasil ainda estava realizando o sua obra civilizadora: a colonização tinha avançado por sobre o território espraçando seus efeitos ao longo dos séculos, porém as permanências ainda eram escancaradas²²⁷.

Além disso, para o autor, o problema era agravado pela presença dos ocupantes originais das descobertas. Varnhagen, após seu rompimento com o indianismo, com o “patriotismo caboclo”, vai associar esses “ideais ingênuos” ao perigo de ocorrer no território brasileiro, e na sua história, o abandono dos vetores da civilização – o português e seus valores europeus. Matas, índios e feras compunham a base daquilo que deveria ser combatido pela sociedade imperial em nome da preservação e afirmação da nação brasileira.²²⁸ A colonização portuguesa foi o primeiro e fundamental passo para isso. A questão indígena ganhava seu contorno na situação de minoridade na qual se

²²⁵ “Num processo muito próprio ao caso brasileiro, a construção da ideia de Nação não se assenta sobre uma oposição à antiga metrópole portuguesa; muito ao contrário, a nova Nação brasileira se reconhece enquanto continuadora de uma certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa. Nação, Estado e Coroa aparecem enquanto uma unidade no interior da discussão historiográfica relativa ao problema nacional. Quadro bastante diverso, portanto, do exemplo europeu, em que Nação e Estado são pensados em esferas distintas.” Manuel Salgado Guimarães, *Nação e civilização... op. cit.* p. 06.

²²⁶ Confira François Châtelet (org.). O Iluminismo. Lisboa: Editora Dom Quixote, 1983 e Cf. Francisco José Falcon.. *Iluminismo*. São Paulo: Editora Ática, 1989. p. 62.

²²⁷ O misto de fascínio e repulsa que as matas e o sertão causavam nos românticos do XIX é apenas um dos sintomas dessa situação. A oposição litoral-sertão, gradativamente, iria ganhando forma no pensamento políticos e social brasileiro.

²²⁸ Podemos pensar aqui, a partir do trabalho de Dora Shellard Correa, na paisagem como uma representação, submetida aos desígnios de quem a descreve. Segundo a autora: “Nesse sentido, nas descrições de paisagens podem ser encontrados elementos da realidade ao mesmo tempo em que se oculta um mundo que se estranha e não se consegue ou não se quer ver.” *Paisagens sobrepostas. Índios, posseiros e fazendeiros nas Matas de Itapeva (1723-1930)*. Tese de doutoramento, FFLCH/USP, 1997. p. 17.

encontravam aqueles povos, deixando-os, do ponto de vista do historiador, fora de seu campo de trabalho direto:

“Para fazermos, porém, melhor idéia da mudança ocasionada pelo influxo do cristianismo e da civilização, procuraremos dar uma notícia mais especificada da situação em que foram encontradas as gentes que habitavam o Brasil, isto é, um idéia de seu estado, não podemos dizer de civilização, mas de barbárie e atraso. De tais povos na infância não há história: há só etnografia. A infância da humanidade na ordem moral, como a do indivíduo na ordem física, é sempre acompanhada de pequenez e de misérias.”

229

O estado selvagem no qual se encontravam os índios terminava por determinar, para o autor, a supressão dos traços próprios daquelas populações como meio de integrá-las ao processo civilizador. O resultado almejado era descrever o passado de modo a garantir a herança europeia no seio do Império do Brasil. Nesse sentido, ele retomava as ideias escritas na sua *Memória Como se deve entender a nacionalidade na história do Brasil*, orientando a sua descrição pela ideia de incompatibilidade entre os índios e a civilização.

As modificações da segunda edição, com isso, não tiveram impacto no eixo da reconstituição realizada por Varnhagen. Uma vez que o fio condutor estava estabelecido, a sequência de apresentação do tema, do ponto de vista do autor, perdia relevância. Mas, ao mesmo tempo, aproximava sua obra da ideia recorrente no século XIX que estabelecia a geografia como introdução da história. O território da nação, projetado no passado, deveria enquadrar a sua reconstituição dos acontecimentos.

²²⁹ Varnhagen. HGB, 1877, p. 31.

Colonização e vetores civilizacionais

Varnhagen vinculava a ideia de temporalidade à de unidade da narrativa histórica própria a cada povo, em outras palavras, o tempo histórico²³⁰ deveria ser organizado a partir dos elementos essenciais que fundavam o funcionamento de cada povo em particular. A busca pelas origens da nação brasileira implicava em determinar os desígnios que definiram ao longo de tempo o caráter nacional. Ou como dizia Tocqueville, citado por Varnhagen no prólogo da segunda edição de sua *História Geral*, “Os povos ressentem-se eternamente da sua origem. As circunstâncias que os acompanharam ao nascer e que os ajudaram a desenvolver-se influem sobre toda a sua existência”²³¹. No caso brasileiro, isso definia o valor do processo de colonização, constituindo-o em vetor do estabelecimento das bases da nação e era determinante, no sentido de permitir moldar a forma adequada para a escrita da história nacional. Portanto, tratava-se de identificar a formação da nação brasileira com o móvel da implantação da civilização européia.

A inserção daqueles interesses na colônia podia ser problemática, como vimos no caso da escravidão. Contudo, em relação às bases comerciais ou à “cobiça” podemos notar o modo pelo qual o autor tendia a nuançar os elementos contraditórios da colonização. Se, na sua memória sobre a nacionalidade na história do Brasil, Varnhagen tecia severas críticas à mudança de nome das conquistas: de Santa Cruz para Brasil²³². Na *História Geral* o impasse entre religião e comércio não foi problematizado do mesmo modo. Varnhagen optou por descrevê-lo realçando a questão linguística – discutindo as razões de se dizer brasileiros e não brasilenses ou brasilienses – e pensar que a primazia do “lenho lucrativo” sobre o “lenho sagrado”, deveria ser lida como sinal de percepção aguçada dos homens do tempo para

²³⁰ Seguimos aqui as sugestões de Paul Ricoeur quanto às possibilidades de se configurar uma temporalidade própria ao discurso histórico vinculado à construção de significados para os fatos, pois “continuidade/descontinuidade, ciclo/linearidade, distinção em períodos ou eras” tendem a se impor quando passamos a indagar a produção do conhecimento histórico. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007, pp. 165 e ss.

²³¹ Varnhagen, HGB, 1877, p V.

²³² Francisco Adolfo de Varnhagen. *Como se deve...* op. cit.

denominar adequadamente aquelas terras.²³³ O historiador deveria saber calar certas opiniões que punham em risco o móvel de organização econômica da colonização portuguesa. Diante de tal fato, o seu dever, comprometido com a segurança e o desenvolvimento de sua pátria, era o de evitar condenar moralmente uma instituição necessária ao avanço do colonizador.²³⁴

Em sua obra, Varnhagen ocupava-se principalmente em descrever a “história do Império antes de sua independência”, ou seja, o período no qual o domínio português era o elemento central na dinâmica da sociedade que viria a ser a brasileira. Isso transparece desde o título da sua primeira edição que destacava os assuntos a serem tratados: “descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste Estado, hoje império independente”. Nos termos acima, colonização resumia-se à ocupação do território pelos colonos portugueses, não sintetizava o conjunto do processo. Contudo, a ideia de “colonização” como uma noção mais geral começava a ganhar corpo.

Retomemos a relação que von Martius estabelecia entre colonização e expansão marítima no sua dissertação para o IHGB:

“Com esta observação quero indicar que o período da descoberta e colonização primitiva do Brasil não pode ser compreendido, senão em seu nexos com as façanhas marítimas, comerciais e guerreiras dos portugueses, que de modo algum pode ser considerado como fato isolado na História desse povo ativo, e que sua importância e relações com o resto da Europa estão na mesma linha com as empresas dos portugueses”²³⁵

Martius vinculava a colonização do Brasil às grandes navegações portuguesas, não só para evidenciar que o eixo da formação da nação era Portugal, como também pelo fato de garantir com isso a vinculação com o

²³³ Varnhagen, HGB, 1857, pp. 22-24.

²³⁴ Francisco Adolfo de Varnhagen. *Memorial Orgânico – Offerecido á nação*. In: Guanabara – Revista mensal, artística, científica e litteraria. Tomo I Dirigida por: Joaquim Manoel de Macedo, Antonio Gonçalves Dias e Manoel de Araújo Porto-Alegre. Rio de Janeiro: Paula Brito, impressor da casa Imperial. Dez/1851. p. 401.

²³⁵ Karl F. Martius. *Como se deve... op. cit.*, p. 96.

restante da Europa. Esse primeiro ponto destacava fato essencial: a colonização era um processo moderno e ligado à expansão comercial, militar e política dos Estados europeus.²³⁶ Não se tratava aqui, obviamente, de um conceito rigoroso, como o definido por Fernando Novais que sintetiza o processo de colonização como “povoamento e valorização das novas regiões [que] inserem-se na estrutura do Antigo Sistema Colonial”, portanto, elemento vital do processo de acumulação primitiva de capitais engendrada a partir do centro europeu²³⁷. No caso de Martius, e mais ainda na obra de Varnhagen, tratava-se de uma noção geral que associava a ocupação dos territórios americanos pelos portugueses com a garantia da implantação dos vetores civilizacionais: colonizar e civilizar eram quase intercambiáveis na *História Geral do Brasil*.

Na seção III da sua primeira edição – VII na segunda edição em diante – intitulada “Atende-se mais ao Brasil. Pensamento de colonizá-lo”, Varnhagen estabelecia a passagem de feitoria à colônia no momento de crise dos negócios portugueses na Ásia. O movimento de colonização não se direcionava, com isso, pelo interesse imediato nas possessões americanas, mas como necessidade de contrabalancear o recuo dos interesses econômicos na Ásia. Varnhagen observava que a mudança implicava em benefícios para Portugal, pois a rota da Ásia sangrava a população do Reino e seus recursos, além de “perverter em parte a índole dos seus habitantes” devido às piratarías e crueldades perpetradas²³⁸.

²³⁶ A ideia de colonização, segundo a definição de Marc Ferro, possui no Ocidente dois momentos centrais. O primeiro, no qual colonizar compreendia principalmente a ocupação de territórios estrangeiros por colonos, data da antiguidade greco-romana. A segunda, compreendida no sentido de ocupação, domínio e exploração mercantil, a colonização data da Época Moderna e ligava-se à expansão dos Estados Modernos Europeus. *História das Colonizações*. São Paulo: Cia das Letras, 1996. pp. Já no século XIX, os debates sobre o caráter da ação dos europeus no Novo Mundo na Época Moderna encontrava eco em obras como a do francês Leroy-Beaulieu, Paul. *De la colonisation chez les peuples modernes*. Paris: Guillaumin, 1882. Inspirado em leituras de Adam Smith e Wilhelm Roscher – escrita em 1848 e voltada à discussão das colônias, da política colonial e da emigração para o novo mundo discutia o caráter da ocupação territorial tendo como ponto de partida a relação de subordinação completa da colônia à metrópole – manifestada pelo pacto colonial – e pela condição de contínua minoridade das colônias face às suas metrópoles.

²³⁷ Fernando Novais. *Colonização e sistema colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica*. In: _____. *Aproximações. Estudos de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naif, 2005, pp. 27-28.

²³⁸ Caio Prado trabalha com diversos matizes do termo “colonização”, nos 30 anos da aventura da Ásia o termo não envolvia mais do que a fundação de feitorias; a associação entre comerciar e povoar viria somente com a expansão dos interesses portugueses para a

Não deixa de ser curioso o fato de Varnhagen, retomando a ideia de preservar o valor da colonização portuguesa, recusar-se a desdobrar esta observação em condenação geral do avanço português. Preferia destacar o fato da violência ser inerente às expansões de todos os povos. Até mesmo Roma, símbolo da civilização da Antiguidade, utilizara de recursos extremos para garantir seu poder. O reconhecimento da violência e da crueldade da empreitada não poderia significar a desqualificação do processo particular da expansão portuguesa, pois, infelizmente segundo o autor, “crueldades e piratarias tem sido o apanágio de todas as conquistas”.²³⁹

A mudança de foco da Ásia para a América não representava apenas a substituição de uma fonte de recursos por outra. A ocupação do Brasil apresentou para Portugal uma nova possibilidade de organização política. Varnhagen datava do século XVI o surgimento da ideia entre os membros da corte de Lisboa de “vir a organizar-se um grande império” no Brasil²⁴⁰. A relação entre a metrópole portuguesa e sua colônia americana guardava desde o início uma marca ambígua sobre a questão do significado da nova terra. Capistrano de Abreu, em nota à 3ª edição da *História Geral*, observava que:

“Nos *Diálogos das grandezas do Brasil*, diál. 1º, lê-se que, ao chegar a notícia do descobrimento a Portugal, um astrólogo levantara uma figura e achara que a terra descoberta havia de ser uma opulenta província, refúgio e abrigo de gente portuguesa.”²⁴¹

Na colonização da América portuguesa ou das partes do Brasil caminhariam lado a lado a crueldade de toda conquista e a necessidade de colonos terem condições de habitar a nova terra. Não bastavam mais o cuidado militar e o interesse comercial. A vinda de Martim Afonso, munido de “poderes

América. Cf. Caio Prado Jr. *Formação do Brasil Contemporâneo – colônia*. 24ª reimpr. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996. p. 24.

²³⁹ Varnhagen, HGB, 1854, pp. 26-27.

²⁴⁰ Idem, p. 26.

²⁴¹ Francisco Adolfo de Varnhagen. *História Geral do Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1948. p. 123.

extraordinários” para controlar o mar e para reger a colônia que deveria fundar, com amplo império nas questões civis e criminais – indicava para Varnhagen momento decisivo na consolidação dos aparatos de Estado fundamentais para sustentar na colônia o esforço de integração à sociedade portuguesa. Martim Afonso²⁴² tinha como obrigação tornar autossustentáveis os domínios que lhe foram entregues, permitindo à metrópole preservar seus recursos e garantir seus domínios. Além disso, São Vicente interessava a Varnhagen pelo fato de seu sucesso ocorrer em momento no qual os critérios e as condições para administrar as capitanias ainda não estavam definidos, gestados em meio aos esforços práticos dos donatários.²⁴³

Nesse contexto, o principal problema a ser enfrentado eram as disputas de Portugal com as outras Coroas europeias. A partir do primeiro quartel do século XVI, os avanços de castelhanos e franceses sobre o litoral brasileiro demandaram mudanças na forma como Portugal lidava com suas posses americanas:

“Entretanto, reconheceu-se que eram insuficientes as pequenas capitanias, antes fundadas no Brasil, e que as simples armadas de guarda-costas, além de muito dispendiosas, não prometiam toda a segurança, sem uma forte colônia nalgum porto vizinho, a que elas se pudessem recolher para refazer-se, não só de mantimento, como de gente, em caso de necessidade. Ao mesmo tempo a colônia, desenvolvendo-se e crescendo, poderia com seus próprios recursos sustentar tal armada, sem sobrecarregar o tesouro da mãe-pátria.”²⁴⁴

²⁴² Certas figuras individuais desempenhariam papel decisivo para o progresso ou para o recuo da civilização do Brasil. O caso de Martim Afonso era um deles, exemplificando um caso de sucesso no avanço das condições de civilização do Brasil. Américo Vespuccio, que abandonou o serviço da corte portuguesa em virtude de desentendimentos acerca de estímulos e reconhecimento, representa o outro lado da questão, pois para Varnhagen sua ausência significava diminuição no potencial de ação colonizadora no seu conjunto. HGB, 1854, p. 107. O destaque dado àqueles homens não obedecia apenas ao desejo de Varnhagen de estabelecer uma galeria de heróis, também era importante destacar as personagens centrais da introdução dos vetores civilizacionais na colônia.

²⁴³ Varnhagen, HGB, 1854, p. 138. Secção XI – *Crônica primitiva das seis capitanias, cuja colonização vingou.*

²⁴⁴ Varnhagen, HGB, 1854, p. 43.

A ideia de colônia ainda se associava apenas à lógica de povoamento, visível inclusive pela expressão mãe-pátria, tradução literal de metrópole e vinculada às velhas ideias de colonização grega. Contudo, o problema central do processo de colonização aparecia na relação a ser estabelecida, de caráter nitidamente econômico, entre a colônia e a metrópole. Pois a função primordial do desenvolvimento da colônia portuguesa era produzir os recursos necessários para garantir a posse do território, reduzindo-se ao máximo os custos envolvidos na empreitada.

A pressão estrangeira, principalmente os avanços comerciais dos franceses, demandava de Portugal atitudes cada vez mais enérgicas para garantir o domínio de seu território americano. Varnhagen anotava que a colonização movia-se por meio de práticas de caráter quase feudal, pois a ocupação das novas terras deveria ser feita em nome da Coroa por “novos senhores feudais”, que teriam a atribuição de guardar, cultivar e povoar as terras²⁴⁵. O problema a ser equacionado era o limite entre a liberdade desses colonizadores e os direitos do Estado sobre as terras. O acesso aos domínios coloniais vinculava-se à condição de os colonizadores “prestarem preito e homenagem à Coroa.” Porém, diferentemente do que acontecia no período medieval europeu, o fundamental não era a linhagem dos agentes: a questão chave era a condição econômica dos potenciais “senhores feudais”, pois era necessário que dispusessem de capitais próprios para tocar a empresa. A contrapartida oferecida era dar aos novos senhores “certo ascendente” sobre os colonos europeus²⁴⁶. Com isso, a relação de vassalagem, no seu sentido medieval, não poderia ser aplicada aos colonizadores portugueses no Brasil. Mais claramente Varnhagen expõe o caráter contraditório entre esse recuo

²⁴⁵ A questão do caráter da ocupação territorial da colônia portuguesa na América, anota Lígia Osório, tem sido alvo de debates desde o século XIX. A ambiguidade das doações realizadas pelos reis portugueses – que doavam o usufruto e os benefícios, mas não a terra – abria campo para as divergências sobre as interpretações possíveis da relação entre os colonizadores portugueses e suas terras. *Terras devolutas e latifúndio. Efeitos da Lei de 1850*. 2ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008. pp. 35-36. Para nossos fins interessa apontar a descrição que Varnhagen faz dessa relação pois, apesar de nomear de feudais aquelas relações, sua descrição avança no sentido de conceber a modernidade da posse da terra, ligada à questão comercial e econômica. Sem prejuízo de vincular esta mesma propriedade à formação da aristocracia colonial.

²⁴⁶ Varnhagen, HGB, 1854, p.60.

aparentemente feudal da colonização com o momento vivido pelas Coroas da Europa ocidental, em pleno processo de centralização de poder:

“Os meios *feudais* tinham sido, porém, os mais profícuos para colonizar os países quase ermos de gente: por isso mesmo que o desejo de poder existe na natureza humana, e é um estímulo vigoroso para convocar os ambiciosos a *exporem no meio de trabalhos, quanto já têm, para adquirirem mais [grifo nosso]*. E como eterno só é Deus, ao tempo cumpria corrigir o que antes fora e agora era medida necessária.”²⁴⁷

Não bastava apenas possuir os meios necessários, era preciso ter o desejo de ampliar o que se tinha, para garantir não só a instalação da empresa colonizadora como também a sua contínua ampliação, pois só assim, com o tempo os recuos feudais poderiam ser gradativamente superados.

A extensão das terras distribuídas era outra questão problemática para Varnhagen. A imensidão das capitanias, principalmente se considerada a sua extensão para o interior, inviabilizava qualquer possibilidade da ação colonizadora naqueles sertões.²⁴⁸ A opção de distribuir grandes lotes de terra, tanto para os donatários como depois para os sesmeiros, para estimular os empreendedores, atendendo às suas condições pela escala dos negócios, tinha efeito deletério sobre a quantidade de gente que se poderia atrair para povoar efetivamente as terras. Varnhagen percebia o conflito entre a função de povoamento e os interesses comerciais e políticos que buscavam estabelecer os quadros de sustentação da empresa colonizadora²⁴⁹. Mantendo-se fiel à sua

²⁴⁷ Idem, p. 72.

²⁴⁸ Idem, p. 71.

²⁴⁹ Varnhagen sintetizava o problema na seguinte afirmação: “A colonização [caso as terras fossem dadas em menores proporções] não teria disseminado tanto (chegando às vezes a perder-se), e houvera sido mais profícua, e dado resultados mais prontos; e o governo poderia ter guardado um novo cofre de graças, para recompensar feitos pelos abastados do commercio que aspirassem a satisfazer a tendência existente no coração humano de vincular, para seus sucessores, as fortunas adquiridas. – Com doações mais pequenas, a colonização se teria feito com mais gente, e naturalmente o Brazil estaria hoje mais povoado – talvez – do que os Estados Unidos: sua povoação seria por ventura mais homogênea, e teriam entre si as províncias menos rivalidades, que, se ainda existem, procedem das taes grandes capitanias.” Varnhagen, HGB, 1854, p. 69. Gilberto Freyre ironizava esta crítica de Varnhagen, afirmando que o autor “é sempre de um simplismo infantil quando deixa a pura pesquisa histórica pela filosofia da História”. *Casa Grande & Senzala – Formação da Família*

disposição de “juiz” perante a história, Varnhagen não se eximia de considerar alternativas ao problema, e para tanto retomava as suas ideias, apresentadas no seu *Memorial Orgânico*, para a colonização dos sertões do Império brasileiro: manter o poder dos colonizadores, mas ampliar o seu número pela redução do tamanho dos lotes de terra. Varnhagen aproximava, desse modo, os tempos históricos do passado e do presente, pois se a colonização passada permitira o povoamento e a integração do litoral à civilização, caberia ao Império levar o mesmo processo para o interior do país.

O problema era grave, pois não só marcou o início da ocupação do país, como teria ficado incrustado na mentalidade dos brasileiros:

“É certo que a mania de muita terra acompanhou sempre pelo tempo adiante os sesmeiros, e acompanha ainda os nossos fazendeiros, que se regalam de ter matos e campos de tal extensão que levem dias a percorrer-se, bem que às vezes só a décima parte esteja aproveitada [...]”²⁵⁰

O historiador inaugurava aqui a associação entre o latifúndio e a colonização, tratando como permanência os impasses da questão da propriedade da terra no Império²⁵¹. Obviamente o fato do regime de posse de terras ter sido mantido após a independência dava inclusive substrato jurídico para a afirmação de Varnhagen²⁵². A percepção de uma ligação entre a situação passada e aquela vivida no Império brasileiro, possibilitava o estabelecimento de uma linha entre a descrição do passado e a intervenção no presente. Em 1856, publicou proposta de projeto de lei, buscando complementar lacunas que vislumbrava na Lei de Terras de 1850. Seu título era bem sugestivo do modo pelo qual Varnhagen pensava a ocupação do

Brasileira sob o Regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1978. p. 243-244, nota 7.

²⁵⁰ Idem, p. 69-70.

²⁵¹ Em o *Mito do latifúndio*, Vera Ferlini chama a atenção para a associação que os pensadores do XIX faziam entre o latifúndio – como grande propriedade privada e amparada por uso de capital extensivo – e as grandes extensões de terra distribuídas no período colonial. Tratava-se de estabelecer raízes antigas para um processo, o estabelecimento das bases da propriedade privada burguesa da terra, que era próprio do século XIX. In: Vera Lucia Amaral Ferlini. *Açúcar e colonização*. São Paulo: Alameda, 2010. pp. 211-232.

²⁵² Cf. Lígia Osório Silva. *Terras Devolutas ... op. Cit.* pp. 15 e ss.

território do Império, ecoando questões não resolvidas da colonização portuguesa:

“Projeto de uma lei adicional à das terras públicas, com a imposição do censo por maior, e favores aos *que promovam a colonização agrícola no Brasil* [grifo nosso],... por Francisco Adolfo de Varnhagen”²⁵³

A promoção da ocupação do interior só poderia ser possível mediante estímulos que obrigassem os proprietários a tornar produtiva a terra. Além disso, era necessário apoiar o trabalho de famílias, por isso os lotes de terra deveriam ser de menor extensão. A proposta buscava um equilíbrio entre o fim lucrativo da produção no campo e a função fundamental de garantir a ocupação do território. O direito à propriedade, que “estimulava os homens ao trabalho” e dera “origem a tantas grandes ações”, não era objeto de análise direta de Varnhagen, porém suas reflexões evidenciavam que o latifúndio, quando improdutivo, impunha sérias restrições àquele direito. Segundo Clado Ribeiro, a ideia de mudar a situação por meio de lei seria abandonada.

A conciliação feita por Varnhagen, que deixava ao tempo fragmentar aquelas grandes propriedades, não muda o fulcro de sua análise e, em última instância, a crítica que ele dirigia ao *status* da posse de terra no Brasil.²⁵⁴ Encerrava, na sua primeira edição, a crítica à extensão das capitanias de modo muito contundente:

“Ainda nos nossos tempos há exemplos de disposições legislativas, em que da ignorância de princípios científicos procedem a resultados absurdos, ou contrários à mente dos legisladores.”²⁵⁵

²⁵³ Apud: Clado Ribeiro de Lessa. *Varnhagen vida e obra*. RIHGB: p. 264. Varnhagen enviou cópias deste texto para o Imperador e republicou, em 1860, na Coleção de Leis, regulamentos e terras organizada por J. M. P. de Vasconcelos. Cf. Hans Horch. *Francisco Adolfo... op. cit.*, pp. 182-184.

²⁵⁴ Idem, p. 267.

²⁵⁵ Varnhagen, HGB, 1854, p 71.

Posteriormente, na sua segunda edição, procuraria justificar a atitude do monarca português ao tomado uma decisão aparentemente tão contraproducente. A garantia do domínio territorial e a evangelização das gentes eram, segundo Varnhagen, os objetivos do governo de d. João III ao estabelecer o regime das capitanias. O modo pelo qual deveriam ser postos em prática os dois objetivos estava diretamente relacionado à capacidade de gerar riquezas a serem partilhadas entre a coroa e seus súditos. A evangelização e o domínio territorial não poderiam ocorrer mediante o empobrecimento – de gentes e de recursos – do povo português. E o mecanismo para isso era, citando Montesquieu, o que depois seria definido como pacto colonial ou o exclusivo metropolitano:

“[nação colonizadora] a defende com as suas armas e a mantém por suas leis, como diz Montesquieu, reclama compensação nas vantagens do seu comércio, com exclusão de todas as outras nações, segundo o direito europeu ainda praticado em nossos dias por alguns”²⁵⁶

O exclusivo metropolitano de início não aparece como restrição aos interesses dos colonizadores, mas como condição para o sucesso de sua empreitada. Povoar, evangelizar e comerciar eram o tripé de sustentação do esforço colonizador português, sendo a “cobiça” do comércio contrapartida necessária ao estabelecimento da lei, portanto do Estado, no território da colônia.²⁵⁷

A ênfase na ação colonizadora portuguesa levava Varnhagen a descrever o movimento de ocupação do território de modo homogêneo, buscando as linhas gerais de penetração dos interesses portugueses na América. Ao reconstituir, por exemplo, os primeiros contatos dos colonos com

²⁵⁶ Varnhagen, HGB, 1877, p. 142.

²⁵⁷ Caio Prado Jr, observando a dinâmica da colonização portuguesa naquilo que lhe era essencial, levaria ao limite o papel do comércio na formação da colônia brasileira, definindo a colônia como uma plataforma de produção para exportação. *Formação... op. Cit.*, pp 30-32. Varnhagen, buscando preservar a positividade da colonização portuguesa procura nuançar essa tendência transformando o comércio em instrumento da introdução da civilização no Brasil. Gregório de Mattos, poeta que desagradava sumariamente a Varnhagen, escrevia já no XVII sobre a *máquina mercante* que, segundo Alfredo Bosi, definia por metonímia, toda a engrenagem comercial da colônia. *Dialética da colonização op. cit.*, p. 26.

os índios, não negava as influências de certas práticas indígenas sobre os portugueses, principalmente nos usos de “objetos domésticos e de primeira necessidade”, perceptível em hábitos alimentares, práticas de cultivo da terra, nomenclatura de alimentos e de práticas agrícolas²⁵⁸. Contudo, atribuíam tal recuo civilizacional à falta de recursos e desamparo nos quais se encontravam os primeiros colonos. Não se tratava, porém, de reconhecer mérito naquelas práticas, mas de pontuar uma situação circunstancial, típica de “países atrasados”, que “começam a ceder o passo à nacionalidade”. Procurava, na sua descrição, relacionar o compasso da colonização portuguesa à superação daquele atraso, dado que a tendência a ser destacada era que, com a introdução gradativa dos hábitos europeus, ficaria evidente, até mesmo para os índios, a “superioridade e encantos da civilização sobre a barbaria”²⁵⁹.

A conexão entre passado e presente aparece também em sua análise da evangelização dos povos indígenas, pois, assim como no Brasil Império os “philo-tapuias” queriam impedir o uso da força contra os índios “bravos”²⁶⁰, também nos inícios da colonização a ênfase na catequese, apoiada na piedade dos reis e por políticas dos jesuítas, teria efeitos contrários aos pretendidos, pois os índios continuariam presos aos seus “hábitos bárbaros”. E, além disso, o bloqueio a leis, que permitissem aos colonos subjugar os índios por meio do trabalho, teria como consequência a busca por outras fontes de mão de obra, deixando a “cobiça” dos colonos sem uma canalização que permitisse o aproveitamento dos índios no avanço da civilização pelos sertões da colônia²⁶¹. Por isso, a questão não era apenas de inserção nos quadros da civilização, mas, como bem aponta Laura Nogueira Oliveira²⁶², garantir condições para atender à demanda crescente de mão de obra dos colonos portugueses.

²⁵⁸ O hábito de se fumar tabaco, o consumo de milho e de mandioca – além de suas farinhas, palavras como Coivará, mingau etc. todos sinais de absorção de certos costumes indígenas pelos portugueses. Varnhagen, HGB, 1854, p. 249.

²⁵⁹ Idem, p. 173.

²⁶⁰ Francisco Adolfo de Varnhagen. *Memorial... op. cit.*, p. 393.

²⁶¹ Idem, pp. 179-180.

²⁶² Laura Nogueira Oliveira. *Os índios bravos e o sr. Visconde: os indígenas brasileiros na obra de Francisco Adolfo de Varnhagen*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2000 186 fls. p. 83.

Para Varnhagen, contudo, o efeito mais deletério da proteção aos índios foi obrigar os colonos a buscarem alternativas para suprir sua necessidade de mão de obra, surgindo desse modo a figura do “colono escravo africano”, que, diferentemente dos índios, estava mais distante da religião cristã e da civilização, pois:

“os colonos de nações igualmente bárbaras e mais supersticiosas, essencialmente intolerantes, inimigas de toda liberdade, e que como que ostentam a raia da separação com que se extremam dos índios e dos seus civilizadores”²⁶³

A presença do escravo africano, muito embora necessária como meio de garantir a produção na colônia, acabaria por apresentar desafios ao estabelecimento dos padrões civilizados, tanto na colônia como depois no império. A escravidão gerou uma relação de intimidade entre o senhor e o escravo que tenderia, assim compreendia Varnhagen, a rebaixar o primeiro. Afinal, não eram com os escravos que os filhos dos senhores aprendiam as primeiras palavras e os primeiros hábitos de infância? E aprender “erradamente” não dificultava depois falar sem as “locuções viciosas?”²⁶⁴ Essa “dialética do senhor e do escravo” não era estranha à elite intelectual do Império. José Bonifácio, em seus projetos para a constituinte de 1823, definia-a claramente, ressaltando que o papel do senhor era incompatível com o de cidadão tanto quanto o do escravo²⁶⁵. E, José de Alencar, contrário a qualquer medida de abolição que pusesse em risco a ordem legal ou a ordem econômica do Império, não hesitava em constatar, em sua peça o *Demônio Familiar*, os efeitos nocivos aos padrões derivados de suas relações com os escravos.²⁶⁶

Na sua reconstituição da presença dos africanos, Varnhagen opunha-se ao projeto de Martius, pois como cidadão do Império do Brasil e

²⁶³ Varnhagen, HGB, 1854, p. 180.

²⁶⁴ Idem, ibidem.

²⁶⁵ José Bonifácio. *Projetos para o Brasil*. Miriam Dolhnikoff (org.). São Paulo: Cia das Letras, 1998. pp. 52-53.

²⁶⁶ Cf. Nelson Schapochnik. *Letras de Fundação: Varnhagen e Alencar – projetos de narrativa instituinte*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 1992, 244 fls., pp. 107 e ss.

membro de sua elite cultural e política não poderia reconhecer as contribuições dos escravos, na medida em que elas eram interpretadas como obstáculos ao progresso.

A questão nacional

A historiografia inaugurada em Varnhagen consolidou, no campo do conhecimento histórico, a passagem da colônia à nação como continuidade, ou seja, no esforço continuado de manutenção e ampliação da civilização no Brasil. Todo o esforço de colonização dos portugueses de evangelização dos gentios, de criação de estruturas econômicas, de integração hierarquizada das diferentes raças, de organização de um aparelho administrativo e de ocupação do território em suma, todo o esforço da coroa portuguesa criou as condições para o surgimento da nação brasileira. Logo, tornava-se necessário, desse ponto de vista, manter o vínculo com aquela tradição, representada na figura do Imperador Pedro I e depois em seu filho, Pedro II, que continuaram as linhas mestras formuladas na colônia, no processo de colonização²⁶⁷.

A afirmação de identidade nacional própria dentro da construção da História Geral também é problemática. "Quem é brasileiro?" A resposta dessa questão não era simples. Forçoso reconhecer as dificuldades em definir claramente quem integrava e quem não integrava o corpo político da nação em vias de construção, ou melhor, em definir o significado concreto da situação política de ser brasileiro na primeira metade do século XIX²⁶⁸. Em 1854, Varnhagen relatava ao imperador Pedro II o seu encontro com a Princesa D. Francisca e com o príncipe de Joinville, que ficaram surpresos quando o descobriram brasileiro, pois o nome e a aparência do diplomata não indicavam essa origem. Surpreso por esses comentários, decidiu omitir o seu nome da capa do livro para não associá-lo ao estrangeiro e torná-lo um livro de apenas

²⁶⁷ "A lição dos fatos consiste em amalgamar-se o resultado da experiência histórica da colônia aos imperativos e conquistas da ciência européia, de modo que possa conduzir o país em direção ao paradigma escolhido, a sociedade européia." Nilo Odalia, *As formas do... op. cit.* p. 22.

²⁶⁸ A discussão sobre os problemas da formação da identidade política brasileira já acumula diversas contribuições, para um levantamento e problematização destas, conferir. Robert Rowland, *A construção da identidade nacional no Brasil independente* in: István Jancsó (org.), *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo/Juí: HUCITEC/UNIJUÍ, 2003.

"um brasileiro" ou do "Instituto Histórico do Brasil", portanto "de todo o Brasil".²⁶⁹ Tal confissão aponta a instabilidade, mais evidente no autor, do caráter da nacionalidade brasileira.

Retomemos na íntegra o trecho no qual Varnhagen, consolidava suas ideias sobre a nacionalidade brasileira e sobre o modo de descrevê-la:

"Assim pois a verdadeira história do Brasil reduz-se á da colonização, civilização, organização e desenvolvimento deste Estado. Ao patriotismo do historiador toca apresentar dela os factos com dignidade, evitando sobretudo continuar declamações malcabidas, que nada podendo aproveitar á geração atual, só serviriam a deslustrar-nos ante as outras nações. Há verdades acerca das quais o historiador deve proceder como o dramaturgo, que esconde de traz os bastidores o que julga conveniente á melhora da sua produção. Sem faltar á verdade poderá algumas vezes o historiador calar ações (boas ou más) desnecessárias, segundo seu modo de ver. - E muitas vezes mostrará ele mais mérito em saber calar, que terá tido em escrever um de suas melhores páginas."²⁷⁰

Ao sintetizar o que para ele era nação e como se deveria escrever a história nacional, Varnhagen apresentava uma gama de problemas para a reflexão do papel do historiador no século XIX. A nação brasileira aparecia como o fruto de longo processo de gestação do Estado responsável pela montagem dos fundamentos civilizacionais no território colonial. Este ponto de vista implicava cortar os elementos que perturbassem a evolução natural da ação estatal e dos princípios que a norteavam. Ou seja, em uma primeira aproximação, a nacionalidade posta em questão por Varnhagen estava ligada menos ao sentimento nacional e mais ao nacionalismo como elemento constituído de "estrutura e doutrinas claramente definidas" capazes de servir de

²⁶⁹Carta ao Imperador Pedro II, MI, M. 120 - Doc. 6036.

²⁷⁰Francisco Adolfo de Varnhagen, *Como se deve entender.. op. cit.*

orientação para partidos que tomem a frente da construção da nação²⁷¹. Era função do historiador converter esse processo numa narrativa ou, para ficar junto à imagem por ele cunhada, numa “encenação dos grandes fatos históricos” constitutivos da civilização a ser instaurada no território ocupado pelos portugueses. Podemos aproximar essa visão do que Benedict Anderson, retomando Seton Watson, definia ironicamente como “nacionalismos oficiais”, construções em grande medida resultantes de reações, nos velhos impérios europeus, às manifestações de um “nacionalismo popular” e explosivo²⁷². No Brasil, importa ressaltar, não se tratava tanto de conter levantes populares, quanto de garantir a manutenção do *status quo* econômico e político.

A história do século XIX pode ser descrita também como a da “construção da nação”. Hobsbawm frisa, a partir desta observação, o caráter moderno e recente da nação como realidade política e, ao mesmo tempo, como conceito problemático para analisar tal realidade. A articulação de novos corpos políticos dentro dos aparelhos de Estado europeus, e em suas colônias americanas, realizada em meio aos processos revolucionários nos dois lados do Atlântico, avançava de modo aparentemente irresistível, sem com isso, apresentar uma forma política comum²⁷³. Mesmo na Inglaterra, na França ou na Espanha, onde poderíamos observar bases aparentemente seguras para a construção nacional tais como: a unidade de território, uma língua dominante e um aparelho de Estado centralizado, a distinção entre as ideias iniciais sobre o caráter da nação e sua definição, ao longo do XIX, obriga o estudioso a ficar alerta quanto à instabilidade do objeto “nação”.²⁷⁴ No caso das ex- colônias americanas, somava-se ao processo de instituição da nação o de criação tanto do território quanto do Estado responsável pela ordem interna das novas sociedades.

²⁷¹ Raoul Girardet, *Autour de l'Ideologie Nationaliste perspective de recherche*. Revue française de science politique, année 1965, vol. 15, num 3. p. 427.

²⁷² Benedict Anderson, *Comunidades Imaginadas Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2008, p. 130.

²⁷³ Idem, *ibidem*, p. 107.

²⁷⁴ No caso francês, modelo por excelência da construção nacional, os problemas atinentes ao desenvolvimento do nacionalismo – e com isso das ideias de nação e nacional – não eram poucos, principalmente em virtude da dificuldade de se circunscrever a ambiguidade do tema. Cf. Raoul Girardet. *Pour une introduction à l'Histoire du Nationalisme Français*. Revue française de science politique, Année 1958, Volume 8, Numéro 3. pp. 505 – 528. p. 508.

Sérgio Campos Matos define como problemática a relação entre história e nacionalidade em virtude do caráter deformador que o nacionalismo tende a impor à reconstituição histórica²⁷⁵. Tal problema surgia de forma evidente nos países europeus do XIX; dados os processos de urbanização e industrialização que permitiram, segundo Ernest Gellner, a homogeneização da população e a integração, via alfabetização, das populações europeias em unidades identitárias.²⁷⁶ No Império brasileiro a questão nacional não era tratada como uma questão geral e popular e sim como uma necessidade do Estado em estabelecer as condições que definiam aquela nacionalidade. A história do Brasil a ser escrita no XIX não era a escrita da história de um povo realizando a sua formação, era sim como observava Nilo Odalia, a descrição da ação do Estado “tutelando, orientando e controlando”²⁷⁷ a construção nacional.

Nesse sentido, Varnhagen permaneceria vinculado ao Estado de modo semelhante ao geral dos membros do IHGB, pois não só a sua escrita de história tinha na ação política o seu elemento central, como também do ponto de vista da reprodução material da vida, ele dependia, como apontava Sérgio Buarque de Holanda, assim como outras figuras políticas e intelectuais do império, do acesso aos empregos públicos. Ele ficava desse modo à mercê do jogo de influências e favores “da formidável soma de poderes de que dispunha o monarca brasileiro, graças ao Poder Moderador”.²⁷⁸

Em manifesto redigido por Joaquim Gonçalves Ledo para D. Pedro I destacava-se a unidade de todas as províncias como a garantia da independência e como base da nacionalidade:

"Não se ouça pois entre vós, outro grito que não seja União!
- Do Amazonas ao Prata não retumbe outro echo que não
seja Independencia! Formem todas as nossas provincias o
feixe mysterioso que nenhuma força pode quebrar.

²⁷⁵ Sérgio Campos Matos. *Historiografia e memória nacional. 1846-1898*. Lisboa: Edições Colibri, 1998, pp. 236.

²⁷⁶ Idem. pp. 237 e ss.

²⁷⁷ Nilo Odália. *As formas... op. cit.* p. 72.

²⁷⁸ Sérgio Buarque de Holanda. *Intervenção*. IEB-USP. *Anais do I Seminário de Estudos Brasileiros*. Apud. Lúcia Paschoal Guimarães. *Debaixo da proteção... op. cit.*, p. 22.

Desapareçam, por uma vez, *antigas preocupações*,
substituindo o amor de bem geral ou de qualquer provincia,
ou de qualquer cidade." ²⁷⁹

O esforço de Varnhagen direcionou-se a dar consistência histórica àquele sentimento de unidade, àquele “desejo dos brasileiros de ter uma” história nacional²⁸⁰, permitindo a conciliação entre o caráter científico e a missão histórica da nascente historiografia brasileira.

Ao escrever sua *História Geral do Brasil*, Varnhagen tinha por meta reconstituir os acontecimentos de modo objetivo. A relação entre o ponto de partida bárbaro da terra descoberta e as condições necessárias para fazê-la progredir rumo à civilização, rumo ao século XIX marcam, para o autor, a passagem do passado ao presente. A colonização portuguesa não foi apenas o ato de ocupação de terras estrangeiras por um povo, mas, principalmente, o estabelecimento de novas relações sociais, políticas e econômicas que determinariam a constituição da nação brasileira. Como tantos historiadores do XIX, Varnhagen tinha na ideia de origem o ponto de partida de sua história. Não pretendia escrever uma “história colonial”, mas, dadas as condições da passagem da colônia à nação, o único meio de realizar sua história nacional era colocar aquele passado colonial da nação brasileira que falava português, era governada pela dinastia de Bragança e seguia a religião católica como constitutivo da nacionalidade brasileira. Diferentemente do que aconteceu nas repúblicas hispânicas ou nos EUA, nos quais a ruptura com a metrópole determinaria a independência como ponto de partida para a história nacional, no caso brasileiro a colonização tomava lugar de momento mesmo de criação da nação brasileira.

²⁷⁹ Varnhagen, HGB, 1857, p. 436.

²⁸⁰ Obviamente não se trata aqui do conjunto da população do país e, sim, daqueles que estavam empenhados na construção do Estado Nacional. A referência ao desejo de possuir uma história nacional inspira-se na adaptação que Antonio Candido faz do título do livro de Julien Benda. *Esquisse d'une histoire des Français dans leur volonté d'être une nation*. Paris: Gallimard, 1932, para uma “história dos brasileiros no seu desejo de ter uma literatura”. *Formação da Literatura Brasileira (momentos decisivos) – 1º volume (1750-1836)*. 8ª edição. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora Itatiaia Limitada, 1997. p. 25.

Capítulo 3

Continuidade e descontinuidade na História do Brasil: o fim dos “grilhões coloniais” e o Império do Brasil.

A passagem da colônia portuguesa à nação brasileira tem sido alvo de alentados debates historiográficos desde o final do século XIX. A permanência do tema da independência na historiografia denota continuado esforço de compreensão da formação nacional, pois a sua discussão tem sido especialmente, como o afirma Wilma Perez Costa, sensível às paixões políticas. Definir aquele processo histórico tende, inevitavelmente, a gerar diagnósticos sobre a situação contemporânea do país²⁸¹. A formação da nação tornou-se por isso, campo fértil de polêmicas sobre as continuidades e as rupturas no interior do Estado e da sociedade brasileiros, principalmente em virtude do caráter distintivo da crise das relações do mundo luso-brasileiro em relação aos movimentos de independência das Américas hispânica e anglo-saxã²⁸². A solução imperial para a transição da colônia para a nação independente marcaria de modo indelével a fundação do Estado.

O problema, conforme sinalizava Florestan Fernandes, era equacionar a transição na Independência do Brasil, a partir da situação *sui generis* de inversão da relação colonial, já em 1808. A invasão francesa de Portugal levava a Coroa portuguesa a “interiorizar o Império colonial” nas suas posses americanas, e proceder de modo a aparelhar o Brasil com as instituições “necessárias à eficácia do poder imperial”, abandonando com isso a condição dada pelo Antigo Sistema Colonial. A transição dentro da ordem,

²⁸¹ Os problemas centrais da reflexão sobre a independência tenderiam a girar ao redor das questões da continuidade ou descontinuidade das influências portuguesas e no estabelecimento do estado independente baseado na casa de Bragança e garantidor de um centro de decisão política no interior do território americano. Wilma Perez Costa. *A independência na historiografia brasileira*. In: István Jancsó (org). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: FAPESP/HUCITEC, 2005. p. 53.

²⁸² O confronto entre os movimentos de emancipação da América portuguesa e da América espanhola, tema quase centenário na historiografia brasileira, centrou-se principalmente na oposição entre a manutenção da unidade da primeira e a fragmentação da segunda. István Jancsó. *Independência, independências*. In: mesmo. *Independência... op. cit.* pp. 19 e ss. Como veremos adiante, a manutenção da unidade da América portuguesa, antes de sua comparação com o mundo hispano-americano, configurava-se em ponto nodal para a obra de Varnhagen.

baseada na família real portuguesa, permitiu a antiga classe de “senhores coloniais” a possibilidade de ambicionarem a ser apenas “senhores”.²⁸³

Caio Prado Jr., em *Evolução Política do Brasil* ressaltava essa peculiaridade do processo brasileiro, ao enfatizar o papel decisivo da vinda da família real: “A transferência da Côrte constituiu praticamente a realização de nossa independência.”²⁸⁴ Os eventos de 1808 marcavam com isso o disparar da problemática da ruptura dos laços entre a colônia e a metrópole. Para Caio Prado, era perceptível que as linhas de continuidade pautaram a evolução política daquele momento, impondo limites às transformações políticas em curso devido à crise nas relações entre Brasil e Portugal.

José Honório Rodrigues procurava refletir, 40 anos depois de Caio Prado, em termos de “revolução e contrarrevolução”, os impasses da independência política, questionando a contenção dos ímpetus revolucionários realizada por D. Pedro I²⁸⁵. Para os autores, as linhas de continuidade apareciam como problemáticas e limitadoras do potencial de transformação que a emancipação política carregava em si, evidenciando seu caráter conservador. Pois afinal, como sintetizava José Honório, “A Guerra da Independência não modificou a estrutura econômica nem as relações sociais, e por isso ela não foi uma revolução completa”²⁸⁶.

A “herança colonial” era ponto central nos debates sobre o processo de independência, a partir da qual se articularam as posições historiográficas e políticas dos autores, e estabeleceram-se as bases da reconstituição histórica da construção nacional brasileira²⁸⁷. Nesse sentido, a obra de Varnhagen

²⁸³ Florestan Fernandes. *A sociedade escravista no Brasil*. in: mesmo. *Circuito Fechado: quatro ensaios sobre o poder institucional*. 2ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1977. p. 47.

²⁸⁴ Caio Prado Jr. *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1972 [1933]. p. 43. Ampliando a análise daquele autor, Fernando Novais e Carlos Guilherme Mota procuram refletir sobre a independência dentro do quadro estrutural de crise geral do Antigo Sistema colonial, e mais ainda, tendo como ponto de chegada do processo da independência a abdicação de D. Pedro I em 1831. *A independência política do Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

²⁸⁵ José Honório Rodrigues. *Independência: revolução e contrarrevolução. Evolução política*. Volume I. Rio de Janeiro/São Paulo: Francisco Alves/EDUSP, 1975-1976. Prefácio.

²⁸⁶ Idem. P. 170.

²⁸⁷ Sérgio Buarque de Holanda analisa a herança colonial do ponto de vista da transformação das relações políticas, sociais e econômicas do Império, oferecendo uma análise que, diferentemente dos autores citados, opera fora da ideia de “julgar” o passado, procurando enfatizar as mudanças ocorridas na sociedade brasileira que permitiram compreender o surgimento da nação brasileira como um processo, portanto, sujeito a contradições. A análise

contrasta nitidamente com os juízos posteriormente estabelecidos sobre o caráter da independência.

Mas, como definir com precisão a relação, de resto fundamental na produção do conhecimento histórico, entre mudança e permanência? Entre continuidade e descontinuidade? Para evidenciar a amplitude do problema, podemos lembrar o caso clássico no qual aparentemente a mudança impunha-se de modo dramático por sobre a permanência: a Revolução Francesa. Alexis de Tocqueville, autor de predileção de Varnhagen, observava que, diferentemente do que pensavam muitos de seus contemporâneos, a sociedade francesa pós-revolucionária mantinha muitas características em comum com a sociedade do *Ancien Régime*. E, o que se podia observar, do ponto de vista do ordenamento administrativo e social, era o aprofundamento das transformações oriundas da velha monarquia absolutista e não a criação de novas instituições²⁸⁸. A centralização administrativa do Estado, a destruição dos resquícios feudais, a luta pela igualdade e a questão da liberdade configuravam, para Tocqueville, linhas de continuidade na passagem entre a França *Ancien Régime* e a França revolucionada²⁸⁹.

A explicitação do funcionamento, no discurso histórico, das linhas de continuidade e de descontinuidade dos vetores sociais, políticos, econômicos é elemento vital para a capacidade de o historiador estabelecer, de modo consistente, a reconstituição dos seus objetos. Paul Ricoeur salienta essa característica como uma das centrais no cerne do tempo histórico, pois permite ao historiador delinear os sentidos inseridos nos fatos históricos, marcando de modo claro a arquitetura temporal da civilização do ocidente²⁹⁰

de Sérgio Buarque aprofunda o desafio de se escrever uma história do Brasil capaz de conciliar a função política da escrita da história com a busca pela fidelidade a reconstituição do passado. Pois, apesar de seus compromissos políticos progressistas, não temia em afirmar, na conclusão de seu trabalho, o fato de haver ocorrido, entre 1808 e 1831, uma “fecunda transação – não se queira muito mais – entre o nosso passado colonial e as nossas instituições nacionais”, fundamentada nas transformações oriundas da descolonização do país realizada durante o governo de D. Pedro I. *O Brasil Monárquico, vol. 03. O processo da independência*. 4ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976. Principalmente o capítulo 1 – *Herança colonial e sua desagregação*, pp. 09-39.

²⁸⁸ Cf. Alexis de Tocqueville. *O antigo regime e a revolução*. 3ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1989. Principalmente a terceira parte.

²⁸⁹ Zevedei Barbu. *Apresentação*. p. 18. In: Idem.

²⁹⁰ Paul Ricoeur. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007. pp. 165 e ss.

Varnhagen, que via em Tocqueville autoridade insuspeita²⁹¹, enfatizaria, na sua obra, as linhas de continuidade entre a “história pátria colonial” e a posterior história do império “independente e liberal”²⁹². No plano geral da sociedade que emergia após a fim do regime dos tempos coloniais, os efeitos da ação colonizadora portuguesa foram centrais na determinação de seu caráter: “o Brasil contava já em seu seio com patricios eminentes, cidades policiadas e fontes de riqueza, abertas pela agricultura, pela indústria e pelo comércio”²⁹³. A continuidade era dada pela articulação, no território da colônia, das dinâmicas oriundas da civilização europeia, cujo avanço ou recuo permitia estabelecer o critério para a escrita de sua história. Além disso, forneceria as bases para a determinação de juízos – políticos ou morais – sobre o conjunto da obra dos portugueses na América.

Como afirma José Carlos Reis, muito embora os historiadores do XIX procurassem programaticamente afastar-se da filosofia da história, de modo a afirmar o caráter científico de sua disciplina, continuaram em grande medida presos a noções metafísicas, a estruturas de sentido que permitiam a organização de suas narrativas dos eventos passados²⁹⁴.

²⁹¹ Varnhagen, HGB, 1877. p. V. Marcelo Gantus Jasmim, tratando da forma pela qual Tocqueville pensava o ofício do historiador, traça algumas considerações interessantes para se pensar que tipo de afinidade Varnhagen nutria pelo escritor francês: “Para Tocqueville, cabe ao historiador julgar os fatos e as épocas não só para discriminar a relevância destes na compreensão do processo histórico como também para exercer uma liberdade moral que deve ser constitutiva do pragmatismo da historiografia. Diferentemente do narrador que procura ausentar-se sob sua narrativa, Tocqueville exige do historiador a sua opinião sobre o que narra e o seu juízo acerca das ações e dos agentes do passado. Esta é a dimensão do “espiritualismo” que não pode ser oculta sob o risco do narrador tornar-se mero reproduzidor de fatos, um cronista e não um historiador”. *Alexis de Tocqueville. A historiografia como ciência política*. 2ª ed. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: IUPERJ/Editora UFMG, 2005. p 212.

²⁹² José Carlos Reis discute essa continuidade a partir da ideia de formação da identidade nacional, mas a vincula à manutenção de uma identidade estritamente portuguesa, sobrepondo-se a uma possível identidade negra ou índia. O problema reside justamente na nuance entre a manutenção de uma identidade portuguesa e a construção da identidade nacional brasileira tendo por base a herança portuguesa, as “linhas de continuidades” não poderiam ser tomadas como totalizantes do novo caráter nacional sob o risco de se perder a especificidade do caráter brasileiro. *As identidades do Brasil. De Varnhagen a FHC*. 9º ed. Ampliada. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 31.

²⁹³ Varnhagen, HGB, 1877a, p. VI.

²⁹⁴ A organização dos eventos demandava do historiador cientista, estivesse ele consciente disso ou não, uma série de questionamentos sobre os elementos unificadores do discurso histórico. José Carlos Reis. *História & Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 37. Michel de Certeau, retomando as lições de Raymond Aron, também procura demarcar a presença subterrânea de filosofias e sentidos externos aos fatos históricos na obra dos historiadores do XIX: “Os fatos históricos já são constituídos pela introdução de um sentido na “objetividade”. Eles enunciam, na

No caso de Varnhagen, percebemos menos o vínculo a uma filosofia da história e mais a disposição em elaborar os eventos em função de um projeto nacional, baseado na defesa da Coroa e na realização da civilização no Brasil. Nesse sentido, discordamos do ponto de vista, primeiro estabelecido por Capistrano de Abreu e retomado, frequentemente, na bibliografia sobre Varnhagen, sobre a ausência de uma filosofia, teoria ou doutrina criadora de sentido em sua obra, que privaria sua obra de nexos de sentido. Tende-se com isso a reduzi-la à categoria de uma “história tradicional”, apoiada apenas na cronologia, tendo por único mérito a pesquisa documental.²⁹⁵

Varnhagen delimitava esse vínculo entre história e política quando escrevia na sua *História Geral do Brasil* :

"É assim que os estudos acerca do passado de uma nação nunca são inúteis para o governo della, como muitos políticos improvisados querem desdenhosamente inculcar, para não dar importancia ao que não aprenderam, e que alias devera nas universidades ensinar-se com o direito administrativo, até porque as glorias communs da mesma historia suscitam mais sympathias mutuas e por conseguinte maior integridade no presente. O conhecimento das vicissitudes por que passou o paiz, quer como colonia dependente, quer como estado sujeito, quer finalmente como nação livre, é essencial ao estadista que pretende governar com prudencia e emprehender reformas de boa fé. - Para edificar solidamente necessita o architecto

linguagem da análise, “escolhas” que lhes são anteriores, que não resultam, pois, da observação – e que não são nem mesmo “verificáveis”, mas apenas “falsificáveis” graças a um exame crítico. A “relatividade histórica” compõe, assim, um quadro onde, sobre o fundo de uma totalidade da história, se destaca uma multiplicidade de filosofias individuais, as dos pensadores que se vestem de historiadores”. Michel de Certeau. *A escrita da história*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p 67.

²⁹⁵ Capistrano inaugura esse ponto de vista em seu *Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro (1878)* e *Sobre o Visconde de Porto Seguro (1882)*. João Capistrano de Abreu. *Ensaio e estudos: crítica e história*. 1ª série, 2ª ed.. Rio de Janeiro/Brasília: Civilização Brasileira/INL, 1976. Autores tão diversos como Oliveira Lima e Sérgio Buarque de Holanda como debatemos nos capítulos anteriores, retomaram essa concepção de Varnhagen como um historiador desprovido de “sentido” em sua escrita de história.

conhecer o terreno; se já alguma vez desabou, se ha nelle ruinas, cujas pedras e alicerces possam aproveitar-se; se tem matos que se devam cortar, utilizando-se as madeiras etc." ²⁹⁶

Tal concepção de história marcou profundamente a historiografia brasileira do século XIX e encontraria ecos na do século XX. Caio Prado, escrevendo sua tese para concorrer à cadeira de *História da Civilização Brasileira* da USP – vaga em virtude da aposentadoria de Sérgio Buarque de Holanda – buscava delimitar a relação entre o estudo do passado e a ação no presente. Para ele, a historiografia deveria cumprir o papel de fornecer as informações básicas para orientar comportamentos coletivos dos homens em sociedade. E, no caso do Brasil, cujo passado ainda se achava tão entrelaçado ao presente, o conhecimento histórico constituía ferramenta fundamental para garantir que ideias abstratas – no campo econômico, por exemplo – não fossem postas em prática, sem a devida consideração pelas particularidades da formação do Brasil contemporâneo.²⁹⁷ Fernando Novais e Carlos Guilherme Mota, de modo mais mediado, caminharam também nessa direção ao sugerirem a importância da compreensão do momento da Independência para se pensar a “questão das ‘dependências’, a autonomização em países do Terceiro Mundo e a ‘questão nacional’” correntes durante os anos 60 e 70 do século XX.²⁹⁸

O momento de transição de “colônia dependente” para “nação livre” permitia a Varnhagen delimitar os níveis da continuidade histórica que procurava determinar. O Império deveria ser governado tendo-se em conta as “vicissitudes” próprias da sua constituição. Não era apenas uma questão de fidelidade ao conhecimento histórico do passado nacional o que se almejava²⁹⁹.

²⁹⁶ Varnhagen, HGB, 1857, pp. 315-316.

²⁹⁷ Caio Prado Jr. *História e desenvolvimento: A contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. 1ª reimpr. Da 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999. pp. 17 e ss.

²⁹⁸ Fernando Novais e Carlos Guilherme Mota. *A independência política do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996. pp. 12

²⁹⁹ Duas décadas depois, Varnhagen continuaria insistindo neste ponto. No prólogo da segunda edição de sua *História Geral*, Varnhagen definira esse movimento de precisão do

Desejava-se também a compreensão dos impasses contemporâneos ao nascimento da nação: unidade territorial e a continuidade do progresso da civilização nos moldes europeus. A arquitetura política deveria ser acompanhada pela arquitetura histórica dos vetores que, permitindo estabelecer os limites a partir dos quais seria possível administrar o império, conciliariam os interesses e horizontes comuns a serem buscados, idealmente, por todos os brasileiros. O conhecimento do passado não só permitia a instrução do presente, como garantia a realização futura do edifício nacional.³⁰⁰

José Carlos Reis, ao discutir a criação das identidades nacionais, enfatiza essa unidade entre o pensamento de Varnhagen e o valor coletivo e histórico de sua interpretação do passado brasileiro. Debatendo com Nilo Odalia e José Honório Rodrigues, assenta sua análise no caráter político da obra de Varnhagen, para depois avaliar o efeito das posições políticas na sua obra:

“[Ele] Deve ser lido como um grande depósito de informações sobre o Brasil, um arquivo portátil, e como interpretação do Brasil mais elaborada e historicamente eficaz o século XIX. Quando faz o elogio da colonização portuguesa e defende a continuidade luso-brasileira, caminho pelo qual, de fato, optaram as elites brasileiras [...]”³⁰¹

José Honório Rodrigues referia-se a Varnhagen como mestre da História do Brasil; contudo, não escondia seu desconforto com as opções políticas que inviabilizavam, no seu entender, a visão de conjunto dos processos sociais brasileiros³⁰². Sua crítica lastreava-se em grande medida em

conhecimento histórico e sua relação com a política como combate às crenças e ilusões da história pátria, pois a “verdade” forneceria base mais sólida para o crescimento da pátria brasileira. HGB, 1877, p. XIII.

³⁰⁰ A ideia de construção do Brasil continuaria vigente ao longo do século XX, até mesmo em Portugal. O livro de Jorge Couto sobre o tema recorre a uma estrutura muito semelhante à de Varnhagen para entabular a escrita da história da colonização portuguesa como processo de montagem da nação brasileira. Jorge Couto. *A construção do Brasil. Ameríndios, portugueses e africanos, do início do povoamento a finais de Quinhentos*. Lisboa: Edições Cosmos, 1998.

³⁰¹ José Carlos Reis. *As identidades do Brasil... op. cit.* p. 33.

³⁰² José Honório sintetizava sua crítica a Varnhagen em dois pontos: a falta de “espírito simpático” pelos movimentos da Inconfidência mineira e pela revolução pernambucana de 1817, a aversão à presença do negro e do índio na sociedade brasileira. José Honório

divergências de visão de mundo, pois a defesa da monarquia e o ataque aos movimentos de contestação ao poderio dos Braganças – antes e depois da independência – realizados por Varnhagen eram sinais evidentes da sua “ideologia conservadora”.³⁰³ Rebeca Gontijo observa que a forma de análise de José Honório tendia a enfatizar as questões políticas e críticas, em detrimento da análise das obras propriamente ditas. A questão política emergia na medida em que os autores analisados – aí incluído Varnhagen – não contemplavam o interesse nacional, pois levavam em conta apenas a história colonial “não sendo capaz de desenvolver aquilo que seria o seu oposto: a ‘história nacional.’”³⁰⁴

Além disso, o discurso histórico elaborado por Varnhagen apoiava-se na idéia de positividade inquestionável da civilização que foi implantada, ao longo de três séculos, no Brasil. Era o eixo que deveria organizar a sua história do Brasil. Quando fazia ressalvas ao movimento geral da colonização, não deixava de contrabalançar as críticas com os resultados palpáveis obtidos no saldo final do processo:

“E ainda admitindo que muitas vezes abusavam os superiores dos inferiores, os senhores dos escravos, e uns e outros dos Índios, como é certo, não é também certo que, à custa das lágrimas do exílio, nos legaram elles a nós, seus herdeiros, as casas fabricadas, as fazendas criadas, as villas e cidades fundadas, – a vida, a religião, o commercio, a riqueza, a civilização,... a patria em fim?”³⁰⁵

A perspectiva histórica de Varnhagen orientava-se em torno de dois “momentos fatais” – o descobrimento e a independência, lendo, à sua maneira,

Rodrigues. *Varnhagen, mestre da História Geral do Brasil*. In: *História e historiografia*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1970. pp. 129-131.

³⁰³ Idem. p. 132.

³⁰⁴ Rebeca Gontijo. *José Honório Rodrigues e a invenção de uma moderna tradição*. In: Lucia Maria Bastos Pereira das Neves et alli (orgs). *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 282.

³⁰⁵ Varnhagen, HGB, 1877, prólogo, p. IX.

a perspectiva geral desenvolvida junto ao Instituto Histórico³⁰⁶. Mais exatamente, como definimos no capítulo anterior, o início da efetiva ocupação das partes do Brasil pelos portugueses, com a criação das Capitanias Hereditárias, foi o momento do desenlace da colonização portuguesa na América. Esse arco temporal, ou seja, esse fluxo do discurso histórico, que preenche o espaço entre dois pontos significativos – um começo e um fim – exerceu função decisiva na sua escrita. Para além da ideia de conservadorismo, buscamos compreender esta teleologia ligando-a ao desejo de dar significado ao processo histórico. O cônego Januário da Cunha Barbosa sintetizava tal perspectiva, ao defender que a história deveria exercer a “força de um laço moral” e com isso atuar como “nexo da nacionalidade” brasileira³⁰⁷.

Nesse sentido, Varnhagen alinhava-se entre os historiadores da América Latina que, segundo Richard Graham, que tendia a estabelecer dois eixos de força para a relação entre Estado e Nação. O primeiro apontava a anterioridade da identidade nacional aos estados independentes na América Latina; o segundo, por sua vez, partia do pressuposto da montagem do Estado como condição primeira para a criação da Nação³⁰⁸. Varnhagen ecoava ambos os eixos ao estabelecer a nacionalidade brasileira como produto da colonização portuguesa e buscar vincular a constituição da nação brasileira como efeito direto da ação do Imperador que, ao assumir a soberania após a independência, garantiu as bases políticas para a sua constituição.

A história que Varnhagen escrevia não era apenas registro do passado, voltado para a produção de saber sobre o Brasil. Era também mecanismo de articulação dos interesses políticos vigentes no Império.

³⁰⁶ Nelson Schapochnik. *Letras de fundação. Varnhagen e Alencar – projetos de narrativa instituinte*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 1992. 242f. pp. 22.

³⁰⁷ As expressões de Januário da Cunha Barbosa, afirma Nelson Schapochnik, utilizadas em sua exposição do relatório dos trabalhos dos sócios no ano de 1839, visavam ressaltar a distinção entre uma história episódica e uma história geral capaz de produzir sentido para a história nacional. Idem. p. 24.

³⁰⁸ O pressuposto para Graham é a relação estabelecida entre a nacionalidade e o Estado. Ele divide os historiadores em dois eixos de pensamento, sendo o segundo aquele que incluía os pensadores que viam no Estado ou a criação de uma classe dominante interessada em impor seus interesses ao restante da população, ou uma entidade autônoma que não respondia a nenhuma das classes da sociedade. Richard Graham. *Construindo uma nação no Brasil do século XIX*. Diálogos, DHI/UEM, v. 5, n. 1. p. 11-47, 2001. p. 12

Buscava solucionar o impasse entre o desenvolvimento de uma ciência do estudo do passado e a criação de uma identidade no presente. Os riscos dessa síntese, entre ciência e missão, não eram pequenos para a elaboração de sua história nacional. Ernst Renan, em conferência sobre a ideia de “nação”, proferida em 1882, não hesitava em afirmar que o esquecimento e o erro histórico constituíam não entraves, mas elementos essenciais na criação de uma nação, pois o conhecimento histórico apurado teria de por às claras os horrores inerentes a todo processo de unificação, ameaçando a sua legitimidade.³⁰⁹

A violência, contudo, não era um problema em si mesmo para Varnhagen, uma vez que a colonização era vista sob a ótica da conquista, regida pelo direito do vencedor. A escrita de sua história partia desse pressuposto, por isso a violência reduzia-se a efeito necessário daquele processo. Não haveria razão para destacar os “abusos”, uma vez que estavam contextualizados em função do processo mais amplo de integração do território americano à civilização europeia³¹⁰.

Ameaças à unidade do Império do Brasil: História e Política

Quando publicou a segunda edição de sua *História Geral do Brasil*, em 1877, Varnhagen retirou os capítulos ligados à independência, além disso, alterou o subtítulo da obra para “Antes de sua separação e independência de Portugal”. O ponto final no conjunto da história brasileira era o momento de separação entre a colônia portuguesa na América e sua metrópole. A modificação da edição ocorreu, segundo o autor, em virtude da finalização de uma obra específica sobre o assunto. Em carta ao Imperador, enviada de

³⁰⁹ Ernst Renan. *Qu'est-ce qu'une nation?* Marseille: Le mot et le rest, 2007. pp. 21-22.

³¹⁰ No século XX, podemos observar a inversão dessa questão. As continuidades entre a colônia portuguesa e a nação brasileira tornaram-se alvo de crescentes críticas, pois elas passariam de condição da construção nacional para empecilhos da realização plena na nação brasileira – capaz de integrar o conjunto da população em um povo politicamente organizado. Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*; Caio Prado Jr., em *Formação do Brasil Contemporâneo*; Celso Furtado, na *Formação Econômica do Brasil*; Nelson Werneck Sodré, na *Formação da Sociedade Brasileira*, entre outros, dedicaram esforço de reflexão, a partir dos anos 30 do século XX, para construir a crítica dos elementos deletérios dessa continuidade. Contudo, eles também mantiveram a ideia de que sem a compreensão do passado colonial não seria possível tanto a compreensão do Brasil contemporâneo quanto a ação política para transformá-lo.

Viena em 16 de junho de 1875, anunciava a finalização de sua obra, ressaltando o papel central de D. Pedro I nos eventos ocorridos entre 1820 e 1825³¹¹. Se, em 1854, aqueles acontecimentos eram recentes demais para serem alvo da história, passada uma geração de 33 anos podia-se finalmente reconstituí-los. Os parâmetros de distância no tempo, capazes de garantir a objetividade e o caráter histórico de seu objeto, seriam respeitados³¹².

A independência do Brasil aparecia para Varnhagen como o resultado do lento processo de amadurecimento da entidade política criada pela colonização portuguesa na América. As palavras de José Joaquim Carneiro Campos, citadas por Varnhagen, sintetizavam esse ponto de vista: “a emancipação do Brasil era um fato consumado, por ter chegado à sua virilidade, sendo apenas ocasionais as circunstâncias que tinham conduzido a êle [...].”³¹³ O horizonte a ser descortinado pela história daqueles momentos era o de encerramento da relação colonial, que moldara os quadros gerais da criação do Brasil, mas que se tornara restritiva às potencialidades presentes na sociedade brasileira. A disposição de se escrever a história da independência impunha ao historiador imperial o dever de estabelecer critérios, a partir dos quais a redação de sua obra ascendesse do lugar de mera crônica para o de verdadeira história da ruptura dos laços entre Brasil e Portugal.³¹⁴ O reconhecimento dos méritos de Portugal tinha aí papel fundamental,

³¹¹ Francisco Adolfo de Varnhagen. *Correspondência ... op. cit.* p. 432. Varnhagen destacava para D. Pedro II o fato das habilidades políticas de D. Pedro I terem ecoado na Europa a ponto de chegarem ao Príncipe de Metternich, através do testemunho do barão de Mariscal. Não é de menor importância essa nota, pois mantém em foco a questão de inserção do Brasil no concerto das nações civilizadas.

³¹² A *História da Independência* ocupou a mente de Varnhagen desde a publicação da primeira edição de sua *História Geral* em 1854. Contudo, conforme Hélio Vianna em nota explicativa à 4ª edição, somente em 1875 Varnhagen consideraria a obra terminada, com exceção de alguns ajustes que pretendia fazer após a publicação da 2ª edição da *História Geral* em 1877. O historiador faleceria logo depois, em 1878, sem conseguir publicar a sua obra. Somente em 1916 a *História da Independência do Brasil até ao reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data* viria a ser publicada pelo IHGB. *Explicação*. In: Francisco Adolfo de Varnhagen. *História da Independência ... op. cit.*, pp. 09-10.

³¹³ Francisco Adolfo de Varnhagen. *História da Independência...op. cit.* p. 201. Carneiro Campos era ministro do Império e dos Negócios estrangeiros. Dirigia aquelas palavras – em 1823 ao Conde de Rio Maior – representante de D. João VI – que buscava reestabelecer a unidade das duas Coroas.

³¹⁴ Idem. p. 12.

principalmente em virtude das ações encetadas pela dinastia de Bragança na consolidação da nação brasileira.

No início de sua *História da Independência*, Varnhagen resumia de modo interessado o percurso da história do Brasil. Realçava um conjunto de dados reveladores de sua percepção histórica. Os momentos destacados eram relativos à construção do aparelho de Estado nas conquistas portuguesas: a implantação do governo geral e do primeiro bispado, as investidas estrangeiras que anunciavam a ameaça da perda de territórios, as fundações de vilas e cidades que permitiram a efetiva ocupação dos territórios, o fato do príncipe herdeiro português passar a ser intitulado, em 1645, *Príncipe do Brasil* e a vinda da família real em 1808. Todo o esforço descritivo de Varnhagen objetivava transformar o momento da independência em ponto de chegada da história brasileira, a sua consumação nacional:

“Sabemos também como, em 1815, foi tôda região, do Amazonas ao Prata, elevada à categoria de Reino, e incluída no próprio ditado do monarca, - fato que, acolhido com entusiasmo por todos, veio a ser o segundo passo dado para formar das capitanias dos dois antigos Estados uma só Nação.”³¹⁵

A ideia de unidade contida em “formar uma só nação” não era meramente formal, ou seja, não se apresentava como mecanismo externo à construção do conteúdo da história que Varnhagen pretendia escrever. Sua fixação presidia o encadeamento do texto, garantindo que a elaboração historiográfica do autor avançasse para além de “certa crônica que devia abranger sua época [da independência].”³¹⁶ A unidade política do Império correspondia na sua escrita de história na unidade simbólica entre a colônia e a nação livre.

A revolução pernambucana de 1817 é um caso interessante para ilustrar o modo pelo qual Varnhagen articulava a unidade nacional. O levante

³¹⁵ Francisco Adolfo de Varnhagen. *História da Independência... op. cit.*, pp. 17-18.

³¹⁶ Idem. p. 18.

das elites locais de Pernambuco que, em 6 de março, passou a governar a capitania e seu entorno de modo provisório por dois meses e meio, representou grave ameaça ao poder central sediado no Rio de Janeiro. O movimento era baseado em ideias liberais, anticolonialistas e em defesa da propriedade e buscava encerrar o pacto colonial opondo-se vivamente às tentativas da metrópole portuguesa em impor perdas aos grandes proprietários e comerciantes. Segundo Carlos Guilherme Mota, essa contradição aparecia no desafio que aqueles homens tinham de realizar a revolução contra o regime metropolitano, mas sem por em causa o regime de produção colonial.³¹⁷

Evaldo Cabral, tratando dos escritos de Frei Caneca, ressalta a antipatia que Varnhagen nutria pela “República de 1817” em Pernambuco, observando que apesar de não tachar de separatista o movimento pernambucano – em virtude do anacronismo que isso implicaria – não deixava de pontuar servir o fracasso do movimento como um sinal de que mesmo a “Providência” velava pela integridade nacional³¹⁸. Ora, para Evaldo Cabral, o problema reside na encruzilhada enfrentada por todo historiador ao ter de reconstituir o passado à distância no tempo, sendo influenciado pelo presente no qual está imerso. Assim, o historiador Varnhagen não via separatismo em 1817, mas o diplomata do Segundo Reinado, zelando pela defesa da integridade do Estado ao qual dedicava sua vida, não podia deixar de ver naquele movimento a vontade da separação. Além disso, o Visconde de Porto Seguro precisava dar conta, no plano da escrita de sua história, das diferenças de projetos postos em choque durante a independência e na posterior construção do Estado imperial. A oposição entre pelo menos dois grandes conjuntos de ideias marcou aquele momento de cisão política entre a colônia (então Reino Unido) e a sua metrópole: de um lado as posições ligadas à

³¹⁷ Carlos Guilherme Mota. *Nordeste, 1817. Estruturas e argumentos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1982. p. 251. O problema torna-se ainda mais evidente quando os revolucionários são instados a se posicionar em relação à escravidão. O manifesto lançado pelo governo provisório que tentava conter o recuo dos grandes proprietários – receosos face aos boatos de abolição da escravidão – escancara os limites da liberal revolução quando colocada diante da realidade colonial. Quando precisaram escolher, abandonaram a “igualdade” de todos perante o governo e trataram de garantir a defesa da “inviolabilidade da propriedade”. Idem, p. 154.

³¹⁸ Evaldo Cabral de Mello. *Frei Caneca ou a outra independência*. In: Frei Joaquim do Amor Divino Caneca. *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. Organização e introdução Evaldo Cabral de Mello. São Paulo: Editora 34, 2001. (coleção formadores do Brasil). p. 19.

centralização de poder no centro-sul e do outro as opções variadas de dispersão da unidade no Norte-Nordeste do Império³¹⁹.

Na sua História Geral, a questão da Revolução de 1817 encerrava problemas de diversas ordens. Tanto do ponto de vista político quanto do histórico, aquele movimento aparecia como um dilema para Varnhagen. Era nítida a má vontade com que o historiador tratava a questão:

“É um assumpto para o nosso animo tão pouco sympathico que se nos fôra permittido passar sobre elle um veo, o deixariamos fôra do quadro que nos propoemos traçar. Forçados porém a dedicar-lhe algumas linhas, procuraremos ser breves.”³²⁰

A imagem do “veo” é muito iluminadora, pois implicava em reconhecer a existência daquilo que se desejava esconder. Um historiador e pesquisador como Varnhagen, que mantinha firme compromisso com a ideia de “verdade” – aferida através do levantamento da documentação – quando diante de um assunto considerado “desagradável”, não deveria hesitar em colocá-lo em cena. Uma única exceção era dada quando, mediante análise criteriosa, se determinasse que a pertinência daquele acontecimento para a escrita da história era menor do que os riscos políticos de sua exposição. Além do mais, no caso da revolução de 1817, o enlace prejudicial entre o passado e o presente era, para Varnhagen, mais intenso, pois aquele movimento não só ameaçou a integridade da unidade territorial, como também a sua memória continuava ameaçando o Império:

“Vão decorridos ja quarenta annos depois desta insurreição, e os successos narrados com pouco exame a vão convertendo em um mytho heroico de patriotismo, não brasileiro, mas provincial, sem fundamento algum.”³²¹

³¹⁹ Idem, ibidem.

³²⁰ Varnhagen, HGB, 1857, p. 373.

³²¹ Idem. p. 374.

Como historiador, ele deveria reduzir aqueles mitos heroicos à “verdade”, respaldada pela documentação, garantindo que altares não fossem erguidos apenas para serem derrubados. O papel do historiador não era só o de apurar a verdade, mas ser capaz de articular o conhecimento histórico de modo a torná-lo parte da memória dos súditos do Império. Deveria servir de intermediador entre os homens comuns e o conhecimento de um passado que, dado à proximidade dos eventos, demandava:

“O historiador que esquadrinha os factos, e que depois de os combinar e meditar sobre elles, os ajuiza com boa critica e narra sem temor, nem prevenção, não faz mais do que revelar ao vulgo verdades que elle naturalmente acabaria por avaliar do mesmo modo, sem os esforços do historiador, dentre de um ou dois seculos.”³²²

A revolução pernambucana de 1817 assumia contornos de ameaça principalmente porque fora um movimento capaz de cativar as pessoas e de estabelecer heróis locais que podiam receber a indulgência do “vulgo”, incapaz de compreender as implicações políticas da tentativa de oposição republicana à monarquia sediada no Rio de Janeiro. Varnhagen sintetizava suas impressões sobre a ambiguidade do movimento ao citar a opinião de Tollenare sobre o Padre João Ribeiro, um dos líderes de 1817: “Este homem será capaz de sacrificar-se pela sua pátria, mas não de a salvar.”³²³ O sacrífico, Varnhagen não o negava, existiu, mas se perdia na incapacidade dos revolucionários em distinguirem entre os interesses provinciais e os interesses “patrióticos”, nitidamente superiores aos primeiros, pois eram a garantia contra a dissolução política do Império³²⁴.

O padrão de medida para avaliar o movimento de 1817 não era a defesa apenas da unidade territorial, mas também o reconhecimento tácito por parte de Varnhagen dos benefícios políticos e econômicos oriundos de uma união já construída pela ação dos portugueses. Além do mais, importava ter

³²² Idem. p. 375.

³²³ Idem. p. 383.

³²⁴ Idem, p. 392.

em vista as dificuldades inerentes a todo processo de unificação – alemães e italianos, afirmava o autor, continuavam sem estado centralizado – sendo assim, parecia despropositado separar o que a história unira.³²⁵

A problematização da independência do Brasil

. Como procuramos demonstrar no capítulo anterior, o autor partia do pressuposto da existência de uma correlação entre a colonização portuguesa da América e a constituição da nacionalidade brasileira. Para além de acompanhar a cronologia dos eventos, surgia a necessidade de entabular o significado daquela história: a progressiva civilização do Brasil. Desse modo, o fim da relação colonial constitui-se em momento decisivo para a compreensão do projeto de história elaborado por Varnhagen, pois sua obra daria soluções, do ponto de vista historiográfico, para os impasses da criação da nação livre, estabelecendo as linhas de continuidade.

Diferentemente dos homens de letras do IHGB, que buscavam conciliar diretamente dois tipos história – a de caráter narrativo e a de cunho filosófico³²⁶ – Varnhagen, que acompanhou de perto as transformações do “novo método de se escrever história”, estabeleceu a relação entre a descrição dos fatos e o ordenamento de sentido daquela história de modo indireto, mediado pela reconstituição dos fatos. Isso não significava o abandono da ação política pressuposta na perspectiva histórica do IHGB, e que Varnhagen partilhava, pois a mera erudição não era o objetivo da escrita da sua história.

Quando publicou a primeira edição de sua *História Geral*, Varnhagen considerava que o período da Independência estava próximo demais para que um “nacional” escrevesse de modo imparcial a sua história³²⁷. A imparcialidade era posta em xeque por dois motivos. O primeiro era a falta de condições, na década de 1850, de se escrever uma história cuja redação fosse acompanhada

³²⁵ Idem. Ibidem.

³²⁶ A história filosófica que remontava ao iluminismo tinha por base um discurso apriorístico fundando nos primados da Razão, estabelecendo um sentido para o devir. Já a História narrativa ligava-se à capacidade do historiador de mimetizar a realidade passada por meio de consulta às fontes. Cf. Nelson Schapochnik. *Letras... op. cit.* pp. 29-30.

³²⁷ Francisco Adolfo de Varnhagen. *Correspondência ... op. cit.* p. 194.

de critérios para orientar a narrativa de eventos tão próximos para o autor³²⁸. Apesar da existência de alguma documentação, a presença ativa nos aparelhos de Estado de participantes de eventos decisivos do período criava dificuldades e embaraços para se escrever aquela história. O testemunho oral, que anos depois, ele consideraria fundamental para escrever a história do movimento de 1822, era naquele momento um fator de risco, ou como ele afirmava em 1857 no encerramento do segundo volume de sua *História Geral*:

“A historia geral dos primeiros anos do império, que julgará do proceder dos deputados em Lisboa, da dedicação e maior ou menor dignidade dos primeiros ministros do imperador, não a poderamos nós por em quanto escrever tão conscienciosamente, como desejáramos; não só porque as contemplanções e resguardos que se devem aos vivos pediriam uma redação que não ataria bem com a imparcialidade que guardamos pelo passado, como porque os documentos e correspondências dos estatistas que nessa época figuraram só agora começam a ser dadas ao prelo. De trinta e trez anos é a vida de uma geração; e por conseguinte, em quanto não passem outros trinta e trez, a historia daqueles primeiros é história *contemporânea*, que por si própria se extrema da historia geral da civilização do paiz. Se porém não nos atrevemos a empreender a publicação de uma tal historia, sobretudo para articular-se a esta quando convinha que fosse escripta de outra fôrma, e ainda assim não sem arriscar o efeito que poderia pela comparação produzir, não nos despedimos de a seguir estudando, coligindo novos materiaes para ella, e desde já escrevendo algumas biografias de individuos

³²⁸ José Honório Rodrigues salienta a dificuldade em se determinar as bases dos escrúpulos de Varnhagen para escrever uma história contemporânea: se as reticências políticas dele ou se a pobreza da documentação disponível. *Varnhagen, mestre... op. cit.*, pp. 136-137. As questões políticas obviamente ocupavam lugar importante na reflexão epistemológica dos membros IHGB – como bem salienta Lucia Paschoal Guimarães – principalmente nas questões relativas à história recente do Império brasileiro. *Debaixo da Imediata proteção de sua Majestade imperial - O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838 -1889)*, São Paulo, 1994. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1994. 388 fls. pp. 05 e ss.

falecidos, e cuja vida não apresente pontos melindrosos, nem careça de todo de futuros esclarecimentos.”³²⁹.

Nesse sentido, Varnhagen manter-se-ia fiel ao desígnio estabelecido pelo IHGB, pois este tinha especial preocupação no trato que deveria ser dado aos assuntos *contemporâneos*. A conciliação entre a necessidade de se escrever história, embasada em documentação e disposta a narrar o acontecido de modo fidedigno e os riscos para a ordem social representados pelos fatos possivelmente comprometedores seria dada pela ideia da “arca do sigilo”. Essa espécie de arquivo, cujo objetivo era guardar documentos e outras fontes de informação, permitiria aos historiadores do futuro, não mais premidos pelas disputas políticas do presente, a possibilidade de escrever a história do período da independência.³³⁰ Varnhagen desempenharia o duplo papel de recusar comprometer a ordem do Estado em nome da escrita da história e, posteriormente, passado o tempo necessário para a acomodação das paixões políticas, pôr-se a redigir uma história geral da independência do Brasil.

Além disso, era preciso cuidado ao reconstituir os primeiros anos do Império, na medida em que parte central dessa narrativa deveria incluir o papel do Imperador D. Pedro I e o nascimento do Imperador D. Pedro II. Varnhagen tinha clareza do vínculo estreito entre História e Estado para desconsiderar os efeitos de erros ou imprecisões na reconstituição de momento tão delicado. A espinhosa tarefa de escrever a história da independência precisaria aguardar alguns anos para a sua realização³³¹.

Esses receios, externados a D. Pedro II, fizeram Varnhagen encerrar de modo abrupto a sua história geral entre os dias 12 de outubro de 1822, data da proclamação de D. Pedro I como imperador do Brasil e 1º de dezembro do mesmo ano, dia da sua coroação e da consolidação da separação entre Brasil e Portugal:

³²⁹ Varnhagen, HGB, 1857, p. 442.

³³⁰ Lúcia Paschoal Guimarães destaca as preocupações atinentes à manutenção da ordem dentro do IHGB na construção do arquivo documental sobre a história recente do país, pois a ação política dos membros do Instituto voltava-se no sentido de proteger tanto a imagem de seus membros quanto a ordem estabelecida pelo projeto político do Império. Reconhecia-se aí o papel central do discurso histórico na articulação dos interesses dentro do Estado que buscava legitimar-se no passado. *Debaixo da imediata proteção... op. cit.* pp 121 e ss.

³³¹ Francisco Adolfo de Varnhagen. *Correspondência... op. cit.*, p. 201.

“Paremos por em quanto aqui. A independência e o império ficam proclamados; e este com bandeira, escudo d’armas, ordens de mérito, laço e hymno nacional”.³³²

Ele encerrava sua história no exato momento no qual surgia de modo integral a nação brasileira. Contudo, o 7 de setembro, apesar de ser “o primeiro dia no ano do calendário de festividades nacionais”, não resumia o conjunto da independência do Brasil. Essa deitava raízes nos processos anteriores de organização do Estado português na América, pois, o nascimento da nação brasileira era na verdade o renascimento do reino que vinha se organizando na América já havia três séculos, através da ação colonizadora dos portugueses. O Brasil independente era mais um passo daquela história, cujos grandes marcos eram as gradativas mudanças no status do Estado presente na América portuguesa: o reino emancipado por D. João VI, o principado criado por D. João IV e o estado fundado por D. João III foram momentos de constituição da base do Estado brasileiro³³³. D. Pedro I agiria como catalisador final daquele processo, pois se:

“O Brasil não deveu a D. Pedro a sua emancipação, que essa consumada estava desde 1808, e era impossível retroceder, até em vista do tratado celebrado em 1810 com Inglaterra: deveu-lhe porém a sua integridade, e deveu-lhe a monarquia, que foi símbolo de ordem no interior, e de confiança no exterior[...]”.³³⁴

A questão da unidade era fundamental para Varnhagen, pois sobre ela repousavam as chances de grandeza para o futuro da nação. Permanecia atento aos conselhos de von Martius, pois agia como um autor “monárquico-constitucional, como unitário no mais puro sentido da palavra”, manejando a escrita de sua história não apenas para reconstituir as passagens da

³³² Varnhagen, HGB, 1857, p. 442.

³³³ Idem, p. 438.

³³⁴ Idem, p. 439.

separação entre Brasil e Portugal, mas também procurando prestar os serviços adequados ao Império do Brasil, fruto daquela separação³³⁵.

A independência não fora força de acaso ou de ruptura do conjunto de relações que ligavam a ex-colônia e a sua ex-metrópole, pois permaneciam em vigor os efeitos concretos da presença portuguesa no seio da nova sociedade. Caio Prado Jr., no século XX, definiria a independência como processo inevitável do desenvolvimento econômico da colônia, que tornara a relação colonial incompatível com as dimensões econômicas alcançadas pelo Brasil. Fazendo uso de terminologia marxista, Caio Prado interpretava a independência dentro da oposição entre infraestrutura econômica e superestrutura política, evidenciando o caráter de processo dos eventos da emancipação brasileira³³⁶.

Obviamente, em Varnhagen não encontramos a ideia de uma dinâmica presidindo os eventos, mas podemos perceber que também para ele não se tratava da mera sucessão de eventos o que estava na balança, e sim a exposição ampla da experiência política que presidia aqueles momentos. Como historiador pragmático, ele descrevia o movimento histórico característico e particular da independência brasileira, abstendo-se de fazer uso de uma “doutrina criadora de sentido”³³⁷, mas realizando a reconstituição dos eventos centrais que permitiram o nascimento do Brasil monárquico e unitário.

A monarquia portuguesa: manutenção do Estado e construção da Nação

A centralidade da monarquia no processo de emancipação determinou o modo de marcar o princípio da separação entre Brasil e Portugal. A manutenção da dinastia de Bragança, na transição entre colônia dependente

³³⁵ Friedrich Von Martius. *Como se deve escrever a história do Brasil*. Apud. Nelson Schapochnik. *Letras de fundação... op.cit.*, p. 40.

³³⁶ Caio Prado Jr. *Evolução política... op. cit.*, pp 47-48.

³³⁷ Capistrano de Abreu. *Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro (1878)* in: mesmo. *Ensaios e Estudos (crítica e história)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1975. p. 90.

e a nação livre, indicava a chegada da família real como primeiro momento de afirmação da autonomia nacional:

"Uma nova era vai abrir-se para o Brazil: em vez de colônia ou de principado honorário, vai ser verdadeiro centro da monarchia regida pela caza de Bragança; e para nós daqui começa a época do reinado, embora o decreto de elevação a reino só veio a ser lavrado em fins de 1815." ³³⁸

José Honório critica duramente a tendência de Varnhagen em elogiar ou adular os poderosos – sempre em detrimento das classes subalternas – exemplificando esse procedimento pelo tratamento dispensado a D. João VI. Na primeira edição da *História Geral*, Varnhagen incluía uma descrição do príncipe regente que ressaltava as suas formas corpulentas e os seus traços assimétricos³³⁹. Apesar de não descartar a possibilidade da adulação como motivo para tal modificação na segunda edição, cremos ser possível pensá-la dentro do quadro maior da descrição que ele elabora do processo de emancipação, pois a figura de D. João VI avultava como central na transição:

"E em verdade o senhor D. João foi, senão o primeiro imperador, pelo menos o "a verdadeiro fundador do Imperio" [em concordância com o dito por Fr. Francisco de Monte Alverne.]. Elle proprio o deixou dito á posteridade no memoravel manifesto de guerra á França do 1º de maio de 1808, quando declarou que no Brazil passava a crear um novo imperio." ³⁴⁰

³³⁸ Varnhagen, HGB, 1857, p. 298.

³³⁹ José Honório Rodrigues. *Varnhagen, mestre... op. cit.*, p. 133. Temístocles César analisa essa descrição a partir da forma como Varnhagen fazia uso dos adjetivos para constituir as suas descrições de personagens. Temístocles Américo Corrêa César. *L'écriture de l'histoire au Brésil au XIXe siècle. Essai sur une rhétorique de la nationalité. Le cas Varnhagen*. Tese doutorado. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), 2002, 636 fls. p. 551 e ss.

³⁴⁰ Varnhagen, HGB, 1857, p. 313.

Ele removeu a descrição, possivelmente desabonadora de D. João VI, mas manteve a reconstituição da figura do rei como elemento vital para o primeiro passo da emancipação nacional brasileira³⁴¹..

O reconhecimento da importância de D. João VI no processo de transferência da Coroa para a colônia, tornar-se-ia ao longo do século XIX e do século XX, alvo de acirrada polêmica. Muitos criticariam a atuação do monarca, outros, porém, não deixariam de reconhecer os méritos do regente português³⁴². A compreensão do vínculo entre as personagens da história descritas por Varnhagen e o seu enredo é fundamental para se estabelecer – buscando-se deixar fora do quadro condenações contra o autor – os nexos de sentido contidos em sua obra.

O impacto da vinda da família real não tinha apenas o significado de marco da emancipação do Brasil, inseria também o novo reino dentro do quadro das relações internacionais do período em patamar diferenciado:

"Para nós o Brazil ja sem essa declaração [carta de 15 de dezembro de 1815 elevando o Brasil a condição de Reino-Unido] era reino emancipado desde 1808, e assim o reputava a propria Europa, que, segundo o testemunho digno de fé de um diplomata portuguez contemporaneo, residente no centro della durante deseseis annos, dava mais consideração ao nome portuguez, depois que o Sr. D. João fixára a sede do governo no Brazil."³⁴³

A relação entre Portugal e Brasil mudava de caráter, pois se por um lado o governante e o novo reino ainda eram portugueses, por outro, entre as primeiras medidas tomadas pelo regente, uma vez chegado ao território

³⁴¹ Varnhagen, HGB, 1877a, p. 1062.

³⁴² Francisco Solano, como vimos acima, Otávio Tarquínio de Souza, em sua *Vida de D. Pedro I*, entre outros teriam uma visão crítica da figura do regente. Oliveira Vianna, em seu *D. João VI no Brasil*, seguiria na linha de Varnhagen destacando as qualidades do regente. Em trabalho mais recente, Jurandir Malerba destaca o papel central de D. João VI na organização do Estado brasileiro e a sua habilidade política em, dispondo de poucos recursos, manter-se à frente do governo em um período tumultuado e que jogou por terra a maioria das cabeças coroadas da Europa. *A corte no exílio – civilização e poder no Brasil às vésperas da independência (1808 a 1821)*. São Paulo: Cia das letras, 2000. pp. 204-205.

³⁴³ Varnhagen, HGB, 1857, pp. 332-333.

americano de seus domínios, foi o franquear os portos as nações amigas. Tal ato de política comercial internacional implicava em consequências políticas decisivas para o futuro do reino: desfeito o exclusivo colonial, desaparecia com ele a condição de colônia, constituindo-se o Brasil em nação independente de Portugal.³⁴⁴ A defesa da monarquia levava Varnhagen a enfatizar na sua história os elementos que apontavam para a ação construtiva do príncipe regente e de seus ministros.

Os problemas políticos de se entabular uma análise que pusesse em questão a presença da Coroa portuguesa na colônia e a sua ação administrativa ficam evidentes se compararmos a forma pela qual Varnhagen descreve a chegada da família real e as medidas tomadas por D. João VI e a abordagem daquele momento feita por Francisco Solano Constancio, em sua *História do Brasil*. Este autor lê de modo diferente o processo e, muito embora também reconheça que 1808 abria as portas para a emancipação brasileira³⁴⁵, criticava severamente D. João VI e seus ministros pelas imperícias nas negociações com a Inglaterra, pois “Em huma palavra o Regente e seus ministros se constituirão virtual e gratuitamente vassalo da Inglaterra, a cujo governo abandonarão o infeliz Portugal”³⁴⁶. A recepção da obra pelo IHGB, que demonstrou insatisfação com o tratamento dispensado pelo autor às grandes figuras da história pátria, deixava evidente que a história do Brasil que se almejava não poderia ser crítica à ação da monarquia. Francisco Solano escrevia em 1839, antes da Maioridade, e em meio às turbulências derivadas das disputas regionais abertas pela abdicação de D. Pedro I. Naquele momento, colocar em dúvida as qualidades dos monarcas – D. João VI e D. Pedro I – aparecia como clara ameaça ao estatuto político e historiográfico do IHGB³⁴⁷.

³⁴⁴ Idem, p. 312.

³⁴⁵ “O estabelecimento da Côrte no Rio de Janeiro devia necessariamente conduzir à imediata emancipação do Brasil, sendo impossível que tornasse ao estado de colônia dependente da metrópole. Era portanto natural que o ministério cuidasse em crear as instituições indispensáveis em hum Estado independente.” Francisco Solano. *História do Brasil – desde o seu descobrimento por Pedro Alvares Cabral até a abdicação do Imperador D. Pedro I*. Tomo II. Paris: Livraria Portuguesa de J. P. Aillaud, 1839. p. 170.

³⁴⁶ Idem, p. 183.

³⁴⁷ A recepção agressiva da obra de Francisco Solano Constancio por parte dos membros do IHGB, em 1839, contrastaria vivamente com a frieza com a qual o Instituto viria a tratar a obra de Varnhagen, apesar de soluções políticas mais conciliadoras deste.

Varnhagen, obviamente, permite-se algumas observações críticas às políticas da Coroa portuguesa exilada, mas vão todas no sentido de lamentar a ausência de instituições – como a universidade ou um ministério voltado à emigração europeia – que poderiam estimular ainda mais o desenvolvimento do Reino do Brasil³⁴⁸. Ou críticas a funcionários, como D. Fernando José de Portugal, que não possuíam, no entender de Varnhagen, os conhecimentos necessários à condução do governo – que agora não era mais de Portugal – e sim do Brasil. No seu *Memorial Orgânico*, era muito claro quanto à necessidade dos responsáveis pelo governo da nação serem dotados de conhecimentos sobre as especificidades brasileiras, pois do contrário as medidas adequadas ao funcionamento nacional ficariam inevitavelmente comprometidas.³⁴⁹ A passagem do texto de combate ideológico ao texto histórico implicava em maior cuidado com as afirmações que poderiam por em risco a estabilidade política do Império.

Nilo Odalia, definindo a relação dos intelectuais do XIX e a construção da nação brasileira, permite-nos enquadrar melhor o problema que afligia a reconstituição, operada por Varnhagen, dos efeitos da vinda da família real. A condição precária na qual a jovem nação brasileira emergia levava os intelectuais do período a sobrelevar o papel do Estado como essencial para equilibrar o processo de sua constituição, tendo em vista a heterogeneidade interna e as pressões externas. O Estado ganhava ares de demiurgo da nacionalidade brasileira e fiador da unidade territorial e simbólica do Império.

“Nesse estado de coisas, a tarefa é unir o que está disperso, assegurar os direitos adquiridos, acomodar divergências, projetar para o futuro o que ainda não existe e erigir o Estado como mentor e arquiteto onipotente que presidirá como

³⁴⁸ Varnhagen, HGB, 1857, pp. 316-317.

³⁴⁹ Francisco Adolfo de Varnhagen. *Memorial Orgânico – Offerecido á nação – In: Guanabara – Revista mensal, artística, scientifica e litteraria Tomo I Dirigida por: Joaquim Manoel de Macedo, Antonio Gonçalves Dias e Manoel de Araujo Porto-Alegre. Rio de janeiro: Paula Brito, impressor da casa Imperial. Dez/1851., 1851, p. 358.*

magistrado e educador a consecução dos trabalhos de tornar realidade o que se projeta.”³⁵⁰

A instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, modificara definitivamente o estatuto político da colônia. Essa interiorização do centro das decisões político-econômicas do Império português no Brasil representava poderoso influxo de ordenamento das relações internas em direção ao novo centro, no Rio de Janeiro.

As linhas de continuidade incluíam também o reconhecimento da necessidade de se avançar o processo de ocupação, portanto de civilização dos territórios do novo reino. Contudo, o caráter autônomo do Brasil, implicava em modificações na forma de se realizar essa colonização:

"Que o augmento da população deve ser procurado por meio de boas leis internas, e não com dispendiosas negociações de colonias estranhas foi de novo dito pelo illustre senador Vergueiro, em um folheto que imprimiu em 1822, e que na secção 53 citaremos muitas vezes. Acrescentaremos que, consultando a historia da colonisação de alguns paizes da propria Europa, hoje bem povoados, temos que as melhores leis de colonisação são as que mais protegem os colonisadores ou agentes de colonisação, que os nossos antepassados Portuguezes chamavam Povoadores.”³⁵¹

A relação estabelecida entre os agentes da colonização e a Coroa deveria ser de tal natureza que os negócios pudessem prosperar mediante à certeza de ganhos provenientes da atividade colonizadora. As reflexões de Varnhagen acompanham ainda a lógica de ordenamento político norteadora da ocupação original das possessões da América Portuguesa, pois era

³⁵⁰ Nilo Odalia. *As formas do mesmo – ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. (coleção Ariadne) p. 64.

³⁵¹ Varnhagen, HGB, 1857, p. 340.

inseparável o sucesso na ocupação das descobertas e da sua capacidade de gerar os recursos necessários à sua manutenção.

A novidade da emancipação de colônia impunha a necessidade de realizar uma colonização que não visasse atender apenas aos ditames civilizacionais de ocupação das partes do Brasil e ampliar sua função para defender as bases da nacionalidade brasileira histórica, anterior ao processo de independência. Se, no seu *Memorial Orgânico*, fizera a defesa da inserção dos colonos europeus como meio de garantir o caráter civilizado do país, agora na sua *História Geral* era preciso balancear esta noção pela defesa da participação dos “nacionais livres” na ação colonizadora:

“Por este systema a colonisação progride com mais homogeneidade, sendo parte della recrutada d'entre os proprios nacionaes pobres, e se evitam os perigos dessas chusmas compactas de colonos estrangeiros, e ás vezes de religião differente da que professa o paiz, que podem vir a ser outro estado no estado, e dar logar a perturbações e guerras civis, para não dizer ao risco de perder-se a anterior nacionalidade historica.”³⁵²

Quais eram as articulações dessa “anterior nacionalidade histórica”? Varnhagen sobrepunha o passado colonial à identidade nacional em formação. Em *A história das lutas com os holandeses no Brasil* encontraremos indícios para a resposta dessa questão. Desde 1854, pretendia escrever obra separada sobre aquele conflito³⁵³. O estímulo final viria do desânimo que presenciara em alguns amigos diante do impasse na guerra com o Paraguai. Essa, nos termos de Arno Wehling, “estratégia da memória”³⁵⁴ era o motivo mais imediato para o autor. A necessidade de lembrar aos brasileiros os fatos que compuseram a longa resistência ao invasor holandês, feitos em condições bem piores do que as enfrentadas pelo Império diante da república paraguaia. Mas, não era de menor importância retomar a ideia de relação entre aquele momento histórico e

³⁵² Idem, ibidem.

³⁵³ Francisco Adolfo de Varnhagen. *História das lutas com os holandeses no Brasil – Desde 1624 até 1654*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002. p. 11.

³⁵⁴ Arno Wehling. *Apresentação*. In: Idem. p. 7.

a primeira afirmação da nacionalidade brasileira, pois para Varnhagen aquela luta fora travada pelo “próprio Brasil, ainda insignificante colônia”³⁵⁵.

O vínculo entre os dois sujeitos históricos – a colônia e a pátria – era estreito o bastante para levar Varnhagen a garantir aos seus leitores que, apesar de tratar de inimigos, isso não implicaria em parcialidade de sua parte. A descrição dos fatos preservaria tanto a verdade de sua obra, quanto a justiça em relação ao conjunto dos envolvidos naqueles eventos. E observava que nada mudava o fato de os holandeses terem invadido a colônia, pois essa era a “nossa Pátria há mais de dois séculos.” ³⁵⁶

Os colonos que lutaram contra a invasão holandesa apresentaram os primeiros sinais de uma nova nacionalidade, visível, por exemplo, em alguns personagens que vieram à tona no processo, como o comendador Dom Antônio Filipe Camarão. A sua figura representava a capacidade de absorção pelos indígenas do processo civilizador, imposto na construção daquela nacionalidade. Pois, além de lutar contra os holandeses, Camarão conseguiu atrair para o lado brasileiro grande número de índios³⁵⁷. A importância de tal fato derivava de sua condição de nativo: tinha por missão defender os interesses dos colonos no Brasil, de continuar a propagar a civilização abandonando, com isso, o passado “selvagem”.

A descrição de Camarão por Varnhagen é a de um perfeito europeu³⁵⁸, culto o bastante para conhecer o latim. Aquele homem, transformado pela educação, não só deixara de “ameaçar a ordem social”

³⁵⁵ Idem. p. 12.

³⁵⁶ Idem, pp. 25-26.

³⁵⁷ Idem. p. 224.

³⁵⁸ Mesmo entre os defensores do indianismo, a relação defendida seria menos aquela com o índio tal e qual encontrado nas matas do país e mais com certas imagens e ideias que se buscava atribuir-lhes. Antonio Candido, tratando dos romances indianistas de Alencar, ressalta o caráter ideal, mítico e heróico dos índios descritos nos seus romances, verdadeiros “bonecos de imaginação, realizando para nós o milagre da inviolável coerência, da suprema liberdade, que só se obtém no espírito e na arte”. Não havia uma preocupação antropológica em relação à visão que se constituía dos índios e sim objetiva-se fornecer ao país a “profundidade do tempo lendário”. *Formação da literatura brasileira – (momentos decisivos)*. 8ª ed. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 1997. pp. 202-203. Além disso, a Revista do IHGB ao longo de todo o século XIX interessou-se apenas pela dimensão linguística dos povos indígenas, deixando de lado a participação dos silvícolas na formação da sociedade brasileira. Cf. Lucia Paschoal Guimarães. *Debaixo da imediata...op. cit.* p. 250 e ss.

como se tornara “um cidadão útil a si e à Pátria”³⁵⁹. Evidenciava-se deste modo o papel desempenhado por um índio, cuja capacidade política e militar não só fora decisiva para o esforço de guerra, como, principalmente, se destacavam os traços civilizados presentes na sua pessoa. A questão racial perdia importância, uma vez que se garantia a questão civilizacional. Aqueles que deveriam ser alvo da “gratidão nacional”³⁶⁰, o seriam na medida da sua participação na defesa da cultura e da tradição, compartilhadas com o colonizador. Em sua memória sobre a naturalidade do seu “herói índio”, Varnhagen chamava a atenção para as posições políticas alcançadas por Camarão como fato constitutivo da integração de sua integração ao projeto civilizador português:

“A verdadeira naturalidade do herói indio das campanhas contra os Holandeses invasores de Pernambuco, Dom Antonio Filippe Camarão, commendador dos Moinhos de Soure, na ordem de Christo, em Portugal, e Governador e Capitão General de todos os Indios no Brasil, foi para nós, durante alguns annos objecto das mais sérias duvidas e hesitações.”³⁶¹

O “negro Henrique Dias”, muito embora não possuísse as mesmas qualidades “civilizadas” propícias a marcar a sua personalidade, também aparecia como elemento vital na luta contra o invasor estrangeiro, principalmente por, ao ter lutado ao lado dos colonos, ter permitido o “amortecimento das prevenções” que se nutriam contra os descendentes de africanos, “talvez mais do que o havia conseguido o próprio Cristianismo, com suas santas máximas de paz e tolerância”³⁶².

³⁵⁹ Francisco Adolfo de Varnhagen. *As lutas... op. cit.*, p. 248.

³⁶⁰ “Quando, há alguns anos, propúnhamos que a gratidão nacional elevasse nos Montes Guararapes um monumento em memória das duas vitórias nele alcançadas, ignorávamos que já esse voto estava realizado, de um modo bastante digno, na Igreja de Nossa senhora dos Prazeres.” Idem. p. 253.

³⁶¹ Francisco Adolfo de Varnhagen. *A naturalidade de Dom Antonio Filippe Camarão*. - Ml. Maço 140 – documento 6840.

³⁶² Francisco Adolfo de Varnhagen. *As lutas... op. cit.*, p. 99. Na sua *História Geral*, a descrição de Varnhagen é bem mais sumária: “Henrique Dias era bravo, fogoso e às vezes desabrido; e mais valente para obrar, que apto para conceber. Naturalmente loquaz, desconhecia o valor do segredo e discrição nas empresas; mas era dotado de coração benévolo e uma alma benfazeja.” HGB, 1857. p. 30. O interesse por Henrique Dias encontrava eco também no

Apesar do papel menor daqueles personagens nos eventos da resistência contra o holandês – este lugar seria reservado para André Vidal Negreiros e João Fernandes Vieira – Varnhagen procurava mostrar a guerra com o estrangeiro como esforço conjunto dos brasileiros para defender não a colônia de Portugal e sim a sua pátria e a sua terra. Por isso, era tão importante o reconhecimento de todos os envolvidos nos conflitos, atribuindo-lhes um papel para além da história nacional, uma vez que deveriam constituir parte da memória da Nação. Na *História Geral*, Varnhagen lamentava a ausência de túmulos e de estátuas em homenagem a todos aqueles “heróis”, privando-se, com isso, o Império do Brasil de conhecer um momento decisivo e originário de sua nacionalidade.³⁶³

As análises sobre a reconstituição que Varnhagen realizou da luta contra os holandeses procuraram ressaltar o “caráter conservador” de sua narrativa, dado que ele valorizava apenas o caráter civilizado ou europeu dos “heróis” das raças submetidas ao domínio colonial. Renilson Rosa Ribeiro sintetizou bem essa visão, ao afirmar o papel decisivo de Varnhagen na exclusão dos traços particulares de índios e negros na composição da identidade nacional brasileira orientou a sua reconstituição das lutas contra os holandeses:

“Em suma, os heróis indígena e negro haviam aderido à causa colonial portuguesa. Não havia neste panteão espaço para a diversidade ou a convivência com as diferenças. Elas se dissiparam a partir do preço que se pagou para fazer jus a ocupar aquele lugar concedido – a renúncia de sua herança, de suas raízes. Percebe-se a constituição de outras duas identidades para substituir as anteriores: colonial e brasileiro. Colonial por aceitar e defender a posse da Coroa portuguesa. Brasileiro por estabelecer um vínculo com o lugar, com o

IHGB. Lúcia Paschoal Guimarães chama a atenção para a escassez de referências à presença dos negros na história brasileira; a exceção feita ao herói da Guerra contra os holandeses devia-se ao vínculo que este tinha com o projeto colonizador português. *Debaixo da imediata... op. cit.*, p. 249.

³⁶³ Idem. pp. 30-31.

território e por ser parte constituinte da mescla que define esta nova categoria.”³⁶⁴

Neste trabalho, procuramos salientar as bases sobre as quais Varnhagen estabelecia a sua obra histórica. Seu conservadorismo não resumia suas escolhas narrativas. A valorização das características consideradas civilizadas ecoava o movimento geral da historiografia europeia sobre o Novo Mundo. Michel de Certeau afirmava que essa era uma “escrita conquistadora”, cujo objetivo era inscrever no “corpo em branco da América selvagem” os desígnios da conquista europeia e para “Transformar o espaço do outro num campo de expansão para um sistema de produção. A partir de um corte entre um sujeito e um objeto de operação, entre um querer escrever e um corpo escrito (ou a escrever) fabrica a história ocidental”³⁶⁵. Essa noção é fundamental para se apreender os dilemas da escrita de Varnhagen. Seu projeto de história – civilizada e ocidental – não podia incluir aquelas populações indígenas e negras preservando suas particularidades.

A dimensão “nacional” da luta contra os holandeses, aliás, tornar-se-ia marca do pensamento político brasileiro. Joaquim Nabuco, em palestra realizada na Universidade de Yale, em 1908, sobre o *Sentimento da nacionalidade brasileira*, não teme atribuir a sentimentos nacionais os esforços de homens como Fernandes Vieira. O sinal mais evidente daqueles sentimentos seria a oposição dos colonos à ideia de se entregar o Brasil à Espanha em troca da independência de Portugal. Mantiveram por si mesmos o combate ao invasor holandês. Nabuco não cita Varnhagen, prefere fazer uso de Southey, que afirmava a impossibilidade da conquista do Brasil em virtude da força da nacionalidade portuguesa.³⁶⁶ Podemos ver nisso uma distinção importante em relação a Varnhagen, pois a sua preocupação maior era a de definir as particularidades daquela luta que já determinavam as qualidades

³⁶⁴ Renilson Rosa Ribeiro. *Destemido bandeirante à busca da mina de ouro da verdade*: Francisco Adolfo de Varnhagen, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a invenção da ideia de Brasil Colônia no Brasil Império. Tese doutorado, IFCH-UNICAMP, 2009. 391 fls. p. 308.

³⁶⁵ Michel de Certeau. *A escrita da...* op. cit., pp. 09-10.

³⁶⁶ Joaquim Nabuco. *O sentimento da nacionalidade na história do Brasil*. in: mesmo. *Joaquim Nabuco Essencial*. São Paulo: Cia das Letras, 2010. p. 521.

propriamente brasileiras dos portugueses do continente americano. Em virtude disso, os papéis do Comendador Fillipe Camarão e de Henrique Dias ganhavam relevo, como símbolos de integração, mesmo que forçada, dos elementos negros e índios à nacionalidade brasileira.

A reconstituição dos eventos da constituinte de 1823: um caso exemplar

A constituinte de 1823 tem importância decisiva para a compreensão da forma pela qual Varnhagen estabelece a passagem final da colônia à nação, pois a definição do código de leis, que deveria reger a nação dotaria o Estado do novo país da legitimidade necessária para o exercício do governo. A questão constitucional era para Varnhagen peça-chave. Ao comentar as habilidades políticas de D. João VI, ele não deixava de frisar que ele era “talhado de molde para um bom rei constitucional”.³⁶⁷ Ser um rei constitucional significava entre outras atribuições a capacidade de unir a nação ao redor de ideias comuns. A questão era delicada, pois se a elaboração de uma constituição no Brasil passava por um acordo com o imperador, em Portugal resultaria de um processo revolucionário cujos desdobramentos colocariam em risco o poder soberano do rei.

A ideia de se realizar uma Assembleia Constituinte para organizar os quadros legais de funcionamento do novo Império não era consensual. Os riscos presentes na abertura de discussões amplas sobre o conjunto de leis maior do país tendia a desestabilizar ordem estabelecida. Era essa a opinião de José Bonifácio, que, segundo Honório Rodrigues, preferiria manter as discussões fechadas no Conselho de Procuradores, pois receava que a Assembleia poderia arrogar-se à posição de “encarnação da soberania nacional, sobrepondo-se ao príncipe, Defensor Perpétuo.”³⁶⁸

E tal receio encontrava eco nas posições de alguns deputados, que Varnhagen alcunharia “ultrademocráticos”, que buscavam a todo o momento ligar a soberania da nação não ao imperador, mas ao conjunto dos deputados

³⁶⁷ Idem, p. 18.

³⁶⁸ José Honório Rodrigues. *A assembleia constituinte de 1823*. Petrópolis: Editora Vozes, 1974. p. 22.

eleitos. Quando da abertura dos trabalhos, em abril de 1823, momento no qual o foco dos trabalhos era reconhecer os diplomas dos eleitos e estabelecer o seu cerimonial, um dos pontos importantes a ser definido era o dos locais nos quais deveriam se sentar o presidente da Assembleia e o Imperador. O deputado Padre José Custódio Dias insistia, durante a terceira sessão preparatória da Assembleia em 30 de abril, que, uma vez que fora a “Nação Americana Brasileira, Soberana e Independente” quem aclamara e coroara o imperador, e como a autoridade deste seria definida pela Constituição, nada mais justo do que equiparar os lugares ocupados no salão pelo presidente da Assembleia e pelo imperador:

“He na solemne installação destas que tem de comparecer o Digno Representante do Poder Executivo, e como tenha de respeitar a Nação legitimamente representada da qual só diriva toda a authoridade que pelo Pacto Social se lhe vai a conferir por lei fundamental, sou de parçe que a posição que se lhe deve designar seja sim distincta, *mas no mesmo plano* [grifos nossos] onde estiver o Sr. Presidente, Cabeça inseparavel, naquelle acto, do Corpo Moral que representa a Nação [...]”³⁶⁹

Ora, Varnhagen não poderia deixar de ler tais posições como claras ameaças à estabilidade da política do Império. Por isso procuraria desqualificar a ação legislativa de Custódio Dias, reduzindo as posições daquele deputado a impulsos “grosseiros e sem arte”, cujo resultado era o descrédito dos ideais democráticos defendidos por ele.³⁷⁰ Nesse sentido, a *História de Independência* era marcada por um desequilíbrio em virtude da exclusão sistemática dos elementos radicais ou abertamente dissonantes presentes na luta contra Portugal. Emília Viotti chama a atenção para essa peculiaridade da obra de Varnhagen, lembrando o fato do historiador do Segundo Reinado não dar conta dos homens e grupos que mantinham oposição nítida tanto a

³⁶⁹ *Diários da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil 1823*. Pedro Calmon (introdução). Brasília: Senado Federal, 1973. p. 05.

³⁷⁰ Francisco Adolfo de Varnhagen. *História da independência... op. cit.*, p. 189.

Portugal quanto a monarquia.³⁷¹ O problema reside exatamente em compreender o papel que cumpria essa omissão no modo pelo qual Varnhagen reconstituiu o processo constitucional.

Nos diários daquele parlamento, nas discussões sobre a disposição dos lugares do Imperador e do Presidente da Assembleia, duas posições apareciam de modo clivado, uma visão “liberal” que argumentava a favor de igualdade entre os poderes que compunham o Estado e outra “conservadora”, que reconhecia a Assembleia, mas defendia o imperador como o representante da totalidade da nação e o fato de seu caráter hereditário dar-lhe superioridade face aos representantes temporários reunidos no Parlamento³⁷².

Importante ressaltar a forma como Varnhagen compreendia a ação do poder executivo no interior do aparelho de Estado. Clado Ribeiro Lessa apresenta descrição bem detalhada da visão de Varnhagen sobre o equilíbrio político que deveria ocorrer no interior do Estado brasileiro. Varnhagen era fervoroso monarquista, mas não defendia a concessão de poderes absolutos ao monarca. O parlamento deveria ser peça-chave para assistir à sua ação governativa, fornecendo as bases legais para o exercício do poder. A superioridade do poder atribuído à monarquia aparecia no fato de Varnhagen não considerar possível que o parlamento pudesse, diante de qualquer eventualidade, conter o poder real. Em caso de impasse a solução deveria repousar nas mãos do Imperador³⁷³. As críticas de José Honório Rodrigues ao centralismo e ao monarquismo de Varnhagen ecoavam dessas posições políticas.

A defesa da centralidade da monarquia, contudo, não o impedia de imaginar a necessidade de se equilibrar o conjunto da sociedade brasileira, principalmente tendo em vista os limites impostos pela herança escravista e latifundiária, que haviam reduzido as condições de sobrevivência do “povo livre e independente”. Em memória sobre a produção do tabaco, publicada em

³⁷¹ Emilia Viotti da Costa. *José Bonifácio: mito e história*. In: *Da monarquia à república – momentos decisivos*. 7^a ed. São Paulo: Editora Unesp, 1999, p. 116.

³⁷² *Diários da Assembleia Geral Constituinte ... op. cit. pp. 03-06.*

³⁷³ Clado Ribeiro de Lessa. *Vida e obra de Varnhagen* In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 225. pp. 120-293. Rio de Janeiro: IHGB, out-dez– 1954. p. 205.

1863, Varnhagen defendia o caráter distributivo do potencial econômico daquela cultura:

“A indústria do tabaco é de tôdas as entretrópicas a que requer menos capital. O pobre que não tem mais que um rancho por êle feito de parede de sopapo e coberto de sapê, e uma pouca de terra que lhe deram ou aforou... possui já quase tudo quanto lhe basta para ser cultivador de tabaco, e vir a concorrer... para o aumento das riquezas de exportação do país... Assim, a cultura do tabaco vem a contribuir a estabelecer-se maior igualdade nas fortunas de lavradores, e a aumentar no país o verdadeiro povo livre e independente, em vez de classes de ricos e pobres, de patrícios e plebeus, de escravos e senhores, inseparáveis da indústria do açúcar.”³⁷⁴

Não se tratava, obviamente, de defesa da homogeneização política da sociedade, mas de garantir a estabilidade social, ameaçada constantemente se os súditos não tivessem horizontes de sobrevivência adequados. Varnhagen estava em acordo com certas ideias liberais moderadas do tempo, e buscava discernir claramente os lugares de cada grupo social dentro do conjunto do Império³⁷⁵.

No debates da constituinte de 1823, o deputado Antônio Carlos Andrada Machado – revolucionário de 1817 – traçava claramente a distância que deveria haver entre o povo e a soberania política:

³⁷⁴ Francisco Adolfo de Varnhagen. *O tabaco na Bahia*. Apud: Clado Ribeiro de Lessa. *Vida e Obra de Varnhagen... op. cit.*, p. 203.

³⁷⁵ As ideias de Varnhagen sobre educação evidenciavam a sua perspectiva de ordenação social. Segundo Clado Ribeiro de Lessa, educação deveria ser, para Varnhagen, adequada ao horizonte de cada segmento social, para que não houvesse descompasso entre a formação dos súditos e as possibilidades que eles tinham diante de si. No *Memorial orgânico* ele afirmava de modo peremptório suas reticências à generalização do ensino superior: “Não pretendemos com isto dar no Brasil ainda maior latitude à instrução superior do que ela já aí tem. Sabemos quanto recomendam os políticos que se não criem com ela habilitações fora do número das que podem comportar as rendas do Estado; por quanto essas habilitações em maior número criam ambiciosos, que se tornam elementos de perturbação social.” Idem, p. 205.

Sessão 6 de maio

Antonio Carlos Andrada Machado – “Há uma diferença entre povo e nação, e se as palavras se confundem a desordem nasce. Nação abrange o soberano e os súbditos; povo só compreende os súbditos. O soberano é a razão social, collecção das razões individuaes; povo é o corpo que obedece á razão. Da confusão destes dous termos, da amalgamação imphylosophica da soberania e povo, tem dismanado absurdos, que ensaguentarão a Europa e nos ameação também; exijo por isso, que se substitua á palavra povo a de nação todas as vezes que se fallar em soberania.”³⁷⁶

O problema de realizar aquela “confusão” era a abertura para os perigos democráticos que assombravam os Estados europeus e americanos no ambiente pós-revolução francesa. E se levarmos em conta que a radicalidade política oriunda das tensões sociais da Crise do Antigo Regime, contida entre o final do século XVIII e o início do XIX, continuaria a se manifestar em graus variados – até a explosão das revoluções de 1848 – fica evidente o ponto de equilíbrio a ser buscado pelos agentes políticos e intelectuais do Império, atender a certos anseios do “povo” sem com isso colocar em risco a soberania do imperador. O receio dos levantes populares, presente desde a fundação do império, seria ainda mais estimulado pelas revoltas do primeiro reinado e pelas turbulências do período regencial. Muniz Tavares – também deputado constituinte e revolucionário de 1817 - afirmava

9 de maio, deputado Muniz Tavares:

“Ah! Sr. presidente? Causa-me horror só o ouvir fallar em revolução; exprimo-me francamente como um celebre político dos nossos tempos – *Les revolutions me sont odieuses parce que la liberte m'est chere* – odeio cordialmente as revoluções, e odeio-as, porque amo em extremo a liberdade; o fructo ordinário das revoluções é sempre, ou uma devastadora anarchia, ou um despotismo militar crudelíssimo; a revolução

³⁷⁶ Anais do Parlamento Brasileiro. Rio de Janeiro: Assembleia, 1823 (1876-84). Tomo I. p. 27.

sempre é um mal, e só a desesperação faz lançar mão della, quando os males são extremos.”³⁷⁷

Ou noutras palavras, a ameaça da revolução não provinha da ação do poder estatal, mas sim de sua omissão em garantir os meios de vida da população. E isso em virtude das novas condicionantes, impostas ao Estado pela crise do Antigo Regime e a erupção da burguesia no cenário político da Europa continental, tais como o “industrialismo, a consolidação da sociedade burguesa, a organização do Estado político e do Estado administrativo, a disseminação da educação básica, a ascensão do cientificismo, a urbanização”³⁷⁸. O Império brasileiro não se encontrava na vanguarda daquelas transformações, mas os impactos oriundos das revoluções burguesas faziam-se sentir com força tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista ideológico, obrigando os estatistas construtores do Império e seus sucessores a buscarem dotar o aparelho de estado brasileiro dos mecanismos necessários para o seu funcionamento em acordo com os ditames oriundos das novas formas políticas que emanavam da Europa. Varnhagen buscava posicionar-se em relação a tais questões pautando-se também pela observação das particularidades locais do Brasil, para não atuar como aqueles intelectuais que segundo Oliveira Lima agiam como verdadeiros “expatriados intelectuais.”³⁷⁹

O esforço de compreensão da realidade brasileira, contudo, não deveria significar a exposição, em todos os detalhes, dos limites políticos do Estado brasileiro. No caso dos escravos, por exemplo, Varnhagen almejava circunscrever o máximo possível a percepção de sua existência. Em 12 de julho de 1865, em ofício enviado ao ministro dos Negócios Estrangeiros,

³⁷⁷ Anais do Parlamento... op. Cit. p. 90.

³⁷⁸ Arno Wehling. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 87.

³⁷⁹ Há uma curiosa proximidade entre tal observação crítica e a aquela que o jovem Sérgio Buarque de Holanda dirigia aos políticos e pensadores do século XIX: “E assim preferiam esquecer a realidade, feia e desconcertante, para se refugiarem no mundo ideal de onde lhes acenavam os doutrinadores do tempo. Criaram asas para não ver o espetáculo detestável que o país lhes oferecia.” Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. 14ª reimpressão. São Paulo: Cia das Letras, 2002. p. 186. O problema do ajuste das ideias e das estruturas políticas desenvolvidas na Europa foi presença constante no debate político e intelectual brasileiro. Varnhagen, apesar das limitações de sua contribuição para o debate propriamente teórico dessa questão, guardou sempre razoável desconfiança frente a aplicação de ideias estrangeiras de modo estrito no Brasil.

tratando da questão de repatriação de escravos fugidos nas fronteiras do norte do Império, Varnhagen enfatizava a necessidade de evitar mencionar na documentação oficial a palavra “escravo”. Sugeria também a substituição da palavra “súdito” ou “cidadão” por “indivíduo” nos tratados de extradição, de modo a enquadrar tanto sujeitos livres quanto cativos.³⁸⁰ O estrategema tinha por objetivo preservar o estado brasileiro de expor no cenário internacional uma instituição que, apesar de cumprir importante função econômica, opunha-se nitidamente ao projeto constitucional e liberal do Império.³⁸¹ O reconhecimento do papel exercido pela escravidão na sociedade brasileira era fundamental, assim como proteger a imagem internacional do Império. O diplomata Varnhagen apoiava-se na concepção de história do historiador Varnhagen para pensar a sua ação política para o Império. Além do mais, é preciso ter em vista também que naquele ano de 1865, devido ao encerramento da Guerra de Secessão norte-americana, era especialmente delicado colocar em discussão questões relativas à escravidão no sistema internacional.

Nesse sentido, a reconstituição dos eventos da Constituinte de 1823 guarda caráter exemplar das problemáticas atinentes à interpretação histórica de Varnhagen para a passagem política da independência. O conjunto de ideias subentendidas na sua escrita garantia o fluxo de sua elaboração dos eventos. O papel central de D. Pedro I, a imaturidade do sistema político brasileiro em vias de se organizar, as ameaças à segurança política do império formavam as balizas a partir das quais ele poderia descrever o funcionamento da Constituinte e, principalmente, da sua dissolução.

A primeira cena descrita no início do capítulo sobre a Constituinte é a saída do casal Imperial em direção ao local de reunião da Assembleia. A figura do imperador, exerce o papel de chefe executivo, cuja função era de ocupar o lugar de chefe do Estado em momento-chave para a nação. Em seu discurso de abertura, D. Pedro, segundo Varnhagen, portou-se como “se fosse

³⁸⁰ Cf. Clado Ribeiro Lessa. *Varnhagen...* 225. *op. cit.* 248.

³⁸¹ A escravidão não tem destaque nos trabalhos de História de Varnhagen, visto que sua perspectiva histórica orientava-se principalmente em expor os acontecimentos históricos do ponto de vista político. Além disso, evitar por em evidência tal instituição funcionava como meio de garantir o fio civilizado de suas narrativas. Se lembrarmos de que a Constituição outorgada por D. Pedro I em 1824, não fazia menção aos escravos e apenas duas menções aos libertos, fica claro que o desconforto de Varnhagen tinha guarida no próprio sistema político imperial.

ministro apresentando competente relatório”³⁸², ou seja, estendeu-se na apresentação da descrição da situação geral pela qual o império estava passando. O imperador era posto, com isso, como figura interessada pelos assuntos nacionais, não um senhor absoluto e sim um chefe de Estado. Além disso, D. Pedro constituía para os deputados o horizonte que deveria guiar a elaboração da constituição, como podemos ver nesse trecho de seu discurso de abertura:

“Uma constituição em que os três poderes sejam bem divididos de fôrma, que não possam arrogar direitos, que lhe não compitão, mas que sejam de tal modo organizados e harmonizados, que se lhes torne impossível, ainda pelo decurso do tempo fazerem-se inimigos, e cada vez mais concôrrão de mãos dadas para a felicidade geral do Estado. Afinal uma constituição, que pondo barreitas inacessíveis ao despotismo, quer real, quer aristocrático, quer democrático, afugente a anarchia, e plante a arvore daquela liberdade, a cuja sombra deva crescer a união, tranquillidade, e independência deste império, que será assombro do mundo novo e velho.”³⁸³

Varnhagen tinha em mente essa função de equilíbrio que a figura imperial deveria exercer. José Honório Rodrigues, lembrando as palavras do Barão von Marschall Wenzel, ministro austríaco, afirmava que no momento de reunião da assembleia estava tudo por se fazer do ponto de vista legal e político e que existia apenas um fato consumado e estabelecido: “o soberano aclamado e coroado”³⁸⁴. O problema era exatamente como estabelecer a relação entre aquela instituição de caráter nitidamente revolucionário – não era possível dissociar a ideia de constituinte de sua origem francesa – e o fiador da integridade territorial do Império.

³⁸² Francisco Adolfo de Varnhagen. *História da Independência...* op. cit., p. 183.

³⁸³ Anais do parlamento... op. cit. p. 16.

³⁸⁴ José Honório Rodrigues. *A assembleia...* op. cit., p. 16.

O reconhecimento dessa dificuldade foi tratado, por Varnhagen, como resultante, não da ação do príncipe, mas sim da falta de prudência de seu ministro, José Bonifácio, pois esse teria, inadvertidamente, inserido no discurso imperial dois parágrafos nos quais se afirmava tanto o modo pelo qual os deputados deveriam escrever a constituinte, como também a condição de que sua aprovação ocorreria somente se “merecesse a sua imperial aceitação, e ser por êle defendida, se fosse digna do Brasil e dele.”³⁸⁵ Varnhagen não afirma ser contrário àquele argumento, antes procura marcar a falta de perspicácia de Bonifácio pois lhe parecia que “Não tinha servido de lição [...] a celeuma levantada pelos períodos semelhantes, que Silvestre Pinheiro Ferreira pusera em boca de el-rei, à sua entrada nas Cortes de Lisboa”³⁸⁶.

Varnhagen buscava articular a sua narrativa de modo a inserir a questão da dissolução da Constituinte já no início de sua reunião. Procurava também demonstrar que, apesar de D. Pedro I não ser contrário àquela hipótese – em “caso da [Assembleia] pretender exercer a supremacia” –, o problema central derivava das posições de Bonifácio que acabaram por evidenciar os limites das discussões políticas suscitadas.³⁸⁷

A reação virulenta de deputados como Muniz Tavares e José Antônio Maia inconformados com a ingerência do Imperador em atribuições que eles entendiam exclusivas dos deputados, serviam para Varnhagen, através das palavras de José Bonifácio, contrapor-se ao caráter demagógico das críticas e a falta de consideração pela estabilidade do Império, pois não poderia haver dúvidas que a “Constituição sairia monárquica.”³⁸⁸

Ora, Varnhagen tendia a posicionar sua narrativa em defesa de D. Pedro, não apenas pelo fato dele ser pai de seu protetor, mas também em virtude do caráter precário e instável que ele atribuía à capacidade de ação do conjunto dos deputados:

“Corriam os trabalhos [da Constituinte] com falta de ordem e de método, em resultado da nenhuma experiência destas lides da

³⁸⁵ Francisco Adolfo de Varnhagen. *História da Independência... op. cit.*, p. 183.

³⁸⁶ Idem. pp. 183-184,

³⁸⁷ Idem. p.184.

³⁸⁸ Idem. Ibidem.

maior parte dos operários, começando pela presidência, umas vezes exercida pelo bispo, outras por José Bonifácio, e seguindo-se os mais que compunham a mesa. Choveram, nas primeiras sessões principalmente, as propostas de projetos e as indicações.”³⁸⁹

Tal situação contrastaria vivamente com a posição que Varnhagen atribuiria a D. Pedro no sistema político brasileiro. Dado que tratava-se de figura, na qual uma certa “rigidez no exame de seus atos” poderia encontrar diversos problemas, exerceria o papel de vetor da manutenção da ordem no Império e da sua integridade no interior e diante do exterior, garantidos durante a “grave crise da independência”³⁹⁰. Desse modo, escrever a história dos dilemas enfrentados pela constituinte deveria ser marcado pelos impasses provenientes da incapacidade daquele organismo em responder de modo satisfatório aos obstáculos que surgiam em seu caminho.

No caso das polêmicas resultantes de cartas políticas, “assinadas por um *Expectador da Galeria* e por um *anglo brasileiro*”, publicadas no Diário do Império, que atacavam vivamente deputados de oposição ao ministério, a reação de Bonifácio, insatisfeito com as denúncias, levaram-no a considerar, em conversas após a sessão, “que mui provavelmente a Assembleia teria de ser adiada ou dissolvida, dando o Imperador de preferência uma *Carta*”³⁹¹. Varnhagen, como um historiador do tempo presente, não poderia deixar de enfatizar o conflito que estava se montando entre aquela instituição e o imperador, levando com isso ao abrir as portas para a desorganização política da nação.

As tensões políticas tenderiam a crescer conforme a articulação da oposição avançasse rumo ao que seria entendido como contestação direta do poder do chefe do Estado. No caso do projeto de lei, apresentado por deputados de oposição, que dispensava da sanção do Imperador a promulgação das leis votadas na Assembleia, antes da conclusão da

³⁸⁹ Idem. p. 185.

³⁹⁰ Varnhagen, HGB, 1857, pp. 442-443. A ideia de crise emanava exatamente da dificuldade em se estabelecer as hierarquias necessárias ao funcionamento do aparelho de Estado em pleno processo de organização.

³⁹¹ Francisco Adolfo de Varnhagen. *História da Independência... op. cit.*, p. 187.

Constituinte, apresentava, para Varnhagen, ameaça consistente à estabilidade política do Império. Diferentemente das posições “ultrademocráticas” de um deputado como o Padre José Custódio Dias que não alcançavam repercussão, a medida proposta por Paula Souza poderia aparecer como passível de consideração. Ora, isso significava a afirmação da autonomia do poder legislativo e, segundo José Bonifácio, seria “anárquico e oposto as prerrogativas da Coroa”. O impasse levou à manifestação do imperador que, contrariado por essa restrição ao seu poder, sem hesitação apelaria “ao povo, para que decidisse entre ele e a Assembleia.”³⁹². A garantia da constitucionalidade das leis não poderia ser contraposta à soberania do Imperador, deveria emanar dele.

Então se deu o inusitado, pois o Imperador sofreu, naquele momento decisivo, um acidente no retorno a São Cristovão, vítima de uma “tremenda queda de cavalo, da qual lhe resultou grave perigo da própria vida, partindo em dois lugares uma costela, e sendo sangrado três vezes” ³⁹³. Tal acidente proporcionava a Varnhagen a possibilidade de direcionar as críticas que poderiam ser dirigidas a D. Pedro, gradativamente para os irmãos Andrada. Desse modo, ele poderia preservar o príncipe e abrir caminho para a ruptura do Imperador com José Bonifácio e seus irmãos, entabulando a compreensão da dissolução da Assembleia no quadro de ajuste necessário a manutenção da ordem.

Quando José Bonifácio e seus irmãos demitiram-se do ministério e transformaram-se, segundo Varnhagen, de sustentadores da monarquia em “democratas, facciosos, demagogos e revolucionários”, e passaram advogar suas ideias em um periódico intitulado “Tamoio”, parecia-lhe evidente o descolamento entre os antigos ministros e os ideais civilizadores que deveriam nortear a feitura da constituição, pois com

“O simples nome do primeiro, tomado da tribo indígena habitadora do Rio de Janeiro na época da colonização, e grande inimiga dos portugueses, e a cujas frechadas sucumbira até o fundador do Rio de Janeiro, Estácio de Sá, era já como

³⁹² Idem. p. 189.

³⁹³ Idem. p. 190.

um grito de guerra contra todos os não-natos, começando pelo chefe de Estado. Guerra, pois, sem piedade, mais ou menos encoberta, contra todos os que não haviam nascido no Brasil, foi declarada, como boa isca para pescar as inocentes massas em cardume”³⁹⁴.

A oposição aos fundamentos portugueses do Império do Brasil, apenas simbólica no nome do jornal dos Andradas, ganharia outra conotação política uma vez que as hostilidades contra os nascidos em Portugal ganhasse corpo em contatos que José Bonifácio e seus irmãos estabeleciam com expostos políticos liberados das prisões e mesmo na aproximação com colegas deputados. As tentativas de desqualificar os portugueses nascidos na Europa não tinham, para Varnhagen, outro alvo que não a figura de D. Pedro I. O problema residia no fato que o chefe de Estado não era apenas um governante, era naquele momento a encarnação do papel central de articulador de uma unidade ainda a ser construída, pois, afirmava Varnhagen, retomando a frase de Diogo Feijó, o imperador era o responsável pela “organização política” do país e [a quem o Império] veio a dever a sua integridade”³⁹⁵. O fato de ser português não deveria constituir um problema, antes deveria apontar para a possibilidade de o imperador ser colocado acima das disputas entre os partidos e tendências em conflito, tanto na Assembleia Constituinte, quanto nas províncias.

A presença dos nascidos em Portugal foi um dos temas que causaram intensa dissensão entre os deputados. Em 22 de maio, Muniz Tavares propõe uma solução de compromisso, dividindo os não-nascidos no Brasil ou portugueses entre aqueles que apoiavam a causa da independência e os:

“Muniz Tavares – “Mas como entre os portugueses residentes no Brasil, eu sou informado que existem alguns que se tem mostrado adherentes á nossa sagrada causa, e até trabalhado para ella, e que existem outros que esquecidos dos immensos

³⁹⁴ Idem, p. 195.

³⁹⁵ Idem, ibidem.

benefícios que lhes temos prodigalizado, arteiramente procurão solapar-nos, e afinal destruir-nos, seria uma injustiça nivelar uns com os outros; [...] É, portanto, o fim do projecto distinguir os bons dos máos portuguezes, e os portuguezes ora residentes no Brazil dos que para o futuro vierem residir.”³⁹⁶

Estabelecer a participação dos “portugueses” no processo de independência envolvia o esforço de definir qual era o caráter desse movimento político: ruptura apenas com a metrópole ou ruptura com o conjunto da obra da colonização portuguesa?

Varnhagen enfatiza o crescimento dos impasses envolvendo essa questão a partir dos movimentos políticos realizados na antiga metrópole. Em Portugal, a independência do Brasil acabou “atribuída principalmente a erros e imprudências das Côrtes”³⁹⁷ e o que levou à queda do sistema constitucional e na aclamação de D. João VI como monarca absoluto. As notícias da mudança política em Portugal logo chegaram ao Rio de Janeiro, agitando o ambiente político. O problema da ameaça absolutista durante a regência de D. Pedro I, representada pelas palavras e ações do Conde de Arcos³⁹⁸, pareciam ecoar novamente no império em luta com a antiga metrópole.

José Bonifácio e D. Pedro I: pares opostos e complementares

Varnhagen guardava posição crítica em relação a José Bonifácio. Emilia Viotti da Costa e Temístocles César reconstituem essa indisposição a partir da ênfase nos aspectos psicológicos desfavoráveis presentes no Andrada mais velho, tachado como “vingativo e arbitrário” e, por isso, incapaz de lidar com os impasses crescentes nos conflitos engendrados pelo avanço do movimento de independência. José Honório defendia inclusive que as críticas

³⁹⁶ Anais do Parlamento Brasileiro... *op. cit.*, p. 91.

³⁹⁷ Varnhagen, *História da Independência*... *op. cit.*, p. 198

³⁹⁸ Varnhagen atribuída à imaturidade do príncipe regente, que contava então apenas 23 anos quando assumiu suas responsabilidades, as desconfianças iniciais que o “povo” lhe dirigiu. Tal situação permitiu a ascensão do Conde de Arcos que, apesar de suas qualidades, teria sido “cegado pela ambição”. O príncipe D. Pedro aparecia deste modo como vítima de um assessor que extrapolou as suas atribuições. *Idem*, p. 76.

de Varnhagen haviam constituído parte dos obstáculos à construção do “mito ao redor de José Bonifácio”.³⁹⁹

Mas, na descrição que Varnhagen realiza da participação de José Bonifácio nos jornais de oposição ao governo, outra imagem vem à tona:

“[...] José Bonifácio era mais velho, mais benévolo, mais generoso, mais homem do mundo, e achava-se mais alquebrado e com menos ambição de voltar as grandes lutas e sofrimentos. Sòmente arrastado pela fraternidade, tomava também tal qual parte nessa oposição acintosa.”⁴⁰⁰

A figura de Bonifácio transfigura-se no compromisso para com os irmãos, pondo a perder o “homem de letras” que tanto teria ainda a colaborar com a produção de conhecimentos científicos úteis tanto para o Brasil quanto para a Europa. Varnhagen retoma um artigo escrito no Tamoio de 2 de setembro, sob pseudônimo, no qual Bonifácio lamentava-se do exílio da sua condição de “sábio”, cujos “doutos da Europa” conheciam e que eram por ele conhecido, e cujos Relatos de Viagem, Memórias, Opúsculos e Compêndios, deixados de lado, perigavam ser “pasto de baratas e cupins”⁴⁰¹.

A maneira pela qual Varnhagen decide pela autoria do artigo denota da sua parte um grande reconhecimento pelas qualidades de Bonifácio:

“Não podia escrever estas asserções senão quem profundamente estivesse de todo resolvido a proceder em conformidade com elas, e, apesar do pseudônimo com que eram assinadas, elas só por si revelavam manifestadamente o seu autor, pois não havia outro em tais circunstâncias em todo o Brasil, – e, com efeito, vieram depois a servir de prova de

³⁹⁹ Temístocles Cézár defende que, diferentemente do considerado por José Honório, as críticas de Varnhagen não eram feitas de tal modo a aniquilar a figura de José Bonifácio, e sim, expressão da parcialidade de Varnhagen em relação ao Patriarca da Independência. Temístocles Cézár. *L'écriture de l'histoire au Brésil...* op. cit. p. 535.

⁴⁰⁰ Francisco Adolfo de Varnhagen. *História de independência...* op. cit, p. 205.

⁴⁰¹ José Bonifácio de Andrada e Silva. Apud. Idem, *ibidem*.

como José Bonifácio havia sido, pelo menos, colaborador do *Tamoio*.”⁴⁰²

A dificuldade em definir Bonifácio provinha em grande medida da própria singularidade de sua posição no cenário político da independência. Emília Viotti, ao discutir a sua participação dos debates do período, nota que as suas posições antidemocráticas e voltadas para a defesa intransigente da monarquia – a “única [instituição] capaz de segurar o país” – o contrapunham aos “radicais”. A ideia de vincular a soberania em construção ao povo parecia-lhe descaminho de “mal intencionados que o desencaminha [o povo] para os seus fins particulares”, delimitando com isso os limites do liberalismo naquele momento. Por outro lado, suas posições antiescravistas⁴⁰³, anticlericalismo e atitude de “livre pensador” gradativamente foram colocando contra ele os grandes proprietários de terra e os grandes comerciantes, que desconfiavam daquelas posições associadas a ideais avançados demais para o tempo. E, se era abertamente contrário ao republicanismo – não considerava possível a instauração de uma monarquia absolutista em um país cujas únicas classes “existentes eram a dos ricos e a dos pobres”⁴⁰⁴

A alteração de posição de Bonifácio, de defensor da monarquia para “facioso e anárquico”, aparecia para Varnhagen como resultado do ressentimento pela perda de poder sofrida com sua saída do ministério. A partir daí, Varnhagen pode atribuir ao ex-ministro e a seus irmãos a crescente oposição ao imperador. Isso fica evidente quando ele precisa descrever a reação do Imperador às notícias provenientes do norte de que algumas câmaras haviam instruído seus deputados a confeccionarem uma constituição democrática. E, além disso, tropas do Rio Grande do Sul estavam manifestando contrariedade em relação ao veto absoluto. Varnhagen recorta o seguinte trecho da proclamação imperial sobre aqueles tópicos:

⁴⁰² Idem, *ibidem*.

⁴⁰³ Cf. José Bonifácio de Andrada e Silva. *Projetos para o Brasil*. Miriam Dolhnikoff (org.). São Paulo: Cia das Letras, 1998. Em especial, o capítulo dedicado à escravidão, pp. 45-88.

⁴⁰⁴ Emília Viotti da Costa. *José Bonifácio... op. cit.*, pp. 82-85.

“Não acreditei, pois nos que lisonjeiam ao monarca: uns e outros são indignos e movidos pelo próprio e vil interesse, e, com a máscara do liberalismo ou servilismo, só procuram edificar sobre as ruínas da pátria a sua orgulhosa e precária fortuna”⁴⁰⁵.

Não hesitaria em afirmar que eram os irmãos Andrada e suas articulações políticas que estavam na mente do imperador no momento no qual ele realizava afirmações tão duras.⁴⁰⁶

D. Pedro I atuava desse modo como elemento de equilíbrio de poder entre diversos grupos em conflito na assembleia. Varnhagen reconstituía essa função na relação pessoal do monarca com os seus ministros ou com os deputados constituintes. Quando José Bonifácio saiu do ministério, em julho de 1823, em virtude das perseguições aos opositores do governo, Varnhagen procurava demonstrar como o decreto de demissão, antes de rebaixar ou menosprezar o ministro, fora “lavrado em termos tão honrosos, que êle se julgou obrigado a enviar por escrito agradecimentos ao Imperador [...]”⁴⁰⁷ Era importante frisar esse papel de conciliação do Imperador, como meio de contrabalancear os arroubos políticos posteriormente praticados pelos irmãos Andrada. Em 12 de outubro do mesmo ano, o Imperador realiza verdadeiro ato de conciliação, pois quando José Bonifácio comparece ao paço:

“Recebeu o Imperador a êste graciosamente, dirigindo ao mesmo José Bonifácio expressões de atenção e favor, concedeu nesse dia várias graças, algumas delas aos que haviam sido perseguidos pelo mesmo José Bonifácio. Nomeou muitos novos camaristas, quase todos brasileiros natos. Elevou Cochrane a Marquês do Maranhão e nomeou sua esposa dama da imperatriz”⁴⁰⁸

⁴⁰⁵ Francisco Adolfo de Varnhagen. *História da independência... op. cit.* pp. 195-196.

⁴⁰⁶ Idem, p. 196.

⁴⁰⁷ Idem, p. 192.

⁴⁰⁸ Idem, p. 208.

Desse modo, Varnhagen colocou ao redor de D. Pedro I as personagens centrais ao desfecho dos impasses da constituinte. Obviamente, o papel ativo do imperador como sujeito individual nos embates era nuançado. Isso aconteceu, em virtude do lugar que lhe foi atribuído, pois a sua figura não correspondia apenas à de chefe de Estado e de Governo, ocupava também um duplo lugar: de pedra fundamental e de pedra-chave da estrutura política brasileira.

Francisco Adolfo de Varnhagen não publicou a sua *História da Independência*, mas podemos ter em vista que o autor a considerava obra quase acabada. As reticências que ele nutria por escrever a história de eventos ainda relativamente próximos ao seu próprio tempo presente não eram os únicos obstáculos ao seu trabalho. Como havia articulado a sua obra histórica em função do processo de inserção da civilização europeia no Brasil, por meio da colonização portuguesa da América, cujo resultado foi a gradativa transformação daquela em civilização brasileira, a ruptura dos laços com a antiga metrópole constituía-se em momento delicado para o historiador comprometido com a defesa da herança civilizacional que os portugueses legaram ao país. Varnhagen considerava a emancipação do Brasil o resultado natural da colonização portuguesa⁴⁰⁹, cujo disparador havia sido a vinda da família real portuguesa em 1808. Ao defender o papel da casa de Bragança no amadurecimento da antiga colônia, Varnhagen reduz a obra da independência na busca de um único resultado, qual seja, a da unidade do conjunto dos domínios portugueses na América e o combate as ameaças de fragmentação presentes nas províncias. Por isso, o papel do príncipe herdeiro ganhava vulto como aquele capaz de encarnar o projeto de união “nacional” ou “patriótica”, cuja plena realização só seria alcançada no Segundo Império.

A garantia da unidade do conjunto da ex-colônia portuguesa na nação brasileira era decisiva como critério de reconstituição dos acontecimentos passados durante a “crise da independência” ou como afirmava Varnhagen:

⁴⁰⁹ Idem, p. 259.

“E, meditando bem sobre os fatos relatados, não podemos deixar de acreditar que, sem a presença do herdeiro da coroa, a Independência não houvera ainda talvez nesta época triunfado em todas as províncias, e menos ainda se teria levado a cabo esse movimento, organizando-se uma só nação unida e forte, pela união, desde o Amazonas até ao Rio Grande do Sul.”⁴¹⁰

A constituição da nação brasileira passava necessariamente pela continuidade entre o poder soberano que havia instaurado as bases civilizadas – o Estado, a Monarquia e a Religião Católica – nas partes do Brasil e o poder soberano que deveria continuar a obra da colonização portuguesa: a expansão da civilização para o conjunto das terras pertencentes ao Império Brasileiro. Posteriormente, a historiografia brasileira tenderia a criticar a ideia tanto de continuidade quanto o caráter finalista associado ao processo de independência. Fernando Novais e Carlos Guilherme Mota, por exemplo, pensavam a ruptura dos laços coloniais entre Brasil e Portugal no quadro geral da crise do Antigo Sistema Colonial, enfatizando as mudanças operadas no país pela transformação política de suas relações internas.⁴¹¹ Contudo, essa visão associa-se a um novo contexto político do país no século XX, no qual o desenvolvimento brasileiro estava assentado no esforço de superação da “herança colonial”. Varnhagen escrevia sua história dentro do precário equilíbrio de poder orquestrado durante o Império, no qual os limites políticos e econômicos herdados do período colonial não poderiam ser duramente criticados ou postos na berlinda sem com isso colocar em risco o projeto político monárquico e unitário sediado no Rio de Janeiro.

⁴¹⁰ Idem, *ibidem*.

⁴¹¹ Fernando Novais e Carlos Guilherme Mota. *A Independência... op. cit.* pp. 12-13.

Considerações finais

A independência do Brasil foi um processo singular, quando comparado ao restante da América. A manutenção da casa de Bragança, à cabeça do Estado, e a adoção do regime monárquico fizeram o Império do Brasil destoar do conjunto de repúblicas que emergiam no cenário americano, apoiando sua unidade na figura do primeiro Imperador e no regime de trabalho escravo. Como escrever a história nacional dessa entidade *sui generis*? Qual o papel da colonização portuguesa? Como situar a independência? Francisco Adolfo de Varnhagen procurou responder tais questões, operando na escrita de sua história a afirmação do passado colonial como o âmago da nacionalidade brasileira. A colonização portuguesa seria reconstituída a partir das vicissitudes do progressivo avanço da civilização no Brasil, desconsiderando-se o processo de exploração da imensa colônia americana de Portugal. Nesse sentido, a independência surgia como a culminação do processo de amadurecimento das instituições políticas. O novo Estado, herdeiro da ex-metrópole e resultante da emancipação, poderia legitimamente atuar como centro de decisões políticas nos territórios da antiga América portuguesa.

Na obra de Francisco Adolfo de Varnhagen o papel da colonização portuguesa foi central. A aparente contradição de uma história nacional, baseada na continuidade dos vetores políticos e civilizacionais do domínio português resolvia-se no entendimento da independência como maioridade, ápice da formação nacional, conforme documentos e testemunhos escolhidos. Unidade e continuidade dariam a tônica à sua análise. A passagem de colônia à nação no Brasil, dentro da ordem estabelecida, impunha ao historiador o desafio de dar forma ao processo de criação da nacionalidade brasileira limitada pela solução monárquica e bragantina para o corte dos laços entre Portugal e Brasil.

Varnhagen, historiador e diplomata, pensou sua história do Brasil tendo em vista uma análise do tempo presente do Império. Para ele, tratava-se de continuar a obra aberta pelos portugueses e estender o processo de civilização ao conjunto dos territórios da nação independente. O seu olhar para o passado articulava tanto as demandas políticas prementes na organização do Império brasileiro, quanto a perspectiva de futuro para o qual a nação deveria

ser conduzida. O conhecimento da história do passado colonial, da “verdadeira história” do Brasil, era crucial para avançar, de modo seguro e gradual, rumo à transformação do país em membro efetivo do concerto das nações civilizadas do mundo.

Nesse sentido, a ênfase na continuidade política e econômica entre a colônia e a nação livre aparecia como necessidade para garantir que o passado reconstituído correspondesse a algumas das demandas políticas entabuladas no interior do Estado brasileiro. O processo de colonização, que implementara as bases civilizadas, não deveria ser interrompido, pois a missão do Império e do Imperador seria a de terminar a obra iniciada pelos portugueses no século XVI, preservando o seu legado civilizacional. A “herança colonial” desempenha, pois, em seus trabalhos papel em geral positivo. As limitações desse legado, como a escravidão e a grande propriedade improdutiva, reconhecidas por Varnhagen, não seriam entraves, contudo, às possibilidades de avanço da situação de atraso na qual o país se encontrava.

A primeira edição da obra *História Geral do Brasil* encerrava com o processo da independência – a vinda da família real, a pressão das Cortes de Lisboa e a aclamação de D. Pedro I, uma vez que para seu autor o Império era o ponto de chegada da colonização portuguesa na América, e representava a maturação do empreendimento português: momento decisivo da constituição da nação brasileira. As cidades, os aparelhos administrativos disponíveis para governar os territórios, a agricultura de exportação e a de abastecimento haviam alcançado consistência para permitir o funcionamento de um governo interno e autônomo. Por isso, as figuras de D. João VI e de D. Pedro I foram fundamentais naquela transição, uma vez que garantiram tanto a continuidade dos elementos essenciais à autonomia do novo país como também sua integridade territorial.

O desejo nutrido por Varnhagen de ser o historiador oficial do Império, o seu “cronista-mor” como sugeria de modo casual ao Imperador D. Pedro II, explica em parte suas ressalvas em criticar o processo de colonização. No seu *Memorial Orgânico* e em sua memória *Como se deve entender a nacionalidade na história do Brasil*, foram tecidas observações duras contra certos aspectos da “herança colonial” – tais como a influência da “cobiça” ou comércio na colonização e a indefinição de importantes fronteiras.

Contudo, essas não teriam o mesmo espaço na sua *História Geral*. O historiador recuava em nome de sua concepção do papel que deveria desempenhar na cena política do Império, sendo seu dever levar em consideração os efeitos dessas críticas sobre a estabilidade do poder político do Estado imperial. Em sua avaliação, o Brasil possuía, apesar de sua herança civilizacional, distinções importantes em relação à Europa: uma sociedade racialmente heterogênea, uma classe dominante com traços “feudais” – portanto de tendências anticoncentradoras. Tais particularidades pesaram nas escolhas do historiador sobre quais fatos históricos, comprometedores para a ordem vigente, deveriam ser excluídos de sua narrativa.

A obra de Varnhagen articulava desse modo uma “ideia de Brasil” na qual os elementos dissonantes em relação ao processo de colonização não teriam lugar. A ênfase no caráter português da construção do país, que desagravava setores importantes do IHGB, garantia o fio condutor da reconstituição do passado brasileiro em consonância com as linhas de continuidade instauradas pela manutenção da casa de Bragança e pelo regime de trabalho escravo. A figura romantizada do índio poderia compor parte do esforço de dotar o país de uma “alma” literária, mas inserir o índio de modo efetivo na sua formação histórica era desafio complexo, para o qual o século XIX não encontraria uma solução adequada. Para Varnhagen, o índio deveria ser incluído na sociedade brasileira, conquanto a imposição, mesmo por meios coercitivos, do padrão civilizacional europeu não fosse colocada em discussão.

A história nacional brasileira não era, desse ponto de vista, a história da formação de um povo organizado em uma nação – como Michelet a pensaria para a França revolucionada. Era a história da ação do Estado – primeiro figurado na monarquia portuguesa – cuja tarefa fora a de construir as bases para a implantação da “civilização europeia” em meio à “barbárie americana”. Varnhagen escreveu sua história tendo por foco essa teleologia que estabelecia a correlação direta entre a colonização portuguesa na América e o gradativo avanço da civilização no Brasil. Os efeitos deletérios resultantes de tal processo, como a criação de grandes propriedades e a escravidão, tendiam a ser reduzidos a custos necessários para o sucesso do empreendimento colonizador em terras americanas.

A expressão “quadros de ferro”, atribuída por Capistrano de Abreu à obra de Varnhagen”, sintetizava a sobrevivência daquela perspectiva histórica aberta por sua obra para além do contexto do século XIX. Se a ampla base documental de seus trabalhos e o esforço para aferir as informações disponíveis em outros autores ou cronistas eram os méritos mais evidentes dos trabalhos de Varnhagen, a sua visão da história do Brasil despertou acirradas polêmicas. Em suas obras a construção da nacionalidade brasileira derivava da ação do colonizador português, enfatizando-se a ação do Estado. A definição de Varnhagen de “ultraconservador” ou “conservador” provinha em grande medida daquela visão. Muito embora, a crítica de caráter ideológico tenha seu papel, procuramos compreender as escolhas do autor a partir do seu projeto de história e as dinâmicas do seu próprio tempo. Os ataques desferidos pelo IHGB à obra de Francisco Solano Constancio, crítica às práticas governativas de D. João VI e D. Pedro I, evidenciavam a disputa acirrada pelo domínio do passado a ser gestado. Enquanto as questões relativas à construção do Estado ocupassem as preocupações dos estadistas do Império, criticar de modo duro as figuras centrais daquele processo dificilmente encontraria espaço.

Varnhagen elaborou sua história naquele contexto, no qual as questões relativas ao caráter do povo ou da nação brasileiros não tinham o peso que ganhariam no último quartel do século XIX. As evidências de que a essência da nacionalidade brasileira derivava exclusivamente da portuguesa abundavam na sua obra, pois vinculava, de cima para baixo, o Estado à nação: estava nas mãos do imperador D. Pedro II a missão de continuar a obra de seus antepassados e agir como fiador da unidade nacional. O historiador do “tempo saquarema” buscava no passado as origens daquela unidade.

Deve-se a Varnhagen a fundação de um lugar decisivo na historiografia brasileira para o passado colonial. Os debates sobre o processo de colonização adentrariam o século XX, mantendo sua relevância nos estudos históricos e pautando em grande medida as reflexões políticas no país. A busca dos elementos definidores do caráter nacional continuou tendo no estudo do passado momento decisivo. E mesmo autores associados a movimentos progressistas ou nacionalistas, como Caio Prado Jr. e José Honório Rodrigues, que criticavam severamente a ideia de continuidade entre a colônia e a nação, tomando a colonização como obstáculo que impedia o Brasil

de completar a sua transformação em nação de fato e de direito, continuavam pensando que a chave para a compreensão do Brasil contemporâneo encontrava-se no seu passado colonial. A colonização gradativamente passaria a ser compreendida como processo comercial e econômico de exploração dos recursos americanos por suas metrópoles europeias. O legado deixado pela dominação metropolitana perdia sua positividade ao deixar-se de lado a integração à civilização europeia como critério de reconstituição do passado.

Fontes e bibliografia

Fontes impressas

- CONSTANCIO, Francisco de Solano. *História do Brasil. Desde o seu descobrimento por Pedro Alvarez Cabral até a abdicação do Imperador D. Pedro I*. Paris. Livraria J. P. Aillaud, 1839.
- IHGB. *Catálogo dos Manuscritos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, existentes em 31 de dezembro de 1883*. Rio de Janeiro: Typografia Perseverança, 1884.
- _____. *Estatuto*. Revista IHGB. Rio de Janeiro. Vol. 152: Suplemento: 27, 1991.
- _____. *Regimento Interno*. Revista do IHGB, vol. 152: Suplemento: 31, 1991.
- MARTIUS, Karl F. P. von. *Como se deve escrever a história do Brasil*. Revista do IHGB. Rio de Janeiro, 6 (24): 381 - 403, 1844.
- MATTOS, Raimundo José da Cunha. *Dissertação acerca do systema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: tomo XXVI, 1863.
- _____. *Verdades offerecidas aos brasileiros por hum verdadeiro amigo do Brasil*. Paris: Impremerie A. Boucher, 1825.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia Geral do Brazil isto é do descobrimento, colonisação, legislação e desenvolvimento deste Estado, hoje imperio independente, escripta em presença de muitos documentos autenticos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda*. Por Um socio do Instituto Historico do Brazil Natural de Sorocaba. (Dois Volumes) Rio de Janeiro: E e H Laemmert, 1854-1857.
- _____. *História Geral do Brasil – Antes de sua separação e independencia de Portugal pelo Visconde de Porto Seguro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: E & H Laemmert, 1877.
- _____. *História Geral do Brasil – Antes da sua separação e independência de Portugal* (5 volumes), 9ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1975.
- _____. *Correspondência Ativa*. (Coligida e anotada por Clado Ribeiro Lessa). Rio de Janeiro: MEC-INL, 1961.
- _____. *Memorial Orgânico – Offerecido á nação* – Francisco Adolfo de Varnhagen. In: Guanabara – Revista mensal, artística, scientifica e litteraria Tomo I Dirigida por: Joaquim Manoel de Macedo, Antonio Gonçalves Dias e Manoel de Araujo Porto-Alegre. Rio de janeiro: Paula Brito, impressor da casa Imperial. Dez./1851.
- _____. *Memória sobre algumas innovações uteis ao exercito imperial em campanha*. In: Guanabara: Revista mensal, artística, scientifica e litteraria. Rio de Janeiro, 1855 (?). Originalmente escrito em 1849 como um relatório para o ministro da Guerra.

WALLESTEIN, Júlio. *Memória sobre o plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil* (1943). In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. T. XLV, 1882

Anais do Parlamento Brasileiro. Rio de Janeiro: Assembleia, 1823 (1876-84).

Diários da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil 1823. Pedro Calmon (introdução). Brasília: Senado Federal, 1973.

Fontes manuscritas

Arquivos consultados:

Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) – USP – São Paulo
Biblioteca Florestan Fernandes da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP) – São Paulo
Arquivo do Itamaraty – Rio de Janeiro
Arquivo do Museu Imperial – Petrópolis

Museu Imperial de Petrópolis/Arquivo Histórico – Levantamento documental – Francisco Adolfo de Varnhagen (Visconde de Porto Seguro)

Arquivo da Casa Imperial (Sigla: POB)

Maço 112 – Doc. 5526

Memorial (cópia) de Francisco Adolfo de Varnhagen sobre algumas inovações úteis ao Exército Imperial em Campanha. Madri, 2 de abril de 1849.
5 fls. duplas formando um caderno.

Maço 116 – Doc. 5784

Memória de Francisco Adolfo de Varnhagen sobre os trabalhos que se podem consultar nas negociações de limites do Império, com algumas lembranças para a demarcação destes; escrita por ordem do exmo. sr. conselheiro Paulino José Soares de Sousa, ministro de Estrangeiros. Rio de Janeiro, 15 de julho de 1851.

Anexo: Apontamentos de Varnhagen para seu sucessor no cargo de secretário do Instituto Histórico [e Geográfico do Rio de Janeiro]. Secretaria do Instituto Histórico, 13 de dezembro de 1851.

17 fls. duplas.

Maço 117 – Doc. 5818

Carta de Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II – Comentando que escrevera oficialmente sobre os triunfos do Exército Imperial no sul – Remetendo uma carta de Donoso Cortes ao Heraldo e um folheto de d.

Sinibaldo Mas, intitulado A Iberia. Madri, 2 de maio de 1852.

Nota: Publicada no Anuário do Museu Imperial.

1 fl. dupla.

Maço 118 – Doc. 5869

Cartas (7) de Francisco Adolfo de Varnhagen a d. Pedro II – Falando da necessidade do imperador visitar as províncias do Norte e agraciar com títulos pessoas influentes da região – Comentando que em Tenerife estudou meios de fazer chegar ao Brasil alguns dromedários como o camelo, que convirá sobretudo nos sertões das províncias do Norte – Informando que em Lisboa estivera com a sua irmã e com o rei – Solicitando uma lista de livros portugueses impressos antes do século XIX a fim de que Ferreira dos Santos, secretário da Legação, possa fazer uma doação à biblioteca do paço imperial – Enviando alguns livros – Informando que de Lisboa dirigira a carta de Herculano ao Garret – Comentando que mandara litografar em Lisboa o último retrato do imperador feito por Krumholz – Tecendo comentários sobre o atentado contra a Rainha Isabel – Informando que recebera a Ilustração francesa, em que se trata com muita justiça a pessoa do imperador – Comunicando que entregara ao duque de S. Carlos a carta e o embrulho que lhe confiara para entregar a rainha Cristina – Enviando uma carta que recebera do PRÍNCIPE MAXIMILIANO – Informando que pedira ao marcos Araújo, depois visconde de Itajubá, para enviar ao PRÍNCIPE MAXIMILIANO todas as revistas do instituto – Pedindo que não consinta no atraso da Revista do Instituto – Enviando cópia dos apontamentos que deixara para seu sucessor no cargo de secretário do Instituto Histórico – Comentando que a rainha Cristina estreou as jóias no seu primeiro baile e que tivera a delicadeza de chamar sua atenção – Referindo-se a sua obra História do Brasil – Enviando o tomo segundo do Ticknor, traduzido e anotado, que acabara de publicar – Submetendo-lhe uma memória sobre como se deve entender a nacionalidade brasileira e sugerindo que entrasse num dos primeiros números do Guanabara – Remetendo os artigos sobre o Brasil e sobre o imperador publicados na coleção de Reyes Contemporâneos – Propondo que seja concedido ao autor dos artigos e o editor da obra, o oficialato da Rosa para o primeiro e o hábito da mesma ordem ou de outra para o segundo – Comentando que acabara de receber nova carta do PRÍNCIPE DE WIED, que ficara feliz de receber a grã-cruz. Madri, 1, 6 e 7/2; 29/6; 18/7; 2/11 e 2/12/ 1852.

Anexo: carta (em francês) do príncipe Maximiliano Wied-Neuwied a Francisco Adolfo de Varnhagen, datada de New Wied, 20 de abril de 1852.

12 fls. duplas.

Nota: Nas cartas de 7/2, 29/6 e 2/12/1852 fala do príncipe Maximiliano.

Todas as cartas são numeradas de 1 a 3 e de 5 a 8.

Todas as cartas foram publicadas no Anuário do Museu Imperial, inclusive a do príncipe Maximiliano.

Maço 119 – Doc. 5940

Cartas (5) de Francisco Adolfo de Varnhagen a d. Pedro II, Madri em 7/2; 4/3;

6/5; 8/7 e 2/12/1853 – Enviando obras de Breton de los Herreros – Dando conta dos trabalhos da História do Brasil – Referindo-se às graças feitas ao Mora, autor dos artigos e ao seu editor – Indicando o Cândido Mendes de Almeida, do Maranhão, para ocupar o cargo de secretário do Instituto Histórico que deverá vagar – Dizendo que pretende imprimir a obra em Paris e solicitando que o imperador desse uma ordem para Caetano Lopes de Moura se interessar pela edição – Comentando que já conta com a colaboração de Ferdinand Denis.

Anexos (5): Carta (minuta) por letra do imperador a Varnhagen; carta de Varnhagen a José Maria Velho da Silva, Madri 23/10/853; cópia de uma carta (em francês) de Varnhagen, Paris 18/10/853; carta sem assinatura e sem data a d. Pedro II; recorte da Gaceta de Madri, de 18/2/853 que acompanha a carta de 4/3/853.

8 fls. duplas e 3 fls. simples.

Notas: Todas as cartas são numeradas de 9 a 12 e foram publicadas no Anuário do Museu Imperial, com exceção da nº 13, de 2/12/853 e de uma nota do imperador que acompanha a de nº 12, de 8/7/ 853.

Maço 120 – Doc. 6036

Cartas (4) de Francisco Adolfo de Varnhagen a d. Pedro II, Madri, 5 e 28/2 e 7/10/1854 e uma sem data – Acrescentando alguns dados sobre sua visita a Sevilha, entre eles, a saúde da princesa d. Francisca, o estado melancólico do príncipe de Joinville, a estada da rainha Amélia – Comentando que na primeira audiência que tivera com esses senhores, estes se surpreenderam com sua nacionalidade – Apontando ser esta uma das razões porque queria omitir seu nome na História Geral do Brasil, deixando até de assinar a dedicatória – Comentando que von Martius se ofereceu para traduzi-la.

3 fls. duplas.

Nota: Foram publicadas no Anuário do Museu Imperial as datadas de 5/2 e 7/10/854.

Maço 122 – Doc. 6093

Carta de Francisco Adolfo de Varnhagen a d. Pedro II, Madri 20/6/1855 – Oferecendo o 1º volume de sua História Geral do Brasil – Tecendo vários comentários sobre a obra.

2 fls. duplas.

Nota: Publicada no Anuário do Museu Imperial.

Maço 122 – Doc. 6114

Cartas (2) de Francisco Adolfo de Varnhagen a d. Pedro II, Madri em 12/1 e Lisboa em 12/11/1855 – Remetendo um exemplar de poesias de Guell Ren[] é – Falando do [2º] volume de sua História Geral Brasil – Comentando sobre sua conversa com d. Fernando – Informando que mandara pelo dr. Costa, uma caixa de livros castelhanos – Enviando uma carta de Humboldt e pedindo que depois lhe devolva a mesma.

2 fls. duplas.

Maço 123 – Doc. 6158

Carta de Francisco Adolfo de Varnhagen a d. Pedro II, Madri 24/9/1856 – Pedindo para não esquecer de acusar as poesias do duque de Ribas – Desabafando sobre a indiferença oficial, principalmente do Instituto Histórico em relação à sua obra – Referindo-se ao fato de que em 1851 se voltaram contra ele, só porque não quisera publicar uma biografia de Ottoni – Acusando o recebimento da obra a Confederação dos Tamoios – Comentando que no 2º volume da História Geral do Brasil será publicada uma folha de suplemento ao 1º, contendo correções e adições originadas pela visita que fizera à Torre do Tombo.

2 fls. duplas.

Maço 124 - Doc. 6234

Cartas (3) de Francisco Adolfo de Varnhagen a d. Pedro II, Madri 3/6, 14/7 e 21/11/1857 – Comunicando a conclusão da História Geral do Brasil – Sugerindo que se lesse no Instituto a carta que dirigira a Porto Alegre, referente à resposta que dará ao d'Averac sobre a questão do Oiapoque – Informando que brevemente remetera o 4º volume da tradução ao Ticknor – Solicitando ser nomeado para alguma comissão especial – Sugerindo que o imperador publicasse as poesias de trovadores sob o título Cancioneiro de antigos trovadores portugueses (vide M.142 – Doc.6983).

Anexos (4): cartas (2 – sendo a 1ª confidencial) de Varnhagen ao visconde de Maranguape, Madri 20/6 e 20/11/1857; ofício de Antônio Peregrino Maciel Monteiro ao visconde de Maranguape, Lisboa 7/7/857; carta (cópia) em francês, Paris, 31/08/1857, participando a Varnhagen que fora recebido como indivíduo da Sociedade Geográfica de Paris.

13 fls. duplas e 2 fls. simples.

Nota: Os anexos não foram publicados no Anuário do Museu Imperial.

Maço 126 – Doc. 6236

Cartas (2) de Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II, Paris, 1/1 e 5/3/1858 – Enviando três livros no intento de concorrer para a restauração das candelárias que o imperador empreende – Informando que no dia 8/1 lera sua resposta ao d'Averac, que terá por título Dissertação sobre alguns pontos importantes da História Geográfica do Brasil – Enviando uma prova da memória sobre Vespúcio que acaba de ser publicada no boletim da Sociedade Geográfica – Enviando medalhas retiradas do busto de seu pai – Pedindo que uma delas fique no museu particular do imperador e as outras no museu público, para o Ipanema, para a Escola de Belas-Artes e para o Instituto, caso julgue conveniente – Informando que sua resposta ao d'Averac será publicada no boletim da Sociedade Geográfica.

2 fls. duplas.

Maço 127 – Doc. 6310

Carta (cópia) confidencial de Francisco Adolfo de Varnhagen ao conselheiro

José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco, Rio de Janeiro, 10/06/1859 – Pedindo providências sobre a questão de limites com o Paraguai, para que não seja tomado de improviso pelo chefe a sua chegada.
2 fls. duplas.

Maço 127 – Doc. 6314

Cartas (3) de Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II, Montevideu, em 16 e 30/07 Assunção em 18/8/1859 – Informando se achar detido em Montevideu – Por ordens superiores, primeiro esperando o Taylor e agora as instruções – Comentando a situação entre o Paraguai e o Brasil – Fazendo uma análise política das relações entre Argentina, Uruguai e Paraguai.
6 fls. duplas.

Maço 130 – Doc. 6386

Carta de Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II, Recife, 18/ 4/861 – Dando notícias de sua viagem à Bahia – Enviando um folheto de autoria de [A. Joaquim Duarte de Souza Aguiar] – Solicitando que o mesmo seja condecorado com o Hábito da Rosa.
3 fls. duplas.

Maço 132 – Doc. 6483

Carta de Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II, Ilha de S. Thomas 26/1/1863 – Estimando ter tratado e conhecido o índio equatoriano e chileno – Dando sua opinião sobre o Chile, Equador e Venezuela, relativa a adoção da monarquia.

Anexo: carta (cópia) impressa de Francisco Adolfo de Varnhagen, ministro em Venezuela, Equador, etc. ao ministro da Agricultura, João Vieira Lins Cansanção de Sinimbu visconde de Sinimbu, a respeito principalmente de vários melhoramentos no fabrico do açúcar nas Antilhas aplicáveis ao Brasil. Caracas, 26/3/1863.

3 fls. duplas.

Maço 132 – Doc. 6516

Carta de Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II, Caracas, 20/7/1863 – Remetendo um escrito sobre tabaco que deveria ser publicado no jornal da Sociedade Auxiliadora, nos periódicos da Corte e da Bahia e no Relatório do Ministério da Agricultura – Perguntando se recebera a carta impressa sobre os engenhos de açúcar (vide M.132 – Doc. 6483) e a sucinta indicação dos Mss. do Museu Britânico – Informando ter prontas para o prelo umas memórias sobre Colombo e Vespúcio – Aguardando sua transferência e desejando que não seja o Paraguai o seu novo destino – Criticando o indivíduo que o substituirá interinamente – Enviando um documento com alguns tópicos a fim de aquilatar os méritos do candidato que irá lhe substituir – Informando ter recolhido notícias para a biografia de Abreu e Lima – Referindo-se à escravidão e à monarquia.

Anexo: o documento supracitado contendo 4 tópicos.

1 fl. dupla e 1 fl. simples.

Maço 137 – Doc. 6735

Carta de Francisco Adolfo de Varnhagen a Otaviano de Almeida Rosa, Santiago 10/12/1865 – Referindo-se ao teor do seu ofício ao Nélon no conflito Pareja.

Anexos (2): carta e ofício de Varnhagen a José Antônio Saraiva, datados respectivamente de Valp^o., em 30/12, e de Lima, em 6/3/1865 – Comentando sobre o conflito Pareja e a Guerra do Paraguai.

4 fls. duplas e 2 fls. simples.

Maço 140 – Doc. 6840

Cartas (4) de Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II, datadas de Lima em 11 e 21/1 e 20/4 e do Rio de Janeiro, em 26/10/1867 – Remetendo um trabalho sobre a naturalidade de Antônio Felipe Camarão e um folheto em resposta a Timon 3^o – Desejando chegar o dia em que poderá ser promovido a alguma legação no sul da Europa – Comentando assuntos ligados a sua missão – Remetendo um livro sobre monarquia – Solicitando que lhe seja concedida uma legação na Europa, onde poderá entregar-se aos trabalhos intelectuais, começando pelo da redação e publicação da segunda edição da História Geral do Brasil.

Anexo: o supracitado trabalho referente a Antônio Felipe Camarão.

8 fls. duplas.

Maço 142 – Doc. 6983

Cartas (2) de Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II, de Lisboa, em 12/5, e de Viena, em 16/11/1868 – Informando que não poderá mais publicar aquele cancionero, que em 1861, esteve para ser impresso em Petrópolis (vide M.124 – Doc. 6234) mas sim uma pequena coleção das trovas mais escolhidas – Comentando estar lendo a obra sobre o infante D. Henrique e os descobrimentos, de autoria de Major, do British Museum – Remetendo o trabalho sobre D. Pedro I, do marquês de Resende, Antônio Teles da Silva Caminha e Meneses.

2 fls. duplas.

Maço 143 – Doc. 7019

Carta de Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II, Viena 20/10/1868 – Comentando sobre a obra Islario General, de d. Alonso de Santa Cruz, cosmógrafo-mor de Carlos V, sobre a história do Brasil e a da América em geral.

1 fl. dupla.

Maço 148 – Doc. 7182

Carta de Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II, Viena em 20/10/1869 – Remetendo dois folhetos da obra sobre Ornitologia Brasilica, com referência à coleção feita pelo Natterer – Aguardando notícias da definitiva solução da

guerra do [Paraguai].

Anexo: carta de Varnhagen, do mesmo dia, solicitando ao destinatário que entregasse os supracitados folhetos ao imperador.

2 fls. duplas.

Maço 149 – Doc. 7210

Carta de Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II, Viena, 6/12/ 1869 – Comentando que o aniversário do imperador foi comemorado na Legação – Referindo-se ao barão de Itaúna – Falando do trabalho sobre Américo Vespúcio e sobre a cidade de Viena.

2 fls. duplas.

Maço 156 – Doc. 7285

Cartas (2) de Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II, Viena, 9/3 e 20/4/870 – Solicitando sua transferência para Bruxelas, em virtude do tratamento que tem recebido do duque de Saxe – Informando ter parado com a impressão da 25ª edição da [História Geral do Brasil] e de ter enviado o Cancioneirinho – Felicitando-o e pelo final da guerra [do Paraguai] – Comentando que ouvira a notícia de que [José Antônio Correia da] Câmara, recebeu o título de visconde de Pelotas – Dando pêsames pela morte da duquesa de Berry.

2 fls. duplas.

Maço 156 – Doc. 7306

Cartas (4) de Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II, Viena, 22 e 25/4; 20/6 e 31/10/1870 – Enviando um trabalho de sua autoria publicado em espanhol sob o pseudônimo D. Genaro H. Volafan – Comentando que d'Avezac, membro do Instituto de França reconheceu ser a História [do Brasil] uma obra “d'un grand mérite” – Dizendo que preferia estar na posição ocupada por Brito – Informando que mandara para Paris o trabalho L'asile dans le ambassades – Comentando que por ora não se atreve a dedicar-se à reimpressão da História [do Brasil] – Dizendo que a elevação de Ludolf despertara ambições – Sugerindo que agraciasse o [autor da obra Viagem à Terra Santa] – Referindo-se à morte de sua filha e a viagem dos condes d'Eu a Viena – Informando que a princesa Leopoldina, seu marido e seus filhos seguem em Ebenthal e que mais notícias serão dadas pelo Itaúna.

7 fls. duplas.

Maço 160 – Doc. 7397

Cartas (2) de Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II, Viena, 4/3 e 30/5/1871 – Tecendo comentários sobre o inventário parcial das jóias da d. Leopoldina para que se tome providências preventivas, a fim de defender os direitos de seus netos – Sugerindo que o seu genro e os seus netos retornem imediatamente ao Brasil – Informando sobre a impressão da História dos holandeses e a reimpressão da História Geral [do Brasil] – Aguardando ansioso a sua chegada a Viena – Comentando que o duque de Saxe irá esperá-lo em

Lisboa.

Nota: foram publicadas no Anuário do Museu Imperial.

5 fls. duplas.

Maço 160 – Doc. 7426

Cartas (2) de Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II, Viena, em 15/2 e 17/7/1871 – Apresentando pêsames pela morte de d. Leopoldina – Comunicando que concluíra a história especial do tempo dos holandeses.

3 fls. duplas.

MFN:11851

CASTELO BRANCO, Camilo Ferreira Botelho

Maço 162 – Doc. 7502

Visconde de CORREIA BOTELHO

Cartas (7) de Camilo Ferreira Botelho Castelo Branco sem indicação de destinatário – Dizendo estar completando 46 anos de idade – Comentando que sua mulher Ana Augusta Plácido encontra-se muito doente e que a tuberculose tem ceifado toda a família, restando apenas no jazigo dos Plácidos ela e sua irmã, a Ferreirinha da Régua – Indagando se deveria queimar os 3.000 exemplares de seu romance e dizendo que guardaria apenas um para ser lido em sua presença e depois daria o mesmo fim – Dando notícias da convalescença de d. Ana – Tecendo comentários sobre os anúncios das gazetas que publicaram opúsculos contra o imperador – Falando de seu espanto e de sua indignação diante das infâmias contra o imperador - Dizendo ter um filho doente – Prestando diversas informações sobre os seus trabalhos, entre eles, Carrasco [de Victor Hugo], Livro da Consolação [dedicado ao imperador] – Referindo-se a diversos escritores e suas obras. Seide, 16, 17 e 25/03/1872, Porto, 10/04/1872, Seide, 11/06/1872, Sem local, 01/07/1872 e Seide, 03/07/1872.

Maço 162 – Doc. 7515

Cartas (4) de Francisco Adolfo de Varnhagen ao visconde de Castilho [Antônio Feliciano de Castilho], Viena, em 19/5; 23, 26 e 28/6 e de São Petersburgo, 25/8/1872 – Comentando sobre diversas obras e autores – Sugerindo que trabalhasse o original de Vasco de Lobeira - Acusando recebimento de uma tese.

Anexo: carta do barão de Porto Seguro a D. Pedro II, São Petersburgo, 25/08/1872 – Agradecendo as honras do baronato – Recomendando a correspondência que acerca do Congresso Estatístico mandara para o Jornal Oficial.

5 fls. duplas.

Maço 166 – Doc. 7650

Carta do barão de Porto Seguro ao visconde do Bom Retiro, Viena, 25/6/1873 – Sobre a abertura da seção do Brasil na Exposição de Viena. Ao alto, à esquerda, carimbo COMISSÃO BRAZILEIRA EX^o UNIV. DE 1873.

1 fl. dupla.

Maço 166 – Doc. 7658

Cartas (5) do barão de Porto Seguro a D. Pedro II, Viena, 8/8, 1/9, 28/10, 23/11 e 26/12/1873 – Considerando inconveniente a permanência do filho do visconde de Almeida no serviço da Legação – Comentando a participação do Brasil na Exposição – Lamentando não ter recebido, a tempo de distribuir, nenhuma das edições do trabalho O Brasil na Exposição de Viena – Esperando que para a próxima exposição, em Filadélfia, o material seja preparado com antecedência – Comentando que Saldanha e Rufino se apresentarão como candidatos a postos diplomáticos ou consulares – Dizendo que dará ao major Mursa uma cópia a óleo do retrato de seu pai para entregar ao Capanema – Parabenizando-o pelo aniversário – Desejando-lhe boas festas – Citando Caminhoá, Benjamin, Bom Retiro, Lopes Neto e o barão de Nioac.

Anexo: carta de Carlos de Almeida ao barão de Porto Seguro, informando que não irá a Legação, pois aceitara o convite da condessa Schönborna de passar o dia no seu castelo com o arquiduque Louis-Victor.

5 fls. duplas e 2 fls. simples.

MFN:11778

- PORTO ALEGRE, Manuel de Araújo

Maço 166 - Doc. 7667

Barão de SANTO ÂNGELO

Versos (impresso) intitulados: Saudosa Oblação, ao dia 07 de setembro de 1873, recitados na legação do Brasil em Viena, por Manuel de Araújo Porto Alegre, barão de Santo Ângelo, e oferecida ao barão de Porto Seguro, Francisco Adolfo de Varnhagen, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário e vice-presidente da Comissão Brasileira na Exposição Universal de Viena. Viena, 1873.

1 folheto.

MFN:11779

- PORTO ALEGRE, Manuel de Araújo

Maço 167 - Doc. 7682

Barão de SANTO ÂNGELO

Cartas (2) de Manuel de Araújo Porto Alegre, barão de Santo Ângelo, ao [barão de Mesquita, Jerônimo José de Mesquita] – Referindo-se à participação do Brasil na Exposição Internacional de Viena – Comentando que ficara pasmo diante das coisas, tratando logo, como secretário da comissão brasileira na Exposição Internacional de Viena, de tirar da exposição nacional o aspecto de armazém de molhados – Dizendo que o Brasil não se saiu mal, mas se tivesse chegado mais cedo teria tempo para tomar outras providências – Comentando que o barão de Porto Seguro, vice-presidente da comissão brasileira e ministro plenipotenciário do Brasil, lhe mostrara uma lista que o governo austríaco pedira para manifestar o reconhecimento aos representantes das nações

estrangeiras em agradecimento por terem participado e concorrido com seus trabalhos – Dizendo que o mesmo barão lhe informara que só receberia uma comenda e que os barões de Nioac e Carapebus o grau de grã cruz e que diante das circunstâncias pedira ao barão de Porto Seguro que escrevesse ao governo rogando a eliminação de seu nome da lista dos agraciados – Falando que dará ao Vilarés todos os conselhos paternais e artísticos para que desenvolva o seu talento. Viena, 28/10/1873 e Lisboa, 21/12/1873.

Na de 28/10, há a transcrição da carta que dirigira a D. Pedro II em 26/10, na qual justifica os motivos que o levaram a fazer o referido pedido.

3 fls. duplas.

Maço 169 – Doc. 7735

Cartas (6) de Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II, Viena, 26/1, 17/2, 3/5, 9 e 26/6 o 10/9/1874 – Enviando por intermédio do Itajubá o livro Wehrmach, de autoria de Jushitseheck sobre o Exército e a Marinha da Áustria-Hungria, além do caderno 4º dos relatórios oficiais da Exposição referente às invenções acerca da artilharia – Comentando sobre os conflitos com Buenos Aires e as conseqüências para o Norte do Brasil – Aconselhando a compra de encouraçados e a oferta de recompensas aos países vizinhos, no caso do Brasil sair vencedor a fim de evitar ficar a mercê dos argentinos ameaçando a integridade do Império brasileiro – Sugerindo uma lei preventiva, proposta às Câmaras com urgência, autorizando o governo no caso de guerra, declarar livres todos os escravos que tomarem armas contra o inimigo – Informando que encaixará o prefácio do 2º volume das Memórias do Maranhão, do senador C. Mendes, como posfácio da 2ª edição da História das Lutas – Congratulando-se com o imperador pela inauguração do telégrafo elétrico – Informando que voltara de Estocolmo, onde assistira às sessões da Comissão Permanente de Estatística e que posteriormente enviará um pequeno relatório – Comunicando que o rei Oscar expressou interesse na visita do imperador em seu reino – Comentando que fora nomeado sócio honorário da Sociedade Geográfica Italiana, que o encarregou de presidir uma nova edição completa de Américo Vespúcio – Dizendo que para se dedicar a essa tarefa, dependerá da autorização do Caravelas para se ausentar temporariamente de Viena.

Anexo: o supracitado posfácio (impresso), de Viena, 07/05/1874.

6 fls. duplas e 1 impresso com 4 fls. duplas.

Maço 172 – Doc. 7873

Carta do visconde de Porto Seguro a D. Pedro II, Viena 16/6/1875 – Comentando sobre o trabalho a História da Independência, desde 1820 a 1825 – Citando d. Pedro I, lorde Stuart, barão de Marechal, príncipe de Metternich, d. João VI e o ministro Thomás Antônio – Informando que pedira dispensa de ir a Paris ao Congresso Geográfico.

1 fl. dupla.

Maço 173 – Doc. 7899

Carta do visconde de Porto Seguro sem indicação de destinatário, Viena

6/10/1875 – Solicitando que entregasse a d. Pedro II uma carta da mesma data, na qual fala ter feito uma grande descoberta, motivo pelo qual a História da Independência terá que ficar posta de lado por algum tempo.

Anexo: a supracitada carta.

2 fls. duplas.

Maço 175 – Doc. 7956

Carta do visconde de Porto Seguro a D. Pedro II, Viena, 19/01/1876 – Comentando que antes de se ocupar de aprimorar a História da Independência, imprimirá a segunda edição da História Geral do Brasil – Mostrando-se prazeroso com a notícia de sua vinda a Viena.

1 fl. dupla.

Maço 175 – Doc. 7957

Carta do visconde de Porto Seguro a D. Pedro II, Viena, 25/1/1876 – Comentando sobre suas publicações – Desejando feliz viagem até Nova York.

1 fl. dupla.

Maço 177 – Doc. 8081

Cartas (2) do visconde de Porto Seguro a D. Pedro II, Viena, 7/4 e Bahia, 27/9/1877 – Referindo-se a retreta Thielen – Chamando atenção para o nº 2820, do catálogo de quadros expostos na Academia de Belas-Artes, que trata-se de uma vista do Rio tomada do morro detrás da Igreja da Glória, provavelmente pelo Eudler em 1820 aproximadamente – Informando que o Suess está acabando de imprimir um trabalho sobre minas de ouro, em que trata do Brasil – Dizendo que transmitira seus recados à condessa de Wickemburg – Comentando que nos dias que permanecera na cidade de Porto Seguro, pesquisara nos arquivos da Câmara Municipal e no da antiga Provedoria e que assistira a um concurso na Escola de Medicina, distinguindo-se o Dr. Manuel Vitorino Pereira, irmão do Pacífico Pereira – Comentando sobre a saúde do conselheiro Leal.

3 fls. duplas.

Maço 180 – Doc. 8222

Carta do visconde de Porto Seguro a D. Pedro II, Viena, 20/10/1878 – Enviando um retrato de D. Pedro I.

Anexos (7): carta de Varnhagen, de Madri, a Pedro [...], secretário da Real Academia de História, doando a Biblioteca 2 volumes encadernados da História Geral do Brasil, que futuramente publicará, requerimento solicitando o oficialato do Cruzeiro; trabalho intitulado As primeiras negociações diplomáticas respectivas ao Brasil, por Varnhagen; memória intitulada Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil, por Varnhagen; documento intitulado “Liste des ouvrages envoyés”; impresso intitulado “Vespuce et son premier voyage”; fragmentos (impressos) de obras de autoria de Varnhagen.

14 fls. duplas, 9 fls. simples e 1 caderno impresso.

Maço 149 – Doc. 1097 – Cat. B

Carta de Francisco Adolfo de Varnhagen ao conde d'Eu – Pedindo que avisasse a princesa Isabel que Eduardo Strauss se apresentaria na sexta-feira no Volks-Garten – Informando que irá às 8 horas e os esperará à porta, salvo se lhe ordenassem o contrário pelo barão de Santa Isabel.

1 fl. dupla.

Catálogo C – Nº 192 *

Cartas (cópias) antigas da coleção de Varnhagen.

* A documentação do Catálogo C é de propriedade do sr. D. Pedro de Orleans e Bragança.

Coleção Vieira de Carvalho (Sigla: DVC)

I-DVC-14.02.1871-Var.c

Carta do visconde de Porto Seguro ao conde de Lajes – Prometendo enviar o recorte de jornal pedido, juntamente com a recomendação para as alfândegas belgas. Viena, 14 de fevereiro de 1871.

1 fl. dupla.

Arquivo Pedro Paranaguá (Sigla: DPP)

MFN:02256

00000 - FERRAZ, Luís Pedreira do Couto,
Visconde do BOM RETIRO

I-DPP-24.02.1868-Fer.c L.Nº 9

Carta (particular) de Luís Pedreira do Couto Ferraz, visconde do Bom Retiro, solicitando a interferência do destinatário no sentido de que Antônio José Duarte de Araújo pudesse retornar a Legação de Viena, caso [Francisco Adolfo] Varnhagen não aceitasse. Rio de Janeiro, 24/02/1868.

1 fl. dupla.

I-DPP-29.2.868-Var.do 1-3

Documentos (1 ofício e 2 cartas) do visconde de Porto Seguro ao marquês de Paranaguá – Acusando recebimento do despacho em que o destinatário lhe comunicava sua remoção do Peru para a Áustria – Justificando sua demora em Lisboa. Rio de Janeiro, 29 de fevereiro e 3 de março; Lisboa, 12 de maio de 1868.

3 fls. duplas.

Arquivo Adir Guimarães (Sigla: AAG)

I-AAG-19.03.1816-P.S.ce

Certidão (cópia posterior) de batismo de Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro. Capela da Real Fábrica de São João de Ipanema/SP, 19 de março de 1816. 1 fl. dupla.

Coleção Museu Imperial (Sigla: AAG)

MFN:11784

MI - 2 (p.48)

Carta de Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro, a Manuel de Araújo Porto Alegre, barão de Santo Ângelo – Parabenizando-o pelo recebimento de uma nova condecoração e falando que se fosse um rei lhe daria uma grã cruz – Dando notícias – Dizendo estar vivendo melhor sendo plenipotenciário e que dera um jantar onde convidara as categorias da Corte, do ministério e altas graduações das ordens brasileiras – Informando que o imperador, D. Pedro II, estava sendo esperado em Turim – Remetendo uma caixa de livros do imperador para o conselheiro Lisboa e uma carta para Inocêncio. Viena, 07/12/1871.

1 fl. dupla.

MFN:11789

- CAMINHOÁ, Francisco de Azevedo Monteiro AMI - 2 (p.69)

Carta de Francisco de Azevedo Monteiro Caminhoá, arquiteto, ao barão de Porto Seguro, Francisco Adolfo de Varnhagen, ministro em Viena – Informando que fora nomeado arquiteto encarregado do pavilhão brasileiro na Exposição Universal de Viena, sendo obrigado a mandar um projeto e orçamento para o ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Francisco do Rego Barreto, no Rio de Janeiro – Solicitando que peça a Comissão da Exposição de Viena para lhe mandar os planos, cortes e fachadas, marcação do lugar que será ocupado pelo Brasil e suas respectivas dimensões – Pedindo instruções sobre a forma da arquitetura e indagando se poderá fantasiar, como na Exposição de Paris. Paris, 12/11/1872.

1 fl. simples.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, João Capistrano. *Ensaio e estudos: crítica e história*. 2ª série, 2ª ed.. Rio de Janeiro/Brasília: Civilização Brasileira/INL, 1976. (4 vols.)
- _____. *Capítulos da história colonial*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, INL, 1976.
- _____. *O descobrimento do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro, 1976.
- _____. *Caminhos Antigos e povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro, 1930.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes - formação do Brasil no Atlântico Sul*. 1ª reimpressão. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- _____. *O fardo dos bacharéis*. In: Novos Estudos Cebrap, n. 19, 1987.
- AMED, Fernando José. *Atravessar o oceano para verificar uma vírgula: Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) lido por João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2007, 220f.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas – Reflexões e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.
- ARANTES, Paulo. *Hegel. A ordem do tempo*. São Paulo: Editora Pólis, 1981.
- ARAÚJO, Valdeci Lopes de. *A experiência do tempo. Conceitos e narrativas na Formação Nacional Brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Editora HUCITEC, 2008.
- _____, MATA, Sérgio Ricardo et alii (orgs). *A dinâmica do historicismo. Revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte: Editora Argumetum, 2008.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O sentido da colônia revisitado a crise do antigo sistema colonial no Brasil* In: José Tengarrinha (org.) *História de Portugal*. 2 ed. Lisboa/São Paulo/Bauru-SP: Instituto Camões/UNESP/EDUSC, 2001.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BRANCO, João Camilo Castelo. *A democracia coroada (Teoria Política do Império do Brasil)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1957.
- BRAUDEL, Fernand. *Les Ambitions de L'Histoire*. Paris: Éditions Fallois, 1997.
- _____. *Gramática das civilizações*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. 4ª ed. 4ª reimpressão (acrescida de posfácio). São Paulo: Cia das Letras, 2005.
- _____. *Cultura como tradição*. In: BORNHEIM, G. A. (org.). *Cultura Brasileira: Tradição/Contradição*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Funarte, 1987, p. 31-58.
- _____. *Ideologia e contra ideologia. Temas e variações*. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

- CAMPOS, Pedro Moacyr. *Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX*. In: GLÉNSISSON, Jean de. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo: Difel, 1961, p. 250 - 293.
- CANABRAVA, Alice P. *História Econômica – Estudos e pesquisas*. São Paulo: Ed. Hucitec/Editora UNESP/ABPHE, 2005.
- _____. *Roteiro Sucinto do desenvolvimento da historiografia brasileira*. In: Anais - Encontro Internacional de Estudos Brasileiros - I Seminário de Estudos Brasileiros. Vol. II. São Paulo: IEB/USP, 1972.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira - Momentos Decisivos*. 8ª ed. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 1997.
- _____. *O Método Crítico de Sílvio Romero*. São Paulo: EDUSP, 1988. (Série Passado & Presente Teses).
- CANECA, frei Joaquim do Amor Divino. *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. Organização e introdução Evaldo Cabral de Mello. São Paulo: Editora 34, 2001. (coleção formadores do Brasil).
- CARVALHO, José Murilo (org). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- CEZÁR, Temístocles Américo Corrêa. *L'écriture de l'histoire au Brésil au XIXe siècle. Essai sur une rhétorique de la nationalité. Le cas Varnhagen*. Tese de doutorado. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), 2002.
- _____. *Anciens, Modernes et Sauvages, et l'écriture de l'histoire au Brésil au XIXe siècle. Le cas de l'origine des Tupis*. *Anabases. Traditions et réceptions de l'Antiquité*, v. 8, p. 43-65, 2008 .
- _____. *Ensaio sobre uma operação historiográfica*. *História em Revista, Dossiê Historiografia*, UFPel, 6, dez. 2000, p. 37-58
- _____. *Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência*. *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 8, p. 159-207, 2007.
- _____. *A geografia servia, antes de tudo, para unificar o Império. Escrita da História e saber geográfico no Brasil oitocentista*. *Ágora* (UNISC), Santa Cruz do Sul - RS, v. 11, n. 1, p. 79-99, 2005.
- _____. *Em nome do pai, mas não do patriarca: ensaio sobre os limites da imparcialidade na obra de Varnhagen*. *História* (São Paulo), v. 24, p. 207-240, 2005.
- _____. *Lição sobre a escrita da história. Historiografia e nação no Brasil do século XIX*. *Diálogos* (Maringá), Maringá - Paraná, v. 8, p. 11-29, 2004.
- _____. *O poeta e o historiador. Southey e Varnhagen e a experiência historiográfica no Brasil do século XIX*. *História Unisinos*, v. 11, p. 306-312, 2007

- CHÂTELET, François (org.). *O Iluminismo*. Lisboa: Editora Dom Quixote, 1983.
- CIPRIANI, Gisele Cristina. "*Correspondência Ativa*" de Varnhagen - *Análise da edição*. Texto integrante dos Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Cd-Rom.
- CORREIA, Dora Shellard. *Paisagens sobrepostas - Índios, posseiros e fazendeiros nas Matas de Itapeva (1723 - 1930)*. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1997.
- _____. *Historiadores e cronistas e a paisagem da Colônia Brasil*. Revista Brasileira de História, São Paulo: ANPUH; vol. 26, nº 51, p. 63-87, jan-jun, 2006.
- COSTA, Emília Viotti da. . *Da monarquia à república – momentos decisivos*. 7ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- COSTA, J. C. *História das Ideias no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
- COSTA, Wilma Perez e OLIVEIRA, Cecília Salles (orgs). *De um império a outro. Formação do Brasil, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Editora HUCITEC, 2007.
- COUTO, Jorge. *A construção do Brasil. Ameríndios, portugueses e Africanos, do início do povoamento a finais de Quinhentos*. Lisboa: Edições Cosmos, 1998.
- COUTY, Louis. *L'Esclavage au Brésil*. Paris: Librairie de Guillaumin et Cie. Editeurs, 1881.
- _____. *Le Brésil en 1884*. Rio de Janeiro: Faro & Lino, Editeurs, 1884
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva, *O fardo do homem branco – Southey, historiador do Brasil*. (coleção Brasileira, vol. 344). Cia. Editora Nacional: São Paulo, 1974.
- _____. *Os impasses do inorgânico*. In: Maria Angela D'Incao, *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Brasiliense/Unesp, 1989.
- _____. *A interiorização da Metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial – origens do federalismo no Brasil*. 1ª reimpressão. São Paulo: Editora Globo, 2007
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador – Uma história dos Costumes*. (2 volumes). 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder - Formação do patronato político brasileiro*. 3 ed. (revista). Porto Alegre: Editora Globo, 1976.
- FALCON, Francisco José C. *Iluminismo*. São Paulo: Editora Ática, 1989
- FARGE, Arlette. *Le goût de l'archive*. Paris: Seuil, 1989.
- FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1985.
- FERLINI, Vera Lucia Amaral. *Terra, Trabalho e Poder – O mundo dos engenhos no Nordeste Colonial*. 2ª ed. Bauru - SP:

- EDUSC, 2003.
- _____. *Açúcar e Colonização – Da América Portuguesa ao Brasil: ensaios de interpretação*, tese de livre-docência apresentada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2000.
- FERNANDES, Florestan. *A sociedade escravista no Brasil*. In: _____. *Circuito Fechado - Quatro ensaios sobre o poder institucional*, 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1978.
- _____. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- FERRO, Marc. *História das Colonizações*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala - Formação da Família Brasileira sob o regime da Economia Patriarcal*. 19ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1978.
- FUETER, Edward. *Historia de la Historiografia Moderna (2 vols.)*. Buenos Aires: Editorial Nova, s/d.
- FURET, François. *Pensando a revolução francesa*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*, 27ª ed. São Paulo, Cia. Editora Nacional: Publifolha, 2000 (Grandes nomes do pensamento brasileiro)
- GAY, Peter. *O estilo na história – Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt*. Cia das Letras: São Paulo, 1990.
- GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso fictício*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- GIRARDET, Raoul. *Autour de l'Ideologie Nationaliste - perspective de recherche*. *Revue française de science politique*, année 1965, vol. 15, num 3.
- _____. *Pour une introduction à l'Histoire du Nationalisme Français*. *Revue française de science politique*, Année 1958, Volume 8, Numéro 3. pp. 505 – 528.
- GONÇALVES, Líviston Frank. *Varnhagen: idealizador de um projeto de nação*. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2008, 147 f.
- GRAHAN, Richard. *Construindo uma nação no Brasil do século XIX*. *Diálogos*, DHI/UEM, v. 5, n. 1. p. 11-47, 2001.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da Imediata proteção de sua Majestade imperial - O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838 -1889)*. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1994.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação*. IN: *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*. Vol. 7. no. 2. Rio de Janeiro. julho/outubro 2000.
- _____. *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional* in: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988. P.5-27.

- _____. *Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX*. Topoi, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 184-200.
- _____. *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.
- HARTOG, François. *O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.
- HOBBSBAWM, Eric. *A era dos impérios 1875-1914*. 13ª ed. Revista. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2009.
- HOLANDA. Sérgio Buarque de. *Monções*. 3ª ed. (Ampliada). São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
- _____. *O atual e o inatual em Leopold von Ranke*. In: _____ (org.). L. von Ranke. São Paulo: Editora Ática, 1979. (Coleção Cientistas Sociais, vol. 8). Originalmente publicado na Revista de História. São Paulo: 1974. N. 100.
- _____. *Caminhos e Fronteiras*. 3ª ed. São Paulo: Cia. Das Letras, 1996.
- _____. *Raízes do Brasil*. 26 ed. 4ª reimpressão. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- _____. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Ed. Difel, 1967-1972 (7 vols.). (Colônia e Monarquia)
- HORCH, Hans. *Francisco Adolfo de Varnhagen - subsídios para uma bibliografia*. São Paulo: Editoras Unidas LTDA, 1982.
- HUIZINGA, Johan. *El concepto de la historia y otros ensayos*. 3ª reimpressão. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- IANNI, Octavio. *Tendências do pensamento brasileiro*. In: Tempo Social, 12 (2), p. 55-74, novembro - 2000.
- JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do estado e da nação*. São Paulo/Ijuí - RS: Ed. Hucitec/FAPESP/Editora UNIJUÍ, 2003.
- _____. *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Ed. Hucitec/FAPESP, 2005.
- JASMIM, Marcelo Gantus. *Alexis de Tocqueville. A historiografia como ciência política*. 2ª ed. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: IUPERJ/Editora UFMG, 2005.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.
- _____. *L'expérience de l'histoire*. Paris: Gallimard/Le Seuil, 1997. (Coleção Hautes Études).
- LEFEBVRE, George. *La naissance de l'historiographie moderne*. Paris: Flammarion, 1971.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª ed. Campinas: Editora Unicamp, 2003.
- LESSA, Clado Ribeiro de. *Vida e Obra de Varnhagen* In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 223. pp. 82-227. Rio de Janeiro: IHGB, 1954
- _____. *Vida e Obra de Varnhagen*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 224. pp. 109-315. Rio de Janeiro: IHGB, jul-set – 1954.

- _____. *Vida e Obra de Varnhagen* In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 225. pp. 120-293. Rio de Janeiro: IHGB, out-dez– 1954.
- _____. *Vida e Obra de Varnhagen*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 226. pp. 03-168. Rio de Janeiro: IHGB, jan-mar– 1955
- LIMA, Oliveira. *Francisco Adolfo Varnhagen*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), São Paulo: IHGSP, Typographia do Diário Oficial, vol. 13, 1908. pp. 61-91.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. *O conceito de liberalismo no Brasil (1750-1850)*. Araucaria. Revisto Iberoamericana de Filosofia, Política y humanidades, n. 17, mayo de 2007, pp 212-234.
- KANTOR, Iris. *Esquecidos e renascidos: historiografia acadêmica luso-americana. 1724-1759*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio – civilização e poder no Brasil às vésperas da independência (1808 a 1821)*. São Paulo: Cia das letras, 2000.
- _____. (org.). *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- MARSON, Isabel Andrade. *O Império da Revolução: matrizes interpretativas dos conflitos da sociedade Monárquica*. IN: FREITAS, Marcos Cezar de (org.) *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo, Contexto, 1998
- MARTINS, Estevão de Rezende (org.). *A história pensada. Teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Editora Contexto, 2010.
- MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. _____. *O estado do direito entre os autóctones do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Ed. Itatiaia/EDUSP, 1982.
- MATOS, Sérgio Campos. *Historiografia e Memória nacional. 1846-1898*. Lisboa: Edições Colibri, 1998.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Tempo Squarema*. São Paulo: Hucitec, 1985.
- MATTOSO, José. *A Escrita da História – Teoria e Método*. 2ª ed. Lisboa: Estampa
- MEINECKE, Friedrich. *El Historicismo y su genesis*. Cidade do México: Fondo de Cultura Economica, 1943.
- MONTEIRO, John Manuel. *Unidade, diversidade e a invenção dos índios: entre Gabriel Soares de Sousa e Francisco Adolfo de Varnhagen*. Revista de História 149 (2º - 2003), 109-137.
- MORAES, José Geraldo Vinci de e REGO, José Márcio (orgs.). *Conversa com historiadores Brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- MOTA, Carlos Guilherme. *1822: dimensões*. 2ª ed. São Paulo: editora Perspectiva, 1986.
- _____. *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Ed. Difel, 1974.
- _____. *Ideologia da cultura brasileira*. São Paulo: Ed. Ática, 1994.

- _____. *Nordeste, 1817. Estruturas e argumentos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1982.
- _____. e LOPEZ, Adriana. *História do Brasil – um interpretação*. 2ª ed. São Paulo: Editora Senac, 2009.
- NABUCO, Joaquim. *Joaquim Nabuco Essencial*. São Paulo: Cia das Letras, 2010.
- NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das et alii (orgs). *Estudos de Historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema colonial (1777-1808)*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1981.
- _____. *Aproximações: ensaios de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- _____. e SILVA, Rogério F. da. *Nova História em perspectiva. Vol 1 Propostas e desdobramentos*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- ODALIA, Nilo. *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- _____. *Varnhagen. (Introdução)* in: *Varnhagen*. São Paulo: Ática, 1979. (coleção Grandes Cientistas Sociais).
- OLIVEIRA, Laura Nogueira. *Os índios bravos e o sr. Visconde: os indígenas brasileiros na obra de Francisco Adolfo de Varnhagen*. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2000 186 f.
- OSÓRIO, Lígia. *Terras devolutas e latifúndio*. 2ª ed. Campinas: Editora Unicamp, 2008.
- PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo - colônia*. 24ª reimpressão. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.
- _____. *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1972 [1933] .
- _____. *História e Desenvolvimento: A contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. 1ª reimpr. Da 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.
- POLANY, Karl. *A grande transformação. As origens de nossa época*. 2ª ed. 13ª reimp. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- PUNTONI, Pedro. *O sr. Varnhagen e o patriotismo caboclo: o indígena e o indianismo perante a historiografia brasileira*. pp. 633-675. In: István Jancsó (org.), *Brasil: formação do estado e da nação*. São Paulo: Ed. HUCITEC, Ed. Unijuí; FAPESP, 2003.
- REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil. De Varnhagen a FHC*. 9º ed. Ampliada. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- RENAN, Ernst. *Qu'est-ce qu'une nation?* Marseille: Le mot et le rest, 2007.
- RIBEIRO, Renilson Rosa. *Destemido bandeirante à busca da mina de ouro da verdade": Francisco Adolfo de Varnhagen, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a invenção da idéia de Brasil Colônia no Brasil Império*. Tese doutorado. Campinas: IFCH-UNICAMP, 2009.

- RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.
- RODRIGUES, José Honório. *História e Historiografia*. Petrópolis: Ed Vozes, 1970.
- _____. *Independência: revolução e contrarrevolução. Evolução política*. Volume I. Rio de Janeiro/São Paulo: Francisco Alves/EDUSP, 1975-1976.
- _____. *A assembleia constituinte de 1823*. Petrópolis: Editora Vozes, 1974.
- SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil – 1500-1627*. 5ª ed. (revista por Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia e Frei Venâncio Willeke, OFM). São Paulo: Edições Melhoramentos, 1965.
- SCHAPOCHNIK, Nelson. *Letras de Fundação – Varnhagen e Alencar*, Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 1992.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas. Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 5ª ed. São Paulo: Editora 34, 2000.
- SILVA, José Bonifácio de Andrade e. *Projetos para o Brasil*. organização Miriam Dolhnikoff. São Paulo: Cia. das Letras, 1998 (coleção Retratos do Brasil, n. 13).
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História empírica e história teórica: dois caminhos da historiografia brasileira no século XIX*. Anais da SPPH, n. 2, 1983
- SILVA, Rogério Forastieri. *Colônia e Nativismo. A história como “biografia da nação”*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- TENGARRINHA, José (cord.). *A historiografia portuguesa, hoje*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1999.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *O antigo regime e a revolução*. 3ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1989
- TORGAL, Luís Reis, MENDES, José Amado e CARTROGA, Fernando. *História da História em Portugal*. Volume 1 A história através da história. 2ª edição. Lisboa: Temas e Debates e Autores, 1998.
- TURIN, Rodrigo. *Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista*. In: História da historiografia. N. 02. Março de 2009.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História das lutas com os holandeses no Brasil – Desde 1624 até 1654*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002.
- VIEIRA, Celso. *Varnhagen. O homem e a obra*. Rio de Janeiro: Alvaro Pinto, 1923.
- WEHLING, Arno. *Estado, História, Memória: Varnhagen e a construção da Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1999.
- _____. *A concepção da história de von Martius*. RIHGB. Rio de Janeiro, 385, out-dez., 1994.
- _____. *Capistrano de Abreu, a fase historicista*. RIHGB, Rio de Janeiro, 311:2, 1976.

- _____. (Org.), *Historicismo e concepção de história nas origens do IHGB. Origens do IHGB*. Rio de Janeiro, 1989.
- _____. (Org.), *Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Idéias filosóficas e sociais e estruturas de poder do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: IHGB, 1989.

ANEXO

Museu Imperial de Petrópolis

Maço 180 – documento 8222

“Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil”

“Eis uma questão, d’alta transcendencia, preliminar á nossa Historia, e que desejáramos ver tratada sem prevenções, e discutida e esclarecida com o animo tão tranquillo e despreocupado, como temos o no ao inspirar-nos as ideias que passaremos a transcrever, depois de assentarmos bem quaes sejam reconhecidamente os dotes necessarios ao historiador.

No seculo actual ninguem poderá alcançar este titulo, sem que a um tempo seja erudito no Assumpto, philosopho, litterato, e até diriamos ás vezes, poeta. Expliquemo-nos.

Sem erudição no assumpto não existe materia de que escrever historia, ou a obra escripta, sem factos muito averiguados (por mais esmerada que seja a elocução), não poderá ser recebida, sobretudo dos estrangeiros, senão como uma novella ou romance provavel.

Mas se elle não é philosopho, isto é se não tem muito discernimento critico (para o qual se necessita luzes geraes dos conhecimentos humanos), se é levado pela paixão, maxime por impulsos menos nobres ou odio, ou de despeito, ou de vingança, se não é dotado de independencia de character, se não professa sãs maximas de politica e de sciencia do governo, applicaveis ao seu paiz, a sua obra será apenas uma chronica, mais ou menos bem escripta, e não poderá satisfazer á condição de ser, alem de testemunha do tempo passado, luz e guia para a marcha da nação á qual a historia dever não só ministrar exemplos de patriotismo e de governo, como apontar e censurar os erros e faltas commettidas no passado a fim de poupar ás gerações futuras o cair nos que já custarão tristes experiencias a outros.

Venha porem o homem mais erudito nos annaes historicos d’un paiz, e seja elle tão philosopho e estadista quanto se queira, poderá ainda escrever uma pessima historia, com que não ature um só leitor, se o desalinho da linguagem, e a incorrecção de frase a faz confusa, ou o que ainda é peor, se os ornatos pretenciosos, alheios tantas vezes á difficil facilidade que deve mostrar o estylo, a tornão desagradavel. Na narração historica o historiador deve, quanto possa, aproximar seu estylo do dos oradores da tribuna. – Cumpre ser correcto, puro, harmonico e tão elegante quanto possa, sem cair na affectação. Todo escripto historico depende de narração; e esta se acha submettida aos preceitos da unidade de verosimilhança, (pois verdades ha que mal contadas se tornão inverosimeis), e do interesse para todo leitor. Estes preceitos não forão conhecidos ou entendidos pelos dous chronistas do Rio de Janeiro, Pizarro e Balthazar, e por isso suas obras não tem quem as lêa.

Pelo que fica dito, obvia é a necessidade de que o historiador seja a um tempo erudito, philosopho, e litterato. Como porém exigir se a poesia na Historia, quando parece que a invenção d’aquella tão opposta é a verdade n’esta requerida.

Entendamo-nos. Exige-se no historiador algum genio poetico mas não para improvisar. A poesia, em sua acepção mais lata, tem por fim verdadeiramente a expressão do bello e do sublime, quer com a harmonia da palavra, quer com os sons da musica, quer com o pincel ou o cinzel, quer finalmente com as proporções architectonicas. Tem alma poetica todo o que é capaz de conceber e definir, por qualquer d’estas formas, o bello e o sublime;

mas verdadeiramente, só é poeta o que, em lugar de combinar os sons a manejar o pincel ou o cinzel, ou servir-se do esquadro (isto é, em lugar de ser musico, pintor, esculptor ou architeto) domina a palavra, e a obra a moldar-se á sua concepção poetica. Factos ha tão sublimes na historia de todos os povos, paragens tão encancadoras em alguns paizes, como o nosso, acções tão bellas e generosas de alguns heroes, que o historiador que os não descrevesse poeticamente não interessaria o leitor, de um modo conveniente á propria verdade. Não poderá porém, por via de regra, ter todos os dotes de historiador um poeta, digamos assim, de profissão. A propria erudição historica que tem de colher, os aridos estudos de politica e legislação, a que deve dedicar, - não se coadunão com a impaciencia dos grandes genios criadores, e serão, só por si, capazes de suffocar muito estro a menos que o poeta não fosse d'esses privilegiados do Céu, como os Schiller e o D. Francisco Manueis, que reunião ao estro grandes dotes historiographicos. Deve pois, alguma vez que outra, o historiador sentir como os poetas, e expressar-se como elles, para poder desempenhar o seu mister.

Algumas imagens poeticas não só concilião ás vezes mais interesse, como dão á pintura mais verosimilhança.

Agora quanto á unidade tão essencial na narração, dá se ella, por notavel coincidencia, sempre, não só na historia dos povos, como até na da humanidade. N'esta ultima forma-a a tendencia da raça, e dos conhecimentos humanos ao aperfeiçoamento. – Na dos povos é vária, Tyro e Carthago viverão com a navegação e commercio, e sucumbirão ante as forças inimigas: a Grecia foi colonisadora, e perdeu-se com a conquista: Roma foi conquistadora, e deixou-se morrer quando lhe faltarão as guerras; - as republicas de Veneza e Genova florescerão com o commercio, e quase que só d'elle vivem ainda hoje essas duas cidades maritimas que deixarão de ser nações. A unidade de tres seculos e meio da historia do Brasil está symbolicamente representada, desde logo-depois do seu descobrimento, no haver este nome de Brasil prevalecido ao de Santa Cruz, quando o interesse prevaleceu ao principio religioso, que presidira ás vistas de D. João 1º, do Infante D. Henrique, e do chefe da expedição que primeiro avistou o monte Paschoal, e propoz para a terra toda o nome de Vera Cruz, E unidade de historia da civilização do Brasil encontra-se principalmente na tendencia passada (e presente) de augmentar o Estado e os particulares, cada qual para si, suas rendas. Os contratadores de pau-brasil no tempo do rei D. Manuel, os donatarios de D. João 3º, a expedição do hypocrita Villegaignon, as conquistas Hollandezes, as tentativas diversas dos Francezes, as perseguições do Santo Officio, a rebelião dos Jesuitas no Uruguai, as imigrações dos Europeos para o Brasil quando pobres, e do Brasil pª Portugal, quando ricos, o trafico de escravos africanos, a servião dos indigenas, as explorações e colonisão dos certões de Minas, Goyás e Matto Grosso, - as guerras dos paulistas com a embuabas, o fabrico de assucar, a cultura do café, o abandono da do anil, tudo, tudo se explica pela cobiça, único mobil que tambem desde que se atenuarão as crenças religiosas tem, com pouca differença, dominado em geral nos povos da Europa, impellidos desde então mais pelos desejos de gozo material, que por fanatismos de religião ou de ambição de gloria. – É tam bem esse mobil o principal que tem impellido os Estados Unidos, fazendo-os chegar ao engrandecimento em que se achão, e que continuará a impellil-os até Deus sabe que gráo de prosperidade. Denunciando este facto longe está do nosso animo e intento de condemnal-o, e

o querer, contra a natureza das cousas, que delle se corrija a nação, que, para seguir prosperando cumpre que, como os Estados Unidos, prosiga neste ponto consequente com o seu passado se não quer morrer (do que Deus a preserve). Isto sem detrimento de muitas reformas necessarias que se podem operar, educando e moralisando o povo (começando principalmente pelo clero, difficultando ao mesmo tempo as habilitações em excessivo numero nas faculdades de direito e Medicina) fomentando obras de utilidade e de arte, pois com estas se sublima o espirito, e procurando finalmente, por meios lentos, cautelosos e políticos, fazer, como se fez em Europa, que em seculos futuros, d'aqui a duas ou tres gerações (antes seria perder o Brasil) não haja um só servo, nem bugres bravos, e todos venhão na patria a ser cidadãos.

Assim pois a verdadeira historia do Brasil reduz-se á da colonisação, civilização, organização e desenvolvimento deste Estado. – Ao patriotismo do historiador toca apresentar d'ella os factos com dignidade, evitando sobretudo continuar declamações malcabidas, que nada podendo aproveitar á geração actual, só servirão a delustrar-nos ante as outras nações. Ha verdades ácerca das quaes o historiador deve proceder como o dramaturgo, que esconde de traz dos bastidores o que julga conveniente á melhora da sua produção. Sem faltar á verdade poderá algumas vezes o historiador calar acções (boas ou más) desnecessarias, segundo seu modo de ver. – E muitas vezes mostrará elle mais merito em saber calar, que tera tido em escrever uma de suas melhores paginas.

Verdadeiramente só data a moderna Historia do Brasil da distribuição da terra pelos donatarios: pois dos chamados indigenas, anteriormente, não na historia, senão noções ethographicas, e as expedições, desde Cabral até os donatarios, não passam de exploradoras ou guarda-costas. Dizemos que dos indigenas antigos não ha historia; e melhor talvez que não haja, pela mesma razão que parece que quiz Deus que não tenhamos a dos tempos heroicos do Antigo Continente. Essas historias, se as houvesse escriptas, seriam sem interesse algum, pois quasi se reduziriam, monotonas, a um catalogo sem fim de sacrificios barbaros de gente, que, a cada duas leguas, estavam em guerra uns com outros, e cujos prisioneiros eram moqueados e devorados em bacchanicas saturnaes. E desgraçadamente quanto mais remontamos ao primitivo estado dos nosso Tupinambás, mais tropeços encontramos para os rehabilitar ante a civilização, á qual seguramente nunca teriam chegado, sem os esforços, quasi excepcionaes, de abnegação, dos primeiros jesuitas, acompanhados mais ou menos dos constrangimentos da força, a se sujeitarem e a se civilisarem para cultivarem a terra, e serem uteis a si, ou a seus dominadores. De tudo quanto dizemos temos documentos que apparecerão em seu lugar, e são elles que nos derão algumas convicções, que condenarão talvez esses pseudo-philantropos, que pretendem ensinar-nos doutrinas, pelas quaes passamos quando tinhamos a idade delles, como menos estudos, menos meditação e menos conhecimento pratico da triste humanidade e da vaidade humana.

A vista do que levamos exposto, confessamos que na Historia do Brasil, que temo entre mãos, não achamos, nem sequer decoroso sacrificar aos botocudos, asquerosamente pervertidos, que antes de Cabral haviam conquistado este abençoado solo, o principio, apesar de egoista, civilizador, que organizou a actual nação brasileira. Crie o poeta, que exclusivamente o seja, suas utopias agradaveis; caten embora ao som da lyra, como o sublime

Caldas (que aliás com justiça cnesura neste porte o Sr. Magalhães) os encontros da vida selvagem, sympathica com o que nella encontrar de bello, “exerce todas as suas “turpitudes”, diga que os conquistadores Tupis serão os verdadeiros donos da terra e chegue se for capaz, com o canto, a convocar os das mattas do Amazonas a virem outra vez tomar posse da bahia de Nicteroy, como Apollo convocava as feras. Porém nem em verso, nem em prosa, aventure que elles “são o instrumento de quanto o Brasil se tem praticado de util ou glorioso”, ou “que o dia de sua inteira reabilitação será o da Corôa de nossa prosperidade”. Mais: cante seus heroismos satanicos, louve sua covarde resignação forçada, sua indolente improvidencia etc; mas tudo isso, como se costuma dizer por mera poesia (pois que á verdadeira poesia não é dado faltar á verdade); tudo isso para satisfazer á unica missão que ao poeta incumbe Horacio, de “Animis jurandis”. Porem como Historia nacional não; porque a Historia nacional deve ser a imagem da verdade historica apresentada da forma que, segundo a consciencia do historiador, interessa e convem á nação. Por ventura aspiramos nós a ser selvagens? Ou a render culto e vassalagem aos asquerosos sacrificios da anthropophagia? Só em tal caso se desculparia ao historiador o reabilitar tal estado. Com um dos nossos mais sympathicos Amigos e dos primeiros poetas que tem dado a America, diremos pois que parte da poesia brasileira “está nos Indios”; - discordamos porém absolutamente em que nelles esteja nossa historia; - a historia da civilização do actual Imperio; o termos codigos, o termos cidades, o termos governo, o termos sociedade, o vivermos juntos, sem estarmos ás frechadas uns aos outros, o sermos cidadãos, o vermo-nos considerados na communhão das nações mais civilizadas do globo, e finalmente o termos a dita de possuir um Throno occupado por uma das mais illustres dynastias do seculo, o Throno, digamol-o de passagem que na America do Sul, perseguida quasi sempre de dictaduras, mostra a experiencia ser a melhor garantia de liberdade. A isso direis não são estranhos os descendentes dessas gentes que estavam senhores desta terra, e forão levados por motivos diversos, a abandonar a vida selvagem, e a refundir-se nas colonias christãs. Tendes razão: não são estranhos como muitos asseverão, sem terem examinado antes que fundamento tem para assentar suas proposições; os selvagens que se civilisavão concorrerão muito para povoar as colonias, para se encarnarem nellas por casamentos, para formar a nação; mas isso só depois que as mesmas colonias tinham nucleos de christalisação formados com o sangue e a civilização europea. Por tanto sômos na essencia nação, como o prova a lingua, de raça latina; como os Estados Unidos o são da saxo-normanda.

Isto é o que é verdade; e por tanto, só isto póde ser historia. Não existe no nosso povo nenhum Magnata que blasone de caboclo puro e nem se quer tem representantes conhecidos o heroe Camarão (Poty), e os chefes indigenas que ajudarão as fundações de Pernambuco, S. Paulo e Rio de Janeiro. Quanto mais pensamos e discutimos tal assumpto, mais nos reforçamos em nossas razões, - e vemos que a sair deste rumo com o fito mal entendido de sermos mais nacionaes, nos exporíamos não só a experimentar a incredulidade dos nossos patricios, que podião talvez duvidar da sinceridade de nossas opiniões, mas até á mofa dos estrangeiros.

A verdadeira nacionalidade brasileira de hoje nasceu antes da independencia , já existia no Arraial do Bom Jesus em Pernambuco, em frente do poder dos Hollandezes, e não era india; era crioula e christã, era por tanto,

já há mais de dous seculos, brasileira. Foi essa nacionalidade a que alentou e eletrisou os corações dos que ficarão vencedores em Guararapes. – Esses que chamamos, incorrectamente, indigenas concorrião nella, não como typos, mas apenas absorvidos pela raça colonisadora. Tenhamos nós piedade de taes infelizes (muitos dos quaes ainda seguem hoje pelos bosques, tragando-se uns outros sem que nós lhe acudamos pondo cõbro as suas torpezas), mas, até por dignidade nacional, não queiramos fazer originar delles as glorias da patria, por falsas pretenções talvez (para explicarmos por algum motivo mais nobre) de uma mais antiga nacionalidade, que acaba por ser subversiva de tudo quanto existe feito, - que destroe a nação de raça latina.

A humanidade gloria-se primeiro que tudo da civilisação, e fora tanta excentricidade ir hoje um Brasileiro blasonar de prender de um anthropophago, ainda quando disso tivesse provas, como o fôra na Euorpa ao inglez renegar seu sangue saxo-normando, para se proclamar descendente dos brutos bretões, que em sua ilha encontrou o conquistador Julio Cesar.

Nos Estados-Unidos, nessa nação que tantas vezes citamos por modelo no que menos podemos imitar, não encontraes hoje ninguem que se gabe de ser represetentante do sangue iroiquz ou Mohicano. – Os patricios romanos, com todo o seu orgulho nacional, não se davão por descendentes dos Ruttullos nem dos Etruscos. E o maior monumento litterario dos Romanos, a Eneida, foi escripto para perpetuar a procedencia de muitos delles dos penates colonizadores e conquistadores teucros (e por tanto estrangeiros) de que procedião os Latinos e Albanos. Cantar Eneas, e o

.....genus Unde Latinum

Albanique patres.....

foi o fim a que se propoz Virgilio. E isto, note-se quando as margens do Bosforo e o

“Campus ubi Troja fuit”

Já erão pelas vicissitudes humanas conquista de Roma e seus povos tinham os fóros de cidadãos romanos.

Era quando assim succedia entre os pagãos, com quanta mais razão nós nação christã, devemos fazer proceder a nacionalidade nossa da civilisação e do christianismo, inoculados nesta terra por uma das nações mais heroicas da Europa de ha tres seculos e meio, cuja lingua fallamos, e cujos appellidos têm talvez, e não guaranis, os proprios que mais exaltão a salvageria, que, por fim de contas, ninguem pode sinceramente desejar ver de novo triumphante por mais que se adore a novidade: Começai primeiro por nos fallar em guarani, por transcrever em guarani vossas leis, por fazer, se sois capazes, que no Brasil todo se falle só o guarani, e chamaí então á vossa vontade! Ainda então, a menos que não nos obrigueis a não abjurar da fé, virá o christianismo a reclamar sua partilha na vossa ideada nacionalidade...

Temos exposto nossas idéas neste melindroso assumpto. Devemos a Deus o não sermos hypocrita, e com a fé e o amor á verdade que d'elle recebemos, não nos é possível deixar de submeter ao publico brasileiro, como preambulo da Historia do Brasil, estas nossas opiniões e de exclamar com todo o vigor d'alma: “Não, a nacionalidade brasileira actual e futura, não é neta da anthropophagia que a raça tupi havia trazido á nossa terra”. “

a)Francisco Adolfo Varnhagen